



INSTITUTO FEDERAL GOIANO, CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

WANDERLEIA MARIA DE FREITAS

A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO
TRABALHO

CERES - GO
2023

WANDERLEIA MARIA DE FREITAS

**A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO
TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Ceres, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

**CERES - GO
2023**

F866h Freitas, Wanderleia Maria de

A história da associação de surdos de Goiânia e sua contribuição para a inserção dos surdos no mundo do trabalho/Wanderleia Maria de Freitas – 2023.

244 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Ceres, 2023.

“Orientação: Prof^ª. Dra.Sangelita Miranda Franco Mariano”

- I. Título.
2. Associação de Surdos de Goiânia 2. Educação de Surdos
3. Formação Profissional

CDD 371.9120981



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO
IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científico

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional – Tipo: Guia Didático | |

Nome Completo do Autor: Wanderleia Maria de Freitas

Matrícula: 20211043310149

Título do Trabalho: **A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA (ASG) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO.**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 06 /11 /2025

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Wanderleia Maria de Freitas

Jaraguá, 28/11/2023.

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Danielita M. Franco Mariano
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 65/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO

Autora: Wanderleia Maria de Freitas
Orientadora: Prof^ª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO, em 06 de novembro de 2023.

Prof^ª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Prof^ª. Dra. Fátima Suelly Ribeiro Cunha
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Prof^ª. Dra. Ana Clara Gomes Nazari
Avaliadora Externa
Prefeitura Municipal de Uberlândia

Documento assinado e eletronicamente por:

- Ana Clara Gomes Nazari, Ana Clara Gomes Nazari - Professor Avaliador de Banca - Prefeitura Municipal de Uberlândia (18431312001359), em 28/11/2023 10:00:26.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/11/2023 15:00:06.
- Fatima Suelly Ribeiro Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 13/11/2023 14:12:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 544043
Código de Autenticação: 310e91fb7



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, 03, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 66/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

GUIA PRÁTICO SOBRE AS PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASG - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA

Autora: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 06 de novembro de 2023.

Prof^ª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Prof^ª. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Prof^ª. Dra. Ana Clara Gomes Nazari
Avaliadora Externa
Prefeitura Municipal de Uberlândia

Documento assinado e eletronicamente por:

- Ana Clara Gomes Nazari, Ana Clara Gomes Nazari - Professor Avaliador de Banca - Prefeitura Municipal de Uberlândia (18431312001359), em 28/11/2023 10:01:15.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 07/11/2023 15:06:29.
- Fatima Suely Ribeiro Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 13/11/2023 14:18:41.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode e ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 544036
Código de Autenticação: 1d5abe2944



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, 03, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 57/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

ATA Nº/ 075 DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte três, às 14:00 (quatorze horas), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano (orientadora), Profª. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha (avaliadora interna), Profª. Dra. Ana Clara Gomes Nazari (avaliadora externa), sob a presidência do primeiro, em sessão pública realizada de forma online por via Webconferência (Google Meet), para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de **Wanderleia Maria de Freitas**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi **APROVADA** e o Produto Educacional foi **APROVADO e VALIDADO**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres.

Observações: A banca indica adequações ao campo teórico-analítico e descrição da metodologia da dissertação.

Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Profª. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha

Avaliadora Interna

Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Profª. Dra. Ana Clara Gomes Nazari

Avaliadora Externa
Prefeitura Municipal de Uberlândia

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ana Clara Gomes Nazari, Ana Clara Gomes Nazari - Professor Avaliador de Banca - Prefeitura Municipal de Uberlândia (18431312001359)**, em 28/11/2023 09:59:03.
- **Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/11/2023 14:50:36.
- **Fatima Suelly Ribeiro Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 13/11/2023 14:27:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 544026
Código de Autenticação: 34b5762711



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, 03, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100

Dedico este trabalho a meus familiares e amigos, os quais me incentivaram na busca do conhecimento, sabendo que essa era a única forma digna de viver e conseguir superar o sistema.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado a oportunidade de ser selecionada no processo seletivo do ProfEPT e me permitir concluir com êxito este mestrado que era algo tão almejado tanto na minha vida pessoal quanto profissional.

Sou grata aos meus colegas da turma, os quais me auxiliaram nos momentos de dúvidas, nas alegrias, tristezas e dores marcadas pela pandemia da Covid-19, agradeço em especial minhas amigas Ana Galúcio, Cleonice, Lucilene e Sarah. Levarei vocês para sempre no meu coração e espero que nossa amizade seja eterna.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano, por acreditar em mim e por todo o apoio, dedicação, profissionalismo com que conduziu a pesquisa, tudo com muita seriedade e leveza, aos poucos tudo se encaixou e ficou mais claro com seu apoio.

Agradeço às professoras Dra. Ana Clara Gomes Nazari, Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha e ao Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza, que foram membros da banca de qualificação e defesa desta pesquisa de mestrado, por aceitarem o convite, contribuindo extremamente para a consolidação deste estudo.

Agradeço a meu pai Sebastião José de Freitas, que mesmo sendo analfabeto, trabalhador braçal rural e em meio a muitos desafios, sempre me incentivou e me apoiou a prosseguir os estudos.

À minha mãe, Guiomar Maria de Freitas, que me ensinou os primeiros letramentos, que sempre foi minha inspiração, e com seu jeito simples e humilde de ser, conduzia todas as coisas com sabedoria, me ensinou que, com dedicação, persistência e Deus, eu poderia alcançar todos os meus sonhos. Sempre consegui forças para continuar e alcançar a conclusão do mestrado me lembrando de seus ensinamentos.

Agradeço a meu filho Elvis Luiz e a meu esposo Valdir Alves, que me apoiaram em todos os momentos, compreendendo os momentos de dificuldade, minha ausência, angústia e nervosismo durante o curso, sempre me auxiliando nas tarefas domésticas. Se não fosse por eles, não teria conseguido atender às demandas pessoais e profissionais.

Agradeço a toda equipe da Associação de Surdos de Goiânia – ASG, pelo acolhimento, pela confiança e pelas ricas contribuições depositadas nesse trabalho. Obrigada a todos por tudo!

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

(Nelson Mandela)

RESUMO

Este estudo aborda a Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e suas contribuições para a formação e inserção dos indivíduos surdos no mundo do trabalho. Esta dissertação faz parte da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e é a conclusão do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O objetivo principal desta pesquisa foi compreender o processo histórico e social que levou à criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia, bem como seu impacto na formação dos surdos e de sua inserção no mundo do trabalho. A metodologia empregada neste estudo é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, análise documental e trabalho de campo. Para coletar os dados necessários, recorreremos documentos e conduzimos entrevistas, cujas informações foram analisadas por meio da triangulação de dados. A relevância da pesquisa parte das experiências profissionais vivenciadas com surdos em sala de aula, tem com intuito contribuir com a pesquisa científica no campo da Educação de Surdo de Goiás, revivendo a trajetória da criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua contribuição na inserção do surdo no mundo do trabalho. Ainda, identificamos a presença de barreiras sociais e linguísticas que dificultam a inclusão efetiva dos surdos no mundo do trabalho em razão de preconceitos relacionados à surdez e à falta de uma formação adequada, que compreenda os aspectos emancipatória de uma educação *omnilateral*.

Palavras-Chave: Associação de Surdos de Goiânia; Educação de Surdos; Formação Profissional; Mundo do trabalho.

ABSTRACT

This study addresses the Goiânia Deaf Association (GDA) and its contributions to the formation and insertion of deaf individuals in the labor world. This dissertation is part of the Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (PTE) research line and is the conclusion of the Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT). The main objective of this research was to understand the historical and social process that led to the creation and consolidation of the Goiânia Deaf Association, as well as its impact on the training of deaf people and facilitating their insertion into the labor world. The methodology used in this study is qualitative, based on bibliographical research, documental analysis and fieldwork. To collect the necessary data, we used documents and conducted interviews, the information from which was analyzed through data triangulation. The relevance of the research comes from the professional experiences lived with deaf people in the classroom, with the aim of contributing to scientific research in the field of Deaf Education in Goiás, reviving the trajectory of the creation and consolidation of the Goiânia Deaf Association (ASG) and its contribution to the insertion of deaf people in the world of work. Furthermore, we identified the presence of social and linguistic barriers that hinder the effective inclusion of deaf people in the labor world due to prejudices related to deafness and the lack of adequate training which understands the emancipatory aspects of an omnilateral education.

Keywords: Goiânia Deaf Association; Deaf Education; Training; Professional Qualification; Labor World.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama da análise por triangulação de dados.....	70
Figura 2 - Momentos interpretativos da análise por triangulação de dados	71
Figura 3 - Fachada da Associação de Surdos de Goiânia	78
Figura 4 - Organograma – Membros da Diretoria da Associação de Surdos de Goiânia.	84
Figura 5 - Mapa – Associações de Surdos em Goiás.....	86
Figura 6 - Fachada do Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia – CEBS – Goiânia.	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de currículos por gênero.	128
Gráfico 2 - Quantidade de candidatos por escolaridade.	129
Gráfico 3 - Número de candidatos com curso de informática.	130
Gráfico 4 - Quantidade de currículos recebidos por função pretendida.	131
Gráfico 5 - Número de currículos recebidos por empresas.	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Entrevistas realizadas de acordo com grupo, número de participantes e duração.	63
Tabela 2 - Quantidade de professores por ocupação no CEBS / Goiânia.....	100
Tabela 3 - Quantidade de estudantes por turma e faixa etária no CEBS / Goiânia.	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABSM	Associação Brasileira de Surdos-Mudos
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AGE	Assembleias Gerais Extraordinárias
AGO	Assembleias Gerais Ordinárias
APG	Associação Pestalozzi de Goiânia
ASANA	Associação de Surdos de Anápolis
ASG	Associação de Surdos de Goiânia
ASIT	Associação de Surdos de Itumbiara
ASMI	Associação de Surdos de Minaçu
ASMRGS/RS	Associação dos Surdos-Mudos do Rio Grande do Sul
ASMG/MG	Associação dos Surdos de Minas Gerais
ASRJ	Associação de Surdos do Rio de Janeiro
ASRV	Associação de Surdos de Rio Verde
ASSP	Associação de Surdos de São Paulo
ASTRI	Associação de Surdos de Trindade
DB	Decibéis
CADA	Centro de Apoio ao Deficiente Auditivo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CBDS	Confederação Brasileira de Desportos de Surdos
CEBS – GOIÂNIA	Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia
CEE/GO	Conselho Estadual de Educação de Goiás
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Estadual de Educação
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGDS	Federação Goiana de Desportos dos Surdos
FENEIDA	Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNDE/MEC	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação e Cultura
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
IFMA	Instituto Federal do Amazonas
IFB	Instituto Federal de Brasília
IF GOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFSERTÃOPE	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais

NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCD	Pessoas com Deficiência
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RJ	Rio de Janeiro
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte de Goiás
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPEE	Superintendência de Ensino Especial
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNESCO	Organização as Nações Unidas para a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WFD	World Federation of the Deaf

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS – DA SEGREGAÇÃO À LUTA PELO DIREITO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20
2.1 Delineando conceitos: diferenciando os temas surdez, deficiência auditiva e surdo	20
2.2 Histórico da educação de surdos: apontamentos a partir do contexto europeu	23
2.3 A História da educação de surdos no Brasil.....	32
2.4 As Produções Acadêmicas de 2012 a 2022.....	37
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	57
3.1 Metodologia	58
3.2 Etapas da pesquisa	59
3.2.1 Levantamento bibliográfico	59
3.2.2 O contato junto à ASG	60
3.2.3 Levantamento documental	60
3.2.4 Entrevistas	62
3.2.4.1 Grupo I – Equipe Gestora	64
3.2.4.2 Grupo II – Professores	65
3.2.4.3 Grupo III – Intérprete	67
3.2.4.4 Grupo V – Estudantes	67
3.2.5 Análise de dados	69
4 ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA – HISTÓRICO, FORMAÇÃO E IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	72
4.1 As Associações de Surdos no Brasil - contribuições para a visibilidade da comunidade surda brasileira	72
4.2 A Associação de Surdos de Goiânia – histórico, estrutura interna, formação e sua relação com o mundo do trabalho	77
4.2.1 Histórico e estrutura interna da Associação de Surdos de Goiânia.....	77
4.2.2 O caráter formativo das ações desenvolvidas no CEBS – Goiânia.....	87
4.2.3 A Educação Bilíngue no CEBS – Goiânia.....	98
4.2.4 Entrelaçamentos entre ASG e o mundo do trabalho	114
4.2.4.1 Construindo mosaicos entre currículos de candidatos surdos da ASG e entrevistas realizadas.....	128
5. PRODUTO EDUCACIONAL	140
5.1 Elaboração do Produto Educacional	141
5.2 Descrição e execução do Produto Educacional	141

5.3 Avaliação do Produto Educacional pelos participantes	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	152
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – PRESIDÊNCIA.....	168
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE (DIRETOR)	171
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – COORDENAÇÃO	174
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - ASSISTENTE SOCIAL.....	177
ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – PROFESSORES	180
ANEXO F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – INTÉRPRETE	183
ANEXO G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – EX-DISCENTES E DISCENTES ATUAIS	186
ANEXO H - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	189
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDÊNCIA	194
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DIRETORA.....	195
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENAÇÃO.....	196
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ASSISTENTE SOCIAL.....	197
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES	198
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA – INTÉRPRETE	199
APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DISCENTES	200
APÊNDICE H – PRODUTO EDUCACIONAL	201
APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	236
APÊNDICE J – VALIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	237

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de contextualizar minha abordagem sobre o tema desta pesquisa, compartilho brevemente parte da minha trajetória acadêmica e profissional. Originária de uma família humilde na zona rural, cujos pais, mesmo com pouca escolaridade, valorizavam a educação como a chave para o sucesso pessoal e profissional.

Minha vida acadêmica teve início em uma escola pública rural em Jaraguá, Goiás, onde a sala de aula era multisseriada, e foi despertada a paixão pelo ensino. Minha trajetória profissional se entrelaça com a busca pelo aprimoramento constante, começando como professora substituta ainda no ensino médio, posteriormente, avançando para concursos públicos como professora.

Minhas experiências me conduziram à Universidade Estadual de Goiás, onde me graduei em Pedagogia, e posteriormente, Administração Educacional. Durante meu percurso profissional, enfrentei desafios na área da inclusão e senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos em Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Com quase três décadas de dedicação à educação, minha busca por aprimoramento me levou ao sonho de ingressar no Mestrado Profissional. Após inúmeras tentativas, em 2020 fui surpreendida com a aprovação. A partir de então, iniciei o Mestrado no Instituto Federal - Campus Ceres em abril de 2021, enfrentando desafios diversos, inclusive o ensino remoto devido à pandemia.

Minha pesquisa surge da conexão entre minha trajetória pessoal e o contato com alunos surdos. No Brasil, a população surda enfrenta desafios na busca por uma educação que considere suas especificidades linguísticas e culturais. A pesquisa explorou a trajetória de lutas e conquistas das pessoas surdas e o papel da Associação de Surdos, com foco na inserção no mundo de trabalho.

Este estudo justifica-se pela escassez de pesquisas sobre a ASG e sua relevância para a Educação Inclusiva no país, área em franco crescimento mediante ao reconhecimento amparado por leis da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Lei nº 10.436) enquanto primeira língua para pessoas surdas. A pesquisa buscou entender as contribuições das ações da ASG na formação e integração no mundo do trabalho da comunidade surda em Goiânia.

Assim, esta dissertação, além de conectada a minha jornada pessoal e profissional é relevante para a sociedade, pois contribui para a compreensão da inclusão de pessoas surdas no mundo do trabalho, colaborando assim com a pesquisa científica produzindo fontes bibliográficas para novos pesquisadores que possa vir a ter interesse pela temática abordada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/1996), conforme estabelecido em 1996, ressalta a importância da formação cidadã de todos os indivíduos e estabelece que a educação é um dever do Estado, em colaboração com as famílias, visando ao pleno desenvolvimento do educando, sua preparação para a vida em sociedade e seu ingresso no mundo do trabalho. É dentro desse contexto que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) assume um papel fundamental.

No Brasil, a formação voltada para o mundo do trabalho ocorre em diferentes contextos, entre os quais a Associação de Surdos de Goiânia (ASG). Esta organização busca contribuir com a inserção da comunidade surda¹ no mundo do trabalho, estabelecendo parcerias com empresas e órgãos públicos. A ASG, é uma entidade sem fins lucrativos, tem como missão promover atividades públicas e sociais voltadas para pessoas surdas e com deficiência auditiva, atendendo não apenas aos residentes de Goiânia, mas também de cidades vizinhas.

A escolha deste tema para pesquisa foi influenciada pelas experiências pessoais e profissionais da pesquisadora, que incluem familiares, amigos e alunos surdos em sala de aula. Como servidora de carreira da Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá desde 1994 e da Secretaria Estadual de Educação de Goiás desde 1999, a pesquisa visa a aprimorar minha atuação junto a estudantes surdos em sala de aula, além de conhecer o trabalho realizado na ASG.

O problema de pesquisa definido é: quais os impactos das ações didático-pedagógicas realizadas pela Associação de Surdos de Goiânia na formação e inserção no mundo do trabalho da comunidade surda em Goiânia?

Vale ressaltar que a ASG foi fundada em 1975, contando com o apoio da Associação de Surdos do Rio de Janeiro (ASRJ), num momento histórico em que a Língua de Sinais estava ganhando reconhecimento no Brasil e no mundo. A ASG é uma entidade

¹ A comunidade surda abrange não apenas os próprios sujeitos surdos, mas também se estende a outros grupos. Essa comunidade engloba familiares de surdos, educadores e diversos profissionais das áreas de Educação e Saúde, que demonstram interesse nos movimentos surdos, nas línguas de sinais e no apoio ao fortalecimento e empoderamento dos indivíduos surdos (Henrique, 2021).

filantrópica que promove uma ampla gama de ações e projetos em benefício da comunidade surda goianiense, abrangendo áreas como Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer. Seus objetivos incluem a defesa dos interesses e direitos das pessoas surdas e com deficiência auditiva, bem como a busca por parcerias com instituições públicas e privadas para a inclusão dessa população no mundo do trabalho.

Por meio do Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia (CEBS), fundado em 1992, a ASG oferece ensino fundamental e médio, cursos de capacitação e profissionalização, além de intermediar a inserção de currículos de pessoas surdas em empresas parceiras. A ASG se apresenta como um ambiente propício para estudar a formação e a integração de surdos no mundo do trabalho, especialmente considerando a Lei nº 8.213/1991, que reserva de 2% a 5% das vagas em empresas com mais de 100 funcionários para pessoas com deficiência, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que promove a inclusão competitiva das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

O objetivo geral desta pesquisa buscou compreender o processo sócio-histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia, bem como sua relação com a formação dos surdos e sua inserção no mundo do trabalho. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos quatro objetivos específicos: (I) identificar os elementos sócio-históricos que influenciaram a criação da Associação de Surdos de Goiânia; (II) mapear as ações didático-pedagógicas promovidas pela Associação; (III) analisar a formação oferecida aos surdos e seu impacto na inserção no mundo do trabalho; e (IV) elaborar um guia didático como produto educacional, contendo informações sobre a Associação de Surdos de Goiânia.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico, análise documental e coleta de dados em campo, utilizando documentos e entrevistas. A análise dos dados foi feita por meio da triangulação de dados, uma técnica que busca a convergência de informações de diferentes fontes para aprofundar a compreensão. As entrevistas foram conduzidas com 11 participantes, incluindo o presidente da ASG, a diretora educacional, a assistente social, um coordenador pedagógico, dois professores, um intérprete de Libras, dois ex-alunos e dois alunos atuais da ASG. Além disso, foi feita uma revisão bibliográfica abrangente, englobando artigos, dissertações e teses relacionados à temática desta pesquisa.

A dissertação foi organizada em seis seções. A primeira consiste na Introdução, na qual definimos o tema, o problema, os objetivos e a forma como a dissertação está organizada. A segunda examina o histórico da educação de surdos no contexto europeu e brasileiro, considerando as mudanças sociais na compreensão da surdez. Nesta seção, também discutimos a revisão bibliográfica das produções acadêmicas sobre educação de surdos e acesso ao mundo do trabalho, tema que orienta esta dissertação.

Para tanto, dividimos esta seção em quatro subseções: a primeira subseção centrou esforços na definição de surdez; a segunda discutiu os aspectos históricos da educação de surdos a nível global, tendo como ponto de partida o contexto europeu; a subseção seguinte debruçou-se sobre o processo histórico de educação de surdos no Brasil e o conjunto de políticas públicas educacionais de apoio à referida população; e, por fim, na última subseção, são discutidos os resultados do levantamento bibliográfico sobre educação de surdos e o acesso ao mundo do trabalho.

A terceira seção detalha a metodologia utilizada na pesquisa, incluindo sua abordagem qualitativa e exploratória, bem como as etapas de coleta e análise de dados. Para apresentar este percurso de forma didática, dividimos esta seção em duas subseções. Na primeira, apresentamos o enquadramento qualitativo (Bauer; Gaskell, 2008) e exploratório (Gil, 2008) da dissertação, explicitando a pesquisa documental feita a respeito da Associação. Na segunda subseção, apresentamos as etapas da pesquisa, considerando a realização do levantamento bibliográfico e documental, o contato junto à Associação, as entrevistas realizadas e, por fim, a técnica de análise de dados, na qual lançamos mão da análise por triangulação de métodos (Gomes, 2010; Marcondes; Brisola, 2014). Esta técnica possibilitou o aprofundamento analítico das fontes primárias e secundárias, notabilizando aproximações e distanciamentos entre conceitos, categorias, teorias e fatos sociais e históricos mais amplos.

Na quarta seção, discutimos o papel das Associações de Surdos na promoção de uma educação que possibilite a formação e a inclusão da população surda no mundo do trabalho. Para tanto, dividimos essa seção em duas subseções: a primeira subseção faz um balanço sucinto acerca da formação das Associações de Surdos no Brasil, considerando suas contribuições na defesa dos direitos das pessoas surdas; a segunda discute a criação e a consolidação da Associação de Surdos de Goiânia – ASG, tendo em vista seu caráter formativo e as ações da ASG para o ingresso no mundo do trabalho da população surda

goianiense. Cabe destacar que a análise dos dados produzidos durante a pesquisa é apresentado ao longo desta seção.

A quinta seção compreende o Produto Educacional produzido ao longo desta pesquisa. Tal Produto consiste em um Guia Didático sobre a Associação de Surdos de Goiânia no formato PDF, contando com informações sobre seu histórico, atividades educacionais realizadas, cursos e serviços oferecidos, localização e contatos, sendo voltado à comunidade surda e ouvinte que deseja conhecer a ASG.

Por fim, encerramos esta dissertação com as Considerações Finais, em que fazemos ponderações acerca dos resultados obtidas ao longo do processo de pesquisa, refletindo sobre os principais achados e as lacunas que não puderam ser sanadas neste trabalho.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS – DA SEGREGAÇÃO À LUTA PELO DIREITO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nesta seção, são abordados aspectos relevantes, relacionados às lutas e aos direitos na Educação dos Surdos, abarcando o acesso à educação básica, a batalha contra a discriminação e o conjunto de políticas públicas educacionais que respaldam essa comunidade. Além disso, examinaremos a revisão bibliográfica das produções acadêmicas sobre a educação de surdos e o acesso ao mundo do trabalho, tema central desta dissertação.

Para melhor organização, subdividimos esta seção da seguinte maneira: na primeira subseção, enfocamos a definição de surdez; na segunda, discutimos os aspectos históricos da educação de surdos em escala global, com base no contexto europeu como ponto de partida; a subsequente subseção aprofundou no histórico da educação de surdos no Brasil e nas políticas públicas educacionais de apoio a essa população. Por último, na última subseção, apresentamos os resultados da pesquisa bibliográfica sobre educação de surdos e sua preparação profissional, abrangendo artigos científicos, dissertações e teses.

2.1 Delineando conceitos: diferenciando os termos surdez, deficiência auditiva e surdo

Para este trabalho, é fundamental estabelecer definições e distinções entre os termos "surdez," "deficiência auditiva" e "surdo." O termo "surdo" implica potencialidades individuais, enquanto "surdez" e "deficiência auditiva" estão associados a uma perspectiva médica limitadora. É importante notar que esses conceitos, discutidos ao longo deste tópico, sofreram modificações ao longo da história.

De acordo com Alpendre (2008), a expressão "deficiente auditiva" está vinculada a um contexto clínico-terapêutico, enquanto o termo "surdo" está relacionado a uma perspectiva mais social e cultural. No presente trabalho, utilizaremos o termo "surdo." No que diz respeito às concepções de "surdez" e "deficiência auditiva," Abreu (2020) destaca a existência de uma abordagem médico-biológica que embasa essas categorias, conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS). Por outro lado, a noção de "surdo" tem uma interpretação socioantropológica influenciada por vínculos culturais e grupais, que será explorada nas próximas seções (Abreu, 2020).

A OMS classifica a surdez com base na perda auditiva, categorizando-a como leve (incapacidade de ouvir sons abaixo de 26 decibéis a 40 decibéis), moderada (incapacidade de ouvir sons de 41 decibéis a 60 decibéis), severa (incapacidade de ouvir sons de 61 decibéis a 80 decibéis) e profunda (impossibilidade de ouvir sons com índice maior que 81 decibéis) (Abreu, 2020). Além disso, segundo a OMS, a perda auditiva pode ser classificada em três tipos:

Com relação às características da perda auditiva, a OMS classifica três tipos: 1) perda condutiva, quando existe uma alteração na condução aérea do estímulo sonoro pela orelha externa ou média; 2) perda neurossensorial, quando ocorre uma perda de células ciliadas da cóclea e/ou nervo auditivo, afetando a percepção de diversos sons, comprometendo, assim, a percepção do estímulo sonoro; 3) perda mista, quando ocorrem alterações na orelha externa e/ou na orelha média e na orelha interna (OMS, 2007, apud Abreu, 2020, p. 714).

A deficiência auditiva pode ser compreendida como uma limitação ou impedimento no acesso aos estímulos sonoros em razão de possíveis alterações no sistema auditivo e/ou nas vias auditivas (Nunes *et al.*, 2015). Essa condição pode ser influenciada por três fatores: i. lesões no ouvido médio, interno, unilateral, bilateral, entre outros; ii. momento em que ocorreu a perda auditiva, seja antes ou depois de o indivíduo adquirir a linguagem falada; e iii. a intensidade dessa perda, que pode variar de uma surdez leve a profunda (Nunes *et al.*, 2015).

É evidente que a abordagem médica da deficiência auditiva tende a encarar o indivíduo como se precisasse de correção, um aspecto que será analisado criticamente, sem prescrições, ao explorarmos os aspectos históricos da educação de surdos. Nas palavras de Vygotsky (1991), a deficiência transcende a mera construção biológica, sendo também uma construção social moldada pelas experiências dos indivíduos. Essas experiências precisam ser consideradas no processo de definição e compreensão da surdez.

Ao lidar com a deficiência auditiva, Abreu (2020) argumenta que definir um surdo exclusivamente com base no tipo de perda auditiva é um equívoco. É fundamental considerar a integralidade do indivíduo, incluindo a dimensão social que se desenvolve a partir da sua experiência educacional, o tipo e a qualidade da comunicação que ele vivencia, o contexto social em que está inserido e a comunidade de ouvintes com a qual interage. É por meio dessas interações que o indivíduo se desenvolve.

Uma visão alternativa e mais abrangente da surdez é apresentada pela perspectiva socioantropológica proposta por Skliar (1998), que difere substancialmente da abordagem clínica mencionada anteriormente, a qual classifica os indivíduos com base em seu grau de perda auditiva.

Nessa concepção, a criança surda precisa adquirir a primeira língua de sinais de seu país – no caso do Brasil, a Libras e, por meio dela, desenvolver sua capacidade da linguagem e do pensamento como suporte para acessar uma segunda língua, no caso, a língua portuguesa. Na visão socioantropológica, a surdez é vista como uma diferença cultural e linguística (Abreu, 2020, p.715-716).

Na perspectiva socioantropológica, a surdez é encarada como uma diferença cultural e linguística. Nessa visão, o surdo é considerado um indivíduo que desenvolve sua atividade simbólica por meio da Língua de Sinais.

Dentro dessa abordagem, a surdez é compreendida como uma diferença linguística em que o sujeito utiliza a Língua de Sinais para se comunicar. Isso dá origem à proposta do bilinguismo, que permite ao surdo criar uma identidade bicultural, facilitando sua comunicação e interação tanto com seus pares surdos quanto com os ouvintes.

Nesse contexto, estudos de Sá (2002), Strobel (2009) e Quadros e Cruz (2011) sobre línguas de sinais demonstram que os surdos conseguem adquirir essas línguas com rapidez, proporcionando-lhes acesso a uma linguagem própria, adequada às suas especificidades, permitindo uma comunicação completa e eficiente, semelhante àquela desenvolvida pela comunidade ouvinte. O surdo é reconhecido como um sujeito cognitivamente capaz de se desenvolver e se comunicar, construindo laços socioculturais próprios e diferentes da comunidade ouvinte.

Morin (2000) ressalta que a humanidade é caracterizada pela diversidade, levando em consideração as várias condições físicas, mentais, sociais e culturais dos indivíduos. Nesse contexto, o surdo é mais uma manifestação dessa diversidade, e suas especificidades linguísticas e socioculturais devem ser valorizadas e respeitadas.

É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno (Morin, 2000, p. 49-50).

Considerando as reflexões realizadas sobre surdez, deficiência auditiva e surdo, é possível avançar em nosso trabalho e discutir a história da educação dos surdos, demarcando as principais lutas e conquistas desta população em prol da construção de uma educação e de uma sociedade mais inclusivas. Cabe ressaltar que utilizamos neste trabalho a definição socioantropológica de surdo (Skliar, 1998; Abreu, 2020), reconhecendo a cultura, a especificidade e a história de luta da comunidade surda.

2.2 Histórico da educação de surdos: apontamentos a partir do contexto europeu

Nesta subseção, discutiremos os principais fatos históricos envolvendo a educação de pessoas surdas. Para tanto, recorreremos a estudos que registrassem as primeiras experiências educativas desta população (Strobel, 2006; Strobel, 2009; Nobre, 2015; Silva; Campos, 2017; Freire; Vieira; Saldanha, 2021), dando ênfase aos marcos históricos europeus, levando em consideração sua influência na educação de surdos no Brasil. Além disso, abordaremos as discussões relacionadas à discriminação e à luta pelo direito à educação ao longo do texto.

Strobel (2009) pontua que os surdos têm sido interpretados de diferentes formas ao longo da história e de acordo com a sociedade estudada. Destaca que durante a Antiguidade, especialmente na Grécia Antiga e na Roma Antiga, as crianças surdas tinham como destino a morte, a escravidão ou o abandono. Entendia-se que uma pessoa surda não poderia contribuir ativamente com a sociedade helênica (Strobel, 2009).

Todavia, as sociedades egípcia e persa tinham outra percepção em relação às pessoas surdas. Os surdos eram considerados pessoas privilegiadas, emissários divinos, promovendo uma conexão entre o mundo terreno e o divino. Strobel (2009) pondera que, apesar do grande prestígio, os surdos não eram educados, tampouco tinham uma vida socialmente ativa.

Posteriormente, na Idade Média, os surdos foram alvo de intensas perseguições: “não davam tratamento digno aos surdos, colocavam-nos em imensas fogueiras. Os surdos eram sujeitos estranhos e objetos de curiosidades da sociedade” (Strobel, 2009. p. 19). Silva e Campos (2017) comentam que, no período medieval, a deficiência era explicada como uma “maldição”, uma resposta aos pecados, o que justificava a exclusão e a morte de pessoas destoantes daquilo compreendido como “normal”.

Fernandes (2012) aponta que, além de os surdos serem vistos como sujeitos pecadores, também eram vistos como ineducáveis, na medida em que não poderiam se

desenvolver intelectualmente sem o uso da fala. Considerando a influência da filosofia grega neste período, tal ideia foi reiterada a partir dos escritos do filósofo grego Aristóteles. Strobel (2009) pontua que o pensador helênico acreditava que, de todos os sentidos, a audição era a mais fundamental para o desenvolvimento da inteligência e do conhecimento. Neste sentido, os nascidos surdos-mudos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão” (Strobel, 2009. p. 18-19). Conforme observado por Nakagawa (2012):

As bases aristotélicas que articulam voz, fala, linguagem e pensamento fundaram, no mundo ocidental, compreensões sobre o sujeito surdo que ainda hoje não só ecoam no senso comum, como sustentam uma série de medidas (políticas, pedagógicas, culturais, médicas etc.) em relação a esse grupo. Os silogismos que se criaram a partir dessas premissas deslocaram o indivíduo surdo para um espaço marginal, em que deveria ser curado, domado, sacrificado, abandonado, cuidado etc. – frequentemente em uma posição de subjugação, opressão ou tutela do “homem normal” (Nakagawa, 2012, p. 11).

A discussão acima revela que a educação do surdo durante a Idade Média não era uma prioridade. Contudo, Nobre (2015) evidencia um fato importante neste período: a Idade Média foi um período marcado por casamentos entre nobres da mesma família (casamentos consanguíneos), e tais uniões aumentavam a probabilidade de os descendentes nascerem com algum tipo de deficiência, entre elas a deficiência auditiva.

Acredita-se que este fato tenha sido fundamental para o interesse na educação dos surdos, considerando o fato de a educação dos nobres no medievo ser promovida pela Igreja Católica (Nobre, 2015). Apesar de a Igreja promover distinção no processo educativo dos surdos e dos ouvintes, na medida em que os surdos não eram capazes de pronunciar os sacramentos, a possibilidade de os surdos se expressarem por gestos e mímicas passou a ser permitida aos poucos, posto que tais sujeitos poderiam ser salvos se fossem cristianizados (Silva; Campos 2017; Freire; Vieira; Saldanha, 2021).

Torna-se evidente o surgimento de uma nova configuração social na qual os surdos passaram a ter oportunidades de comunicação e maior visibilidade. Isso ocorreu pela presença de um conjunto de demandas da nobreza, que se articulou junto à Igreja, a instituição social mais influente da Idade Média. Esse contexto, marcado pela interação entre a nobreza e a Igreja, criou um ambiente propício ao desenvolvimento de estratégias que permitiram aos surdos se comunicar e participar mais ativamente da sociedade da época. Com o advento do Renascimento durante a Baixa Idade Média, ocorrem mudanças significativas no modo como o surdo passa a ser compreendido. A religiosidade perde

espaço para a razão e, nesse contexto, a visão sobre a surdez também muda: de uma figura inicialmente associada ao pecado e à maldição, passa-se a compreender o surdo como um sujeito que precisa ser medicalizado de modo a fazer parte da comunidade ouvinte (Silva; Campos, 2017).

Já na Idade Moderna, Strobel (2009) aponta uma mudança essencial no que se refere à educação de surdos. Pelo uso de sinais, a aprendizagem dos surdos passa a ser defendida, tendo em vista a aprendizagem da leitura e da escrita. Passa-se assim a olhar para a língua de sinais como uma possibilidade de desenvolvimento dos surdos. Autores como Strobel (2009), Silva e Campos (2017) e Freire, Vieira e Saldanha (2021) apontam que foi a partir das ideias do médico e filósofo italiano Girolano Cardano que outros ouvintes se interessaram pela educação desta população.

Seguindo a perspectiva de que o surdo tem plenas condições para o aprendizado, o Padre Pedro Ponce de León (1510-1584) funda uma escola voltada para a aprendizagem de surdos na cidade de Madrid, Espanha. Na sua prática pedagógica, Ponce de León fazia uso da dactilologia, escrita e oralização, como metodologia de ensino dos surdos. Para fortalecer seu método e ampliar o grupo de surdos comunicadores, ele criou a escola para professores de surdos (Strobel, 2009; Freire; Vieira; Saldanha, 2021).

Conforme discutido por Guarinello (2007), o padre tinha a intenção de ensinar a língua oral aos surdos e, para facilitar sua aprendizagem, ele recorria ao alfabeto manual, no qual cada letra correspondia a uma configuração específica das mãos. Como destacado por Silva e Campos (2017), esse alfabeto manual utilizado por Ponce de León teve suas raízes nos gestos criados por monges que, em razão do voto de silêncio que haviam feito, utilizavam esses gestos como meio de comunicação.

Por consequência, Ponce de León emerge como uma figura de destaque nos primórdios da educação de surdos, principalmente por sua crença na capacidade de aprendizado desses indivíduos. No entanto, é importante ressaltar que, nesse período, apenas os surdos pertencentes à nobreza tinham acesso a esse tipo de educação, o que evidencia a influência significativa de fatores de classe no acesso às escolas.

Contemporaneamente a Ponce de León, destaca-se Juan Pablo Bonet (1573-1633), que introduziu uma proposta inovadora no ensino de surdos, desenvolvendo métodos para lhes ensinar a ler e a falar por meio do alfabeto manual. Em 1620, Bonet publicou o livro "Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos", no qual enfatizou a importância de estimular a fala dos surdos o mais cedo possível. Seu método foi

considerado inovador e serviu como modelo para toda a Europa (Strobel, 2009; Freire; Vieira; Saldanha, 2021). De acordo com Nobre (2015), nesse período, outros países, como França, Inglaterra e Alemanha, também iniciaram a educação de surdos.

Ainda na Idade Moderna, Strobel (2009) destaca a figura do médico inglês John Bulwer (1606-1656), que publicou diversos escritos relacionados à educação de surdos. Bulwer defendia o uso do alfabeto manual, da língua de sinais e da leitura labial como ferramentas essenciais para o desenvolvimento dos surdos (Strobel, 2009; Freire; Vieira; Saldanha, 2021). Além disso, Johan Conrad Amman (1669-1724), médico suíço, desenvolveu o método da leitura labial (Strobel, 2009). Esse período foi caracterizado pelo desenvolvimento de diversos métodos de ensino para surdos, embora não haja registros detalhados do processo de aprendizagem dos surdos nem da sua aceitação pela comunidade.

Uma das figuras mais notáveis desse período foi o educador e abade francês Charles Michel de L'Épée (1712-1789), que reconheceu a eficácia da língua de sinais no desenvolvimento dos surdos. Ele defendia que a melhor forma de comunicação para os surdos era por meio dos gestos (Perboni; Macedo, 2022). De acordo com Reily (2007), L'Épée percebeu a fluência na comunicação entre as irmãs surdas e argumentou que poderia alcançar o espírito dos surdos pelo uso de sinais.

L'Épée fundou o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris, a primeira escola pública para surdos do mundo, o que provocou o estabelecimento de escolas para surdos em todo o mundo (Nobre, 2015). Sacks (1990) relata que esse período marcou diversas conquistas na história dos surdos, tirando-os da obscuridade que haviam vivenciado por anos, proporcionando-lhes maior espaço na sociedade. Contemporaneamente a L'Épée, o educador alemão Samuel Heinicke (1727-1790) estabeleceu a primeira escola pública baseada no método oral, tornando-se um precursor do oralismo,² um método que perdurou por muitos anos no processo educativo dos surdos.

Em 1880, ocorreu o Congresso de Milão, um evento significativo para a comunidade surda, que visava a discutir o melhor método para a educação dos surdos. O método oralista foi escolhido pelo Congresso como o mais adequado, resultando na proibição do uso da língua de sinais nas escolas para surdos (Strobel, 2009; Freire; Vieira;

² O Oralismo é um método de ensino destinado à comunidade surda. Mais detalhes sobre o Oralismo serão evidenciados ao longo dos próximos tópicos.

Saldanha, 2021). O Congresso envolveu debates intensos, apresentações e votações, culminando na decisão de privilegiar o oralismo como método predominante:

[...] contando com poucas e isoladas oposições: às escolas de surdos cabia o ensino da fala como meio de inserção do surdo em um mundo ouvinte. Os gestos? Que fossem banidos. As práticas bimodais que utilizavam sinais em simultaneidade com a fala também foram rejeitadas. O oralismo puro, como acordado por grande parte dos mais de 170 membros do Congresso (em sua quase totalidade ouvintes), foi apontado como a melhor abordagem para a educação de surdos (Nakagawa, 2012. p. 19).

De acordo com Strobel (2009, p.33):

Havia 164 delegados no evento, uma boa maioria de franceses e italianos a favor do oralismo, que votaram pela proibição de sinais nas escolas da época. Apenas Estados Unidos e Inglaterra eram a favor do uso da língua de sinais. Os próprios educadores surdos foram proibidos de votar. Com a influência de Grahm Bell pelas criações de aparelhos auditivos, admirados e cridos como uma solução para a “cura” da surdez, o Congresso finalizou com a aprovação do método oral, único e exclusivo para a educação de surdos.

De acordo com Goldfeld (1997), o oralismo foi defendido no congresso por nomes de importância na comunidade como Alexander Graham Bell e Samuel Heinicke (2007), que apontam que os professores dos surdos não tiveram direito a voto, o que é historicamente problematizável, uma vez que eram os sujeitos que tinham contato direto com os surdos e com o seu desenvolvimento. Foram determinações do Congresso, segundo Silva e Campos (2017):

A fala é incontestavelmente superior aos sinais e deve ter preferência na educação dos surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado. Nessa perspectiva, o método oral foi adotado em vários países da Europa, acreditando-se que esta seria a melhor maneira para os surdos receberem instrução no ambiente escolar. Foi uma fase de grande importância para se entender o processo que se deu na educação dos surdos, quando eles já estavam em uma situação diferenciada, sendo instruídos, educados e usuários de uma língua que lhes permitia conhecimento de mundo, uma determinação mundial lhes colocou de novo em uma posição submissa, proibindo-os, a partir daquela data, de usar a língua que lhes era de direito (Silva; Campos, 2017, p. 10-11).

Observa-se que foram diversas as proibições estipuladas, incluindo a proibição do uso da linguagem gestual, do alfabeto manual, da comunicação visual e das práticas bimodais, que envolviam o uso de sinais em conjunto com a fala. A proibição mais significativa, no entanto, foi a da língua de sinais em favor do método oralista. Isso resultou em um longo período em que os surdos viveram sem uma forma eficaz de comunicação. Além disso, as pesquisas nessa época estavam principalmente focadas na

deficiência auditiva e na falta de audição, em vez de considerar as necessidades de comunicação e linguagem específicas da comunidade surda:

Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais foram reguladas pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente, que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos (Skiliar, 1998, p.1).

As metodologias de ensino adotadas pelo oralismo resultaram em diversas consequências negativas, já que os surdos simplesmente repetiam mecanicamente as palavras sem compreender seu significado, o que as descontextualizava. Apesar das controvérsias, o Congresso de Milão marcou um ponto de virada na história da educação dos surdos, desencadeando uma série de reformulações nas estruturas, currículos e metodologias de várias instituições.

Pode-se concluir que as decisões tomadas no Congresso visavam a tornar os surdos semelhantes aos ouvintes, sem considerar que eles são sujeitos que precisam desenvolver habilidades para além da fala. Em relação ao método oralista, Kézio (2016) destaca que:

Para o Oralismo, surdez é uma deficiência que necessita ser minimizada, visando a que o surdo viva e seja igual ao ouvinte. A fim de atingir sua meta, os oralistas trabalham com um conjunto de especialistas médicos e terapêuticos, tais como, neurologistas, fonoaudiólogos, psicólogos e otorrinolaringologistas, aproveitando resíduos auditivos caso existam, (por meio do aparelho). O Método Oralista tornou-se dominante e, conseqüentemente, a educação Oral apoderou-se, expulsando do meio educacional os professores surdos e banindo a Língua de Sinais, que fora considerada uma ameaça à Oralização (Kézio, 2016. p. 170-171).

Sob um paradigma medicalizante, o oralismo considerava que o surdo precisava ser "curado" pelo aprendizado da fala. Capovilla e Raphael (2001, p. 1482) indicam que, na Inglaterra, apenas 25% dos surdos com 15-16 anos de idade, que utilizaram o método oralista, conseguiram se formar com capacidade para articular a fala. Quanto à leitura e escrita, os autores relatam que 30% eram analfabetos, e menos de 10% tinham um nível de leitura adequado para sua idade. Esses dados evidenciam a insuficiência do método oralista e sua incapacidade de promover avanços significativos para os surdos (Capovilla; Raphael, 2001).

Zanoni e Santos (2014) também examinaram resultados de pesquisas relacionadas ao oralismo em surdos americanos e demonstraram os resultados insatisfatórios desse método, comparando-os com surdos que eram filhos de pais surdos e utilizavam a linguagem de sinais. Isso levou ao surgimento da Comunicação Total, um método que preconiza que os surdos tenham acesso à linguagem oral por meio da leitura labial, amplificação sonora (por meio de aparelhos), linguagem de sinais e alfabeto manual, permitindo que se expressem tanto pela fala quanto pelos sinais.

Os dados descritos pelos autores supracitados destacam a ineficácia do oralismo no desenvolvimento dos surdos, por não considerar sua singularidade. Nesse contexto, Wrigley (1996) argumenta que o período de proibição da língua de sinais na história dos surdos foi marcado por decepção, uma vez que os surdos foram novamente excluídos e forçados a se conformar com as normas estabelecidas pela sociedade. Portanto, acredita-se que os 100 anos de predominância do oralismo tiveram impactos negativos significativos no desenvolvimento dos surdos, em sua cultura e na língua de sinais, que poderia ter evoluído consideravelmente nesse período se não tivesse sido proibida.

No entanto, Abreu (2020) destaca que a comunidade surda se mobilizou em busca de abordagens de ensino-aprendizagem que respeitassem sua singularidade e cultura: "Com a proibição do uso de sinais durante a supremacia do oralismo, a comunidade surda encontrou uma maneira de se organizar, o que levou ao desenvolvimento e à expansão da língua de sinais em todo o mundo" (Abreu, 2020, p. 715).

Nos anos 1960, na Suécia, surgiu uma nova abordagem de ensino-aprendizagem para surdos: a Comunicação Total. Essa abordagem se baseava na ideia de que o surdo deveria ter acesso à linguagem oral por meio de vários recursos, incluindo leitura labial, amplificação sonora (por meio de aparelhos), linguagem de sinais e alfabeto manual. A Comunicação Total utilizava tanto a linguagem falada quanto a sinalizada para promover a aprendizagem dos surdos (Boller; Perboni; Macedo, 2022). Kézio (2016, p.174) destaca que a Comunicação Total

[...] trabalha simultaneamente com a língua oral e a sinalizada, denominando essa forma comunicativa de bimodalismo, um dos recursos utilizados por essa Filosofia no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes. Acredita-se que essa forma de ensino permitirá ao aluno surdo decodificar as regras da língua falada na escrita, que deverá aprender por intermédio da língua de sinais.

A partir deste método, observa-se o início da valorização da língua de sinais para o desenvolvimento dos alunos surdos, embora ainda de forma insuficiente. A Comunicação Total incorporava a Língua de Sinais no processo de ensino dos surdos, mas eles enfrentavam dificuldades na aquisição da leitura e da escrita. Mesmo com a melhoria na comunicação entre surdos e ouvintes pelo uso do oralismo, notou-se que as habilidades relacionadas à leitura e escrita ainda eram insatisfatórias (Kézio, 2016).

Torna-se evidente que as práticas da Comunicação Total não respeitavam as características linguísticas da Língua de Sinais, considerando-a apenas como um auxílio para o desenvolvimento da aprendizagem, não como o principal elemento da comunicação entre surdos. Dessa forma, os surdos começaram a valorizar ainda mais a importância da língua de sinais, passando a considerá-la sua primeira língua (Kézio, 2016).

Diante dos insucessos em integrar os surdos à comunidade ouvinte por meio da oralização, a língua de sinais passou gradualmente a ser reconhecida como uma língua independente da oral. A partir dos anos 1980, a ideia de que os surdos deveriam ter a língua de sinais como sua primeira língua e a língua oral (escrita e/ou falada) como a segunda ganhou força. Nesse contexto, o Bilinguismo adquiriu relevância, conferindo à língua de sinais o status de uma língua com regras e estruturas próprias, distintas da língua oral (Strobel, 2009; Zanoni; Santos, 2014).

Considerando a discussão realizada ao longo desta subseção, apresentamos o Quadro 1 com os principais marcos de lutas e direitos dos surdos, com foco na educação dos surdos no período de 1200 até 2021. Dentro desse lapso de tempo, é possível observar que a trajetória do surdo é marcada por acontecimentos que moldaram suas vidas ao longo dos séculos, percorrendo caminhos que envolvem exclusão, segregação, integração e inclusão. No período de exclusão, o surdo era sujeito a discriminação e privado de qualquer forma de interação, como se fosse invisível para a sociedade. Na fase de segregação, as pessoas com deficiência eram direcionadas para ambientes, muitas vezes entidades religiosas ou filantrópicas, onde eram excluídas do convívio social.

Na integração, indivíduos com deficiência tinham a oportunidade de serem inseridos na sociedade, porém a aceitação estava condicionada à ideia de que eles precisavam atender a um nível de competência compatível com os demais e superar as barreiras existentes.

A inclusão, por sua vez, visa à construção de uma sociedade inclusiva, que aceita e valoriza as diferenças de cada indivíduo. A diversidade é uma de suas principais características, prevendo a convivência de pessoas de diferentes nacionalidades, gêneros, religiões, cores, idades e deficiências. Durante muitos anos, esses critérios foram utilizados como justificativa para a exclusão das pessoas com deficiência, incluindo os surdos. A inclusão busca o respeito por todos e luta por uma sociedade livre de preconceitos.

Quadro 1 - Concepções na evolução da Educação de Surdos.

Ano	Principais concepções
1200	As pessoas surdas não eram consideradas seres pensantes, uma vez que a capacidade de raciocínio era diretamente ligada à fala. Logo, elas eram consideradas incapazes de pensar, sendo comparadas a seres parecidos com animais irracionais.
1500	Aproximadamente no fim da idade média, começaram a surgir pesquisas a respeito da surdez. As famílias nobres que tinham herdeiros surdos tinham interesse em compreendê-los e integrá-los na sociedade com a finalidade de não perder as riquezas familiares.
1576	O estudioso Cardano, que tinha interesse em ajudar seu filho surdo, desenvolveu pesquisas e descobriu que a escrita representava ideias e pensamentos, não somente ideias faladas.
1854	Leon dominava muitas ciências e seu trabalho foi reconhecido por toda a Europa, a ele conferiu-se o crédito da descoberta de que a pessoa surda era capaz de realizar atividades diversas, como qualquer ser humano, inclusive, a de raciocinar.
1663	Após a descoberta de que a escrita não estava relacionada à audição de palavras, o padre Espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633) criou o alfabeto manual.
1806	Thomas Braidwood foi o educador que criou um método, por meio do qual se deveria usar o alfabeto manual com as duas mãos. Este é, atualmente, usado em seu país. Os seus estudantes aprendiam palavras escritas, seu significado, sua pronúncia e a leitura orofacial. Braidwood fundou a primeira escola para as pessoas surdas na Grã-Bretanha, que mais tarde foi transferida para a Inglaterra.
1787	Thomas Gallaudet foi outro educador que, mais tarde, fundaria a primeira faculdade para as pessoas surdas, chamada atualmente de Universidade Gallaudet, localizada em Washington, nos Estados Unidos, fundada em 1864, em Washington, Gallaudet usou o método de L'Épée, método do oralismo, o mais utilizado por todas as instituições de ensino para as pessoas surdas.
1789	Charles-Michel de L'Épée defendeu o uso da língua de sinais em detrimento do oralismo, método que obrigava as pessoas surdas a falar oralmente. L'Épée fazia um trabalho filantrópico e para isso aprendeu a língua de sinais para se comunicar com as pessoas surdas e ensinar a elas.
1838	Jean-Marc Itard passou a questionar a origem da surdez, fazendo experiências que torturavam as pessoas surdas, inclusive levando uma delas a óbito.
1880	Em 1878 aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, que reuniu a maioria das Instituições de Língua de Sinais para discutir qual era o melhor método para utilizar na educação das pessoas surdas. Definiu-se como sendo os mais adequados a leitura labial e os 'gestos'. Porém, em 1880, no II Congresso Mundial de Surdos-Mudos em Milão, por votação, foi escolhido o Oralismo (método de ensino, por meio da fala) como melhor método para uso e ensino dos estudantes surdos

Ano	Principais concepções
1960	Comunicação total: concepção que nasceu nos Estados Unidos nos anos 1960 e chegou ao Brasil nos anos 1980, propõe o uso simultâneo de diversos recursos para a comunicação com os surdos, abrangendo oralização, sinalização e uso de sinais para tentar uma correspondência com a língua oral.
1970	Bilinguismo: nasceu na Suécia nos anos 1970 e chegou ao Brasil nos anos 1990. Nesse modelo, língua de sinais e língua oral são usadas em momentos distintos e não há tentativa de fazer a língua de sinais corresponder à língua oral. A língua de instrução para as pessoas surdas é a língua de sinais e a língua oral do país é ensinada na modalidade escrita. A participação do intérprete é muito importante.
2021	Lei nº 14.191, de 2021, apresenta a modalidade de educação bilíngue de surdos Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN).

Fonte: Elaborado pela autora com base em Strobel (2009), Freire, Vieira e Saldanha (2021).

Ao analisar a linha do tempo apresentada acima, compreende-se que as pesquisas relacionadas à surdez tiveram início no século XV. Diversos estudiosos propuseram metodologias variadas para a educação de surdos, muitas das quais sem sucesso, a maioria delas baseadas no oralismo. Somente em 1970, foi desenvolvida uma metodologia eficaz que considerava as particularidades dos surdos, conhecida como bilinguismo. Esse método, originado na Suécia, utiliza a Língua de Sinais, que contempla a especificidade do surdo, e chegou ao Brasil em 1990.

Na próxima subseção, discutiremos a história da educação de pessoas surdas no Brasil, com destaque para outros dois importantes paradigmas educacionais: a Comunicação Total e o Bilinguismo.

2.3 A História da educação de surdos no Brasil

Antes da criação do Instituto Imperial, em 1854, o Colégio Nacional para Surdos-Mudos foi estabelecido no Brasil, atendendo a pedidos do professor francês Ernest Huet. Essa iniciativa fez parte da reforma educacional liderada por Couto Ferraz, membro do Conselho de Estado e figura política relevante no período imperial. O Colégio Nacional tinha como um de seus principais objetivos a promoção de uma formação que contribuísse para a construção de uma identidade nacional, civilizandando a população e implementando um currículo padronizado para todas as províncias.

Nesse contexto histórico, de acordo com Jannuzzi (2006), o império oferecia bolsas de estudo para nobres e órfãos frequentarem instituições privadas, como o Asilo dos Meninos Desvalidos (fundado em 1874) e a Casa de São José (fundada em 1888), onde muitos surdos foram acolhidos. Isso reflete uma abordagem assistencialista na

educação desses indivíduos, com o objetivo de retirá-los das ruas, conforme destacado por Schlunzen, Di Benedetto e Santos (2012).

A história da educação dos surdos é repleta de eventos significativos que moldaram suas vidas ao longo dos séculos. D. Pedro II mostrou interesse pessoal na criação de uma instituição dedicada à educação desses indivíduos. Schlunzen, Di Benedetto e Santos (2012) observaram que o genro do imperador, o Conde D'Eu, casado com a Princesa Isabel, era profundamente surdo, assim como o neto do imperador. O acesso ao Instituto Imperial, inicialmente, era restrito, excluindo meninas surdas em razão de obrigações familiares. Essa restrição inicial destacou não apenas a discriminação enfrentada pela comunidade surda, mas também as desigualdades de gênero profundas que marcaram o Instituto. Em um esforço para reduzir a desigualdade social, o governo imperial promulgou a Lei nº 939 em 26 de setembro de 1857, alocando recursos para estabelecer uma pensão que oferecia vagas para doze alunos em situação de vulnerabilidade social, custeados pelo governo.

Nesse contexto, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos transformou-se no Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. O currículo do INES, que inicialmente durava cinco anos, incluía matérias como leitura, escrita, doutrina cristã, aritmética, geometria elementar, desenho linear, história, geografia, português, francês e contabilidade (Brasil, 1868). Em 1873, o decreto 5.435 estendeu a duração dos cursos para seis anos e introduziu novas oficinas, direcionadas por artífices dos arsenais de Guerra e da Marinha, para atender às necessidades do Império (Brasil, 1873). No entanto, é evidente que havia uma preocupação limitada com a preparação dos surdos para o mundo do trabalho, com a ausência de cursos profissionalizantes e uma ênfase marcante no assistencialismo nas políticas voltadas para a população surda.

A partir dos insucessos em considerar o português como língua principal na educação dos surdos, estudiosos de várias nações começaram a reconhecer a língua de sinais como a língua primária, dando o primeiro passo para o aprendizado da língua majoritária da sociedade ouvinte, seja na forma oral ou escrita (Strobel, 2009; ZanonI; Santos, 2014).

A relevância da língua de sinais no Brasil começou a crescer no século XX, especialmente após a organização da comunidade surda a partir de 1930. Nesse período, surgiram as primeiras associações, inicialmente dominadas pela ideia predominante do oralismo e pelo controle exercido pelos ouvintes. Com o tempo, essas associações

ganharam força e passaram a ser lideradas pelos próprios surdos, tirando o controle das mãos dos ouvintes.

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 garantiu o direito à educação para todos, fortalecendo os movimentos sociais, resultando em várias lutas pela inclusão dos surdos nas escolas. Souza e Santos (2019) destacam que, durante esse período, a comunidade surda brasileira se organizou e passou a lutar por seus direitos, promovendo mudanças nos métodos de ensino dos surdos pela inclusão de comunicação gestual-visual na prática pedagógica dos professores. A disseminação da Comunicação Total a partir da década de 1960 popularizou o uso da língua de sinais, embora ainda fosse considerada uma linguagem de apoio em relação à língua oral.

Na década de 1960, William Stokoe realizou um estudo linguístico que demonstrou que a língua de sinais era equivalente às línguas orais. Esse estudo representou um marco na história dos surdos, que passaram a reivindicar o reconhecimento da língua de sinais, conquistando avanços na promoção da comunicação total. Movimentos sociais apresentaram leis e decretos em diversos países em busca do reconhecimento oficial da língua de sinais, dando à comunidade surda um novo impulso para buscar uma educação mais inclusiva e feliz, em contraste com as dificuldades enfrentadas durante os tempos da ditadura do oralismo.

É relevante destacar que, visando a consolidar e a ampliar seus direitos, a comunidade surda estabeleceu a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS em 16 de maio de 1987. A Feneis surgiu com o propósito fundamental de assegurar os direitos da população surda, com foco especial na promoção do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (Silva; Campos, 2017). Por meio das ações empreendidas pela Feneis, um marco significativo foi alcançado para a população surda: a promulgação da Lei nº 10.436/02, que oficialmente reconheceu a Libras como a língua oficial de comunicação da comunidade surda brasileira.

Vale ressaltar que a Declaração de Salamanca (1994) fortaleceu o direito à educação das pessoas com necessidades especiais (Brasil, 1994). No Brasil, a Lei 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação, garantindo o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades especiais. No entanto, de acordo com Lira (2003), foi com a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, que tratou da acessibilidade, que o Brasil se alinhou às tendências globais de inclusão social. Os surdos, assim como outros grupos com necessidades especiais, foram gradualmente integrados a diferentes

esferas da sociedade. Indivíduos que anteriormente enfrentavam exclusão social, física, cultural, educacional e produtiva agora têm novas perspectivas.

A entrada dos surdos nas escolas marca um novo capítulo na história desses indivíduos. Felipe (2009) argumenta que, à medida que os surdos se envolveram na política, começou-se a classificar as pessoas com deficiência auditiva como deficientes auditivos (DA) ou pessoas com necessidades educativas/educacionais especiais. No entanto, movimentos surdos, tanto nacionais quanto internacionais, têm trabalhado para que a sociedade os reconheça como pessoas com suas próprias culturas, identidades e línguas (Felipe, 2009).

Conforme Mendes (2017), as primeiras iniciativas oficiais no Brasil em relação à educação de pessoas com deficiência remontam à era imperial. No entanto, no que diz respeito às políticas públicas sistematizadas para a área da Educação Inclusiva, pode-se considerar que o histórico dessas ações ainda é relativamente recente. A legislação brasileira passou a abordar de maneira mais abrangente a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo os surdos, com o advento do período bilíngue, que se iniciou por volta de 1960 e chegou ao Brasil em 1990.

Diante desse contexto, a educação dos surdos ganhou novos rumos. Em 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436/02, a Língua Brasileira de Sinais - Libras foi oficialmente reconhecida como um meio legítimo de comunicação e expressão (Brasil, 2002). Anos mais tarde, em 2010, a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILS foi regulamentada pela Lei nº 12.319. Recentemente, em 2021, ocorreu uma alteração na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa modificação abordou a modalidade de educação bilíngue para surdos, que, anteriormente, fazia parte da educação especial.

A educação bilíngue envolve o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua. O Quadro 02 apresenta um recorte cronológico do período de 2002 a 2021, tendo em vista que a partir desse período a língua de surdos foi reconhecida e oficializada, no entanto foram criadas diversas leis e decretos garantindo a inclusão do surdo à sociedade, destacamos com referência às principais leis vigentes que tratam de direitos para as pessoas surdas.

Quadro 2 - Principais leis vigentes que tratam de direitos para as pessoas surdas de 2002 a 2021.

Legislação	Ano	Descrição
Lei nº 10.436	2002	Oficializa a Libras como a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil
Decreto Nº 5.626	2005	Regulamenta a Lei nº 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00
Lei nº 12.319	2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILS e dá outras providências
Lei nº 12.711	2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
Decreto nº 7.824	2012	Regulamenta a Lei no 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
Lei nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão – LBI
Lei nº 13.409	2016	Altera a Lei no 12.711/12, para dispor sobre a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
Decreto nº 9.034	2017	Altera o Decreto nº 7.824/12, que regulamenta a Lei nº 12.711/12
Decreto Nº 9.656	2018	Altera o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais
Lei nº 14.191	2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Fontes: Elaborado pela autora com base em Brasil, 2002, 2005, 2010, 2012, 2015, 2016, 2017, 2018, 2021.

A partir da reconstrução histórica da educação dos surdos no Brasil, observamos que a garantia deste direito foi processual, fruto de uma longa trajetória de contradições de classe e luta destes sujeitos por suas demandas em prol de reconhecimento linguístico e cultural. A comunidade surda garantiu uma série de direitos básicos, a exemplo do acesso às instituições de ensino, uso da língua de sinais, direito ao Atendimento Educacional Especializado - AEE³, presença do tradutor e intérprete de Libras⁴ em sala de aula. Todavia, apesar da garantia dos direitos acima mencionados, a comunidade ainda enfrenta desafios em seu exercício (Pagnussat, 2018).

Feita a presente contextualização histórica, apresentaremos, no próximo subtópico, uma discussão sobre o levantamento bibliográfico da educação de surdos e o mundo do trabalho no Brasil. Compreendemos que o levantamento bibliográfico é fundamental para a compreensão e interpretação dos dados produzidos em campo, visto que a língua materna do surdo foi reconhecida e oficializada dentro do recorte temporal.

³. O Atendimento Educacional Especializado – AEE está previsto no Decreto nº 7.611/2021, que normatiza a educação especial e o atendimento educacional especializado. O AEE é compreendido como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizado de modo a atender estudantes com deficiência ou com altas habilidades ou superdotação em instituições de ensino públicas e privadas.

⁴. O Tradutor e o Intérprete de Língua Brasileira de Sinais são profissões regulamentadas pela Lei nº 12.319/2010, que estabelece a competência destes profissionais em realizar a interpretação de duas línguas de maneira simultânea.

2.4 As Produções Acadêmicas Sobre a Educação de Surdos e a EPT atrelado a Associação de Surdos de Goiânia de 2012 a 2022

Nesta dissertação, que tem como tema de pesquisa as contribuições da ASG para a inserção das pessoas surdas no mundo do trabalho, conduzimos um levantamento bibliográfico. O objetivo foi descrever as principais produções acadêmicas relacionadas ao assunto e analisar suas contribuições para a nossa pesquisa (Ferreira, 2002). Realizamos essa busca em artigos científicos, dissertações e teses disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e *SciELO* Brasil.

O levantamento abrangeu um período de uma década, de 2012 a 2022. Essa escolha se deve ao fato de, nas duas últimas décadas, o Brasil ter implementado políticas públicas voltadas para os direitos das pessoas surdas. Um exemplo notável é a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial de comunicação para surdos. Além disso, o Decreto Nº 5.626, de 2005, regulamentou a Lei nº 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00. Em 2010, a Lei nº 12.319 regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILS. Recentemente, em 2021, a Lei nº 12.319/21 alterou a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos.

Essa escolha de período se justifica pela necessidade de analisar o processo de acessibilidade e inclusão de surdos em ambientes institucionais e no mundo do trabalho, bem como identificar se os direitos das pessoas surdas estão sendo efetivamente assegurados segundo o que as legislações constitucionais propõem. É importante ressaltar que conduzimos dois levantamentos de Teses e Dissertações na Biblioteca Digital Brasileira (BDTD), Google Acadêmico e *SciELO* Brasil.

A busca e seleção das obras ocorreu em março de 2021, atendendo aos seguintes critérios de inclusão: textos publicados na íntegra, disponíveis *online*, com período de publicação entre os anos de 2012 a 2022, e que contemplassem os seguintes descritores de modo individual e combinado: educação profissional e tecnologia, EPT, ensino profissional, mundo do trabalho, educação para o trabalho dos surdos, educação de surdos, formação profissional, associações de surdos e Associação de Surdos de Goiânia.

Ao aplicar tais filtros, utilizando-se as combinações de descritores com aspas e o operador booleano AND nas referidas bases de dados, foram identificados os trabalhos acadêmicos que serviram de ponto de partida para a definição do corpus desta pesquisa. Adotaram-se como critérios de exclusão artigos, teses e dissertações que não se relacionassem ao tema “a Educação de Surdos e a EPT atrelado a Associação de Surdos de Goiânia, cujos resumos não estivessem disponíveis, cujo idioma não fosse o português, bem como não se encontrassem no recorte temporal definido. Além disso, os estudos encontrados em mais de uma base de dados, foram considerados uma única vez.

Inicialmente, durante o levantamento nas bases de dados, encontramos 168 publicações. Após a seleção dos trabalhos, passou-se à leitura dos títulos, resumos e resultados descritos nos trabalhos, de modo que se obteve um levantamento final de 22 publicações, incluindo artigos, dissertações e teses, para aprofundar nossa pesquisa e discussão.

Os resultados qualitativos de revisão bibliográfica, a seguir descritos, baseiam-se na leitura destes trabalhos a partir dos quais foram selecionadas as publicações de interesse para discussão na pesquisa, pois apresentavam informações acerca da educação inclusiva de surdos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, além das contribuições das associações na vida dos surdos.

O Quadro 3 expõe o conjunto das obras levantadas, sendo esses artigos.

Quadro 3 - Mapeamento Temático – Educação Profissional e Educação de surdos artigos.

Título	Autor	Ano	Revista	Temáticas Analisadas
Educação Profissional para Surdos No IFB: Uma Proposta Possível?	Fonseca e Florindo	2012	Revista Eixo	1. Presença do surdo em cursos de profissionalizantes 2. Políticas educacionais
Inclusão de Aluna Surda no Ensino Profissionalizante em Escola Pública da Cidade de Londrina	Hidrata, Dutra e Storto	2013	Reveduc	1. Inclusão e trabalho 2. Formação de professores
A formação profissional do aluno surdo em uma escola técnica de nível médio	Castro	2018	Revista Educação Pública	1. Mundo do trabalho 2. Políticas linguísticas.
A contribuição social das associações de surdos para torná-los sujeitos atuantes na sociedade	Pagnussat	2018	Na. Pesq. e Ext. Unoesc São Miguel do Oeste	1. Planejamento integrado 2. Movimentos sociais de surdos 3. Política linguística
Associação de Surdos de São Paulo e a defesa pelos direitos linguísticos dos surdos.	Frazão e Lodi	2019	Revista Educação Especial	1. Planejamento integrado 2. Identidade coletiva 3. Políticas e ações para a inclusão escolar do aluno surdo.

Título	Autor	Ano	Revista	Temáticas Analisadas
A Inclusão de Alunos Surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Norte – Ifrn - Campus Natal Central	Henrique	2021	Cadernos de Educação Básica	1.Inclusão Escolar e suas características 2.O papel do intérprete como mediador na inclusão
A Inclusão de Alunos Surdos em um Instituto Federal: Pontos e Contrapontos	Freitas e Silva	2021	Rev. Prática Docente	1.Acessibilidade Políticas e ações para a inclusão escolar do aluno surdo.
Acessibilidade e inclusão de surdos na educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais: revisão de literatura	Sousa e Alvarenga	2021	Ensino e Pesquisa	1.Acessibilidade e preparação dos profissionais para a inclusão 2.Capacitação e preparação dos profissionais para a inclusão 3.A relevância de práticas pedagógicas integradas na inclusão
O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no IF SertãoPE	Xavier e Azevedo	2021	Ensino e Pesquisa	1.Criação de políticas de capacitação profissional 2.Práticas pedagógicas integradas na inclusão
Interface entre Educação Inclusiva e Educação Profissional e Tecnológica: uma Análise da Produção Acadêmica no Período entre 2017-2021	Costa e Nolêto	2022	Ensino e Pesquisa	1.Capacitação e preparação dos profissionais para a inclusão 2.Discriminação social
Inclusão de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica: resultados de uma pesquisa diagnóstica	Menezes <i>et al.</i> ,	2022	Research, Society and Development	1.Sistematização do processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo 2. Práticas pedagógicas integradas na inclusão

Fonte: Organizado pela autora (2022).

A seguir, abordaremos os aspectos mais relevantes de cada um dos trabalhos. O primeiro estudo, conduzido por Fonseca e Florindo, tem como foco a discussão sobre a educação profissional de alunos surdos no Instituto Federal de Brasília - IFB. Seu principal objetivo é reconhecer e valorizar a diversidade como uma condição humana. Os autores procuraram identificar quais as ações implementadas para garantir o acesso e a permanência dos alunos no referido instituto. É importante destacar que o acesso é um direito legal estabelecido pela LDBEN (Lei nº 9394/1996), enquanto a permanência depende da abordagem pedagógica, que considera a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua desses alunos (Fonseca; Florindo, 2012).

A pesquisa de Fonseca e Florindo (2012) se baseia em um estudo de caso fundamentado em documentos oficiais e na literatura das áreas de educação e linguística. Para conduzir a pesquisa, os autores utilizaram questionários e entrevistas aplicados a professores e assistentes sociais ligados à instituição. Como resultado, eles apontam que o Instituto Federal de Brasília - IFB tem uma abordagem positiva em relação à inclusão,

mas observam que as ações promovidas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE⁵ são inadequadas para garantir a acessibilidade dos estudantes. Os autores também destacam que alguns profissionais da instituição têm uma postura negativa em relação às ações propostas pelo Napne, o que afeta o desenvolvimento educacional dos estudantes surdos na instituição (Fonseca; Florindo, 2012).

O relato de Fonseca e Florindo (2012) evidencia a urgente necessidade de uma mudança de perspectiva em relação aos estudantes surdos para garantir seu acesso à educação e ao mundo do trabalho. Entre os principais pontos negativos destacados por Fonseca e Florindo (2012), podemos mencionar:

A falta de experiência, a falta de sensibilização com o grupo, a não orientação prévia aos docentes, a falta de atendimento individual, ausência de adaptação pedagógica, ausência do Tradutor do Intérprete de Língua de Sinais TILS. Assim, nesse caso, podemos concluir que não houve acessibilidade para que o aluno surdo permanecesse no Instituto, ou seja, o IFB foi negligente com este aluno, o que resultou na sua desistência do curso técnico (Fonseca; Florindo, 2012. p. 27).

A partir desses pontos, os autores concluem que as pessoas surdas precisam ter acesso à educação e ao trabalho desde o momento em que ingressam no Instituto Federal de Brasília - IFB. Destacamos a relevância desse trabalho para a nossa pesquisa, pois ele destaca a importância do acesso à educação profissional para a população surda.

Hirata, Dutra e Storto (2013), em seu estudo, descrevem o processo de inclusão de uma aluna surda em um Curso Técnico de Contabilidade oferecido por um colégio estadual na cidade de Londrina, Paraná. Seus objetivos incluem compreender as dificuldades enfrentadas pela aluna surda no processo de inclusão escolar, analisar como seus colegas e professores interagem com ela, investigar as percepções dos alunos e docentes sobre sua presença e do intérprete em sala de aula, avaliar a preparação dos professores para lidar com a inclusão de uma aluna surda e identificar possíveis mudanças na prática pedagógica dos docentes com a presença da aluna surda. Para isso, conduziram uma pesquisa de campo.

⁵ O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - Napne é o núcleo ofertado pelos Institutos Federais, que é responsável por oferecer suporte às necessidades educacionais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades nos alunos, considerando suas especificidades.

Os autores relatam que o processo de inclusão da aluna foi dificultado pela falta de formação adequada dos intérpretes e pela ausência de estruturas pedagógicas apropriadas para alunos surdos. A estudante enfrentou dificuldades na realização de tarefas e na compreensão dos conteúdos pela falta de profissionais especializados em Libras (Hirata; Dutra; Storto, 2013).

Os resultados da pesquisa indicam que a inclusão de surdos ainda está em estágios iniciais, apesar das bases legais estabelecidas. A realidade tem se mostrado desafiadora para muitos indivíduos surdos que buscam uma melhor inserção no mundo do trabalho (Hirata; Dutra; Storto, 2013). Este estudo destaca a importância das associações de surdos, que desempenham um papel crucial como centros de integração e socialização para pessoas surdas.

Por outro lado, a pesquisa conduzida por Castro (2018) teve como cenário o Centro Estadual de Educação Profissional, que oferece o Ensino Médio integrado ao Técnico em Informática. O autor analisou o processo de formação de um aluno surdo na instituição, enfatizando sua aprovação no curso Técnico em Informática. Os objetivos incluíram compreender como ocorre a aprendizagem profissional do aluno surdo usuário da Língua Brasileira de Sinais - Libras no CEEP Petrônio Portela, uma escola técnica de nível médio no município de Picos, Piauí. A pesquisa foi qualitativa, exploratória e descritiva, sendo um estudo de caso com um aluno surdo e três professores de disciplinas diferentes do curso, para os quais foram aplicadas entrevistas semiestruturadas.

O autor argumenta que o curso tem proporcionado aos estudantes surdos a oportunidade de ingressar no mundo do trabalho com remuneração satisfatória. Ele ressalta a importância da relação entre professores e alunos para o processo de ensino e aprendizagem, destacando que poucos docentes se comunicam efetivamente com os estudantes surdos. Isso destaca a necessidade de uma formação específica em Libras para os professores que atuam em cursos profissionalizantes para melhor atender os alunos surdos (Castro, 2018).

Além disso, Castro (2018) observa que o sujeito de sua pesquisa mostra certa desmotivação em prosseguir os estudos e cursar o ensino superior pela forma como é tratado pelos docentes, em decorrência de sua deficiência. Ele argumenta que a deficiência é, em grande parte, uma construção social e que o sujeito com deficiência é capaz de se desenvolver e se afirmar como ser humano quando a sociedade deixa de vê-

lo como incapaz e passa a reconhecer suas potencialidades. Nesse contexto, Adams (2020, p. 3) discute:

A pessoa com deficiência, seja qual for e em que nível de comprometimento se apresenta, tal como todas as demais, deve ter oportunidades de se apropriar daquilo que está no plano social, público, levando à sua esfera ou ao seu domínio particular, privado, não só o que se refere aos valores e saberes do convívio cotidiano, mas também o que se refere aos conteúdos científicos; isso é possível a partir do momento em que as potencialidades dessa pessoa são levadas em consideração.

Portanto, ao ingressarem em um curso profissionalizante, as potencialidades dos alunos surdos, como mencionado pela autora, precisam ser consideradas para que eles possam se desenvolver e ingressar no mundo do trabalho.

Dando continuidade à análise dos trabalhos obtidos pelo levantamento, é apresentado o trabalho de Pagnussat (2018). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo demonstrar o grande valor social na vida dos surdos que participam de associações e investigar como surgiram as associações dos grupos minoritários. A pesquisa aborda a história dos surdos no Brasil e o início das associações no país.

O autor explora o surgimento das associações e sua contribuição para diversos grupos minoritários, incluindo associações feministas, associações de deficientes (APAEs), associações de agricultores e associações de surdos (APAS). As associações desenvolvem atividades com o intuito de criar oportunidades para que os educandos surdos possam construir conhecimentos e interagir com o mundo, garantindo sua formação como seres humanos integrais, úteis, solidários, autônomos, participativos e socialmente competentes.

Como conclusão, o autor destaca que as associações inserem o sujeito surdo na comunidade e na sociedade, que até então não os viam como capazes e úteis como qualquer outro ser humano.

Frazão e Lodi (2019), em sua pesquisa, também discutem as associações de surdos, com foco principal na Associação de Surdos de São Paulo (ASSP) e suas contribuições para que os surdos do Brasil tivessem seus direitos linguísticos reconhecidos. O objetivo principal é apresentar o processo histórico das ações coletivas empreendidas pela ASSP com vistas ao reconhecimento dos direitos linguísticos dos surdos brasileiros em todas as esferas de atividade humana, sendo uma pesquisa documental.

A pesquisa revela que a ASSP teve grandes contribuições para a conquista dos direitos dos surdos relacionados à Libras. Portanto, a ASSP se tornou um espaço no qual os surdos assumiram protagonismo nas decisões que os envolviam e no qual "a língua de sinais figurasse como fundamento de uma identidade coletiva surda" (Frazão; Lodi, 2019, p. 131). Entre as principais conquistas da ASSP, destacam-se:

O fortalecimento de uma identidade coletiva e a formação política de muitos surdos; apoiou outras ações coletivas, como a criação de novas associações de surdos e a fundação da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos e da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; bem como participou, como uma das protagonistas, dos movimentos surdos em prol do reconhecimento da língua brasileira de sinais e da defesa pela educação bilíngue para surdos (Frazão; Lodi, 2019, p. 1).

Desse modo, ao discutirem a experiência da ASSP, os autores destacam que a vivência na associação teve grande importância na expansão desse tipo de instituição para outras cidades do estado de São Paulo e para outros estados brasileiros. A ASSP orientou a criação dessas novas instituições. É possível afirmar que os trabalhos de Pagnussat (2018) e Frazão e Lodi (2019) se aproximam por discutirem as associações de surdos e contribuírem significativamente para as reflexões nas discussões teóricas que compõem a presente dissertação.

O próximo trabalho a ser discutido com base no levantamento é o de Henrique (2021), que aborda o acesso de alunos surdos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN e seu progressivo aumento a partir da aprovação da Lei nº 8.213/1991, que estabelece cotas para pessoas com deficiências. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que envolve a análise e a interpretação de estudos de pesquisadores dedicados aos Estudos da surdez, além das Leis e Decretos vigentes no Brasil que regulamentam o assunto e das Notas Técnicas da Federação Nacional das Associações dos Profissionais Tradutores Intérpretes. O objetivo desse trabalho é orientar e esclarecer possíveis dúvidas, fornecendo uma compreensão mais profunda sobre os temas tratados. Isso auxilia em situações adversas relacionadas à inclusão de alunos com Deficiência Auditiva e/ou Surdos bem como à atuação dos servidores Tradutores Intérpretes de Linguagem e Sinais (TILS). A pesquisa é pautada na legislação vigente para assegurar a qualidade do atendimento aos alunos em questão e da atuação dos profissionais TILS.

O autor pondera que, apesar de a referida lei ser um marco importante no acesso dos surdos a espaços formativos, ainda existe um problema na permanência, uma vez que há um déficit de professores e demais profissionais preparados para garantir o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos (Henrique, 2021).

Freitas e Silva (2021) analisaram como ocorre o processo de inclusão dos alunos surdos nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Centro. O objetivo deste trabalho foi examinar como ocorre o processo de inclusão dos alunos surdos nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Amazonas. A pesquisa é um recorte da dissertação intitulada “A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFAM, em 2019. Os autores observaram que o processo de inclusão dos alunos surdos na instituição necessita ser reavaliado e reestruturado considerando as diversas barreiras ainda encontradas dentro da instituição, que precisam ser eliminadas. Entre essas barreiras, estão a comunicação dos surdos com a comunidade ouvinte e a dificuldade no domínio da língua portuguesa escrita pelos alunos surdos, o que também gera dificuldades no processo avaliativo dos professores.

Observamos que as dificuldades citadas por Freitas e Silva (2021) também são comuns aos demais trabalhos aqui mencionados, reforçando a necessidade da obrigatoriedade de uma formação voltada para a Libras, destinada aos profissionais de educação. A inclusão escolar somente ocorrerá com sucesso pelo acompanhamento pedagógico e pela formação continuada dos profissionais, uma vez que a garantia da matrícula não é suficiente para o estudante concluir o curso com êxito.

O trabalho de Sousa e Alvarenga (2021) analisa a acessibilidade no processo de inclusão de surdos nos Institutos Federais, especialmente naqueles voltados à Educação Profissional e Tecnológica. Para a realização da pesquisa, os autores fizeram uso de um levantamento bibliográfico, tendo como banco de dados os sites da *SciELO* e do Google Acadêmico, tendo encontrado 165 publicações sobre a temática. Observa-se que o número de trabalhos foi alto, comprovando que esta temática é bastante pesquisada (Sousa; Alvarenga, 2021).

Os autores, ao realizarem a análise dos trabalhos, apontam resultados comuns aos encontrados no levantamento até então realizado. Sousa e Alvarenga (2021) apontam que há avanços no que tange à promoção de uma educação bilíngue nessas instituições; no

entanto, tais ações não são suficientes, uma vez que os estudantes surdos enfrentam barreiras de comunicação junto à comunidade ouvinte e apresentam dificuldades com a Língua Portuguesa escrita.

Por consequência, os autores concluem que, para que a inclusão aconteça, são necessários não apenas o acesso e a inserção de surdos nas escolas e nos Institutos Federais, mas também é essencial observar aspectos como a parceria da família e de todos que constituem a escola de forma colaborativa, com o intuito de criar uma escola inclusiva e equitativa, na qual a língua e a cultura sejam elementos de inclusão importantes nesse processo, considerando a identidade própria de um grupo que precisa ser respeitada e valorizada.

Xavier e Azevedo (2021), outro trabalho que consta no levantamento realizado, realizaram uma pesquisa que buscou conhecer a trajetória dos alunos surdos desde o processo seletivo até o ingresso no mundo do trabalho, no Ensino Profissional e Tecnológico do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertão PE. O objetivo desse trabalho foi revisitar as políticas de inclusão destinadas à pessoa surda e verificar como essas políticas se refletem nas práticas dentro dos institutos. Assim, foi feito um levantamento bibliográfico de autores que vêm dialogando sobre a inclusão dos surdos e pesquisa documental. Para a pesquisa de campo, foi utilizado um questionário aplicado a 18 estudantes surdos, matriculados e egressos, 40 professores e 13 intérpretes da instituição.

Nesse processo de avaliação, os autores observaram que a maioria dos docentes (92,5%) que vão atuar com os alunos surdos não sabem se comunicar em Libras, o que, como observado nos trabalhos analisados, pode gerar dificuldades de comunicação entre os alunos surdos e os professores. No entanto, diferentemente dos demais trabalhos, Xavier e Azevedo (2021) apontam que, no IFSertão PE, a gestão se preocupa em promover aos alunos surdos contato com metodologias que podem facilitar a aprendizagem, incluindo materiais concretos e aulas de campo.

Os autores apontam ainda que 90,9% dos discentes afirmam que suas necessidades são atendidas pelo curso e que estão satisfeitos com ele (Xavier; Azevedo, 2021). É importante salientar, contudo, que mesmo com a satisfação dos alunos surdos com o curso, o uso de materiais alternativos não é suficiente para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A mediação do professor é fundamental para o processo de

ensino-aprendizagem, desta forma, a linguagem é um veículo fundamental e deve ser realizada por meio da Libras.

No que tange às dificuldades, os discentes afirmam que elas estão relacionadas a uma pouca interação com os colegas em sala de aula, uma vez que eles também não têm conhecimento de Libras; leitura de textos na língua portuguesa e realização de cálculos (81,8%). Tais dificuldades podem estar relacionadas à não alfabetização desses alunos em Libras ou à falta de mediação por meio da Libras (Xavier; Azevedo, 2021).

Destacamos que, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, a presença do intérprete de Libras, responsável pela tradução simultânea do que está sendo falado pelo professor, é de grande importância. Segundo Lacerda (2009), a relação entre professor e intérprete é fundamental, pois é dessa troca que surgem as ideias necessárias para proporcionar aos educandos surdos acesso aos conteúdos.

Costa e Nolêto (2022) abordam em sua pesquisa a inclusão de alunos surdos, focando principalmente na atuação desses profissionais no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica realizada em meio eletrônico, utilizando como principal fonte de dados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). Seu objetivo principal foi analisar a produção acadêmica relacionada à educação inclusiva na EPT, tendo sido selecionados nove trabalhos publicados entre 2017 e 2021, seguindo critérios e filtros preestabelecidos.

De acordo com os autores, os documentos analisados trouxeram reflexões e contribuições significativas para o processo de inclusão no âmbito da educação profissional e tecnológica. Em relação à percepção de estudantes surdos e ouvintes sobre a atuação dos intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto universitário, Corrêa, Sander e Martins (2017) ressaltam a necessidade de uma mudança substancial na compreensão desse profissional.

Segundo esses autores, os intérpretes de Língua de Sinais não devem ser vistos apenas como tradutores de conteúdo, mas também como facilitadores do aspecto pedagógico visando à aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, fica evidente que a interpretação não deve ocorrer de forma isolada, ignorando a dimensão educacional do processo de ensino e aprendizagem. A atuação desses profissionais não deve se limitar à simples tradução, carecendo de uma abordagem pedagógica mais profunda.

Os autores ainda apontam a necessidade de mudança de postura em relação aos estudantes surdos, de forma que eles deixem de ser vistos como incapazes, aspecto que também foi apontado por Frazão e Lodi (2019). Impera uma visão distorcida por parte dos professores, colegas e demais profissionais da educação de que os alunos surdos são incapazes em virtude da sua deficiência.

Menezes *et al.*, (2022), na pesquisa intitulada “Inclusão de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica: resultados de uma pesquisa diagnóstica”, investigaram a inclusão de alunos surdos, considerando o olhar de professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.

Em sua pesquisa, os autores observaram que existem lacunas na inclusão de alunos surdos nessa instituição, sendo elas associadas à falta de intérpretes de Libras, falta de conhecimento sobre a cultura surda da parte dos professores e colegas, sendo esse um aspecto importante a ser considerado, pois os surdos têm uma cultura específica que também necessita ser levada em conta no processo de ensino e aprendizagem.

Menezes *et al.*, (2022) conduziram um estudo com o objetivo de investigar a inclusão de alunos surdos sob a perspectiva de professores de um curso técnico de nível médio integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal). A metodologia empregada foi qualitativa, com base na pesquisa-ação, utilizando um questionário semiestruturado como instrumento de coleta de dados.

Os resultados revelaram diversas lacunas no processo de inclusão de alunos surdos. Isso incluiu a escassez de profissionais tradutores e intérpretes de Libras, a ausência de conhecimento sobre a Cultura Surda no planejamento pedagógico e a urgente necessidade de formação continuada para os professores, com foco na inclusão escolar. Também se destacou a falta de um planejamento pedagógico direcionado especificamente aos alunos surdos, o que evidencia a demanda por formação continuada dos professores que atuam no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Esse achado confirma os resultados de outros estudos, reforçando a importância da formação continuada dos docentes para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes surdos.

Ao analisar esses estudos sobre o processo histórico e legal da educação especial e inclusiva, com ênfase na inclusão de surdos na educação profissional e tecnológica, é notório que os desafios identificados se repetem em praticamente todos os trabalhos. Evidencia-se que o número de estudantes surdos matriculados na Educação Profissional ainda é baixo, persistindo a falta de capacitação e orientação dos professores para lidar

com esses alunos. A comunidade surda enfrentou longos períodos de negação de seus direitos, mas atualmente uma abordagem inovadora na perspectiva da educação inclusiva está promovendo mudanças no sistema educacional brasileiro.

É importante ressaltar que a inclusão não é uma tarefa fácil, não pode ser regida por receitas prontas e não se limita a leis, decretos ou convenções. A verdadeira inclusão exige a construção de espaços escolares que abracem os princípios de uma escola humana, livre, justa e fraterna. É dentro desses ambientes que os muros do fracasso escolar podem gradualmente ser substituídos por espaços de socialização e conscientização, onde a inclusão se torna uma realidade. A seguir, faremos uma discussão das dissertações e teses presentes em nosso levantamento bibliográfico. O Quadro 4 expõe o conjunto das obras levantadas, sendo estas dissertações e teses:

Quadro 4 - Mapeamento Temático – Educação Profissional e Educação de surdos – dissertações e teses.

Título	Autor	Ano	Instituição	Tipo	Categoria de Análise
Estudantes surdos no PROEJA: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos?	Bregonci	2012	Universidad e Federal do Espírito Santo	Dissertação	1.Formação para o mundo do trabalho 2.Políticas Educacionais
A Inclusão de Pessoas com Deficiência na Rede Regular de Educação Profissional	Cordeiro	2013	Universidad e Estadual Paulista	Dissertação	1.Capacitação e preparação dos profissionais para a Inclusão 2.Currículo adaptado
Qualidade de vida da pessoa surda no ambiente familiar	Garcia	2016	Universidad e Federal de Goiás	Dissertação	1.Educação Bilíngue 2.Políticas Educacionais
Inclusão e educação profissional: a acessibilidade no Instituto Federal do Amazonas, campus Maués, e sua influência na educação de estudante surdo	Barros	2016	Universidad e Federal Rural do Rio de Janeiro	Dissertação	1.Políticas Educacionais 2.Planejamento e flexibilidade curricular
Associação de surdos de São Paulo: identidade coletiva e lutas sociais na cidade de São Paulo	Frazão	2017	Universidad e de São Paulo	Dissertação	1.Movimentos de classe 2.Cultura linguística 3.Legislação e direitos sociais
Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)	Costa	2018	Universidad e Federal de Sergipe	Tese	1.Mundo do trabalho 2.Movimentos sociais 3.Formação de professores 4.Educação inclusiva e seus desafios

Título	Autor	Ano	Instituição	Tipo	Categoria de Análise
Abordagem de Ensino e Aprendizagem para Aluno Surdo na Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo de Caso no Campus Gaspar	Oliveira	2019	Instituto Federal de Santa Catarina	Dissertação	1.Barreiras linguísticas 2.Políticas Educacionais e seus entraves
A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?	Freitas	2019	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Dissertação	1.Processo Inclusivo e a realidade escolar; 2.A relevância de práticas pedagógicas integradas na inclusão escolar; 3. Políticas e ações práticas para a inclusão escolar do aluno surdo.
Aprendizagem profissional de surdos: superando desafios da comunicação em sala de aula.	Santos	2020	Universidade Católica de Pernambuco	Dissertação	1.Formação profissional do surdo 2.Barreiras linguísticas 3.Planejamento e flexibilização
Estágio Curricular na Educação Profissional e Tecnológica: Alternativas para Favorecer a Inclusão de Alunos Surdos do Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso	Oliveira	2021	Instituto Federal de Roraima	Dissertação	1.Acessibilidade do trabalho 2.Mundo do trabalho 3.Políticas educacionais
Cartografias existenciais de mulheres com deficiência auditiva e surdas, trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO)	Borba	2021	Universidade Estadual de Goiás	Dissertação	1.Políticas Educacionais 2.Preconceito e discriminação sociais

Fonte: Organizado pela autora (2023).

O primeiro trabalho analisado é a dissertação de Bregonci (2012), que teve o objetivo de mostrar como os surdos do Proeja⁶ têm ocupado espaços formativos e como ocorre a formação desses sujeitos para o mundo do trabalho. Trata-se de uma metodologia com o uso de referências bibliográficas, que reflete a situação de muitos surdos no Brasil, qual seja, a de que não conseguiram concluir seus estudos no Ensino Médio e enfrentam dificuldades para inserção no mundo do trabalho (Bregonci, 2012).

A presença do intérprete de Libras desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, funcionando como um meio legal que visa a apoiar a permanência de estudantes surdos em escolas regulares. Isso ajuda a minimizar as barreiras de comunicação que, muitas vezes, afetam a vida escolar desses alunos. Portanto, para que

⁶ O Proeja é um programa do governo federal que visa a atender estudantes jovens e adultos que não puderam cursar o ensino médio na idade prevista. Este programa oferece cursos, nos quais os educandos com uma única matrícula podem cursar o ensino médio e o profissionalizante, numa perspectiva integrada (Bregonci, 2012, p.106).

a inclusão seja efetiva, não basta apenas garantir o acesso e a matrícula de estudantes surdos em escolas e instituições de ensino técnico e profissional, também é essencial considerar outros aspectos, como a colaboração entre a família e todos os membros da comunidade escolar.

O objetivo é criar um ambiente escolar inclusivo e equitativo, no qual a língua e a cultura surda sejam elementos-chave desse processo. É fundamental reconhecer e valorizar a identidade única desse grupo. Não é suficiente desenvolver políticas de acessibilidade, sendo necessário ainda garantir a preservação da cultura surda e seus artefatos dentro do contexto educacional.

Cordeiro (2013) conduziu uma pesquisa documental sobre os programas de inclusão implementados pelo Centro Paula Souza nas escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O estudo tinha como objetivo identificar a matrícula de pessoas com deficiência nas escolas regulares de educação profissional e investigar como o processo de formação acontece nessas instituições. Além da análise documental, o autor realizou entrevistas semiestruturadas com diretores e profissionais responsáveis pelas ações de inclusão, bem como aplicou formulários de caracterização em três escolas que participaram da pesquisa.

Os resultados do trabalho de Cordeiro (2013) apontam para o baixo número de matrículas de alunos surdos e com outras deficiências em cursos profissionalizantes e na frágil inserção destes sujeitos no mundo do trabalho e na sociedade. Neste sentido, Soares e Baptista (2018) afirmam que, no ano de 2016, houve 71.664 matrículas de alunos com surdez e deficiência auditiva na Educação Básica brasileira, dados que confirmam que são poucos os alunos surdos matriculados na educação profissional.

O baixo número de matrícula de alunos surdos em cursos profissionalizantes precisa ser problematizado e relacionado com a criação da Lei de cotas, já citada nesse trabalho, que precisa ser ampliada pela criação de políticas públicas de incentivo ao ingresso de surdos nesses cursos e pelo incentivo do seu ingresso no mundo do trabalho.

A pesquisa de Garcia (2016) aborda o trabalho e a qualidade de vida dos surdos, com o objetivo de descrever a experiência pessoal vivenciada pela autora no contexto familiar. Este estudo, de natureza qualitativa, adota a abordagem de relato de vivência, baseando-se na descrição de experiências pessoais reais.

Garcia (2016) observou que a maioria dos sujeitos surdos empregados são mulheres, muitas delas divorciadas e sem filhos. Isso pode estar relacionado aos tipos de

empregos disponíveis, uma vez que as mulheres surdas frequentemente encontram oportunidades de trabalho em ocupações como limpeza, que não exigem alto nível de escolaridade. Essa facilidade de ingresso no mundo do trabalho pode explicar essa tendência.

Com relação à renda salarial, Garcia (2016) aponta que 44% surdos que estão empregados têm uma renda mensal igual a 1.500,00 e que cerca de 44,7% apresentaram uma renda acima desse valor. Neste contexto, observa-se que são poucos os surdos que têm renda superior a um salário-mínimo, o que nos leva a refletir sobre quais os cargos que estes sujeitos ocupam, ou seja, cargos que exigem baixa escolaridade e que provavelmente estão associados a trabalhos de cunho mais manual.

Assim, Garcia (2016) aponta a necessidade de aumentar o acesso dos surdos ao mundo do trabalho, discussão de relevância para a presente pesquisa, pois apresenta indícios de que alguns surdos chegam a ingressar no trabalho, mas recebem baixos salários e atuam em cargos desvalorizados, o que, provavelmente, está associado à ideia de incapacidade dos surdos.

Barros (2016), em sua pesquisa, buscou analisar a acessibilidade e a permanência de alunos de surdos na Educação Técnica, Tecnológica, a nível de graduação e pós-graduação no Instituto Federal do Amazonas – IFMA. Ao apresentar seus resultados, o autor destaca que a permanência destes alunos é dificultada principalmente pela barreira da comunicação, fato observado em trabalhos anteriores, como o de Xavier e Azevedo (2021) e de Costa e Nolêto (2022). Todos estes trabalhos levantam a necessidade de que é urgente a formação dos profissionais para o uso da Libras.

Barros (2016) ainda aponta a falta de apoio na formulação de material didático que contemple as especificidades dos alunos surdos, resultado divergente do apresentado por Xavier e Azevedo (2021), em que é observada uma preocupação da gestão na produção de materiais que contemplem os surdos, o que nos leva a observar que essa é uma questão que pode estar relacionada ao contexto e à realidade da instituição.

Frazão (2017) concentra sua pesquisa no desenvolvimento da Associação de Surdos de São Paulo – ASSP, abrangendo o período de 1950 até 2011, destacando o papel fundamental desempenhado por essa instituição na consolidação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como a primeira língua dos alunos surdos, e na defesa da Educação Bilíngue. O estudo adota uma abordagem qualitativa e emprega diversas estratégias de coleta de dados, incluindo a análise de artigos, teses e dissertações.

O autor ressalta que as Associações de Surdos, exemplificadas pela ASSP, desempenham um papel crucial no desenvolvimento social, cultural e profissional dos surdos. Nesse sentido, Frazão (2017) aponta as contribuições dessas instituições e reforça que essas proporcionam um espaço vital para que os surdos possam prosperar em diferentes esferas da vida, indo além do âmbito profissional, abrangendo também as esferas social e cultural. Além disso, elas contribuem significativamente para a luta pelo reconhecimento linguístico dos surdos, fortalecendo uma identidade coletiva, promovendo uma formação política entre os membros surdos.

O autor explicita ainda que as Associações também apoiam outras iniciativas coletivas, como a criação de novas associações de surdos e a fundação de entidades como a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Além disso, desempenham um papel de destaque nos movimentos surdos que buscam o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e a defesa da educação bilíngue para surdos. Assim, as Associações se configuram como espaços de suma importância para o desenvolvimento pessoal e a facilitação da comunicação para a comunidade surda (Frazão, 2017).

As análises e reflexões de Frazão (2017) sobre as associações de surdos contribuem de maneira significativa para as discussões realizadas nesta pesquisa, que se concentra nas Associações de Surdos de Goiás. Elas destacam a relevância dessas organizações como espaços essenciais para a participação ativa dos surdos na sociedade, promovendo o desenvolvimento não apenas profissional, mas também social e cultural. Além disso, reforçam a importância da luta pela inclusão linguística dos surdos e pelo reconhecimento da Libras como uma língua fundamental para a comunidade surda.

Outro trabalho analisado que suscita reflexões sobre a importância das associações para a formação dos surdos é a tese de Costa (2018). Utilizando-se de produções do campo da História da Educação Especial e da historiografia de Sergipe, a pesquisa fundamentou-se nos pressupostos da História Cultural. Seu objetivo foi descrever como ocorreu a trajetória dos surdos do Estado de Sergipe que estiveram ligados ao Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES nas décadas de 1944 a 1979. Como principal resultado de relevância para a presente pesquisa, Costa (2018) aponta que os surdos que estudaram no INES do Estado ingressaram no mundo do trabalho e conquistaram sua independência econômica e profissional. O autor reforça que houve um esforço no sentido de apreender os aspectos relacionados ao processo de escolarização durante o colégio-

internato no INES, incluindo a convivência no espaço escolar, as oficinas profissionalizantes, os desfiles cívicos, a primeira comunhão eucarística, as atividades esportivas e de linguagem articulada, os uniformes, os festejos escolares e a carreira profissional.

A importância desse dado para as discussões sobre as contribuições das associações de surdos para sua inserção no mundo do trabalho é notável. Os resultados apresentados por Costa (2018) revelam que esses espaços efetivamente contribuem para que esses indivíduos conquistem seu lugar no mundo do trabalho. No entanto, o autor enfatiza que essa contribuição está intimamente ligada à formação oferecida e à integração do surdo na comunidade (Costa, 2018).

Continuando com a análise dos trabalhos levantados, é apresentado o texto de Oliveira (2019), cujo objetivo foi compreender o processo de aprendizagem de alunos surdos e sua relação com a inserção deles no mundo do trabalho em condições semelhantes às dos estudantes ouvintes. Para captar a percepção dos sujeitos envolvidos nessa investigação e atender aos objetivos traçados, foi feita uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, caracterizada como estudo de caso.

A análise dos dados coletados pela autora aponta que, para que o estudante surdo assimile conceitos complexos, é necessário: identificar o nível real de desenvolvimento do estudante e seu conhecimento prévio sobre o assunto a ser abordado; planejar o ensino com base no nível identificado, com o objetivo de criar condições para avançar gradualmente no conhecimento e desenvolvimento cognitivo do estudante surdo, de maneira diversificada; respeitar as particularidades desse estudante, grupo ou cultura em termos de aprendizagem; relacionar as atividades de aprendizagem à vida, conferindo significado ao processo de ensino e aprendizagem; e buscar estabelecer conexões simultâneas entre a palavra escrita em português, o sinal em Libras e seu significado, fornecendo mais autonomia ao estudante para continuar aprendendo. De acordo com pontos abordados destacamos a importância de abordagens pedagógicas adequadas e inclusivas para o ensino de alunos surdos, visando à sua preparação efetiva para o mundo do trabalho.

Observamos que a autora discute propostas para promover a aprendizagem de alunos surdos, apontando aspectos importantes, que incluem considerar o conhecimento prévio que o aluno tem, desenvolver um planejamento com base nesses conhecimentos, levar em conta as especificidades dos alunos surdos e trabalhar de forma simultânea o

Português e a Libras. A autora ressalta que o aprendizado do surdo difere do aprendizado do ouvinte apenas no processo de associação entre o Português e a Libras, o que representa um grande desafio, tendo em vista a falta de formação dos professores em Libras.

Por outro lado, o trabalho de Freitas (2019) teve como objetivo compreender o processo de inclusão de alunos surdos nos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio no IFAM. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando instrumentos de coleta de dados como entrevistas, diário de campo e rodas de conversa. Ao final da pesquisa, foi desenvolvido um guia intitulado "Inclusão Escolar de Alunos Surdos – E Agora, o Que Fazer?", que é apresentado como uma proposta para contribuir com a inclusão dos alunos surdos. Este guia aborda a história, aspectos da língua e da cultura surda, além de oferecer sugestões de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas com esses alunos.

Freitas (2019) explana em seus resultados que a inclusão dos alunos surdos é uma barreira para as instituições, que precisa ser superada principalmente pela formação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em Libras, discussão essa que se aproxima da tecida por outros trabalhos já analisados, como de Costa (2018), Oliveira (2019), Menezes *et al.*, (2022) e Costa e Nolêto (2022). Estes autores são enfáticos em apontar que a formação em Libras deve ser garantida, por meio da sua discussão e prática envolvendo os professores que atuam com os alunos surdos.

Santos (2020) realizou uma pesquisa qualitativa do tipo relato de vivência, baseada na descrição de experiências pessoais, que consistem em relatos reais da vida. O objetivo deste estudo foi identificar os principais desafios que podem surgir na comunicação empregada por surdos em sala de aula de uma instituição de ensino profissional. A autora destaca diversos aspectos que podem contribuir para uma formação voltada para o mundo do trabalho, especialmente no que se refere aos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Isso inclui conhecer a legislação brasileira vigente relacionada à profissionalização de surdos na perspectiva bilíngue, planejar com base em fontes oficiais e na implementação de uma proposta metodológica para surdos, vivenciada no âmbito de uma instituição inclusiva de ensino profissionalizante, adotar abordagens teóricas relacionadas à linguagem empregada na formação profissional de surdos, atuar de forma a superar as dificuldades de comunicação enfrentadas pelos surdos durante as aulas de educação profissional, oferecer

oportunidades para a melhoria da formação dos agentes educacionais por meio de formação continuada e continuar o projeto de formação em Libras para a comunidade escolar e familiar (Santos, 2020).

A pesquisa de Santos (2020) também demonstrou que os alunos surdos ainda enfrentam desafios significativos na integração ao ensino regular e precisam receber atenção constante para progredir em seu aprendizado. A Língua Brasileira de Sinais desempenha um papel fundamental nesse contexto, promovendo o desenvolvimento dos alunos surdos de acordo com suas habilidades.

Em continuidade, é apresentada a pesquisa de Oliveira (2021), que avaliou como ocorre a execução do estágio pelos estudantes surdos, discutindo que, para a realização dessas atividades também, é importante a presença do intérprete de Libras para garantir a comunicação com os alunos, sendo essa uma das principais dificuldades deles na vivência do estágio. O autor aponta que esse profissional precisa ser garantido na educação de surdos de forma a facilitar o processo de comunicação entre eles e os professores, o que vai facilitar a mediação entre o conhecimento científico e a aprendizagem dos alunos.

Por fim, apresenta a dissertação de Borba (2021), que cartografa a existência e a inserção no mundo do trabalho de mulheres trabalhadoras com deficiência auditivas e surdas. A autora interpretou as trajetórias espaciais de trabalhadoras surdas a partir de suas inserções sociais em Goiânia, destacando a importância da Associação de Mulheres Surdas de Goiânia e da Associação de Surdos e Surdas de Goiânia, no processo de conquista do trabalho dessas mulheres surdas.

Dessa forma, Borba (2021) aponta que as mulheres com deficiência auditiva e surdas enfrentam dificuldades significativas ao tentar permanecer nas empresas, dificuldades essas causadas pela alta rotatividade, pelo adoecimento físico e psicológico, bem como pelas barreiras de comunicação em espaços públicos, nas empresas e na família.

Conforme Garcia (2016) aponta que tais fatores contribuem para o aumento da taxa de desalento. Esses resultados revelam que as mulheres com deficiência auditiva e surdas experimentam trajetórias intensas de preconceito, segregação e desafios para garantir seu espaço na sociedade, e elas compõem a maioria das pessoas surdas empregadas.

Com respaldo neste levantamento de dissertações e teses, foram identificadas questões cruciais que envolvem a temática central desta pesquisa. Essas questões se

repetiram em quase todos os estudos selecionados, como o baixo índice de alunos surdos matriculados em cursos profissionalizantes, o que precisa ser superado pela garantia de matrícula para esses alunos nesses espaços, as dificuldades dos surdos em ingressar no mundo do trabalho pela ideia equivocada de que tais sujeitos são incapazes de exercer funções profissionais e, por fim, as barreiras linguísticas pela necessidade de aprender a Libras para a comunicação.

Embora haja progressos recentes em relação à perspectiva bilíngue para surdos e à divulgação da Libras para os professores e para a comunidade em geral, ainda existem diversas barreiras nas escolas, nos Institutos Federais e no mundo do trabalho que precisam ser eliminadas. Para alcançar esse objetivo, são fundamentais o domínio e o uso da Língua de Sinais pelos ouvintes, bem como da Língua Portuguesa escrita pelos surdos para minimizar as dificuldades de interação, relacionamento e comunicação entre surdos e ouvintes.

A partir da apresentação dos artigos, dissertações e teses, é importante destacar que a presente pesquisa buscou avançar na discussão sobre a importância das Associações de Surdos em seu desenvolvimento profissional. Esse levantamento permitiu que essas discussões começassem a ser traçadas. Na próxima seção, que trata dos caminhos metodológicos da pesquisa realizada, serão detalhados o uso de documentos da Associação de Surdos de Goiânia – ASG e a análise de entrevistas conduzidas junto a estudantes, professores e demais funcionários da ASG.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nesta seção, descreveremos o percurso metodológico da pesquisa, a qual tem como objetivo compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia – ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho de sujeitos surdos. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a educação de surdos e as associações de surdos no Brasil, buscando compreender os fatores sócio-históricos que levaram à sua criação e mapeando o conjunto das atividades realizadas pela ASG junto à comunidade surda. O método adotado é qualitativo, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Para coletar dados, utilizamos documentos e entrevistas, que foram analisados por triangulação de dados. Devido à natureza documental desta pesquisa, conduzimos um levantamento documental com base em arquivos disponibilizados pela ASG. Além disso, utilizamos informações presentes em seu site na Internet e dispositivos jurídicos relacionados à educação de surdos no Brasil.

As entrevistas em campo foram realizadas com grupos de sujeitos que desempenharam funções diversas ao longo da história da ASG e que vivenciaram a rotina da instituição. Foram entrevistados o presidente e a diretora educacional da ASG, um assistente social, um coordenador pedagógico, dois professores, um intérprete, além de dois estudantes e dois ex-estudantes, totalizando 11 participantes. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do Instituto Federal Goiano – campus Ceres – GO (Anexo A). Os roteiros de entrevistas utilizados com a diretoria da ASG, coordenação pedagógica, professores, intérprete, assistência social e estudantes estão nos Apêndices I, J, K, L, M, N e O desta dissertação.

Além de compilar os dados históricos sobre a Associação, as informações obtidas nas entrevistas visaram a responder ao problema de pesquisa proposto, ou seja, qual o impacto da ASG na formação de surdos e quais suas implicações na inserção desses sujeitos no mundo do trabalho.

Pela análise por triangulação de dados (Gomes, 2010; Marcondes; Brisola, 2014), buscamos estabelecer conexões entre os dados obtidos no levantamento documental, nas entrevistas e na pesquisa bibliográfica. Essa técnica nos permitiu analisar as fontes primárias e secundárias, destacando semelhanças e diferenças entre conceitos, categorias,

teorias e fatos sociais e históricos mais amplos, o que se mostrou adequado aos objetivos deste trabalho.

3.1 Metodologia

Considerando que a metodologia científica envolve um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para atingir um determinado objetivo (GIL, 2008), esta dissertação adota uma abordagem qualitativa (Bauer; Gaskell, 2008) e exploratória (Gil, 2008)⁷. A pesquisa é baseada em métodos bibliográficos utilizando registros e documentos para compreender a formação e as contribuições da ASG para a educação de surdos.

Para isso, fizemos um levantamento bibliográfico para conhecer as principais produções acadêmicas sobre o assunto e explorar suas contribuições para nossa pesquisa. Assis (2017) enfatiza que "os documentos não falam por si só. As informações são interpretadas pelo pesquisador, que, em sua postura investigativa, imprime sua perspectiva e sua forma de compreender o mundo" (Assis, 2017, p. 47). Portanto, é fundamental que o pesquisador mantenha um olhar atento e investigativo durante todo o processo de pesquisa. Por consequência, o olhar atento e investigativo do pesquisador deve estar presente em todo o percurso da construção da pesquisa.

Considerando a importância dada à pesquisa bibliográfica, buscamos analisar a história da ASG a partir dos seguintes documentos disponibilizados pela Associação: Estatuto, Projeto Político Pedagógico, Matriz Curricular dos Ensinos Fundamental e Médio, planilhas com informações sobre cursos oferecidos, número de docentes, de estudantes e informações sobre o encaminhamento ao mundo do trabalho de estudantes surdos, e folders. Também recorreremos à análise de leis e decretos relacionados à educação de surdos e ao acesso ao mundo do trabalho no Brasil.

As entrevistas foram realizadas com 11 sujeitos sendo eles: o presidente, a diretora, a assistente social, coordenadora pedagógica, professores, discentes e intérprete de libras, de modo a obter informações suplementares ao levantamento documental, revisitando memórias, buscando compreender o funcionamento da instituição, cursos oferecidos e as formas de ingresso ao mundo do trabalho da população surda.

⁷ Compreendemos a pesquisa exploratória como aquela que tem por finalidade proporcionar maior familiaridade com um problema para torná-lo mais evidente e assim construir hipóteses (GIL, 2008).

Adicionalmente, as entrevistas são uma importante ferramenta para obter informações a respeito do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram” (Gil, 2008. p. 111).

3.2 Etapas da pesquisa

Esta seção, dedicada à pesquisa, tem como objetivo delinear o percurso seguido ao longo deste trabalho e detalhar os procedimentos metodológicos que nortearam nossa investigação. Isso inclui a exposição do método empregado, o tipo de pesquisa conduzida, a seleção dos participantes, bem como os métodos de coleta de dados utilizados, que abrangem desde o levantamento bibliográfico até o contato estabelecido com a ASG e a realização das entrevistas. Portanto, nesta seção, forneceremos uma descrição minuciosa dos procedimentos metodológicos adotados em cada fase deste estudo.

3.2.1 Levantamento bibliográfico

Com o objetivo de conhecer as principais produções acadêmicas sobre o assunto e analisar suas contribuições para a temática de pesquisa, realizamos uma busca por artigos científicos, dissertações e teses em diversas fontes, incluindo a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o *Google Acadêmico* e a *SciELO Brasil*. Esse levantamento abrangeu um período de uma década, de 2012 a 2022.

Considerando que, nas últimas duas décadas, o Brasil tem implementado políticas públicas voltadas para os direitos das pessoas surdas, tais como a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como língua oficial de comunicação surda, o Decreto N° 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei n° 10.436/02, o art. 18 da Lei n° 10.098/00, e a Lei n° 12.319 de 2010, que regulamentam a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (TILS), bem como a recente Lei n° 12.319/21, que altera a Lei n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para tratar da modalidade de educação bilíngue de surdos. Nossa escolha do período de 2012 a 2022 se justifica na análise do processo de acessibilidade e inclusão de surdos em instituições e no mundo do trabalho. Isso nos permite verificar se os direitos dos surdos estão sendo efetivamente assegurados e cumpridos conforme as disposições legais.

O primeiro levantamento ocorreu na Biblioteca Digital Brasileira (BDTD), utilizando os seguintes descritores: Educação profissional e tecnologia, EPT, ensino profissional, Mundo do trabalho, Educação para o trabalho, Surdos, Educação de Surdos, formação profissional. No segundo levantamento realizado no *Google Acadêmico* e na *SciELO* Brasil, buscamos pesquisas relacionadas à temática da ASG, com descritores como Associações de surdos e Associação de surdos de Goiânia.

Após a seleção dos trabalhos, que resultou em um total inicial de 168 publicações, aplicamos os descritores mencionados acima para filtrar as pesquisas relevantes. No final desse processo, selecionamos 22 trabalhos, incluindo artigos, dissertações e teses, que são detalhadamente apresentados na seção 2 deste trabalho.

3.2.2 *O contato junto à ASG*

O primeiro contato estabelecido com a ASG foi com a diretora educacional. Nesse momento, expliquei o propósito da pesquisa e a escolha da instituição para a condução do estudo. Ela solicitou que eu elaborasse um vídeo em Libras, explicando os detalhes da pesquisa, para que pudesse ser compartilhado com o presidente da Associação, que é surdo.

Atendendo a essa solicitação, criei o vídeo em Libras e o encaminhei à diretora. Isso permitiu que o Termo de Anuência fosse assinado e que os objetivos da pesquisa fossem apresentados formalmente. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Instituto Federal Goiano – campus Ceres, retomei o contato com a diretora da Instituição via WhatsApp para agendar uma visita.

No dia 02 de setembro de 2022, fizemos essa visita, que marcou o primeiro encontro presencial com a diretora da instituição e o presidente da ASG. Durante esse encontro, apresentei detalhadamente o tema, o problema de pesquisa, os objetivos e a metodologia do estudo. Vale ressaltar que contamos com a presença de uma intérprete de Libras da Associação para facilitar a comunicação, uma vez que o presidente é surdo.

3.2.3 *Levantamento documental*

O levantamento documental foi basilar para a realização desta pesquisa, posto que possibilitou conhecer em maior profundidade a Associação. Esse levantamento, segundo

Moreira (2005), se baseia na identificação e verificação dos documentos com um objetivo específico, qual seja, responder ao problema de pesquisa, extraindo do documento o maior número possível de informações.

Com relação ao processo do levantamento documental, Cellard (2008) afirma que ele “se inicia pela avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo, sob o olhar dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave” (Cellard, 2008, p. 303). O levantamento realizado permitiu que uma série de dados sobre o histórico e a atuação da Associação fossem selecionados, organizados e posteriormente interpretados durante a pesquisa.

É importante ressaltar que seleção dos documentos esteve atrelado aos objetivos geral e específicos da pesquisa, considerando a análise do histórico da Associação, seus impactos da educação de surdos e na entrada do mundo do trabalho. Compreendemos também que a subjetividade do pesquisador esteve presente ao longo de toda a pesquisa, uma vez que um olhar crítico frente aos dados construídos durante o processo de análise documental se fez necessário durante toda o processo de seleção e análise (Triviños, 1987).

O levantamento documental foi conduzido no arquivo histórico da Associação, com a aprovação da direção e da presidência. Esse processo envolveu uma série de diálogos com a coordenação e a assistência social da ASG. Vale ressaltar que a obtenção dos documentos foi realizada ao longo da pesquisa, incluindo visitas presenciais, trocas de e-mails e contatos via WhatsApp com a direção, coordenação e assistência social da instituição.

A seguir, apresentamos no Quadro 05 uma lista dos tipos de documentos coletados, as técnicas de produção de dados empregadas, a metodologia de análise adotada e a relação desses elementos com os objetivos específicos da dissertação.

Quadro 5 - Relação entre documentos levantados, objetivos específicos e técnicas de análise de dados.

Objetivos Específicos	Tipo de documentos	Técnicas de produção de dados	Técnicas de análise de dados
Identificar os elementos sócio-históricos que delinearão a criação da Associação de surdos de Goiânia.	* Estatuto; * Projeto Político Pedagógico; * Artigos científicos, dissertações e teses e * Transcrição das entrevistas.	* Pesquisa documental e * Pesquisa bibliográfica. * Transcrição das entrevistas	* Análise por triangulação de dados.

Objetivos Específicos	Tipo de documentos	Técnicas de produção de dados	Técnicas de análise de dados
Mapear as ações didático-pedagógicas desenvolvidas na Associação.	*Projeto Político-Pedagógico; * Transcrição das entrevistas.	*Pesquisa documental e * Transcrição das entrevistas.	*Análise por triangulação de dados.
Analisar a formação ofertada aos surdos e sua contribuição para o ingresso desses sujeitos no mundo do trabalho.	*Projeto Político-Pedagógico; * Matriz curricular; *Diário oficial da SEDUC *Transcrição das entrevistas	* Pesquisa documental e * Transcrição das entrevistas.	*Análise por triangulação de dados.
Elaborar um produto educacional subsidiando informações sobre a Associação de surdos de Goiânia.	* Estatuto; *Projeto Político-Pedagógico; *Legislação * Matriz curricular.	* Pesquisa documental.	*Análise por triangulação de dados.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados produzidos (2023).

Tendo em vista as informações presentes no Quadro 5, torna-se evidente o peso do levantamento documental e das entrevistas realizadas durante a dissertação. Dado o caráter histórico deste trabalho, o conjunto de documentos levantados permite compreender o processo sócio-histórico de construção da ASG e suas relações com a empregabilidade de pessoas surdas em Goiânia. Cabe ressaltar que o produto educacional elaborado durante a pesquisa consiste em um Guia sobre a Associação de Surdo de Goiânia, contando com informações sobre seu histórico, atividades realizadas, encaminhamento ao mundo do trabalho, localização e contatos, sendo voltado à comunidade surda e ouvinte que deseja conhecer a ASG.

3.2.4 Entrevistas

As entrevistas ocorreram em locais reservados na Associação e na casa de terceiros em horários previamente agendados. Nas entrevistas realizadas com as pessoas surdas não oralizadas, além da pessoa entrevistada e o entrevistador, houve a presença de um Intérprete de Libras profissional devidamente qualificado com proficiência na língua brasileira de sinais. As entrevistas foram realizadas com quatro grupos, somando 11 pessoas, conforme descrito na Tabela I.

Tabela 1- Entrevistas realizadas de acordo com grupo, número de participantes e duração.

Grupos	Nº de participantes	Duração	
Grupo 1 – Equipe Gestora	Presidente da ASG	1	15 minutos
	Diretora	1	19 minutos
	Coordenadora Pedagógica	1	15 minutos
	Assistente Social	1	30 minutos
Grupo 2 - Professores	Professores	2	30 minutos
Grupo 3 – Intérprete	Intérprete	1	15 minutos
Grupo 4 - Estudantes	Estudantes	2	30 minutos
	Ex-estudantes	2	32 minutos
Total		11	186 minutos

Fonte: Elaborada pela autora a partir das entrevistas realizadas (2022).

As entrevistas foram conduzidas por meio de roteiros semiestruturados (Lüdke; André, 1986), na medida em que este recurso permitiu maior flexibilidade para o pesquisador e entrevistados durante o percurso das entrevistas, garantindo assim que novas questões pudessem ser exploradas de acordo com o problema proposto e os objetivos do trabalho. O TCLE (Apêndice A) foi entregue a todas as pessoas entrevistadas. As entrevistas tiveram duração média de 15 minutos e foram todas gravadas em arquivo de voz e/ou vídeo, posteriormente transcritas e analisadas, somando um material de 41 páginas. A primeira pessoa entrevistada foi a Diretora Escolar que, em seguida, indicou o Presidente da ASG e o Assistente Social da instituição. Posteriormente, foram entrevistados os professores, estudantes, coordenadora pedagógica, assistente social e intérprete de Libras.

As entrevistas com os sujeitos que têm vínculo com a instituição foram conduzidas na ASG e as demais, na casa de terceiros, levando em consideração o fato de o local ser peça chave para a produção de dados, podendo facilitar a interação ou produzir constrangimentos junto aos sujeitos, sendo fundamental a realização em um espaço no qual o participante se sinta à vontade (Zago, 2003). Ressalta-se que os presentes grupos foram selecionados de modo a responder ao problema de pesquisa proposto e atender aos objetivos do trabalho, na medida em que as entrevistas possibilitam compreender, de modo mais aprofundado, o histórico, as ações promovidas pela associação e os impactos na vida de estudantes e profissionais que passaram pela ASG.

De modo a melhor detalhar a forma como as entrevistas foram conduzidas, especificamos, nas linhas que seguem, informações sobre cada um dos grupos que participaram desta pesquisa.

3.2.4.1 Grupo I – Equipe Gestora

O primeiro contato presencial com a equipe gestora da ASG ocorreu no dia 02 de setembro de 2022. Por meio de uma visita presencial, buscamos conhecer a equipe gestora e o espaço físico da Associação, seu processo de funcionamento, e desenvolver os primeiros contatos junto aos grupos entrevistados.

Estavam presentes o presidente e a diretora da ASG, momento em que os detalhes da pesquisa foram apresentados, a exemplo do tema, problema, objetivos, percurso metodológico e o produto educacional produzido ao fim do mestrado. Este diálogo foi mediado por um Intérprete de Libras, disponibilizado pela Associação, e delongou por pouco mais de duas horas, sendo registrado em vídeo (Presidente) e áudio (Diretora, Coordenadora e Assistente Social), posteriormente transcritos. Todas as entrevistas foram realizadas de acordo com a agenda dos participantes obedecendo, dia e horário disponibilizados pelos entrevistados, mediante ao agendamento, com entrega e assinatura do TCLE (Apêndices A, B, C e D),

A escolha dos profissionais entrevistados neste primeiro grupo esteve atrelada ao conjunto de objetivos desta associação, considerando a necessidade de conhecer o histórico da associação, atividades desenvolvidas e suas contribuições para o ingresso da população surda no mundo do trabalho. Inferimos também que a presidência, a diretoria, a coordenação pedagógica e a assistência social estavam familiarizadas com Estatuto e o Projeto Político-Pedagógico – PPP que norteiam as ações da ASG, além de manter contatos juntos à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a instituições parceiras no município de Goiânia.

A presidência da associação (2021 – 2024) é ocupada por pessoa do gênero masculino, pedagogo, com 15 anos de atuação junto à comunidade surda na ASG. A diretoria educacional é ocupada por pessoa do gênero feminino, com formação em educação física e mestrado em dança, diversidade e inclusão, com 13 anos de atuação junto à comunidade surda. A coordenação pedagógica é exercida por uma pessoa do gênero feminino, graduada em pedagogia, com 32 anos de atuação na ASG. Por fim, a

Assistência Social é ocupada por uma pessoa do gênero feminino, graduada em ciências contábeis, serviço social e pós-graduada em gestão de projetos e auditoria, com três anos de atuação junto à associação. Os dados sobre cada uma das pessoas entrevistadas seguem descritos no Quadro 06.

Quadro 6 - Dados sobre a equipe gestora de acordo com a função ocupada, gênero, formação profissional, tempo de atuação junto à ASG e duração da entrevista.

Função ocupada	Gênero	Formação Profissional	Tempo de atuação na ASG	Duração da entrevista
Presidente	Masculino	* Graduação em Pedagogia.	15 anos.	15 minutos.
Diretora	Feminino	* Graduação em Educação Física. * Mestrado em dança, diversidade e inclusão.	13 anos.	19 minutos.
Coordenadora Pedagógica	Feminino	* Graduação em Pedagogia	32 anos.	15 minutos.
Assistente Social	Feminino	* Graduação em Ciências Contábeis; * Pós-Graduação em Auditoria. * Graduação em Serviços Sociais; * Pós-Graduada em Gestão de Projetos.	3 anos.	30 minutos.

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas realizadas (2022).

Os resultados obtidos nas entrevistas conduzidas com o Grupo Gestor da ASG serão minuciosamente analisados e apresentados na seção que se dedica à história da Associação e às ações por ela desenvolvidas.

3.2.4.2 Grupo II – Professores

O Grupo II – Professores é composto por dois professores ativos na Associação de Surdos de Goiânia (ASG). As entrevistas realizadas com esses docentes tiveram uma média de duração de aproximadamente 16 minutos cada e ocorreram na sede da ASG entre os dias 4 de setembro de 2022 e 10 de outubro de 2022. A escolha de incluir esse grupo na pesquisa se deve à sua relevância no contexto da Associação, uma vez que desempenham um papel fundamental em ações pedagógicas e formativas voltadas para a comunidade surda. Dessa forma, a inclusão desses profissionais permitiu uma análise

mais profunda e abrangente dos objetivos estabelecidos, especialmente no que diz respeito às atividades pedagógicas realizadas na ASG e seus impactos na formação e empregabilidade das pessoas surdas.

Para conduzir as entrevistas, utilizamos um roteiro semiestruturado, registrando as respostas com o auxílio de um gravador de voz. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e analisadas minuciosamente. É importante ressaltar que os objetivos da pesquisa foram devidamente explicados aos entrevistados, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue e assinado por eles.

Os entrevistados foram identificados como P1 (Professor 1) e P2 (Professora 2). O P1 é do gênero masculino e tem formação em História, com especialização em Educação Bilíngue. Já o P2 é do gênero feminino, tem licenciatura em Letras, com habilitação em Libras, e está cursando o 8º período de Pedagogia Bilíngue. Ambos têm experiência de atuação junto à comunidade surda na ASG, sendo que o P1 atua há quatro anos e o P2 há dois anos em regime de contratos temporários. O Quadro 7 apresenta mais detalhes sobre cada um dos profissionais entrevistados.

Quadro 7 - Dados sobre os professores entrevistados de acordo com a função ocupada, gênero, formação profissional, tempo de atuação junto à ASG e duração da entrevista.

Função ocupada	Gênero	Formação Profissional	Tempo de atuação na ASG	Duração da entrevista
Professor (P1)	Masculino	*Graduação em História; *Especialização em Educação Bilíngue.	4 anos	15 minutos
Professora (P2)	Feminino	*Licenciatura em Letras - Libras; *8º período de pedagogia bilíngue.	2 anos	15 minutos

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas (2022).

Os dados obtidos pelas entrevistas conduzidas com os professores foram cuidadosamente analisados e discutidos nas seções subsequentes deste estudo. Ao explorar as ações pedagógicas e formativas desenvolvidas na Associação de Surdos de Goiânia (ASG), assim como os efeitos dessas iniciativas na formação e empregabilidade da comunidade surda, buscaremos uma compreensão mais profunda e abrangente das dinâmicas educacionais e de inserção no mundo do trabalho para esse grupo. A análise dessas informações será essencial para contribuir para o embasamento teórico e para as conclusões desta pesquisa.

3.2.4.3 Grupo III – Intérprete

O Grupo III da pesquisa tinha como objetivo realizar entrevistas com dois profissionais. No entanto, ocorreu um imprevisto com um dos entrevistados agendados. Embora houvesse outros intérpretes disponíveis na instituição, eles não tinham horários disponíveis compatíveis com a pesquisa. Diante desse cenário, a pesquisadora optou por conduzir a entrevista com uma única intérprete de Libras que atua na Associação de Surdos de Goiânia (ASG).

A decisão de incluir essa intérprete na pesquisa foi motivada pelo fato de ela manter contato direto com os estudantes surdos da instituição. Isso proporcionou à pesquisa uma compreensão mais profunda das ações desenvolvidas pela ASG e dos impactos dessas ações na formação e empregabilidade dos alunos surdos. Como afirma Quadros (1997), um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha papel crucial na mediação entre diferentes línguas, facilitando a comunicação.

A entrevista com a intérprete ocorreu nas dependências da Associação, seguindo um roteiro semiestruturado, em 23 de novembro de 2022, com duração de aproximadamente 15 minutos. A entrevista foi registrada em áudio MP3, utilizando um gravador, posteriormente transcrita. Durante esse processo, os objetivos da pesquisa foram claramente apresentados à entrevistada, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue e devidamente assinado.

A intérprete entrevistada é do gênero feminino, tem graduação em pedagogia e é especialista em Libras. Ela acumula dois anos de experiência junto à comunidade surda na ASG, o que a torna uma fonte valiosa de insights e perspectivas sobre a formação dos estudantes surdos e seu subsequente ingresso no mundo do trabalho. Portanto, sua participação nesta pesquisa acrescentou uma dimensão significativa à compreensão do tema abordado. De forma semelhante aos grupos acima entrevistados, a análise da entrevista da Intérprete de Libras será discutida na seção seguinte.

3.2.4.4 Grupo V – Estudantes

O Grupo IV é composto por dois estudantes surdos da ASG e dois ex-estudantes surdos da ASG. Os dois estudantes estavam matriculados na 3ª série do Ensino Médio em 2022 e os dois ex-estudantes haviam concluído seus estudos na Associação em 2012.

Esclarecemos que a escolha deste grupo esteve atrelada aos objetivos desta pesquisa, considerando a necessidade de compreender as ações promovidas pela Associação em seu caráter formativo e seus impactos na empregabilidade de pessoas surdas em Goiânia. Destacamos também que o critério adotado para entrevistar os estudantes da instituição consistiu na maioria e no fato de estarem cursando o último do Ensino Médio. O critério para entrevistar ex-estudantes consistiu na existência de vínculo empregatício, por meio de roteiros semiestruturados e entrega do TCLE (Apêndice G). As entrevistas junto aos estudantes foram realizadas em lugar reservado na Associação, e as entrevistas com ex-estudantes, na casa de uma amiga surda da pesquisadora, em horários previamente agendados com os alunos. Além da presença da entrevistadora e do entrevistado, houve necessidade da presença de um Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras, profissional qualificado e proficiente em Libras, já que todos os entrevistados eram usuários da língua de sinais. Salientamos que o Intérprete assinou um Termo de Postura Ética (Apêndice H) para assegurar a veracidade da interpretação dos depoimentos para a Língua Portuguesa na versão oral.

Todas as entrevistas foram filmadas com o aparelho celular da pesquisadora com a anuência dos surdos participantes, sendo posteriormente transcritas e analisadas. As mídias mantidas no arquivo da pesquisadora estão disponíveis para possíveis solicitações da ASG e das pessoas entrevistadas. De modo a conduzir as entrevistas de modo profícuo, as questões eram elaboradas primeiramente para o Intérprete de Libras que a contextualizava e a traduzia para o surdo em Libras.

O tempo médio de duração de cada uma das entrevistas foi de 15 minutos. Todas as entrevistas foram traduzidas e transcritas para a Língua Portuguesa, gerando um relatório de, aproximadamente, dez páginas. Naturalmente, a atenção dada a esta etapa da pesquisa não foi menos intensa que as anteriores. Porém, aproximar-se do olhar daqueles que, historicamente, foram segregados constituiu em uma rica e oportuna possibilidade de visibilizar uma parcela “silenciosa” da sociedade.

Para efeito desta pesquisa, os estudantes foram nomeados como E1 e E2 e os ex-estudantes como EE1 e EE2. Os estudantes foram entrevistados em 22 de setembro de 2022 na associação, compreendendo indivíduos do gênero feminino (E1) e masculino (E2), de 19 e 25 anos de idade, respectivamente, estando na 3ª série do Ensino Médio e estudando na ASG há dois anos (E1) e há seis anos (E2).

O grupo de ex-estudantes, por sua vez, foi entrevistado em 15 de dezembro de 2022 na casa de uma amiga surda da pesquisadora, sendo composto por indivíduos do gênero feminino (EE1) e masculino (EE2), tendo, respectivamente, 28 anos e 32 anos de idade. Os dados do grupo entrevistado estão descritos no Quadro 8.

Quadro 8 - Dados sobre os estudantes entrevistados de acordo com a profissão, gênero, idade, formação profissional, período de permanência na ASG e duração da entrevista.

Profissão	Gênero	Idade	Escolaridade	Período de permanência na ASG	Duração da entrevista
Estudante - (E1)	Feminino	19	Ens. Médio Incompleto	2 anos	15 min
Estudante - (E2)	Masculino	25	Ens. Médio Incompleto	6 anos	15min
Ex-estudante - (EE1)	Feminino	28	Ens. Médio Completo	3 anos	15 min
Ex-estudante - (EE2)	Masculino	32	Ens. Médio Completo	2 anos	15 min

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas (2022).

Mais detalhes sobre o conteúdo destas entrevistas serão discutidos nos próximos capítulos desta dissertação, tendo em vista as impressões destes sujeitos sobre a formação escolar na ASG, o convívio em sociedade e em família, a inserção no mundo do de trabalho, no caso do ex-estudantes, e a expectativa de empregabilidade, no caso dos estudantes da Associação.

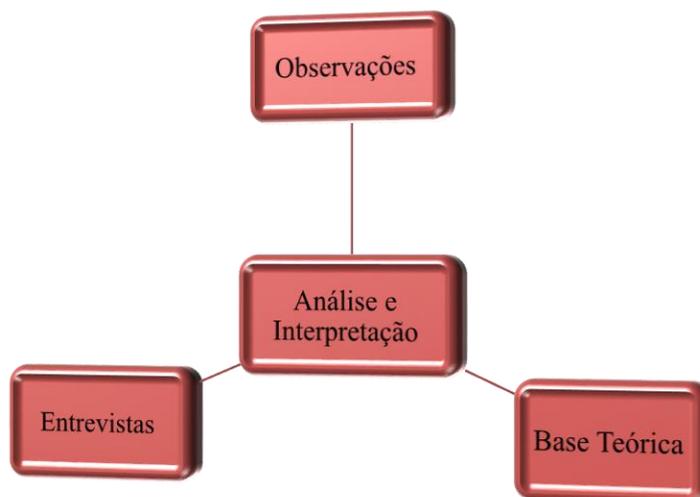
3.2.5 *Análise de dados*

A análise por triangulação de métodos é uma abordagem que busca validar a pesquisa, confirmar, complementar, refutar ou adicionar novos elementos aos dados coletados ao longo do processo investigativo (Marcondes; Brisola, 2014). Essa técnica nos permite analisar e comparar um conjunto diversificado de dados durante a pesquisa, destacando semelhanças e diferenças entre conceitos, categorias, teorias e fatos.

Minayo (2010) observa que a triangulação na etapa analítica de uma pesquisa envolve duas etapas interligadas: 1ª etapa - Produção de dados por meio de diversas técnicas como levantamento documental, entrevistas e revisão bibliográfica. 2ª etapa - Análise reflexiva e abrangente do material coletado, considerando as percepções dos participantes da pesquisa, as informações encontradas nos materiais secundários, o diálogo com autores relevantes e suas conexões com o contexto sócio-histórico mais amplo da pesquisa (Minayo, 2010).

Para melhor ilustrar como a análise por triangulação de métodos se adequou ao problema de pesquisa desta dissertação, elaboramos um diagrama esquemático que elucida o processo de análise do processo sócio-histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia - ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho de indivíduos surdos.

Figura 1- Diagrama da análise por triangulação de dados.

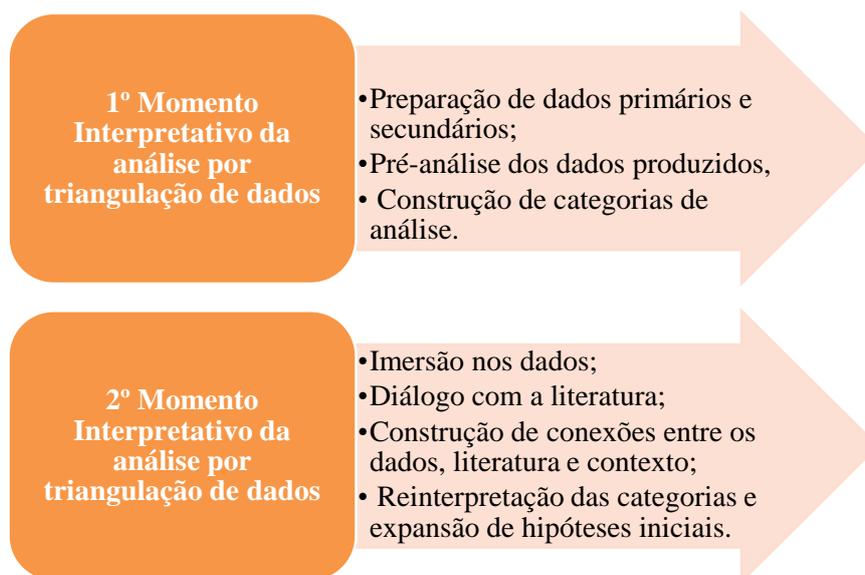


Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Gomes *et al.*, (2010) aprofundam as duas etapas propostas por Minayo (2010), recomendando dois movimentos interpretativos na triangulação. O primeiro movimento consiste na reunião e preparação dos dados primários e secundários, seguido da pré-análise, considerando sua qualidade e conexão com os objetivos e o problema de pesquisa e elaboração de categorias de análise (Gomes *et al.*, 2010).

No segundo momento interpretativo, é feita uma “análise contextualizada e triangulada dos dados”, buscando uma “reconstrução teórica da realidade” (Gomes *et al.*, 2010, p. 199). Neste sentido, é feita uma imersão profunda no material produzido, realizando diálogos junto à bibliografia levantada, buscando assim produzir suturas entre os dados, a literatura e o contexto macrossocial, reinterpretando categorias e expandindo as hipóteses iniciais da pesquisa (Marcondes; Brisola, 2014). Os dois momentos interpretativos estão descritos na Figura 2.

Figura 2 - Momentos interpretativos da análise por triangulação de dados



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A triangulação se destaca como uma técnica que possibilita uma análise cuidadosa do conjunto de fontes coletadas ao longo de dois anos de pesquisa de mestrado. Essa abordagem facilita a integração de informações da bibliografia, documentos e entrevistas, possibilitando uma compreensão mais ampla das categorias envolvidas e sua relação com o contexto social e histórico.

Seguindo os momentos propostos pela análise por triangulação de métodos, iniciamos o contato junto à ASG buscando fazer o levantamento de fontes primárias (Atas, PPP, Estatuto, fotografias, planilhas e entrevistas) e secundárias (produção de análises e de categorias a partir das fontes primárias), percorrendo, assim, o primeiro momento interpretativo.

Em um segundo momento, revisamos as fontes primárias coletadas e aprofundamos as fontes secundárias produzidas, realizando interlocuções entre a bibliografia levantada, entrevistas realizadas e fontes documentais, buscando, assim, reinterpretar as categorias analíticas inicialmente construídas e expandir a hipótese proposta.

Após esta breve contextualização metodológica, avançaremos para a análise dos resultados da pesquisa. Nesta seção, examinaremos detalhadamente as atividades formativas realizadas pela ASG, sua relação com o contexto histórico de adoção das línguas de sinais e suas conexões com o mundo do trabalho.

4 ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA – HISTÓRICO, FORMAÇÃO E IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Ao longo desta seção, discutiremos o papel da Associação de Surdos de Goiânia - ASG na promoção de uma educação bilíngue que possibilite a visibilidade e a inclusão da população surda na sociedade e no mundo de trabalho. Para tanto, dividimos essa seção em duas subseções: a primeira subseção faz um balanço sucinto acerca da formação das Associações de Surdos no Brasil, considerando suas contribuições na defesa dos direitos das pessoas surdas brasileiras; a segunda discute a criação e a consolidação da ASG, tendo em vista sua estrutura, ações formativas e ações da instituição em prol do ingresso no mundo do trabalho da população surda residente em Goiás e regiões circunvizinhas. É importante ressaltar que a análise dos dados obtidos durante a pesquisa será conduzida ao longo de toda esta seção.

4.1 As Associações de Surdos no Brasil - contribuições para a visibilidade da comunidade surda brasileira

Conforme destacado na primeira seção desta dissertação, a comunidade surda no Brasil tem uma longa história de lutas pelos seus direitos, envolvendo a busca por visibilidade, diversidade e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua materna. Essas lutas estão estreitamente relacionadas à criação e à participação em Associações de Surdos (Strobel, 2009).

Frazão (2017) enfatiza que as Associações de Surdos surgiram da necessidade de proporcionar a esses indivíduos um espaço próprio para encontros, onde pudessem compartilhar códigos culturais, se comunicar através da língua de sinais e se socializar. Nesse contexto, Windle (1992) concorda que essas associações surgiram como locais de união e resistência contra práticas que insistiam na obrigatoriedade da fala para surdos. Além disso, essas entidades desempenharam um papel de solidariedade e apoio a pessoas surdas que enfrentavam desafios emocionais, problemas de saúde, desemprego e dificuldades financeiras (Windle, 1992).

De acordo com Costa, Santos e Andrade (2013), as primeiras Associações de Surdos surgiram no Brasil entre 1913 e 1954, fundadas principalmente por líderes ouvintes em uma época dominada pelo Oralismo. Isso indica que, embora o surgimento dessas associações tenha sido um marco importante na luta pelos direitos da comunidade

surda, o paradigma predominante na sociedade considerava o surdo como alguém que deveria ser medicalizado e tratado para se tornar um membro funcional da sociedade (Nunes *et al.*, 2015).

Segundo Pagnussat (2018), o surgimento das Associações de Surdos nas primeiras décadas do século XX esteve fortemente relacionado ao contexto de sindicatos e a lutas por direitos trabalhistas. Inspirados pelos movimentos sindicais e de classe, grupos de indivíduos se uniram em torno de causas específicas, incluindo associações feministas, de deficientes, de agricultores e de surdos (Pagnussat, 2018).

A primeira Associação de Surdos do Brasil foi idealizada pelo professor ouvinte Brasil Silvado Junior, que teve a inspiração durante uma viagem à Europa, onde conheceu associações de surdos. Ele fundou a Associação Brasileira de Surdos-Mudos (ABSM) no Rio de Janeiro em 24 de maio de 1913. Embora a ideia tenha sido bem recebida pelos surdos da época, a associação era controlada por ouvintes pela forte influência do Oralismo no Brasil (Medeiros; Bezerra, 2011).

A ideia de criar uma Associação de Surdos chegou a São Paulo em 1950, levando à fundação da Associação de Surdos de São Paulo (ASSP), por estudantes e ex-estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esses surdos costumavam se encontrar em locais predeterminados para se comunicar em Libras, já que seu uso não era permitido nas escolas (Medeiros; Bezerra, 2011; Rangel, 2004).

Ao abordar a ASSP, Frazão e Lodi (2019) observam que, além de promover encontros entre surdos, ela também se tornou um espaço de socialização e cultura, onde ocorriam eventos, e os ouvintes podiam aprender a Libras e interagir com pessoas surdas. Assim, a ASSP passou a ser vista como um espaço de educação não formal para surdos e ouvintes (Gohn, 2010). Frazão e Lodi (2019) destacam que a ASSP permitiu aos surdos aprender com as interações no local, enquanto para os ouvintes, ajudou a superar a ideia de que os surdos eram incapazes, promovendo o entendimento de que essa comunidade se diferenciava pelo uso de uma forma única de comunicação.

Costa, Santos e Andrade (2013) apontam que a década de 1950 foi crucial para a expansão das Associações de Surdos em outros estados brasileiros. Em 15 de agosto de 1955, o professor Francisco de Lima Júnior fundou o Círculo dos Surdos-Mudos de Santa Catarina e, em 5 de outubro de 1955, colaborou com Salomão Watnick na fundação da Associação dos Surdos-Mudos do Rio Grande do Sul (ASMRGS/RS). Em 30 de abril de 1956, foi fundada a Associação dos Surdos de Minas Gerais (ASMG/MG), entre outras.

Ao pesquisar sobre a Associação de Surdos de São Paulo – ASSP, Frazão e Lodi (2019) comentam que, além de promover encontros entre os surdos, foi um espaço socialização e cultura em que ocorriam eventos e que permitia que ouvintes conhecessem a Libras e possibilitava a interação com outras pessoas surdas. Entende-se assim que a ASSP, ao propiciar a partilha de “perspectivas de mundo sob o olhar dos próprios surdos”, passou a constituir um espaço de educação não formal (Gohn, 2010) para surdos e ouvintes.

Frazão e Lodi (2019) pontuam que a ASSP permitiu aos surdos a construção de aprendizagens a partir das trocas vivenciadas no espaço, aos ouvintes, a possibilidade de conhecerem os surdos e superarem sua visão como sujeitos incapazes, possibilitando a construção da ideia de que esta comunidade se diferenciava pelo uso de uma forma de comunicação distinta.

Nesta perspectiva, Costa, Santos e Andrade (2013) pontuam que a década de 1950 foi fundamental para a expansão das Associações de Surdos para outros estados brasileiros. Em 15 de agosto de 1955, o professor Francisco de Lima Júnior fundou em Florianópolis o Círculo dos Surdos-Mudos de Santa Catarina, além de colaborar com Salomão Watnick, em 05 de outubro de 1955, na fundação da Associação dos Surdos-Mudos do Rio Grande do Sul – ASMRGS/RS. Em 30 de abril de 1956, foi fundada a Associação dos Surdos de Minas Gerais – ASMG/MG, entre outras.

Nesse movimento de criação de novas associações de surdos, também foram criados três Encontros Nacionais das Pessoas Deficientes. O primeiro ocorreu em outubro 1980, na cidade de Brasília. Apesar da baixa participação de pessoas surdas, este evento foi marcante na medida em que demarca a primeira manifestação de pessoas surdas em prol do uso da língua de sinais nas escolas (Brito, 2013). É importante ressaltar que, apesar da forte função assistencial das Associações de Surdos, considerando processos recreativos e formativos, as discussões políticas e a luta por direitos se concentraram nos Encontros Nacionais (Brito, 2013).

No ano seguinte, em 1981, ocorreu o segundo Encontro, que contou com uma maior participação da comunidade surda, reivindicando maior valorização da língua de sinais. A comunidade deixou clara neste Encontro a importância da língua de sinais como “meio de garantir, às pessoas surdas não oralizadas, o acesso à informação, à educação e ao atendimento nas instituições públicas e privadas” (Brito, 2013, p. 104). No ano de 1983, ocorre o terceiro Encontro, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São

Paulo, sendo que neste evento os surdos tinham como meta a fundação de uma Federação Nacional (Brito, 2013). Tal objetivo foi alcançado com a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos – FENEIDA em 1977. Contudo, a Feneida era composta exclusivamente por pessoas ouvintes, visto que a população surda era compreendida como incapaz de coordenar uma entidade (Cristiano, 2018).

Tal realidade mudou com a formação da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos em 1983, composta por pessoas surdas, que conquistou a presidência da FENEIDA e reestruturou o estatuto da entidade, fundando a Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo – Feneis em 1987 (Cristiano, 2018). A Feneis surgiu a partir dos anseios da comunidade surda, instituições de ensino, associações de pais e outras instituições ligadas ao trabalho com surdos. Filiada à Federação Mundial de Surdos⁸, sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e conta com três regionais na atualidade: Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo capital.

Em sua página da internet, a Feneis é definida como uma instituição “filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, emprego, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos” (Feneis, 2023).

Conforme Campo (2010), são mais de 100 entidades filiadas à Feneis na atualidade. Tais entidades atuam com o objetivo de integrar os surdos na sociedade, trabalhando em parceria com empresas que ofertam trabalho aos surdos, além de lutar pelo direito dos surdos e pela valorização da Libras. A Federação também é conhecida por realizar convênios com empresas e instituições que ofertam cursos profissionalizantes à população surda, a exemplo de cursos de qualificação visando ao trabalho autônomo (cabeleireiro(a), costureiro(a), marcenaria etc.) e oficinas em empresas que buscam simular as condições de trabalho do mercado competitivo, podendo, inclusive, ser remuneradas (Batista *et al.*, 1998).

Por meio de lutas envolvendo a criação de Associações e Federações, é possível afirmar que os movimentos das pessoas surdas foram fundamentais para a construção de uma agenda de direitos para a comunidade surda. No que se refere às entidades criadas

⁸. Fundada em 1951, na cidade de Roma, Itália, a Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf – WFD) é uma organização não governamental reconhecida pela Organização das Nações Unidas – ONU, que atua em 135 países nos cinco continentes. A Federação representa a nível supranacional a população surda e luta pela garantia do direito à diversidade, à igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade e uso da língua de sinais como língua materna. Para mais informações, cf: <https://www.libras.com.br/federacao-mundial-de-surdos>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

em prol da comunidade surda no Brasil, contabilizamos oito Confederações e 95 associações espalhados pelos estados, além de instituições esportivas. Cabe mencionar que algumas foram fechadas por conta da situação financeira.

É possível afirmar, adicionalmente, que os movimentos iniciados pela comunidade surda, em prol da criação das Associações, inauguraram um novo capítulo nas relações políticas entre surdos e ouvintes no Brasil. Brito (2016) aponta que, ao participarem das associações, os surdos estão construindo sua própria história, sua comunidade e aspectos culturais grupais, buscando valorização e respeito junto à sociedade.

É importante ressaltar que o processo de escolarização da população surda, até a década de 90, ocorreu nas associações e instituições de ensino voltadas aos surdos, que se ampliaram pelo Brasil. Ao longo da história, estas associações contribuíram com o processo de ensino e aprendizagem dos surdos, bem como na sua inclusão na sociedade, pelo ingresso nas universidades, em cursos profissionalizantes, e no mundo do trabalho.

No estado de Goiás, unidade federativa na qual produzimos nossa pesquisa, é possível destacar um conjunto de associações de surdos, a exemplo da Associação de Surdos de Goiânia – ASG, fundada em 1975, objeto de nosso trabalho, que facilitou a criação de outras associações no interior do estado; a Associação de Surdos de Anápolis – ASANA, fundada em 1991; a Associação de Surdos de Rio Verde – ASRV, fundada em 1993; a Associação de Surdos de Itumbiara – ASIT, fundada em 2003; a Associação de Surdos de Trindade – ASTRI, fundada em 2004; e a Associação de Surdos de Minaçu – ASMI, fundada em 2004 (ASG, 2023). Todas as associações mencionadas têm, entre seus objetivos, a difusão e o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais e buscam contribuir na formação e preparo para mundo do trabalho dos sujeitos surdos.

Torna-se evidente, pelo exposto, a importância das Associações de Surdos na defesa de aspectos socioculturais, valorização linguística, no direito à educação e à qualificação para o mundo do trabalho. Além de serem espaços fundamentais de socialização, as associações, junto aos Encontros Nacionais e à Federação de Surdos, foram substanciais para a visibilidade política do surdo e para a luta por seus direitos (Batista *et al.*, 1998; Brito, 2013). Feita esta rápida contextualização histórica das Associações de Surdos no Brasil, podemos avançar e analisar a formação da Associação de Surdos de Goiânia, seu papel na formação desta população e suas contribuições para o ingresso no mundo do trabalho.

4.2 Associação de Surdos de Goiânia – histórico, estrutura interna, formação e sua relação com o mundo do trabalho

Ao longo desta subseção, procederemos a uma análise e contextualização das ações promovidas pela Associação de Surdos de Goiânia (ASG). O objetivo é apresentar o contexto histórico em que a Associação foi fundada, o conjunto das atividades formativas desenvolvidas e os impactos na vida da comunidade surda que participou dessas atividades. Para alcançar esse propósito, recorreremos à pesquisa documental (Cellard, 2008), utilizando documentos oficiais fornecidos pela ASG como fonte de informação. Isso inclui seu Estatuto, seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), a matriz curricular, bem como entrevistas realizadas com membros da diretoria, professores, intérpretes e estudantes.

No que diz respeito à técnica de análise de dados, empregamos a triangulação de métodos (Gomes *et al.*, 2010; Marcondes; Brisola, 2014) como abordagem. Isso nos permitiu compreender a história da Associação, o contexto em que foi criada e os efeitos em relação à formação e às oportunidades de emprego para as pessoas surdas. Os dados obtidos foram interpretados à luz da revisão bibliográfica realizada, estabelecendo conexões entre as descobertas documentais, as entrevistas e a pesquisa existente sobre o assunto.

4.2.1 Histórico e estrutura interna da Associação de Surdos de Goiânia

A ASG é uma entidade filantrópica, que desenvolve ações e projetos nas áreas da Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer junto à comunidade surda de Goiânia e região metropolitana. Entre seus objetivos, destacam-se: a defesa dos interesses e direitos de pessoas surdas e deficientes auditivas; a promoção da melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência ao longo de todo seu ciclo de vida; as ações de fortalecimento de vínculos familiares de pessoas com deficiência; e a realização de parcerias junto a entes públicos e privados visando à colocação de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, com destaque para pessoas surdas e deficientes auditivas, além da oferta de serviços de assistência social e de saúde às pessoas deficientes que necessitarem (ASG, 2023).

A ASG foi criada oficialmente em 1975, contudo a história da educação de surdos da capital é iniciada algumas décadas antes, por volta dos anos 1950. De acordo com Oliveira (2019), a educação dos surdos no estado de Goiás começa na década de 1950, mais precisamente no ano de 1953, quando o Projeto de Lei, nº 926, cria a Associação Pestalozzi de Goiânia - APG⁹, para auxiliar as pessoas com deficiência. Todavia a Associação foi oficialmente aberta no ano de 1955, sendo a única instituição a atender pessoas com deficiência em Goiânia até a década de 1970 (Oliveira, 2019).

A criação da APG, em 1955, foi o marco inicial para a educação da comunidade surda e com deficiência auditiva no estado de Goiás. O referido instituto atendia pessoas com tipos variados de deficiência. No entanto, a comunidade surda de Goiânia demandava por uma instituição que fizesse um atendimento especializado, considerando espaços físicos adequados, profissionais qualificados, formação de qualidade e uso da língua de sinais. Neste contexto, surgiu o interesse pela criação de uma associação de surdos na capital (Figura 03).

Figura 3 - Fachada da Associação de Surdos de Goiânia



Fonte: Site da ASG, 2023.

O projeto de criação da ASG teve início em meados de 1967, contando com o apoio da Associação de Surdos do Rio de Janeiro - ASRJ¹⁰, por meio de seu Estatuto. A

⁹ A Associação Pestalozzi de Goiânia – APG é uma instituição filantrópica criada em 1954 com a missão de promover ações que contribuam para a inclusão social, cidadania e qualidade de vida de pessoas com deficiência no Estado de Goiás (Associação Pestalozzi de Goiânia, 2023).

¹⁰ Para mais detalhes sobre a Associação de Surdos do Rio de Janeiro – ASRJ, confira a página da Associação no elo a seguir: <https://asurjsurdos.wordpress.com/>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

ASG foi construída e, em caráter experimental, começou a funcionar na capital do estado a partir de 22 de outubro de 1968, promovendo inicialmente a prática de esportes junto à comunidade surda (Oliveira, 2019).

Conforme pontuado por Barbosa (2011), em 1975 o Estatuto da Associação foi aprovado, demarcando uma nova fase no atendimento das demandas da população surda da capital:

Cerca de trinta e três pessoas surdas no Setor Pedro Ludovico assinaram uma ata com o propósito, de ali ser fundada a Associação dos Surdos de Goiânia (ASG), com o compromisso de trabalhar em prol da sua afirmação nos meios sociais, culturais, educacionais e esportivos, dando respaldo e defendendo as 19 causas e os direitos das pessoas surdas que os procuram (Barbosa, 2011, p. 18-19).

A mudança promovida pela criação da Associação na década de 1970 não pode ser entendida sem a compreensão do contexto educacional atravessado pelo Brasil no que se refere à educação de pessoas surdas. Como destacado ao longo da primeira seção, o Oralismo foi o primeiro método de ensino de pessoas surdas no Brasil, presente no Instituto Imperial de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), criado por uma parceria entre o Imperador D. Pedro II e o professor surdo francês Ernest Huet em 1857 (Schlünzen; Di Benedetto; Santos, 2013).

Conforme observado por (Kézio, 2016), o Oralismo entendia a surdez como uma deficiência que deveria ser minimizada por um conjunto de cuidados médicos e terapêuticos, a exemplo de neurologistas, psicólogos, fonoaudiólogos e uso de aparelhos, caso existissem resquícios auditivos. Para tal vertente, “[...] aprender a falar tem um peso maior do que aprender a ler e a escrever. Assim, o surdo é considerado como deficiente auditivo que deve ser curado, corrigido e recuperado” (Sales *et al.*, 2004, p. 55-56).

O Oralismo perdurou no Brasil até a década de 60, período no qual outra proposta de aprendizagem ganha força: a Comunicação Total. De forma contrária ao Oralismo, a Comunicação Total não compreende o surdo como um sujeito que deve ser medicalizado e inserido na comunidade ouvinte. O surdo é compreendido como uma pessoa que tem necessidades específicas no que tange à linguagem, sendo necessária a utilização da linguagem oral e sinalizada (bimodalismo) para facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes (Kézio, 2016).

Desta forma, a Comunicação Total utiliza uma série de artifícios para promover a comunicação, a exemplo da linguagem oral, de sinais, datilográfica e uma combinação

das três formas de linguagem (Ciccone, 1990). Apesar dos avanços em relação ao Oralismo, a Comunicação Total não apresentou resultados satisfatórios em relação à leitura e à escrita:

O surdo enfrenta dificuldades em aprender significados quando ouvintes se comunicam com ele por meio do bimodalismo, uso dos sinais e da fala de forma simultânea. A visão do surdo se sobrecarrega ao tentar ler os lábios do interlocutor, a fim de perceber palavras, e por, ao mesmo tempo, olhar os formatos das configurações das mãos (Kézio, 2016. p. 174).

Frente aos resultados insatisfatórios da Comunicação Total, o Bilinguismo ganha força a partir da década de 1980. Nesta vertente, o surdo passa a ter contato com duas línguas, a língua de sinais, como a primeira língua, e a língua portuguesa, como segunda língua (Strobel, 2009; Zanoni; Santos 2014).¹¹

Tal digressão histórica permite notabilizar que ASG nasceu em um contexto em que a Língua de Sinais ganhava força no Brasil, atendendo à Comunicação Total. Não obstante a ASG já defendia o uso da Libras antes que a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13. 146/2015) fosse aprovada, estabelecendo em seu artigo 28º a Educação Bilíngue como direito da pessoa surda (Projeto Político-Pedagógico, 2021).

Ao longo de seus primeiros anos de existência, a ASG centrou esforços no desenvolvimento de práticas esportivas, ganhando notoriedade perante as Associações de Surdos de todo o Brasil. No que se refere aos contatos junto à comunidade externa, a ASG atraía centenas de pessoas surdas na realização de festas de aniversários, festivais, confraternizações natalinas, além de excursões sociais e esportivas (ASG, 2023).

Frente à demanda por um espaço físico que possibilitasse a plena realização das atividades da ASG, em 1981, uma sala comercial foi alugada no Setor dos Funcionários, em Goiânia. Em 1984, uma nova mudança foi realizada para o Setor Bueno. Somente em 1987, a partir do diálogo realizado junto à Primeira-Dama do Estado de Goiás, na época, Dona Lídia Quinam¹², um espaço compatível com os anseios da Associação foi construído.

Situado na 9ª Avenida do Setor Vila Nova – Goiânia, o Centro de Apoio ao Deficiente Auditivo – CADA contava com três blocos assim distribuídos: um destinado

¹¹ O Bilinguismo será melhor explorado ao longo da próxima subseção.

¹² . Lídia Quinam (1937) foi uma enfermeira, empresária, política brasileira e primeira-dama do Estado de Goiás durante o governo de Onofre Quinam (MBD), entre os anos de 1986 e 1987.

aos surdos, um para os cegos e outro para os deficientes físicos. Em 1987, a ASG instalou-se no Centro Apoio ao Deficiente Auditivo – CADA, onde, em parceria com a Promoção Social, desenvolveu um trabalho de apoio aos deficientes auditivos de Goiânia (ASG, 2023).

Nesse período, a ASG ofereceu cursos técnicos profissionalizantes de datilografia, corte e costura, tapeçaria, lapidação, entre outros. Destacam-se ainda a oferta de estudo dirigido e de terapia de linguagem, os serviços médicos, psicológicos, odontológicos e de assistência social ofertados, além da realização do curso de Língua Brasileira de Sinais – Libras (ASG, 2023).

Entretanto, uma sede própria continuava a ser um anseio dos membros da ASG. Somente em 1989, por intermédio de um particular,¹³ um terreno foi doado e a sede da ASG foi enfim construída no Bairro Oswaldo Rosa, na cidade de Goiânia. A área doada foi regularizada em 23 de março de 1990, data em que D. Maria Cristina Craveiro Campos, dona do terreno cedido, fez a entrega da escritura à Associação (ASG, 2023).

A ASG está localizada na Região Leste de Goiânia e se situa à Rua 801, chácaras III, IV, V e VI, Bairro Vila Oswaldo Rosa. A instituição faz limites com importantes bairros da região Leste de Goiânia, são eles: Setor Universitário e Setor Leste Vila Nova. Resgatar a memória da construção e consolidação da ASG é fundamental para este estudo, na medida em que possibilita compreender o histórico de luta da Associação para atender a população surda de Goiânia. Nessa perspectiva, Ciavatta (2012) enfatiza que a identidade construída pela escola e seus sujeitos compreende processos que estão enraizados na cultura do tempo e do lugar onde esses sujeitos sociais estão inseridos e na história que foi construída a partir da realidade vivenciada por eles.

Assim, para que os sujeitos reafirmem sua identidade, é imprescindível que conheçam e entendam sua história, que reconstituam e preservem sua memória e então se reconheçam como “sujeitos sociais coletivos com uma história e uma identidade própria a ser respeitada em qualquer processo de mudança” (Ciavatta, 2012, p. 13). Reconhecer espaços educativos como um lugar de memória é um passo importante para a construção e preservação da identidade institucional, pois

[...] documentos dispersos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais

¹³ . No histórico da Associação, é relatado que o presente terreno foi doado por um particular, chamada Maria Cristina Craveiro Campos, que optou pela doação em memória de seu pai, Elyσιο Campos, conhecido por fazer caridades em Goiânia (ASG, 2023).

completa para os mais jovens, em reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres (Ciavatta, 2012. p. 13).

Com o local da futura sede garantido, um projeto arquitetônico foi redigido e, em 1991, foi construído um galpão. Com sua progressiva ampliação e em convênio com a Secretaria de Estado de Educação (atual SEDUC), foram criados cursos de alfabetização, Ensino Fundamental 1ª fase (1º ao 5º ano), apoio pedagógico, ginástica, iniciação esportiva e curso de Libras.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico - PPP da instituição, a educação do surdo foi pensada de forma democrática, com a participação de surdos, familiares, professores e comunidade, enfatizando a formação de sujeitos autônomos, competentes e críticos (ASG, 2021). Faz parte da proposta da ASG formar cidadãos para a vida, com valores que proporcionem a formação de uma sociedade justa, onde todos tenham seus direitos respeitados (ASG, 2023; ASG, 2021).

Neste sentido, é possível perceber um diálogo entre as bases da Associação e uma leitura freireana da realidade, na medida em que “não é possível atuar em favor da liberdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser.” (Freire, 2003a, p. 191).

Entende-se que os sujeitos surdos têm direito não só a uma educação de qualidade, como também o direito a ser respeitado em sua diversidade. A Língua de Sinais, neste sentido, é um veículo fundamental para o exercício do direito a uma educação equânime, e o Bilinguismo é essencial para que a pessoa surda seja respeitada e exerça sua cidadania na sociedade. Sob esta perspectiva, Souza e Alvarenga (2021) pontuam que a inclusão não é tarefa fácil, não há receitas prontas, não sendo consolidada somente por leis, decretos ou convenções. É preciso construir a inclusão em espaços escolares que englobem os ideais de uma escola humana, livre, justa, fraterna, em que os muros do fracasso escolar possam ser gradativamente substituídos por espaços de socialização, conscientização e, assim, de inclusão.

Ao longo dos anos, a Associação continuou a crescer. Uma quadra de esportes com cobertura e vestiário foi construída, a escola foi ampliada com mais salas de aula, salas para apoio pedagógico, sala para ministrar o curso de Libras, sala para professores e coordenadores, sala de vídeo-biblioteca, sala de informática, um novo bloco para oficinas profissionalizantes (serigrafia, costuras, marcenaria), refeitório etc.

Além da ampliação do patrimônio imobiliário, houve autorização da Prefeitura para uso da área vizinha (Chácara V) e a doação das chácaras III e IV pelo Governo do Estado de Goiás. Em convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação e Cultura – FNDE/MEC, uma kombi foi adquirida e um veículo comprado com recursos próprios da ASG.

A partir da década de 90, houve uma nova etapa na história da Associação dos Surdos de Goiânia. Sob o lema “O Silêncio não impede de sermos úteis” e instalados em sede própria, os membros da Associação, em consonância com os objetivos estatutários, criaram o Centro Especial Elycio Campos, celebrando convênios com a Secretaria do Estado de Educação – SEDUC, o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação e Cultura – FNDE/MEC e outros órgãos públicos e privados (ASG, 2023).

Associação tem uma estrutura interna composta por três órgãos administrativos: a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Diretoria. A Assembleia Geral é a instância principal e realiza assembleias ordinárias a cada três anos para eleger o presidente, além de reuniões anuais para examinar o relatório de contas da Diretoria. As assembleias extraordinárias podem ser convocadas a pedido da Diretoria, do Conselho Fiscal ou de 1/5 dos membros da Associação. O Conselho Fiscal é formado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos junto com a Diretoria, e se reúne trimestralmente para emitir parecer sobre as contas da Tesouraria. Por fim, a Diretoria é o órgão administrativo responsável pela gestão da Associação.

Em consonância com o estatuto da Associação, a Diretoria é composta por 16 membros, sendo eles: Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Secretário, 2º Secretário-Bibliotecário, Assessor Jurídico, Relações Públicas, Diretor de Patrimônio e Manutenção, Diretor Educacional, Diretor do Departamento de Intérpretes, Diretor Social, Diretor Adjunto Social, Diretor de Esportes, Diretor Adjunto de Esportes Masculinos e Diretor Adjunto de Esportes Femininos (ASG, 2023). A Figura 4 mostra a estrutura da Associação e a posição dos membros.

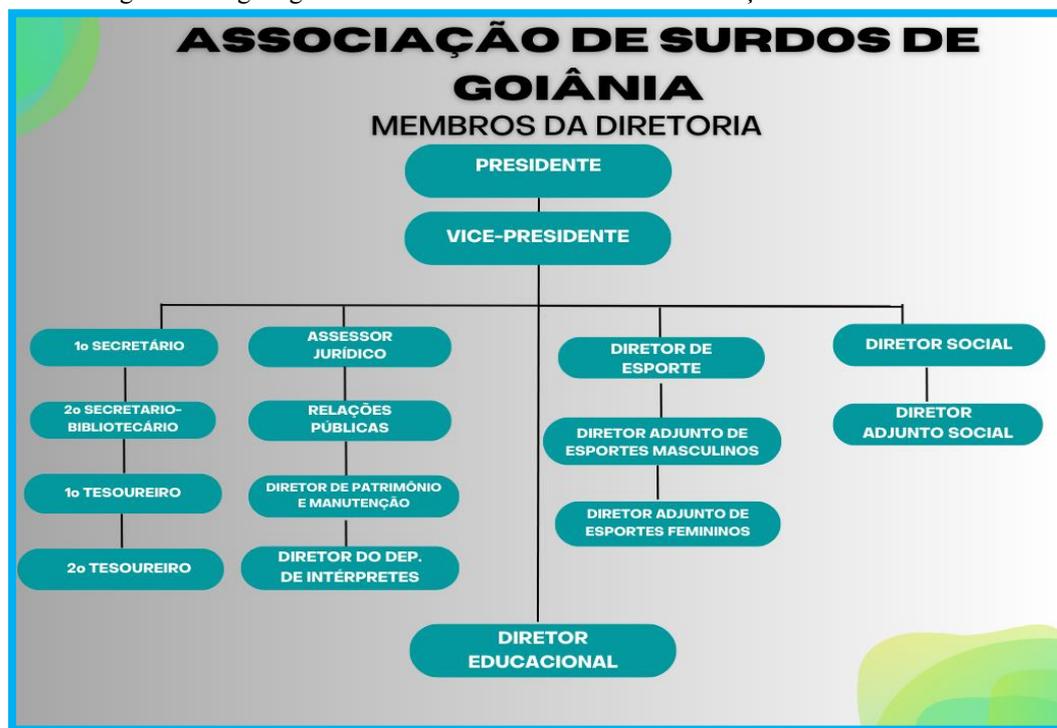
A ASG é chefiada por um Presidente escolhido mediante processo democrático via eleição direta. Tal processo é regulamentado e presidido por uma comissão eleitoral nomeada pela diretoria. O mandato efetivo tem duração de três anos, sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva. Conforme expresso em seu Estatuto, a presidência e a vice-presidência devem ser exercidas por pessoas surdas, sócias, em dia com seus direitos

e com pelo menos cinco anos de exercício junto à Associação (ASG, 2023). Tal norma revela que a Associação é orientada pela visão e pelas necessidades expressas pelas pessoas surdas que dela fazem parte.

O então presidente da Associação, em entrevista, pontua que frequenta a ASG como associado e fez parte do corpo discente da instituição:

[...] estudava no Colégio Maria Luzia e lá um surdo me convidou dizendo que aqui no Centro de Educação Bilíngue de Surdos de Goiânia tinha o AEE (Atendimento Educacional Especializado) à tarde e eu poderia estar fazendo as duas modalidades: ensino regular de manhã e AEE à tarde, disse que a comunicação e a interação eram diferenciadas da escola regular, então comecei a participar da ASG com frequência. Isso ocorreu há 15 anos por volta de 2008 (PRESIDENTE, 2022).

Figura 4 - Organograma – Membros da Diretoria da Associação de Surdos de Goiânia.



Fonte: Elaborada pela autora a partir do Estatuto da ASG (2023).

Nesse sentido, o presidente mostra a importância da Educação Bilíngue na vida dos surdos em consonância com as observações de Hirata, Dutra e Storto (2013, p.223):

A inclusão dos surdos ainda está dando seus primeiros passos, e apesar de vários respaldos legais, a realidade tem sido difícil para muitos indivíduos que estão em busca de melhor colocação no mercado de trabalho. Eles demonstram ainda a importância das escolas bilíngues que atuam como importantes centros de integração e socialização das pessoas surdas.

Assim, observa-se que o indivíduo surdo muitas vezes se sente deslocado no ambiente escolar devido às diferenças culturais entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte. Isso ocorre porque a identidade cultural é definida como um conjunto de características que permite que grupos sociais se identifiquem e se diferenciem uns dos outros. Essa percepção encontra respaldo nas ideias de Strobel (2008), que concebe a cultura surda como algo construído e vivenciado por um grupo de indivíduos que compartilham o mesmo código linguístico, atitudes e interesses similares.

No que se refere às funções exercidas no corpo diretor da Associação, a Presidência é responsável por administrar a ASG, representar a entidade em compromissos oficiais, convocar e presidir reuniões junto à diretoria, apurar irregularidades e realizar a gestão financeira e material da Associação junto ao Tesoureiro e demais membros da Diretoria (ASG, 2023).

A Diretoria, por sua vez, tem a função de fazer cumprir as normas presentes no Estatuto e regulamentações, elaborar regulamentos e normas administrativas, deliberar a respeito de questões administrativas e pedagógicas, administrar os bens móveis e imóveis da ASG, além de discutir e aprovar despesas previstas na administração (Associação de Surdos de Goiânia, 2023)¹⁴. Ressalta-se que, para ocupar qualquer função na Diretoria, os membros devem ter idoneidade moral, capacidade técnico-acadêmica para executar a função, disponibilidade e disposição (ASG, 2023).

Além dos membros da Diretoria, a Associação tem membros associados. O quantitativo de membros é ilimitado, não havendo nenhuma restrição de nacionalidade, gênero, cor, religião ou posição política. Os sócios fazem contribuições mensais para a Associação, podendo frequentar a sede, participar das reuniões, obter assistência da ASG, participar das atividades promovidas e tomar parte nas Assembleias, podendo votar e ser votado. Entre os deveres dos associados, destacam-se o respeito às normas constantes no Estatuto, pagamento da mensalidade, respeito à hierarquia e participação nas Assembleias (ASG, 2023).

É importante ressaltar que, para além da atuação no município de Goiânia, a ASG também tem apoiado pessoas surdas nas cidades do interior do estado de Goiás. A Associação contribuiu nos processos de fundação de diversas Associações de Surdos, destacando-se, entre elas, a Associação de Surdos de Anápolis – ASANA, fundada em

¹⁴ . Para mais informações sobre as funções de cada um dos membros da Diretoria, cf. <https://asgoiania.org.br/estatuto/>. Acesso em 18 de maio de 2023.

1991, a Associação de Surdos de Rio Verde – ASRV, fundada em 1993, a Associação de Surdos de Itumbiara – ASIT, fundada em 2003, a Associação de Surdos de Trindade – ASTRI, fundada em 2004, e a Associação de Surdos de Minaçu – ASMI, fundada em 2004 (ASG, 2023). A Figura 5 apresenta um mapeamento das Associações no Estado de Goiás:

Figura 5 - Mapa – Associações de Surdos em Goiás.



Fonte: Geo Geral. Adaptada pela autora (2023).

Através da análise realizada, identificamos que a ASG desempenhou um papel fundamental na fundação de várias Associações de Surdos no estado de Goiás. É relevante destacar que a expansão das Associações de Surdos em Goiás e em todo o Brasil deve-se, em grande parte, às ações de apoio da ASSP, que desempenhou um papel significativo na conquista dos direitos linguísticos dos surdos brasileiros (Frazão; Lodi, 2019).

Agora, após examinarmos o histórico e a estrutura da ASG, iremos aprofundar nossa análise nas atividades formativas promovidas pela Associação, especificamente pelo Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia, conhecido como CEBS - Goiânia. Para isso, vamos analisar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a Matriz Curricular dessa instituição, levando em consideração sua abordagem no ensino-aprendizagem, sua missão, filosofia, as atividades desenvolvidas e as abordagens pedagógicas adotadas.

4.2.2 O caráter formativo das ações desenvolvidas no CEBS – Goiânia

Em 1992, surgiu o Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia, conhecido como CEBS – Goiânia, como parte integrante da Associação. Essa escola estabeleceu uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC) pela crescente necessidade de oferecer uma educação que fosse adaptada às especificidades de aprendizado das pessoas surdas. O objetivo era proporcionar um ambiente que respeitasse sua língua e identidade, uma vez que, até então, a educação desse público em Goiânia estava centrada em escolas regulares para alunos ouvintes.

Desde o seu início, o Centro reconheceu a importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como elemento fundamental para a instrução e comunicação dos surdos. Essa abordagem marcou uma distância em relação às práticas anteriores, como a Comunicação Total e o Oralismo, que predominaram no ensino de surdos até a década de 1980 (ASG, 2021).

Em uma entrevista, a Diretora da instituição compartilha informações adicionais sobre a criação do CEBS – Goiânia:

[...] até a presente data, a Associação respondia como Centro Especial Elísio Campos. De acordo com a nova portaria (Portaria nº 4602/1992) foi reconhecida e nomeada como Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia – CEBS – Goiânia. A partir desse momento, é reconhecida como centro bilíngue modalidade de surdos, embora a escola já houvesse passado pelo processo de tramitação e adequação desde o ano passado, de acordo com a mudança ocorrida recentemente da LDB 2021. Com a nova Lei, a partir de agora, essa proposta é efetivada junto ao Conselho Estadual de Educação (Diretora, 2022).¹⁵

É importante mencionar que, apesar da aprovação da Lei nº 14.191/2021, que visa a reforçar o respeito à diversidade sociocultural da população surda, a permanência desses estudantes em instituições formais de ensino ainda é um desafio, pois há uma carência de professores e de outros profissionais qualificados para garantir um processo de ensino e aprendizagem eficaz para as pessoas surdas (Henrique, 2021).

Essa dicotomia também é evidente no CEBS – Goiânia, quando comparamos sua "Missão" com os depoimentos obtidos em entrevistas. A Missão da instituição consiste em fazer da "Surdez" (com "S" maiúsculo) um fator de cidadania, impactando a vida dos

¹⁵. A gestora faz referência à Lei nº 14.191/2021, que altera o artigo 3º da LDBEN (Lei nº 9394/1996), que busca respeitar a diversidade social, cultural e linguísticas das pessoas surdas, surdocegas ou com deficiência auditiva.

alunos e da comunidade surda em geral. Isso é baseado no compromisso com a ação transformadora em prol da igualdade e da cidadania surda (ASG, 2021).

No entanto, é evidente que a concretização da igualdade e da cidadania surdas é afetada pelo direito pleno a uma formação de qualidade e ao acesso equitativo ao mundo do trabalho. Apesar de todos os entrevistados destacarem a importância do CEBS – Goiânia na promoção da educação bilíngue, o ingresso e acompanhamento das pessoas surdas no mundo do trabalho continuam sendo grandes desafios.

Ex-alunos entrevistados observam que a Associação não contribuiu para sua inserção no mundo do trabalho, e a Assistente Social da instituição observa que faltam recursos para melhorar o atendimento à população surda, bem como para o acompanhamento contínuo daqueles que procuram a instituição para encaminhar currículos. A falta de recursos financeiros afeta a garantia plena dos direitos da comunidade surda, o que contrasta com o relato da Coordenadora Pedagógica do CEBS – Goiânia:

A assistente social sempre acompanha os surdos nas empresas para averiguar se a acessibilidade está sendo ofertada e garantida de acordo com a proposta da lei. Caso haja evidência do não cumprimento e garantia da acessibilidade da comunidade surda encaminhada pela assistente social da ASG ao mundo do trabalho, são tomadas as medidas em defesa do surdo, sendo encaminhado para o ministério público para ser analisado e julgado o fato (Coordenadora Pedagógica, 2022).

Dessa forma, os processos educacionais realizados no CEBS – Goiânia, que buscam contribuir para o pleno exercício da cidadania das pessoas surdas, considerando a defesa de "direitos e deveres civis, políticos e sociais" (ASG, 2021, p. 58), tornam-se alvo de críticas, uma vez que a instituição não proporciona a inclusão completa da comunidade surda por meio da formação e acesso ao mundo do trabalho.

Cabe ressaltar, sob um enfoque marxista, que a relação trabalho-educação é atravessada por profundas desigualdades, tendo em vista as disparidades de classe em um contexto capitalista. Os indivíduos tendem a ser preparados de forma diferente de acordo com sua posição no sistema produtivo, aumentando a precarização e a divisão do trabalho (Marx, 1982). A população surda também participa desta relação, na medida em que sofre um processo de marginalização na educação e precarização no mundo do trabalho, considerando as barreiras linguísticas existentes (Schlünzen; Di Benedetto, 2013).

Carvalho (2012) pontua que a dificuldade de lidar com outro tipo de linguagem que não seja a oral faz com que os interlocutores do surdo, inclusive, a família, se vejam

diante de uma situação conflituosa da qual preferem se afastar. Com isso, a comunidade surda tem enfrentado barreiras na inclusão plena em uma sociedade cuja oralidade é constantemente reafirmada.

É importante mencionar que, de acordo com os documentos investigados, a Associação advoga uma série de objetivos e estratégias, incluindo o incentivo ao protagonismo das pessoas surdas nos debates educacionais, culturais e legais em igualdade de condições e oportunidades, respeitando sua singularidade (ASG, 2021). Além disso, a Associação busca criar condições linguísticas e educacionais adequadas por meio da Educação Bilíngue, promovendo acesso ao conhecimento científico, histórico e cultural acumulado. A Associação também se dedica a difundir a Libras, a cultura e a comunidade surda em todos os níveis escolares e contextos, dentro e fora da instituição, e a promover ações que busquem a profissionalização das pessoas surdas e sua preparação para o mundo do trabalho (ASG, 2021).

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem, a Associação defende a ideia de que as pessoas surdas constroem sua identidade e valorizam sua história pela linguagem, ou seja, pela interação via Libras e convívio com outras pessoas surdas. Isso permite que as pessoas surdas reflitam sobre sua língua materna e atuem de maneira consciente na sociedade em que vivem (ASG, 2021).

De modo mais aprofundado, é possível dizer que o processo de ensino-aprendizagem preconizado pela Associação se baseia em uma visão sociocultural¹⁶ e linguística de educação, na qual as especificidades sociais, culturais e linguísticas do sujeito surdo são fundamentais no processo educativo (ASG, 2021). Considerando a centralidade da Educação Bilíngue¹⁷ na Associação, a Libras torna-se um veículo fundamental para a produção de um processo de ensino-aprendizagem que vislumbre o surdo em sua integração que promova efetiva socialização:

Ao longo do desenvolvimento das funções superiores - ou seja, ao longo da internalização do processo de conhecimento - os aspectos particulares da existência social humana refletem-se na cognição humana: um indivíduo tem a capacidade de expressar e compartilhar com os outros membros de seu grupo social o entendimento que ele tem da experiência comum ao grupo (Vygotsky, 1991. p. 87).

¹⁶. A abordagem sociocultural na psicologia foi fortemente influenciada pelas obras do psicólogo russo Lev Semionovitch Vygotsky (1896 – 1934). Tal abordagem busca compreender o desenvolvimento humano como um processo imbricado às relações sociais de que participa. Desta forma, a aprendizagem é mediada pelas atividades sociais e culturais em dada sociedade (Ribas; Moura, 2006).

¹⁷. A Educação Bilíngue será explorada na subseção a seguir.

A internalização e o aprendizado da Libras no âmbito da Associação são essenciais não apenas para o desenvolvimento individual pleno do surdo, como também e fundamentalmente para promover uma efetiva socialização destes sujeitos via compartilhamento de código e signos presentes na cultura surda. Por consequência, o processo formativo desenvolvido na ASG busca respeitar o surdo em sua condição e experiência visual-cinestésica pela priorização da Libras como primeira língua em todos os espaços da escola, formação profissional especializada e investimento em estrutura física adequada às atividades pedagógicas.

No que tange à formação profissional do quadro de professores, o Projeto Político-Pedagógico afirma que todos atuam ativamente na educação dos estudantes da ASG. Também é mencionado que todos têm graduação e especialização em sua área de atuação, além de proficiência em Libras, desempenhando suas funções junto ao intérprete e ao Professor Surdo (ASG, 2021). Em entrevista, a Diretora pontua que o quadro docente está em constante formação:

[...] professores viajaram para outros países para conhecer outras escolas bilíngues, pararam para estudar, promoveram seminários para discutir as propostas, os professores buscaram aperfeiçoamento por meio da qualificação com o intuito de ofertar uma educação de qualidade para os surdos (Diretora, 2022).

Para Frazão e Lodi, (2018), a formação inicial de professores frequentemente negligencia as particularidades da educação de surdos, limitando-se, muitas vezes, à disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Como resultado, os professores se veem obrigados a buscar formação continuada, que tem sido o foco central da maioria das pesquisas nesse campo.

Na perspectiva socioantropológica, a formação da subjetividade do aluno surdo é influenciada pelas relações que ele estabelece com outros surdos e ouvintes. Portanto, a presença de professores surdos na educação assume um papel fundamental na promoção de uma compreensão positiva da surdez por parte dos alunos. Giordani (2015) destaca a importância desse profissional surdo, uma vez que os professores que trabalham com alunos surdos devem, de preferência, ser surdos, com um perfil bilíngue e bicultural, tendo habilidades em diversos recursos linguísticos que derivam de um domínio competente da língua de sinais. Quando o professor é ouvinte, é importante que ele se

envolva na comunidade surda, buscando não apenas fluência na língua de sinais, mas também uma compreensão da gramática a partir das bases culturais.

Dessa forma, a presença de professores surdos, com sua expertise na língua de sinais e compreensão cultural, desempenha papel crucial na educação de alunos surdos, contribuindo para o desenvolvimento de uma identidade surda positiva e uma educação de qualidade.

Quando questionados sobre a rotina de trabalho docente, os professores entrevistados apontam desafios não mencionados pela Diretora:

Como professora de apoio, eu faço um trabalho individualizado, nesses momentos tentamos relacionar imagens, sinais e a LIBRAS para a aquisição da língua. Aproveita para fazer a modalidade Língua portuguesa escrita (P2)

É muito importante estruturar as atividades porque temos diferentes alunos e cada um em um nível de aprendizagem. Temos surdos que a família não sabe comunicar com LIBRAS, aí a comunicação não existe, então é importante essa interação aqui. É importante motivar esse aluno a aprender (P1).

Tendo como referência os depoimentos dos professores, torna-se evidente que, apesar de o CEBS – Goiânia buscar proporcionar um ambiente voltado às necessidades dos estudantes e profissionais capacitados, o trabalho docente necessita vislumbrar as demandas específicas de cada estudante, fortalecendo a comunicação em Libras e estabelecendo laços junto às famílias.

A influência da família na formação do filho como um cidadão consciente de seus direitos e deveres na sociedade é evidente, e o mesmo se aplica à formação de uma pessoa surda, que ocorrerá principalmente pela visão e por uma língua com uma modalidade diferente. Essa relação enfrenta várias dificuldades, sendo um dos maiores dilemas inicialmente encontrados pela família do surdo o despreparo psicológico dos pais para aceitar a surdez de seu filho (Rocha; Rodrigues; Botelho, 2013).

A interação da família é muito importante. O pai e a mãe saber um pouquinho de Libras, ter essa comunicação, conhecer também o básico... porque também não é só na escola, é preciso aprender para desenvolver e interagir com a comunicação em todos os ambientes (P1).

A interação da família é muito importante, porque quando a família sabe Libras, a vida do surdo fica mais leve (P2).

Uma família bem estruturada, que está ciente da realidade de seu filho surdo, poderá fornecer os recursos necessários para que ele tenha acesso à sua primeira língua. Quando o surdo adquire conhecimento sobre sua língua natural, ele se torna um indivíduo

capaz de abraçar sua identidade surda e enfrentar eventuais desafios emocionais, caso existam (Negrelli; Marcon, 2006).

No que se refere à estrutura física do CEBS – Goiânia, a ASG faz sua manutenção, objetivando adequar-se à Educação Bilíngue. Desta feita, as 13 salas de aulas têm televisores, computadores, acesso à internet, além de equipamentos audiovisuais, a exemplo de projetores e filmadoras digitais. O CEBS – Goiânia também tem sala de informática, sala de artes onde são realizadas aulas de dança, estúdio para gravação de vídeos, salão de jogos, quadra poliesportiva coberta, campo de futebol Society e um palco para realização de atividades culturais. Destaca-se o acervo na biblioteca, que contém obras voltadas à literatura surda e bibliografia especializada em Educação Bilíngue (ASG, 2021).

Cabe mencionar que o Presidente da Associação observa que a estrutura física da Associação pode passar por melhorias, atendendo melhor à comunidade surda. “Acredito que nós precisaríamos mexer mais com a parte da estrutura física da ASG para melhorar e estar recebendo todos os integrantes da comunidade surda” (Presidente, 2022). No que tange às metodologias de ensino empregadas no CEBS – Goiânia, destacam-se estratégias pedagógicas e metodológicas ancoradas em suportes visuais. Tais estratégias fazem parte da Pedagogia Visual, que se apresenta como uma proposta que explora toda uma gama de recursos visuais, incluindo a Libras e a cultura surda, a exemplo de

Contação de história ou estória, jogos educativos, envolvimento da cultura artística, cultura visual, desenvolvimento da criatividade plástica, visual e infantil das artes visuais, utilização da *SignWriting* (escrita de sinais) na informática, recursos visuais, sua pedagogia crítica e suas ferramentas e práticas, concepção do mundo através da subjetividade e objetividade com as “experiências visuais” (Campello, 2008, p. 129).

A prática pedagógica adotada pelo CEBS – Goiânia se destaca por sua abordagem inclusiva, que busca enriquecer a experiência de aprendizado para os falantes de (Língua Brasileira de Sinais) Libras. Nesse contexto, a utilização da Pedagogia Visual emerge como um elemento fundamental para a consecução dos objetivos delineados pela instituição, visando a proporcionar uma aprendizagem verdadeiramente significativa à comunidade surda (Gomes; Souza, 2020).

A Pedagogia Visual, como parte integrante da metodologia empregada pelo CEBS – Goiânia, desempenha papel crucial na promoção da inclusão e no estímulo ao

aprendizado. Ela se baseia na ideia de que o estímulo visual é uma ferramenta poderosa para a compreensão e aquisição de conhecimento. Por meio de representações gráficas, imagens, diagramas e recursos visuais, a Pedagogia Visual proporciona uma forma mais acessível e intuitiva de abordar conceitos e conteúdos educacionais. Ela não apenas facilita a assimilação do conhecimento, mas também estimula a participação ativa dos alunos surdos, promovendo uma interação mais rica e significativa.

O Quadro 9 apresenta a proposta metodológica do CEBS – Goiânia, ilustrando como a Pedagogia Visual é proposta. Por meio desse recurso, os educadores podem criar materiais educacionais que vão além das palavras e dos sinais, utilizando elementos visuais para tornar os conceitos mais palpáveis e envolventes para os alunos surdos. Isso contribui para a quebra de barreiras de comunicação e o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem. Durante as entrevistas conduzidas, não foi possível mais informações sobre a utilização da Proposta Metodológica mencionada. Entretanto, a Coordenadora Pedagógica do CEBS – Goiânia ressaltou que os professores seguem um processo de planejamento e participam de formações na instituição.

Os professores fazem seus planejamentos pelo Sistema Administrativo e Pedagógico (SIAP) da Secretária do Estado de Goiás, onde são lançados os conteúdos, a frequência e as notas dos alunos. Além desse trabalho dentro da instituição, tem o momento semanal das outras atividades; os professores, com a participação da coordenadora pedagógica, flexibilizam as aulas de acordo com as especificidades dos alunos. Os planejamentos no sistema são feitos quinzenalmente, mas semanalmente são feitas na instituição as formações e a preparação das aulas (Coordenadora Pedagógica, 2022).

Quadro 9 - Proposta metodológica ancorada na Pedagogia Visual para atividades do CEBS – Goiânia.

Proposta metodológica
1º. Problematização visual;
2º. Contextualização visual;
3º. Uso ou produção de material visual (vídeo) adequado na primeira língua (L1) ou com sequências de imagens para apreciação dos estudantes;
4º. Interpretação/Discussão sobre conteúdo/tema do material apresentado em Libras;
5º. Produção de texto com conceito-chave na segunda língua (L2);
6º. Ampliação do vocabulário na L1 e L2 (Produção de Glossário);
7º. Exploração do tema em L1 e L2 (atividades, jogos pedagógicos, seminário, debates etc.);
8º. Produção de texto em L2 pelos estudantes;
9º. Gramática da Libras;
10º. Uso ou produção de material visual (vídeo) adequado em L1 ou com sequências de imagem para apreciação dos estudantes;
11º. Produção de texto com conceitos-chave em L1;
12º. Ampliação do vocabulário em L1 (Produção do Glossário em L1);
13º. Produção de texto em L1 pelos alunos;
14º. Resolução de problemas;
15º. Vivências (contextualização prática de conceitos); e
16. Vivências corporais (danças, jogos, mímicas, esportes, ginásticas e outras práticas corporais).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPP da Associação (ASG, 2021. p. 26).

Considerando o conteúdo da entrevista acima, é possível notabilizar a necessidade de avaliar criticamente tais práticas pedagógicas e metodológicas, levando em consideração a forma como tais práticas atendem às necessidades dos estudantes surdos: se são eficazes no ensino de Libras e se promovem de fato uma aprendizagem significativa. Além disso, seria interessante investigar como essas práticas se alinham aos objetivos gerais da instituição e se contribuem para a inclusão plena dos alunos surdos. Tais questionamentos oferecem subsídios importantes para pesquisas futuras a respeito do tema. A Intérprete de Libras também observa que sua experiência profissional tem sido diferenciada no CEBS:

De acordo com a minha experiência como intérprete, na maioria das vezes o professor regente das escolas públicas que já perpasssei acaba confundindo o seu papel em relação ao surdo, pois o mesmo ao se perceber na presença do intérprete, não se comunica olhando diretamente para o surdo e sim para o intérprete como se a pessoa surda não estivesse ali presente. A grande maioria não sabe Libras e então meio que designa ao intérprete o papel de professor do aluno. Aqui na ASG, o diferencial é que todos comunicam com a Libras (Intérprete, 2021).

Nesse contexto, uma ex-aluna da ASG que participou de nossa pesquisa pontuou a importância das práticas pedagógicas da instituição para a comunidade surda:

A importância da ASG para a comunidade surda é o ensino bilíngue que promove uma interação entre os surdos e ouvintes, e ainda dá oportunidade ao surdo de participar de atividades esportivas (EE1).

Os relatos apresentados auxiliam na compreensão das práticas didático-pedagógicas do CEBS – Goiânia e em seu possível impacto na vida dos estudantes. Isso é particularmente relevante à luz da noção de que a língua de sinais é a "única possibilidade" para que o surdo assumira uma posição discursiva que lhe permita "interferir, modificar, produzir e criar o novo", em vez de simplesmente reproduzir o que já existe. Nesse sentido, apoiamos a visão de Quadros e Massutti (2007), que argumenta que as pessoas surdas formam um grupo distinto que interage com o mundo por meio de experiências visuais, exercendo seu direito e habilidade de dominar tanto a Língua de Sinais quanto a Língua Portuguesa. Isso é fundamental para seu desenvolvimento como ser humano e para sua participação em diferentes contextos socioculturais. Vale ressaltar que é difícil para um surdo aprender uma segunda língua sem dominar a primeira, ou seja, sem usar sua língua materna, a Libras.

Seguindo a linha de raciocínio de Barros e Hora (2009), fica claro que quando as particularidades da comunidade surda não são consideradas nas abordagens pedagógicas adotadas nas instituições de ensino, esses indivíduos tendem a se sentir "estranhos" e "isolados", o que pode levar a uma queda no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, a presença da Educação Bilíngue na Associação vem desempenhando um papel crucial na educação dos estudantes entrevistados.

A associação é muito importante tanto em minha vida pessoal quanto profissional, aqui encontro pessoas que me entendem e se comunicam na minha língua, conversamos sobre todos os assuntos, aqui é diferente das escolas em que estudei. Aqui estou estudando e aprendendo muitas coisas para formar e arrumar um trabalho legal (E1).

A ASG é um lugar muito importante, de muita paz muitos amigos, onde todos os colegas e professores se comunicam comigo, bem diferente das escolas em que já estudei, onde só o professor intérprete falava comigo (E2).

Tendo como referência relatos anteriores, torna-se evidente que o CEBS – Goiânia oferece um ambiente de aprendizado acolhedor para a comunidade surda de Goiânia, dentro de suas capacidades e recursos. Além das atividades curriculares, o CEBS – Goiânia também desenvolve projetos interdisciplinares com os estudantes. Estes projetos abordam uma variedade de temas, como prevenção e combate ao bullying, história e cultura afro-brasileira e africana, valorização do idoso, feira das profissões e oficinas de matemática. A instituição também promove iniciativas para envolver a família e a comunidade, incluindo cursos de Libras abertos a interessados e o grupo "Tecendo

Histórias", que tem como objetivo coletar e registrar as experiências de familiares de pessoas surdas.

Embora o PPP da Associação mencione relatos das famílias, não conseguimos coletar esses relatos em nossa pesquisa, uma vez que não faziam parte dos sujeitos entrevistados. No entanto, as entrevistas realizadas revelam que a instituição enfrenta desafios na integração das famílias dos estudantes, principalmente pela barreira linguística associada à Libras. No entanto, um dos estudantes entrevistados menciona que há demanda por cursos voltados para a comunidade externa oferecidos pela instituição.

Quando criança, tive muita dificuldade de me comunicar com minha família, por muitas vezes falava alguma coisa e não era compreendido, porque não sabiam Libras, procuramos a ASG e comecei a estudar aqui e meus pais fizeram cursos de LIBRAS e agora todos da minha casa falam comigo da maneira certa (E1).

A partir das informações coletadas nas entrevistas, é possível identificar que a ASG também valoriza a prática esportiva como parte integral do desenvolvimento dos estudantes surdos. A ASG é filiada à Federação Goiana de Desportos dos Surdos – FGDS e participa ativamente de eventos por ela promovidos, incluindo competições em nível nacional e internacional. Por exemplo, a associação participou da I Olimpíada Brasileira de Surdos em Passo Fundo, RS, em maio de 2002, e dos Jogos Pan- Americanos dos Surdos em Buenos Aires, Argentina, em 2003 (ASG, 2023).

Além disso, é relevante destacar que a Associação oferece uma ampla gama de serviços de assistência social, psicologia, fonoaudiologia, audiometria, encaminhamento para o mundo do trabalho, encaminhamentos médicos e odontológicos, exames clínicos, assistência jurídica, interpretação em Libras, além de fornecer passe livre no transporte urbano, estadual e nacional para associados e a comunidade surda em geral (ASG, 2023).

Ao analisar as atividades formativas conduzidas pela Associação, fica evidente a ênfase dada à importância do sujeito surdo ao longo de todo o processo educacional. A formação educacional desses indivíduos está intrinsecamente ligada à compreensão da surdez como sinônimo de diversidade, respeito e luta pela cidadania plena, exigindo abordagens pedagógicas, metodologias e infraestruturas adequadas para atender às suas necessidades específicas.

No entanto, é crucial questionar mais profundamente os princípios educacionais da Associação. Embora a instituição busque promover a integração do sujeito surdo e

defendê-lo como detentor de direitos e deveres (ASG, 2021), surge a pergunta: há perspectiva emancipatória real para os surdos em uma sociedade que muitas vezes nega seus direitos mais básicos?

O fato é que embora haja criação de programas e políticas com o propósito de assegurar o direito à diversidade nos sistemas educacionais brasileiros, na prática, o que se nota é a garantia do acesso dos alunos ao sistema, mas não necessariamente sua permanência. Isso ocorre porque os professores ainda são formados com base em uma perspectiva educacional e concepção de alunos diferentes daqueles que necessitam de abordagens inclusivas para alunos surdos (Decker, 2006).

Essa questão se torna complexa quando consideramos que vivemos em uma sociedade que perpetua desigualdades, onde a escola, o trabalho docente e as disciplinas muitas vezes são tratadas de forma isolada, refletindo as desigualdades existentes na sociedade. Nesse contexto, a escola deve desempenhar um papel além dos imperativos do capitalismo, contribuindo para que os estudantes adquiram autonomia e se envolvam em todos os aspectos da sociedade, transformando-a e modificando seu próprio ambiente escolar.

Essa perspectiva está alinhada ao conceito de *omnilateralidade*, definido pelo intelectual marxista Manacorda (2007, p. 87) como o "um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.". Nesse sentido, a formação do ser humano deve ser vista em sua totalidade, não apenas como uma mera força de trabalho, mas como um agente capaz de contribuir para fins mais amplos e emancipatórios.

Mészáros (2008, p. 9) acrescenta que “[...] a educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida”. É preciso que a educação possa ser um campo de emancipação humana, que promova o rompimento da alienação, da visão deturpada da realidade imposta pelo sistema capitalista.

Nessa perspectiva, de acordo com Frigotto (2012), a formação integral possibilita aos educandos compreender os fundamentos das diferentes ciências, os processos técnicos que mantêm o sistema produtivo, as relações sociais, bem como os destinos da riqueza produzida. “Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específica [...]” (Frigotto, 2012, p. 74).

Embora as críticas em relação à formação dos sujeitos surdos e à sua integração no mundo do trabalho sejam discutidas posteriormente nas subseções a seguir, é relevante

notar que a Associação, ao adotar uma abordagem educacional baseada em princípios socioconstrutivistas e emancipatórios não parece enfatizar a necessidade de uma transformação mais profunda na sociedade em que os surdos estão inseridos, o surdo não pode ser preparado apenas para a comunicação, ele necessita de qualificação para ingressar e permanecer no mundo do trabalho. Surge o questionamento a formação ofertada na ASG é emancipatória? Com essa discussão, podemos prosseguir para a análise da Educação Bilíngue feita no âmbito do CEBS – Goiânia.

4.2.3 A Educação Bilíngue no CEBS – Goiânia

O Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia, Figura 6, conhecido como CEBS, é uma instituição de ensino, criada em 1992, como parte integrante da ASG. Essa escola estabelece uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Seduc e surgiu pela crescente necessidade de oferecer uma educação adaptada às especificidades de aprendizado das pessoas surdas. Seu objetivo é proporcionar um ambiente de respeito à sua língua e identidade, uma vez que, até então, a educação desse público em Goiânia estava centrada em escolas regulares para alunos ouvintes (ASG, 2021).

Figura 6 - Fachada do Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia – CEBS – Goiânia.



Fonte: Google (2023).

Inicialmente, o CEBS – Goiânia oferecia a alfabetização e as séries iniciais do ensino fundamental nos turnos matutino, vespertino e noturno, ampliando, gradativamente, para as séries subjacentes. O Centro Educacional Bilíngue de Surdos do estado de Goiás (CEBS) é uma escola adequadamente equipada com toda a estrutura, metodologia e profissionais necessários para atender às pessoas surdas. Sendo uma escola bilíngue para surdos, ele ensina Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

No ano de 2002, tem início a primeira turma da segunda etapa do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA para surdos adultos, e que ocorria no período noturno. Em 2003, tem início a oferta do Ensino Médio, sendo que em 2004, a partir de uma ampliação do convênio entre a ASG e a Seduc, inicia-se a primeira turma do Ensino Médio, também na modalidade EJA (ASG, 2021).

No que se refere ao público assistido pelo CEBS - Goiânia, ele abrange crianças, adolescentes e adultos do município de Goiânia, bem como das cidades vizinhas e municípios circunvizinhos como Anápolis, Goianira, Bonfinópolis, Nerópolis, entre outros municípios goianos e de diferentes estados federativos. O centro presta assistência acolhendo todas as pessoas surdas e seus familiares que mostrem interesse nas atividades formativas e culturais oferecidas, especialmente quando necessitam de um intérprete de Libras para acessar serviços sociais, como consultas médicas, transações bancárias e resolução de questões pessoais.

Muitos discentes estão em situação de vulnerabilidade social e os pais têm formação diversificada, mas grande parcela das famílias não têm o Ensino Fundamental completo e não dominam a Libras, o que dificulta a comunicação com seus filhos. Ressalta-se que grande parte dos estudantes teve contato com a Libras quando ingressaram no CEBS (ASG, 2021).

No ano de 2023, o CEBS – Goiânia contava com um total de 68 estudantes frequentando o ensino regular no período da manhã. Desses, 40 estudantes também participavam do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no período da tarde. Além disso, a instituição contava com um corpo docente composto por 33 professores¹⁸ (ASG, 2021). As informações sobre a distribuição dos professores por cargo podem ser

¹⁸ Apesar de o Projeto Político-Pedagógico do Centro explicitar que 33 professores atuam na instituição, no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.003, foram contratados 26 profissionais em 2023.

vistas na Tabela 2, enquanto a Tabela 10 apresenta a distribuição dos estudantes por série e faixa etária.

A Tabela 2 mostra a distribuição dos professores do CEBS – Goiânia por suas respectivas ocupações. A instituição conta com um total de 26 professores, desempenhando diferentes funções. A maior parte deles, 10 no total, são professores regentes, responsáveis por ministrar aulas nas diversas séries e turmas. Além disso, há 6 intérpretes, 10 instrutores de Libras e um profissional dedicado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa variedade de ocupações reflete a complexidade da educação bilíngue para surdos, que requer profissionais com habilidades específicas para atender às necessidades dos alunos surdos em sua jornada educacional.

Tabela 2 - Quantidade de professores por ocupação no CEBS / Goiânia.

Ocupação	Quantidade
Professor Regente	10
Intérprete	6
Ocupação	Quantidade
Instrutor de Libras	10
AEE	1
TOTAL	26

Fonte: Elaborada pela autora a partir Diário Oficial do Estado de Goiás (2023).

A Tabela 3 traz informações sobre a distribuição dos estudantes do CEBS – Goiânia por série e faixa etária. Esses dados são essenciais para compreender a composição demográfica dos alunos na instituição. Podemos notar que o centro atende a uma ampla faixa etária, com estudantes que variam de 6 a 55 anos de idade. A distribuição das turmas e séries também é abrangente, desde o 1º ano até a 3ª série, refletindo a variedade de níveis de ensino oferecidos pelo CEBS – Goiânia. Essa diversidade de idades e séries destaca a importância da abordagem individualizada necessária para atender às necessidades educacionais de cada aluno surdo, independentemente de sua idade ou série.

Tabela 3 - Quantidade de estudantes por turma e faixa etária no CEBS / Goiânia.

TURMAS	QUANTIDADE DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA
1º ano	2	6-8
2º ano	-	-
3º ano	1	10
4º ano	3	9-12
5º ano	2	11-12

TURMAS	QUANTIDADE DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA
6º ano	7	11-26
7º ano	10	11-49
8º ano	7	13-31
9º ano	7	14-30
1ª série	14	15-36
2ª série	9	16-25
3ª série	6	17-55

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Projeto Político-Pedagógico (2021).

A análise dos dados apresentados na Tabela 3 evidencia uma notável distorção idade-série nas turmas do CEBS – Goiânia. Isso ocorre devido à iniciação tardia de estudantes na língua de sinais (Libras), o que impacta diretamente em seu processo de escolarização (Gomes; Souza, 2020). Para contextualizar essa situação, é relevante observar o "Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil (2018)", divulgado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), que aponta que em 2017 aproximadamente 7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros estavam em situação de distorção idade-série. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, uma criança ingressa no Ensino Fundamental aos 6 anos de idade e deve concluí-lo aos 14 anos, terminando o 9º ano e ingressando, posteriormente, com 15 anos na 1ª série do Ensino Médio, concluindo essa etapa aos 17 anos.

Os dados da Tabela 3 revelam uma considerável distorção idade-série, sobretudo na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Panorama semelhante da distorção idade-série” foi apresentado em um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2022, destacando que os índices de distorção são ainda maiores entre os estudantes deficientes brasileiros, chegando a aproximadamente 63% sem instrução ou com o fundamental incompleto (IBGE, 2023). Essas informações ressaltam a urgente necessidade de investimento na Educação Bilíngue desde os estágios iniciais da escolarização de surdos, o que promoveria maior inclusão educacional e teria um impacto positivo na trajetória acadêmica e profissional destes sujeitos.

Observando as informações acima, torna-se evidente a grande distorção em relação à idade e à série dos estudantes do CEBS – Goiânia. Isso levanta questões sobre a eficácia das políticas públicas voltadas para o reconhecimento da língua de sinais para surdos, que precisam ser mais amplas e inclusivas desde os estágios iniciais da educação desses estudantes.

Um dos principais fatores que contribuem para essa distorção é a iniciação tardia na língua de sinais (Libras). Um estudo conduzido por Silva (2015) destacou como

principal consequência a falta de estratégias para identificar a ideia central do texto. Além disso, revelou que, apesar da influência significativa da idade de aquisição da língua de sinais na compreensão da língua portuguesa por parte dos surdos, existem outros fatores a serem considerados. Esses fatores incluem o contato com outros surdos fluentes, o apoio e a motivação da família no uso das duas línguas (Libras e Língua Portuguesa), a presença da língua de sinais ao longo da trajetória escolar, bem como abordagens pedagógicas no ensino da língua portuguesa, que ajudem os surdos a desenvolver suas próprias estratégias de compreensão e a identificar as diferenças de modalidade entre as línguas envolvidas, bem como as peculiaridades de cada uma delas, também comuns a ambas as línguas.

Como evidenciado pelos dados apresentados, muitos estudantes só tiveram contato com a Libras quando ingressaram no Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia (CEBS – Goiânia). Isso os coloca em desvantagem em relação a seus colegas ouvintes, que já estão inseridos no ambiente educacional desde tenra idade e têm acesso à língua oral. A falta de acesso precoce à Libras prejudica não apenas a aquisição linguística, mas também o desenvolvimento cognitivo e a socialização desses estudantes.

Sob esta perspectiva, Menezes *et al.*, (2022) observam que existem lacunas na inclusão de alunos surdos nas instituições de ensino, sendo elas associadas à falta de intérpretes de Libras, à falta de conhecimento sobre a cultura surda por parte dos professores e colegas, sendo esse um aspecto importante a ser considerado, pois os surdos têm uma cultura específica que também precisa ser considerada no processo de ensino e aprendizagem.

Castro (2018) ressalta a importância da relação entre professores e alunos para o processo de ensino e aprendizagem, destacando que poucos docentes se comunicam efetivamente com os estudantes surdos. Tal fato revela a necessidade de formação específica em Libras para os professores que atuam em cursos profissionalizantes para melhor atender os alunos surdos (Castro, 2018).

Além disso, a falta de proficiência em Libras por parte dos pais desses estudantes cria uma barreira de comunicação significativa em suas vidas. Isso afeta diretamente a interação familiar, a compreensão das matérias escolares e a construção de identidade surda. A falta de apoio em casa para o desenvolvimento da língua de sinais contribui para o isolamento e a dificuldade de integração desses estudantes na sociedade ouvinte (Sousa; Alvarenga, 2021). Para Cupello (1994, apud Pereira, 2008, p.37), o principal agente de

socialização é a família, uma vez que desempenha papel crucial de socializar a criança e influenciar o desenvolvimento de sua personalidade. Portanto, é responsabilidade da família da criança surda mostrar paciência e afeto contínuos, além de seus papéis tradicionais, para complementar o processo de aprendizado da linguagem em casa.

A afetividade e o contato familiar desempenham papel fundamental no ajuste emocional da criança surda e em sua segurança pessoal. Diante do exposto, fica evidente que os cuidados da família em relação à criança surda vão além do ato de cuidar em si. A família precisa adaptar-se às necessidades desse novo membro em seu seio familiar, ou seja, ao surdo (Rocha; Rodrigues; Botelho, 2013).

A distorção idade-série entre os estudantes surdos também está relacionada à falta de políticas públicas eficazes que promovam a Educação Bilíngue desde os estágios iniciais da escolarização. É essencial que o sistema educacional reconheça a Libras como língua de instrução desde a Educação Infantil, proporcionando um ambiente inclusivo e acessível para os surdos. Isso não apenas reduziria a distorção idade-série, mas também melhoraria os resultados acadêmicos e a qualidade de vida desses estudantes.

Em relação à formação de professores, é importante destacar que todos os docentes têm graduação e são proficientes em Libras. Essa proficiência é avaliada pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). A avaliação consiste em três etapas: conhecimentos gerais, tradução de Libras e interpretação de Libras.¹⁹

É relevante ressaltar que o Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia segue as diretrizes do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO) em relação ao processo de avaliação. A Resolução CEE/CP nº 03, de 18 de fevereiro de 2018, estabelece que a avaliação das aprendizagens escolares é um processo diagnóstico, formativo e emancipador, alinhado com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), em seu artigo 24°.

¹⁹ A primeira etapa do exame de proficiência consiste em uma avaliação de conhecimentos gerais. Na segunda etapa, o candidato recebe um texto sobre um tema escolhido pela banca e tem 10 minutos para realizar a sua leitura. Após a leitura, uma apresentação em Libras deve ser realizada para um professor ouvinte e um professor surdo, que observa toda a apresentação. Em seguida, o professor ouvinte faz a leitura do texto e o candidato o interpreta em Libras. Na terceira e última etapa, o candidato deve interpretar em voz alta um vídeo em língua de sinais escolhido pela banca. Todo o processo é filmado por câmeras presentes na sala. Encerrada a avaliação, o resultado da avaliação é divulgado posteriormente pela SEDUC e no CAS, ressaltando que o candidato deverá obter média 7,0 para sua aprovação. A avaliação de proficiência em Libras é feita a cada dois anos.

Assim, a ASG adota uma abordagem de avaliação contínua e cumulativa, priorizando aspectos qualitativos sobre quantitativos e formativos sobre informativos. A avaliação tem o propósito de subsidiar a melhoria do processo educacional e a avaliação institucional, seguindo a perspectiva da Resolução CEE/CP nº 03, de 18 de fevereiro de 2018, que atribui ao processo avaliativo uma dupla função.

Conforme destacado por Fernandes (2005), é fundamental diversificar as estratégias de avaliação, uma vez que os estudantes são diferentes entre si. A autoavaliação também desempenha papel importante ao ajudar os alunos a compreenderem suas dificuldades e se esforçarem para superá-las. A avaliação, segundo Fernandes, não deve ser vista apenas como um instrumento de classificação, mas como um meio de apoiar os alunos, fornecer feedback e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.

O processo de conquista dos surdos em relação a seus direitos educacionais e culturais é uma jornada longa e muitas vezes árdua, caracterizada por décadas de luta e mobilização da comunidade surda. Esse movimento, conhecido como o Movimento Surdo, desempenhou papel fundamental na conquista e promoção dos direitos dos surdos em todo o mundo.

Uma das conquistas da Educação Bilíngue para surdos foi estabelecida pela Lei nº 14.191/2021, representando um marco importante na luta da comunidade surda por seus direitos educacionais e culturais. Para compreender o significado dessa conquista, é fundamental contextualizar o processo de construção dessa vitória ao longo dos anos.

O Movimento Surdo, um movimento social e cultural composto por surdos e seus apoiadores, desempenhou papel fundamental nessa jornada. Esse movimento surgiu no século XX e, desde então, tem trabalhado incansavelmente para promover os direitos e a inclusão dos surdos em todas as esferas da sociedade.

Um dos postos-chave desse processo foi o reconhecimento da Identidade Surda. O Movimento Surdo defende a ideia de que ser surdo não é uma deficiência, mas uma identidade cultural única. Isso significa que a surdez não deve ser vista como uma falta, mas como uma maneira diferente de ser e se comunicar. Essa mudança de perspectiva foi fundamental para promover a Educação Bilíngue.

Outra luta importante do movimento foi pela valorização da Língua de Sinais como a língua natural dos surdos. A conquista desse reconhecimento é crucial para que a Língua de Sinais seja utilizada como a primeira língua de instrução nas escolas bilíngues.

Além disso, a demanda por uma Educação Bilíngue, que compreende a Língua de Sinais como primeira língua e a língua escrita (como o português) como segunda língua, foi central no Movimento Surdo. Essa abordagem é fundamental para garantir que os surdos tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite sua língua e cultura.

O movimento também lutou por medidas que tornassem a sociedade mais acessível aos surdos. Isso inclui a necessidade de legendas em programas de televisão, intérpretes em eventos públicos e eliminação de barreiras comunicativas em todos os aspectos da vida cotidiana. Essas ações visam a assegurar que os surdos tenham igualdade de oportunidades e plena participação na sociedade. A Lei nº 14.191/2021, que estabelece a Educação Bilíngue, é um reflexo do compromisso do Brasil em atender às demandas da comunidade surda e reconhecer seus direitos educacionais. No entanto, essa conquista não teria sido possível sem décadas de mobilização e conscientização por parte do Movimento Surdo e de seus apoiadores.

Portanto, a Educação Bilíngue é o resultado de uma luta contínua pela inclusão e igualdade de oportunidades para os surdos. Essa conquista não apenas fortalece a educação e o desenvolvimento dos surdos, mas também representa um passo importante em direção a uma sociedade mais inclusiva e respeitosa para com a diversidade linguística e cultural. É importante reconhecer que o Movimento Surdo é diverso e abrange uma ampla gama de vozes e perspectivas. Ele é composto por surdos de diferentes origens, experiências e identidades, todos compartilhando o objetivo comum de promover a inclusão e os direitos dos surdos.

Com base nas informações apresentadas anteriormente, é possível estabelecer uma análise mais abrangente da matriz curricular do CEBS – Goiânia e de sua abordagem pedagógica inclusiva. O CEBS – Goiânia demonstra um compromisso sólido com a Educação Bilíngue para a comunidade surda. Suas práticas educacionais refletem a importância da Língua de Sinais (Libras) como primeira língua, reconhecendo-a como essencial para a comunicação e o desenvolvimento linguístico e cultural dos estudantes surdos. Isso fica evidente na carga horária destinada a Libras, que supera a da Língua Portuguesa, reforçando a prioridade dada à língua de sinais para a comunidade surda.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais, conforme Figura 7, o CEBS – Goiânia se concentra em proporcionar um ambiente propício para que os alunos surdos, muitos dos quais chegam à instituição sem experiência em Libras, adquiram sua língua materna e construam sua identidade surda. Nesse contexto, os Professores Surdos desempenham

papel crucial como facilitadores da aprendizagem, compartilhando experiências comuns com os alunos e promovendo interações significativas em Libras (Castro, 2018).

Para Lunardi (1998), a presença de um professor surdo na escola vai além de ser apenas um modelo de linguagem e identidade. Ele desempenha o papel de articulador do senso de cidadania, que se desenvolve no processo de interação social. Essa interação ocorre principalmente entre professores surdos e alunos surdos, pois pela língua de sinais que essa troca social de conhecimentos se manifesta.

A bidocência²⁰ nas turmas iniciais do Ensino Fundamental I, com um Professor Surdo e um professor ouvinte, é uma estratégia interessante para a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde a língua materna e a língua majoritária coexistem, permitindo uma educação mais abrangente e enriquecedora para os alunos surdos. No contexto da Educação Bilíngue para surdos no CEBS – Goiânia, a composição da equipe pedagógica desempenha papel fundamental no apoio ao desenvolvimento dos estudantes surdos.

O Professor Surdo, que compartilha experiências comuns com as crianças surdas, desempenha papel significativo na promoção da identidade cultural e na construção de aptidões e conhecimentos em situações de aprendizagem significativas (ASG, 2021).

Figura 7 - Matriz Curricular do Ensino Fundamental Bilíngue dos Surdos (1º ao 5º ano) 2023.

MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO BILÍNGUE DE SURDOS DO 1º AO 3º ANO – 2023									
	ÁREAS DE CONHECIMENTO		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		
			Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	
BASE NACIONAL COMUM E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	733	Libras	3	120	3	120	3	120
		241	Língua Portuguesa	3	120	3	120	3	120
		242	Literatura	1	40	1	40	1	40
		121	L. E. M. Inglês	1	40	1	40	1	40
		11	Arte	1	40	1	40	1	40
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	55	Educação Física	2	80	2	80	2	80
		85	Física	2	80	2	80	2	80
		176	Química	2	80	2	80	2	80
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	15	Biologia	2	80	2	80	2	80
		124	Matemática	3	120	3	120	3	120
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	098	Geografia	2	80	2	80	2	80
		103	História	2	80	2	80	2	80
		87	Filosofia	1	40	1	40	–	–
		183	Sociologia	1	40	1	40	–	–
	ELETIVAS DIRIGIDAS	173	Produção de Texto	–	–	–	–	2	80
		1418	Cultura Surda	1	40	1	40	1	40
		1144	Oficina de Matemática	1	40	1	40	1	40
	ELETIVAS NÚCELO LIVRE	442	Laboratório de Ciências	1	40	1	40	1	40
	PROJETO DE VIDA	1181	Projeto de vida	1	40	1	40	1	40
TOTAL			30	1200	30	1200	30	1200	

Fonte: Arquivo da ASG (2023).

²⁰ O ensino colaborativo, também nomeado de coensino e bidocência, é, portanto, a colaboração do professor de Educação Especial com o professor da Educação Geral, visando ao trabalho em conjunto, com mútuo apoio, buscando atingir objetivos comuns negociados no coletivo, estabelecendo relações que tendem à não hierarquização, exercitando uma liderança compartilhada (Christo; Mendes, 2019).

Essa interação verbal é crucial para a linguagem do sujeito surdo, e o Professor Surdo atua como um agente diferencial, estimulando diálogos e discursos entre os alunos, permitindo uma troca valiosa de ideias e experiências (ASG, 2021). Sua presença como interlocutor na língua de sinais comum favorece a construção da autoestima e a identificação cultural, possibilitando múltiplas interpretações, que levam à descoberta de sentidos tanto sobre si mesmo s quanto sobre o mundo (ASG, 2021).

No entanto, ainda existem muitos desafios a serem superados na busca por uma educação que atenda plenamente às necessidades e anseios das pessoas surdas. Em muitas escolas, ainda não foram implementados um currículo que leve em consideração as particularidades dos surdos e que reconheça a importância da dimensão visual para eles; a presença de professores verdadeiramente fluentes em Libras, em vez de apenas terem cursado programas de curta duração; e a inclusão de professores surdos no ambiente escolar para proporcionar às crianças surdas um modelo profissional com o qual elas possam se identificar, fortalecendo, assim, suas identidades e relações (Perreira; Nascimento 2021).

O Pedagogo assume o papel de Professor Regente, demonstrando fluência em Libras e sendo responsável por planejar, adaptar e mediar a construção do conhecimento de acordo com o currículo comum, que inclui disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso (ASG, 2021). Além disso, ele é encarregado de ministrar os conhecimentos relacionados às disciplinas de Arte, Dança e Educação Física. No entanto, devido às especificidades dessas áreas do conhecimento, é reconhecida a necessidade da presença de professores com formação específica em Educação Física e Dança, visando a potencializar o desenvolvimento motor e psicomotor das crianças, levando em consideração o estilo de aprendizagem visual-cinestésico e a apropriação da língua visual-gestual (ASG, 2021).

A matriz curricular também inclui a parte diversificada dos componentes curriculares, como Libras e Cultura Surda. Nesse contexto de Educação Bilíngue, o acesso ao conhecimento é mediado por uma equipe de professores composta por surdos e ouvintes. O quadro profissional abrange Pedagogos, Professores Surdos, professores de Educação Física e professores de Arte (ASG, 2021).

Conforme afirmado na Declaração de Salamanca (1994), o desafio enfrentado pela escola diz respeito à implementação de uma pedagogia centrada na criança, capaz de

proporcionar uma educação bem-sucedida para todos, incluindo aqueles que enfrentam desvantagens significativas (Brasil, 1994). O professor regente, ao planejar suas ações de ensino, considera cuidadosamente as singularidades na aprendizagem da criança surda. Sua prática pedagógica é orientada pela dialogia, pedagogia visual e adaptação de atividades, respeitando o processo de aquisição da primeira língua (Libras), utilizando recursos variados com aparato visual contextualizado. Essa abordagem visa a abrir espaços para a produção dialógica em língua de sinais, criando um ambiente propício para o desenvolvimento linguístico e acadêmico das crianças surdas (ASG, 2022).

O ensino para pessoas surdas vai além da presença de um professor na sala de aula e de um intérprete que simplesmente traduz o conteúdo. O que é essencial é o estabelecimento de um diálogo, debate e discussão colaborativa entre esses dois profissionais para um planejamento pedagógico verdadeiramente inclusivo e eficaz (Silva; Soares, 2019).

Assim, para promover o processo dialógico na aquisição da língua e na construção do conhecimento pelas crianças surdas, é defendida a implementação da bidocência nas turmas iniciais do Ensino Fundamental 1. Isso implica a presença de dois professores em sala de aula: um Professor Surdo, representante da língua materna, e um professor ouvinte, representante da língua majoritária. Ambos compartilham a responsabilidade pelo planejamento, definição metodológica e avaliação das aulas, colaborando para um ambiente de aprendizagem inclusivo e enriquecedor (ASG, 2022).

Essa abordagem pedagógica e a composição da equipe educacional refletem o compromisso do CEBS – Goiânia com a Educação Bilíngue e a promoção do pleno desenvolvimento acadêmico e cultural dos estudantes surdos. Ela está alinhada com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reconhece a importância da língua de sinais e da cultura surda na formação desses alunos.

No Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio, o CEBS – Goiânia segue promovendo a Educação Bilíngue, oferecendo uma ampla gama de disciplinas ministradas por professores ouvintes fluentes em Libras. A presença do Professor Surdo como mediador é fundamental para a integração do conhecimento, a promoção da língua e cultura surda e para garantir que os alunos surdos alcancem seu pleno potencial acadêmico.

O Ensino Fundamental Anos Finais no CEBS – Goiânia apresentado na Figura 6 abrange do 6º ao 9º ano, ocorrendo no turno matutino, de segunda a sexta-feira. A matriz

curricular inclui os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física, Ensino Religioso, Laboratório de Matemática e Estudo Orientado no 8º e 9º ano.

Na parte diversificada do currículo, estão presentes dois componentes essenciais: Libras e Cultura Surda. Nessa etapa, busca-se promover a interdisciplinaridade pela elaboração de projetos institucionais que envolvem toda a comunidade escolar (ASG, 2022), permitindo que os alunos façam conexões entre diferentes áreas do conhecimento.

As aulas nessa fase são ministradas por professores ouvintes, com fluência em Libras e formação nas áreas específicas do conhecimento, conforme a Base Curricular Nacional. Esses professores seguem as diretrizes estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição (ASG, 2022) ao planejar, adaptar e mediar a construção do conhecimento, garantindo o acesso dos alunos surdos ao currículo comum de forma eficaz.

A análise da matriz curricular do Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia (CEBS), Figura 08, revela uma desconexão em relação à proposta de escola unitária de Gramsci. Em vez de se centrar na articulação entre trabalho intelectual e industrial, a abordagem do CEBS concentra-se principalmente na aquisição linguística dos surdos. Isso significa que a formação oferecida pelo CEBS não aborda adequadamente o princípio educativo do trabalho, como preconizado por Gramsci.

De acordo com Gramsci (2001), a verdadeira realização do trabalho como princípio educativo ocorre quando há uma integração eficaz entre a formação geral (base comum) e a formação específica (base profissional). Essa abordagem busca restabelecer a ligação entre o trabalho manual e a educação intelectual, a fim de proporcionar uma formação holística para os surdos e prepará-los para a integração no mercado de trabalho.

Essa rearticulação é fundamental, por considerar as mudanças em constante evolução no mundo do trabalho e as complexas relações sociais de produção que surgem no contexto global. Ela visa a atender às demandas formativas em constante mudança dos trabalhadores e tem como objetivo final a emancipação dos sujeitos, capacitando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

O CEBS, ao focar predominantemente na aquisição linguística, deixa de explorar plenamente a interconexão entre o trabalho e a educação *omnilateral*. Essa desconexão pode afetar a preparação dos surdos para as complexidades do mundo do trabalho atual, que exige uma aproximação mais abrangente e integrada. Portanto, seria benéfico para o

CEBS considerar a inclusão de elementos que promovam a formação geral e específica dos surdos, de modo a se alinhar melhor com a visão de Gramsci sobre a educação e o trabalho.

O Professor Surdo desempenha papel importante, ministrando aulas de Libras e atuando como mediador na aquisição de conhecimento pelos alunos surdos. Sua presença facilita a integração entre o conhecimento, os professores ouvintes e os alunos, promovendo uma compreensão mais significativa dos conteúdos (Frazão; Lodi, 2018). Além disso, o tradutor/intérprete de Libras assegura acessibilidade dos materiais e a interpretação/tradução durante as aulas, garantindo o uso efetivo da língua de sinais como meio de comunicação e aprendizagem.

Figura 8 - Matriz Curricular do Ensino Fundamental Bilíngue dos Surdos (6º ao 9º ano) 2023.

MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL BILÍNGUE DE SURDOS DO 6º AO 9º ANO – 2023											
	ÁREAS DE CONHECIMENTO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO		
			Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	
BASE NACIONAL COMUM E *PARTE DIVERSIFICADA	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	733	Libras	5	200	5	200	5	200	5	200
		241	Língua Portuguesa	5	200	5	200	5	200	4	200
		11	Arte	2	80	2	80	2	80	2	80
		55	Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	205	Ciências	3	120	3	120	3	120	3	120
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	124	Matemática	4	160	4	160	4	160	4	160
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	1418	Cultura Surda	1	40	1	40	1	40	1	40
		098	Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80
		103	História	2	80	2	80	2	80	2	80
	ENSINO RELIGIOSO	1424	Ensino Religioso	-	-	1	40	-	-	-	-
	ÁREA INTEGRADA	1180	Estudo Orientado	1	40	-	-	1	40	1	40
		235	Matemática Financeira	1	40	1	40	1	40	1	40
		2231	Novo Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	1	40
	TOTAL			28	1120	28	1120	28	1120	28	1120

Fonte: Arquivo da ASG (2023).

A seguir, apresentamos a Matriz Curricular do Ensino Médio (Figura 9), que representa a etapa educacional subsequente no CEBS - Goiânia. A abordagem

sociointeracionista ou socioconstrutivista²¹ orienta a estrutura curricular desta fase, integrando os componentes por área de conhecimento, com projetos institucionais desenvolvidos coletivamente, considerando as demandas observadas entre os alunos (ASG, 2021). Nesse contexto, a inclusão da Libras e da Cultura Surda na parte diversificada do currículo é fundamental.

Os componentes curriculares que compõem essa etapa incluem Língua Portuguesa, Literatura, Produção de Texto, Língua Estrangeira Moderna - Inglês, Matemática, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Física, Química, Biologia, Laboratório de Ciências da Natureza, Laboratório de Matemática, Educação Física, Arte e Projeto de Vida (ASG, 2021). O objetivo principal é promover a ampliação e a complexificação do conhecimento dos alunos, enriquecendo seu repertório cultural e desenvolvendo sua capacidade crítica em relação ao mundo e às experiências vivenciadas.

Figura 9 - Matriz Curricular do Ensino Médio Bilingue dos Surdos (1º ao 3º ano) 2023.

MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL BILÍNGUE DE SURDOS DO 1º AO 5º ANO – 2023													
	ÁREAS DE CONHECIMENTO		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		
			Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	733	Libras	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
		241	Língua Portuguesa	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160
		11	Arte	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
		55	Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	205	Ciências	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	124	Matemática	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	98	Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
103		História	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	
	ENSINO RELIGIOSO	1424	Ensino Religioso	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	TOTAL			25	1000								

Fonte: Arquivo da ASG (2023).

²¹ Ressalta a importância da interação do sujeito com o meio em que vive. O indivíduo forma o conhecimento pela interação com outras pessoas, em processo histórico, cultural e social pelo qual passa durante toda a vida (Vygotsky, 2013).

Nessa fase, também são implementadas ações que visam à preparação dos alunos para a etapa acadêmica subsequente, incentivando sua participação em avaliações de acesso ao Ensino Superior, como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e outros processos seletivos acadêmicos.

Conforme estabelecido no art. 35 da LDBEN (Lei nº 9394/1996), o Ensino Médio tem três objetivos principais: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparar os alunos para o trabalho e a cidadania e promover o desenvolvimento humano, incluindo a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Além disso, busca-se relacionar a teoria com a prática em cada disciplina, proporcionando uma compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

A elaboração da Matriz Curricular deve refletir a integração curricular na prática educacional, considerando a realidade específica de cada instituição de ensino. É importante lembrar que a formação humana deve considerar a interação entre trabalho, educação e cultura (Moura, 2007), promovendo uma visão mais abrangente e contextualizada do conhecimento.

Sob uma perspectiva *onmilateral* de Manacorda (2007) e Moura (2007), destacamos a importância de observar alguns fatores no currículo, como a necessidade de formar estudantes capazes de exercitar-se de forma integral e interconectar as dimensões do trabalho, educação e cultura.

Para desenvolver uma postura verdadeiramente interdisciplinar, é necessário assumir, a priori, os não saberes e as limitações individuais na própria disciplina que o professor leciona. Assim, a interdisciplinaridade não pode ser entendida como a fusão de conteúdos ou de metodologias, mas, sim, como interface de conhecimentos parciais específicos, que têm por objetivo um conhecimento mais global. É, pois, uma nova postura no fazer pedagógico para a construção do conhecimento. (Moura, 2007, p. 24)

Da mesma forma destacada por Moura (2007), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) enfatizam a importância de as instituições de ensino priorizarem princípios educativos como interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade em seus projetos pedagógicos. A estrutura curricular precisa ser concebida de modo a oferecer uma sólida base de conhecimentos científicos e tecnológicos. No entanto, para concretizar esses objetivos, é imprescindível um esforço conjunto no planejamento interdisciplinar.

Uma forma de concretizar essa abordagem interdisciplinar é pela implementação de projetos integradores, que articulam e inter-relacionam os saberes desenvolvidos pelas disciplinas (Japiassu, 1976). No contexto conceitual, podemos afirmar que a interdisciplinaridade representa uma abordagem alternativa à abordagem disciplinar tradicional, que é comum tanto no ensino quanto na pesquisa, quando se trata de diversos temas de estudo. Independentemente da definição adotada por diferentes autores, a interdisciplinaridade busca combater a fragmentação das ciências e dos conhecimentos que elas geram, ao mesmo tempo em que expressa a resistência contra um conhecimento compartimentalizado (Thiesen, 2008). Esses projetos têm como objetivo contribuir para a construção intelectual e autônoma dos alunos, incentivando a pesquisa e a busca por soluções para questões locais, regionais, nacionais e mundiais.

No contexto da escola unitária e na formação *omnilateral*, é crucial eliminar qualquer resquício da escolarização dual que, de acordo com Descartes (2004), se caracteriza pela separação entre mente e matéria e a fragmentação curricular tão criticada pelos ideais da escola unitária. O currículo escolar, muitas vezes mínimo e fragmentado, peca tanto quantitativa como qualitativamente. Ele não oferece, por meio de suas disciplinas, a visão do todo, do curso e do conhecimento uno, nem favorece a comunicação e o diálogo entre os saberes. Em outras palavras, as disciplinas, com seus programas e conteúdos, não se integram ou se complementam, dificultando a perspectiva de conjunto e de globalização, que favorece a aprendizagem (Petraglia, 2001).

A fragmentação curricular observada nas matrizes do CEBS vai de encontro à interdisciplinaridade proposta em outros documentos da instituição, tal como o PPP, o termo indisciplinaridade foi destacado por Kaveski (2005) como a forma de "utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista a partir de uma abordagem relacional". Neste âmbito, as diversas áreas do saber precisam dialogar entre si, e o planejamento educacional precisa ser feito com o objetivo de promover o trabalho em equipe e uma abordagem multicultural.

No contexto do CEBS, a abordagem interdisciplinar pode ser fundamental para superar a fragmentação curricular e promover uma educação mais integrada e completa. Além disso, é importante ressaltar a relevância da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua parceria com o CEBS - Goiânia no processo de inclusão social para a comunidade surda. A próxima seção explorará as atividades realizadas pela ASG no

contexto da inserção de pessoas surdas no mundo do trabalho, com base em documentos como o Estatuto, PPP, informações da página da internet e entrevistas com gestores, professores, intérpretes e estudantes. A integração das abordagens interdisciplinar e inclusiva é essencial para promover uma educação de qualidade e equidade para a comunidade surda.

4.2.4 Entrelaçamentos entre ASG e o mundo do trabalho

A história da educação revela uma relação inicialmente restrita entre a escola e a sociedade, inicialmente promovida pela burguesia. A escola surgiu com o propósito de atender às necessidades de conhecimento básico de uma sociedade burguesa, preparando as gerações futuras para assumir o poder político.

Dentro da perspectiva teórica de Gramsci (1988), a educação tem o potencial de ser uma ferramenta de emancipação social, desde que se estabeleça uma escola unitária que proporcione uma educação gratuita e *omnilateral*. Contudo, é essencial analisar a formação oferecida aos surdos e como ela afeta sua inserção no mercado de trabalho. Gramsci, em suas reflexões, manifestava profundo desconforto diante da existência de duas escolas tão distintas: uma precária, com foco puramente profissionalizante, e outra, de conteúdo mais abrangente, destinada à elite dominante. Ele via nessa divisão educacional um claro interesse em perpetuar as desigualdades sociais.

A solução para eliminar essa cruel dicotomia educacional, segundo Gramsci, consistia na adoção de uma Escola Única acessível a todos os alunos. Essa escola deveria oferecer uma educação de base geral, humanista e formativa, equilibrando o desenvolvimento das habilidades de trabalho manual (técnico e industrial) com as habilidades de trabalho intelectual. Somente após essa formação sólida, a profissionalização poderia ser buscada.

Além disso, a Escola Única teria o objetivo de integrar os jovens na atividade social. Para que isso ocorresse, o Estado deveria assumir os custos da educação, sustentando um único tipo de escola, sem distinções de classe social e castas privilegiadas.

Essas ideias de Gramsci destacam a importância da educação como meio de promoção da igualdade e emancipação social, princípios que podem ser relevantes ao analisar a formação oferecida aos surdos e seu impacto na inserção no mercado de trabalho. Conforme discutido anteriormente, a Associação de Surdos de Goiânia (ASG) propõe uma variedade de atividades educacionais por meio do Centro de Educação

Bílingue para Surdos (CEBS – Goiânia). O foco principal é proporcionar a educação de pessoas surdas em todos os níveis do Ensino Básico. No entanto, a ASG também busca oferecer cursos profissionalizantes direcionados para a preparação dos surdos para o mundo do trabalho, tais como: cursos de Libras, informática, marcenaria- artesanato em madeira, serigrafia, costura.

As ideias de Gramsci, destacando a importância de uma educação igualitária e emancipadora, estão alinhadas com a perspectiva de Saviani (2011), que enfatiza a importância da escola básica para todos. A universalização do acesso à educação escolar e uma sólida formação são princípios fundamentais para garantir que o saber científico não seja mais privilégio de poucos, especialmente da classe trabalhadora. Ambos os pensadores compartilham a visão de que a educação deve ser um direito acessível a todos, eliminando as barreiras que historicamente limitaram o acesso ao conhecimento. Essa conexão entre as ideias de Gramsci e Saviani ressalta a importância de uma educação inclusiva e igualitária, com potencial para transformar a sociedade.

O Quadro 10 apresenta os cursos oferecidos pela Associação, juntamente com informações sobre o público-alvo, finalidade e carga horária ou certificação. O "Curso de Língua Brasileira de Sinais - 'Comunicando com as mãos'" é destinado a qualquer pessoa interessada em aprender Libras. Este curso é ministrado aos sábados e está subdividido em diferentes níveis: Básico anual (nível I ao IV, com duração de 1 ano); Básico semestral (nível III ao IV, com duração de 6 meses); Tradução e Interpretação (nível V com duração de 6 meses); Capacitação para Intérprete (nível VI com duração de 6 meses); e Sinais Internacionais (duração de 6 meses). Todos os cursos de LIBRAS têm uma taxa de matrícula de R\$ 50,00, mensalidade de R\$ 120,00 e custos para apostilas de R\$ 20,00.

Por outro lado, os cursos de sala de informática, marcenaria, serigrafia e costura são direcionados aos estudantes surdos da instituição e têm como objetivo principal promover a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho por meio da capacitação profissional.

Esses cursos são oferecidos de forma voluntária pelos membros da Associação e não têm carga horária definida nem fornecem certificados. Vale ressaltar que os estudantes do curso de Serigrafia têm a oportunidade de montar bancas para a venda de camisetas produzidas durante o curso.

Em uma entrevista com a coordenadora pedagógica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), ficou evidente que a instituição teve que se adaptar ao longo dos anos

para atender às necessidades da comunidade surda. Durante a década de 1980, a ASG oferecia uma ampla variedade de cursos. No entanto, devido aos avanços tecnológicos recentes e à diminuição do interesse da comunidade surda por cursos tradicionais, a associação passou a focar em cursos sob demanda. A coordenadora explicou que embora esses cursos não sejam tão populares atualmente, a ASG continua a disponibilizá-los quando solicitados pelos surdos.

[...] por volta dos anos de 1987, os membros da diretoria, sentindo a necessidade de preparar o surdo para o mundo do trabalho, implantaram algumas oficinas, sendo essas de corte de costura, tapeçaria, datilografia, lapidação, sapataria, entre outros. [...]. No início as oficinas eram bem atrativas, muitos surdos tiravam seu sustento por meio do trabalho aprendido na associação, nesse período havia muitos surdos nas ruas e avenidas comercializando balas para sua sobrevivência, alguns desses surdos procuravam a associação com o intuito de se profissionalizar para montar o seu próprio comércio. [...]. Com o passar dos anos, com a chegada da era da tecnologia, essas oficinas já não eram mais atrativas para a comunidade surda, sendo assim, quase não há mais procura por esses cursos, mas quando solicitado, os surdos eram atendidos, inclusive são atendidos até hoje (Coordenadora Pedagógica, 2022).

Essa mudança na oferta de cursos reflete uma necessidade de adaptação à evolução do mundo do trabalho, algo fundamental não apenas para a comunidade surda, mas para a condição humana como um todo. Marx (1982) argumentou que é pelo trabalho que o ser social se desenvolve em sua totalidade. O trabalho, historicamente, tem sido essencial para a transformação da natureza e do próprio ser humano. Ao analisar a fala da coordenadora, percebemos que o trabalho é uma necessidade fundamental para a sobrevivência da comunidade surda, e a ASG continua a desempenhar um papel importante na preparação dos surdos para o mundo do trabalho, mesmo quando as oficinas tradicionais não são mais tão atrativas em razão das mudanças tecnológicas. Esse compromisso da ASG destaca a importância de se adaptar às demandas contemporâneas, mantendo o trabalho como via essencial para a inclusão e emancipação dos surdos.

A introdução dos estudantes surdos na educação profissional é fundamental para garantir sua cidadania e sua inclusão no mundo do trabalho. Isso envolve proporcionar oportunidades para que esses alunos desenvolvam habilidades que lhes permitam competir em igualdade de condições com os demais, em conformidade com o princípio de inclusão (Fonseca e Florindo, 2012).

Com base nesse entendimento, a Associação de Surdos de Goiânia (ASG) desenvolve o "Projeto: Feira das Profissões," implementado em 2021 como parte do currículo da disciplina "Projeto de Vida" para os alunos do Ensino Médio. Esse projeto

surgiu como resposta a uma necessidade evidente e tem como objetivo principal fornecer informações e orientações aos estudantes sobre as oportunidades no mundo do trabalho, bem como os cursos técnicos e superiores disponíveis. Isso é feito por meio de palestras ministradas por profissionais experientes na área, juntamente com oficinas pedagógicas (ASG, 2021).

A ASG busca adotar uma abordagem abrangente para enriquecer as perspectivas dos estudantes em relação às oportunidades do mundo do trabalho e educação. Além de palestras e oficinas, os próprios estudantes desempenham um papel ativo na organização da "Feira das Profissões" em que apresentam uma ampla gama de ocupações profissionais e cursos de nível superior e técnico. Essa iniciativa é projetada para ampliar a visão dos alunos sobre as possibilidades de carreira e educação disponíveis para eles.

No entanto, a concretização da integração curricular e a promoção da educação interdisciplinar não seguem um modelo rígido, mas são moldadas de acordo com a realidade de cada ambiente educacional. Conforme Moura (2007) destaca, o currículo integrado de verdade deve permitir que os alunos compreendam o contexto em que estão inseridos, capacitando-os a intervir nele com base nos interesses coletivos. Nesse sentido, a formação humana não deve ser apenas sobre atender às necessidades do mundo do trabalho, mas sobre adquirir conhecimentos que permitam uma compreensão integral por meio da articulação entre trabalho, educação e cultura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam as instituições de ensino a priorizar princípios educativos como interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade em seus projetos pedagógicos. Uma matriz curricular eficaz deve fornecer uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos, conforme destacado por Moura (2007). No entanto, para que essas condições se consolidem, é necessário um esforço conjunto que envolva o planejamento colaborativo e o comprometimento individual dos professores em suas áreas de formação. A interdisciplinaridade, embora desafiadora, é essencial para proporcionar uma base epistemológica sólida e uma formação integrada que transcenda as concepções tradicionais.

O Estatuto da ASG demonstra seu compromisso em promover a inserção de associados e estudantes no mundo do trabalho por meio de parcerias com empresas e órgãos governamentais. Essas parcerias incluem obrigações para os empregadores, como encargos trabalhistas e sociais, bem como o pagamento de salários e taxas à ASG, à medida que a Associação encaminha candidatos para oportunidades de emprego.

Por outro lado, a ASG assume responsabilidades significativas, para além das indicações de funcionários para vagas de trabalho, ela ajuda no monitoramento da frequência dos funcionários encaminhados, substituição ou demissão de pessoal a pedido do empregador conveniado e prestação de assistência social e suporte em Libras, conforme necessário (Estatuto, 2022). Em uma entrevista, a coordenadora pedagógica da instituição esclareceu detalhadamente o processo de acompanhamento da ASG junto às empresas parceiras:

A assistente social sempre acompanha os surdos nas empresas para averiguar se a acessibilidade está sendo ofertada e garantida de acordo com a proposta da lei. Caso haja evidência do não cumprimento e garantia da acessibilidade da comunidade surda encaminhada pela assistente social da ASG ao mundo do trabalho, são tomadas as medidas em defesa do surdo, sendo encaminhado para o ministério público para ser analisado e julgado o fato (Coordenadora Pedagógica, 2022).

Sob essa perspectiva, percebe-se que há divergências nas falas dos entrevistados, a coordenadora pedagógica afirma que a ASG está empenhada não apenas em preparar os surdos para o mundo do trabalho, mas também em assegurar que sua transição seja bem-sucedida e que tenham acesso a ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. Segundo a fala da assistente social, ela somente envia os currículos para as empresas, porém não há acompanhamento e nem monitoramento. Sendo assim fica evidente que a ASG está empenhada em apenas em inserir o surdo nas vagas de trabalho reservado por lei.

Isso se alinha com a busca da comunidade surda por maior acessibilidade e integração no mundo do trabalho, conforme observado por Santiago (2011, p.16):

Na comunidade surda, os jovens vêm se preparando para o mercado de trabalho, muitos deles, já na universidade, procuram profissões às quais possam depois exercer, independentemente da sua condição bilíngue (uso da língua de sinais como primeira língua e o Português escrito como segunda língua).

Os dados presentes no Quadro 10 dizem respeito aos encaminhamentos feitos pela ASG às empresas ao longo do ano de 2021 e 2023, totalizando 25 currículos. Nos anos anteriores, a Associação também fez o trabalho de encaminhamento de currículos e contato junto aos parceiros conveniados, todavia não foi possível recuperá-los, na medida em que a assistente social da instituição ingressou no cargo em 2021, em um contexto marcado pela pandemia de COVID-19, e não teve acesso às planilhas dos anos anteriores.

Curso	Grupo-alvo	Finalidade	Duração / Certificação
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” – Básico anual (nível I ao IV).	Familiares de pessoas surdas, professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação de familiares e comunidade ouvinte em geral.	1 ano com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” – Básico semestral (nível III ao IV).	Familiares de pessoas surdas, professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação de familiares e comunidade ouvinte em geral.	6 meses com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais – “Comunicando com as mãos” - Tradução e Interpretação (nível V).	Professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação de profissionais e comunidade ouvinte em geral.	6 meses com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” -Capacitação para Intérprete (nível VI)	Professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação de profissionais e comunidade ouvinte em geral.	6 meses com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” -Sinais Internacionais	Professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação de profissionais e comunidade ouvinte em geral.	6 meses com certificação.
Sala de Informática	Estudantes surdos	Viabilizar a inclusão social da pessoa surda através da qualificação em informática.	Sem carga e sem certificação.
Marcenaria – Artesanato em madeira.	Estudantes surdos	Promover a inclusão social da pessoa surda através da educação profissional e do trabalho remunerado mediante atividades práticas em Oficina de marcenaria.	Sem carga horária e sem certificação.
Serigrafia	Estudantes surdos	Promover a inclusão social da pessoa surda através da educação profissional e do trabalho remunerado mediante atividades práticas em Oficina de Serigrafia.	Sem carga horária e sem certificação
Costura	Estudantes surdos	Promover a inclusão social da pessoa surda através da educação profissional e do trabalho remunerado mediante atividades práticas em Oficina de Costura.	Sem carga horária e sem certificação.

Quadro 10 - Cursos oferecidos pelas Associação considerando grupo-alvo, finalidade e carga horária / certificação.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações presentes na página de internet da Associação (Associação de Surdos, 2023).

Ressalta-se que estes dados foram obtidos após diversas tentativas e não existe um controle sistematizado por parte da ASG para saber se os surdos encaminhados foram de fato efetivados nos postos de trabalho. A inexistência de dados sistemáticos a respeito da efetivação de funcionários surdos nas empresas impossibilitou a análise do impacto das ações da Associação no que se refere à empregabilidade de surdos e avaliar se a Lei nº 8.213/1991, que estabelece cotas para Pessoas com Deficiência – PcD em empresas, tem sido cumprida de fato no município de Goiânia. Tal configuração abre a possibilidade para que novas pesquisas sejam realizadas futuramente, tendo como focos o ingresso e a permanência de trabalhadores surdos na iniciativa privada, avaliando os desafios e as resistências enfrentadas no mundo do trabalho goianiense.

Assim, a ASG pode desempenhar um papel fundamental na promoção da inclusão e no apoio à inserção dos surdos no mundo do trabalho, refletindo a busca por um compromisso sólido com a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno dessa comunidade. A partir de contato junto ao Serviço Social da ASG, obtivemos uma planilha com os encaminhamentos feitos pela Associação às empresas conveniadas em Goiânia. Os dados estão descritos no Quadro 11.

No que se refere à forma de contato entre parceiros conveniados e a Associação, em entrevista, a assistente social detalha que o serviço social sempre recebe pedidos por candidatos:

[...] essa procura ocorre por e-mail, WhatsApp, ou telefonema, onde as empresas entram em contato procurando o trabalhador PcD. [...] assim que a empresa solicita o trabalhador, incluindo o surdo, imediatamente seu currículo é enviado, e o surdo é comunicado por meio de mensagens via e-mail e WhatsApp: “Olha, enviei o seu currículo para a empresa tal: Assaí, Carrefour, Santa Marta...”. Recentemente a empresa da Coca-Cola entrou em contato ofertando vagas de trabalho, outra empresa que nos procura bastante é o Mcdonalds (Assistente Social, 2022).

Em entrevista com uma aluna e outro ex-aluno da ASG, quando indagados sobre encaminhamento para vaga de emprego em alguma empresa, relataram o seguinte:

Fui encaminhado pela ASG há quase 10 anos, procurei algumas empresas, deixei meu currículo, mas infelizmente não tive retorno até hoje. A dificuldade maior, entendo eu, é a comunicação e a resistência da empresa em contratar um intérprete de LIBRAS (EE 2).

Não tentei nenhuma vaga de emprego porque meu foco no momento são os estudos, mas meu namorado estudava aqui há 2 anos e foi encaminhado pela assistente social a uma vaga de emprego na empresa ARISCO e está trabalhando lá até hoje (E2).

Quadro 11 - Relação dos encaminhamentos ao mundo do trabalho da ASG por habilidades, grau de instrução, gênero, curso de informática e data de envio de currículos às empresas conveniadas

Nº do candidato	Habilidades	Grau de instrução		Gênero	Curso de Informática?	Currículos enviados por data e empresas	
						Data de envio	Empresas
1	Serviços Gerais/ Assessor de vendas	Ensino Médio Completo		Feminino	Não	19/04/2021	Assaí Atacadista
						29/04/2021	JC Distribuição
						05/05/2021	Novo Mundo
						20/05/2021	Brasil Center Comunicações
						16/05/2021	Itambé
2	Área administrativa / Professor / Cabelereiro / Serviços Gerais	Ensino Superior Completo		Masculino	Sim	25/03/2021	Halex Istar
						14/04/2021	Regra Logística
						16/04/2021	Assaí Atacadista
						22/04/2021	Brasil Center Comunicações
						29/04/2021	JC Distribuição
						05/05/2021	Novo Mundo
						15/06/2021	Itambé
						15/06/2021	C&A
3	Área administrativa / Segurança do trabalho	Ensino Médio Completo		Feminino	Sim	19/07/2021	Morena Limpeza e Coleta
						19/04/2021	Assaí Atacadista
						29/04/2021	JC Distribuição
						20/05/2021	Brasil Center Comunicações
						05/05/2021	Novo Mundo
4	Cantinas de hospitais e escolas	Ensino Médio Completo		Feminino	Sim	15/06/2021	C&A
						15/06/2021	Tatico Supermercados
						22/03/2021	Belcar
						08/03/2021	Ankai Buffet japonês
						08/04/2021	Hospital do Coração Anis Rassi
						16/04/2021	Assaí Atacadista
						15/06/2021	Itambé
						15/06/2021	Ambiente Consultoria
15/06/2021	Tatico Supermercados						
						15/06/2021	Vogue – Moda e Beleza

(Continua)

(Continuação)

(Continua)

Nº do candidato	Habilidades	Grau de instrução	Gênero	Curso de Informática?	Currículos enviados por data e empresas	
					Data de envio	Data de envio
5	Serviços Gerais / Cantinas de hospitais e escolas / Portaria	Ensino Fundamental Incompleto	Feminino	Não	22/03/2021	Belcar
					16/04/2021	Assaí Atacadista
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Ambiente Consultoria
					15/06/2021	Vogue – Moda e Beleza
					15/06/2021	Tatico Supermercados
					15/06/2021	Sodexo – Serviços
6	Portaria / Serviços Gerais	Ensino Médio Completo	Feminino	Não informou	22/03/2021	Belcar
					08/04/2021	Ortobom
					20/05/2021	Brasil Center Comunicações
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Ambiente Consultoria
					15/06/2021	Vogue – Moda e Beleza
					15/06/2021	Sodexo – Serviços
7	Área administrativa	Superior Incompleto	Masculino	Sim	22/02/2021	Castrillon Autopeças
					08/03/2021	Itambé
					22/03/2021	Belcar
					08/04/2021	Regra Logística
					16/04/2021	Assaí Atacadista
					22/04/2021	Brasil Center Comunicações
					22/04/2021	Supermercado Barão
					19/04/2021	JC Distribuição
					20/05/2021	Brasil Center Comunicações
					05/05/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Rodonaves Transportes e Encomendas
					15/06/2021	C&A
					15/06/2021	Tatico Supermercados
07/07/2021	Fujioka					
19/07/2021	Morena Limpeza Coleta e Logística					

(Continuação)

Nº do candidato	Habilidades	Grau de instrução	Gênero	Curso de Informática?	Currículos enviados por data e empresas	
					Data de envio	Data de envio
8	Área administrativa	Superior Incompleto	Feminino	Sim	09/03/2021	Halex Istar
					23/03/2021	Belcar
					08/04/2021	Regra Logística
					16/04/2021	Assaí Atacadista
					22/04/2021	Brasil Center Comunicações
					29/04/2021	JC Distribuidora
					05/05/2021	Novo Mundo
					20/05/2021	Brasil Center Comunicações
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Rodonaves Transportes e Encomendas
					15/06/2021	C&A
					15/06/2021	Itambé
					19/07/2021	Morena Limpeza Coleta e Logística
9	Mecânico / Operador de máquinas pesadas	Não informou	Masculino	Não informou	15/06/2021	Tatico Supermercados
10	Professor da Libras / Instrutor da Libras / Auxiliar Administrativo / Auxiliar de Design Gráfico Básico	Ensino Superior Completo	Masculino	Sim	15/06/2021	Currículo encaminhado à Diretoria da ASG.
11	Auxiliar de estoque / Auxiliar administrativo / Auxiliar de mecânica / Repositor de estoque	Ensino Médio Completo	Masculino	Sim	22/04/2021	Supermercado Barão
					29/04/2021	JC Distribuidora
					20/05/2021	Brasil Center Comunicações
					15/06/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	C&A
					15/06/2021	Tatico Supermercados
26/07/2021	Assaí Atacadista					

(Continua)

(Continua)

(Continua)

Nº do candidato	Habilidades	Grau de instrução	Gênero	Curso de Informática?	Currículos enviados por data e empresas	
					Data de envio	Data de envio
12	Operadora de caixa / Auxiliar administrativo	Ensino Médio Completo	Feminino	Sim	22/04/2021	Brasil Center Comunicações
					29/04/2021	JC Distribuição
					05/05/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	C&A
					15/06/2021	Tatico Supermercados
					19/07/2021	Morena Limpeza Coleta e Logística
13	Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	Masculino	Não	18/05/2021	JC Distribuição
					15/06/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Ambiente Consultoria
					15/06/2021	Vogue – Moda e Beleza
					15/06/2021	Tatico Supermercados
					15/06/2021	Sodexo – Serviços
14	Auxiliar de Produção / Operação de serviços farmacêuticos	Ensino Fundamental Completo	Masculino	Não	26/07/2021	OVD Logística
					18/05/2021	JC Distribuição
					15/06/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Ambiente Consultoria
					15/06/2021	Vogue – Moda e Beleza
					15/06/2021	Tatico Supermercados
15	Serviços Gerais	Ensino Médio Completo	Masculino	Sim	15/06/2021	Sodexo - Serviços
					02/06/2021	Castrillon Autopeças
					15/06/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Ambiente Consultoria
					15/06/2021	Vogue – Moda e Beleza
					15/06/2021	Tatico Supermercado
15/06/2021	Sodexo – Serviços					

(Conclusão)

Nº do candidato	Habilidades	Grau de instrução	Gênero	Curso de Informática?	Currículos enviados por data e empresas	
					Data de envio	Data de envio
16	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	Masculino	Sim	15/06/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	JC Distribuição
					15/06/2021	C&A
					15/06/2021	Tatico Supermercados
17	Estoquista / Repositor	Ensino Médio Completo	Masculino	Sim	15/06/2021	Novo Mundo
					15/06/2021	Itambé
					15/06/2021	Tatico Supermercados
					07/07/2021	Fujioka
					26/07/2021	Assaí Atacadista
18	Empacotador / Auxiliar administrativo	Ensino Médio Completo	Masculino	Sim	26/07/2021	Assaí Atacadista
19	Auxiliar de produção	Ensino Fundamental Incompleto	Feminino	Não	26/07/2021	Talentos – Recursos Humanos
20	Auxiliar de escritório / Auxiliar administrativo / Auxiliar de laboratório	Ensino Médio Completo	Masculino	Sim	17/08/2021	Assaí Atacadista
					17/08/2021	Morena Limpeza Coleta e Logística
21	Auxiliar de vendas / Auxiliar de produção	Ensino Médio Completo	Feminino	Não informou	06/05/2022	Pharma Catarinense
22	Auxiliar administrativo	Ensino Superior Incompleto	Masculino	Sim	12/05/2021	Drogaria Pacheco
23	Serviços Gerais	Ensino Médio Completo	Feminino	Sim	04/04/2021	Coca Cola
24	Logística / Gerente de Expedição	Curso Técnico em	Masculino	Sim	10/04/2023	Coca Cola
		Agropecuária / Curso Técnico em Contabilidade			10/04/2021	Castrillon Autopeças
25	Motorista	Ensino Superior Completo	Feminino	Não informou	25/05/2023	Coca Cola

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela ASG. 2023

As duas entrevistas tornaram perceptíveis as barreiras comunicacionais com relação à pessoa surda e à sua língua. O encaminhamento e o acompanhamento em vagas de trabalho são raros, além da falta de interesse a respeito da língua natural do surdo. Atualmente estão ocorrendo mudanças sociais a partir das lutas e políticas públicas para proporcionar acessibilidade à comunidade surda.

No entanto, simplesmente oferecer oportunidades para empregar um surdo não é suficiente. Haja vista que os tipos de cursos profissionalizantes ofertados pela associação são totalmente mecânicos. Isso ocorre porque a falta de comunicação pode perpetuar o estigma de que as pessoas surdas são intelectualmente inferiores às ouvintes. Esse preconceito pode resultar em isolamento, mesmo que os surdos tenham qualificações significativas, limitando-os a ocupações de baixa remuneração e responsabilidades simplificadas (Carvalho, 2012). É essencial que as empresas, em particular o departamento de Recursos Humanos, desempenhem um papel significativo na promoção da inclusão social. Além disso, seria necessário maior interesse por parte dos governantes e da própria instituição, em buscar parcerias com as empresas para ofertar cursos de qualificação com o intuito de preparar o surdo para permanecer no trabalho e garantir sua sobrevivência.

Esse fato nos leva a perceber que a diferença entre o surdo e o ouvinte está na comunicação, e muitas vezes o ouvinte não tem interesse ou dificuldade em aprender a língua materna do surdo, por isso muitas vezes são rotulados de “mudo” ou “surdo-mudo”. Nesse contexto, Skliar (1997) defende que a surdez deve ser concebida além do diagnóstico médico, minimizando assim os impedimentos ou dificuldades na interação do surdo com o meio.

Mesmo diante dos avanços na educação dos surdos nas últimas décadas e com a criação de políticas públicas, sabemos que ainda há condições segregadoras e preconceituosas em relação à pessoa surda e à sua inserção no mundo do trabalho, mas, com as lutas da comunidade, esses paradigmas sociais estão sendo derrubados.

[...] ainda existe muito preconceito em relação ao deficiente, inclusive o surdo. A gente percebe muita resistência em aceitar o diferente. Eu lido com isso todos os dias e acho que muito pouco foi mudado em relação à aceitação do surdo pela sociedade em geral. Apesar de se ter falado muito sobre a lei de cota, acessibilidade, ainda precisa acontecer uma modificação na maneira de lidar e tratar essas pessoas (EE2).

[...]O que se observa frequentemente é que o preconceito prevalece em função das pré-noções, ideias preconcebidas, portanto a sociedade limita os direitos, valores de uma pessoa de acordo com o que julga ser normal como resultado

do fato social em que estão inseridos. Os surdos historicamente são considerados minoria na sociedade, e a comunidade ouvinte muitas vezes os considera dignos de pena (Intérprete).

A contratação de surdos e pessoas com deficiência ainda é extremamente limitada, frequentemente marcada por preconceitos e obstáculos relacionados à falta de conhecimento das empresas sobre as adaptações necessárias para receber esses colaboradores (Custódio, 2012). A criação da Lei 8.213, de 24/07/1991, que estabeleceu cotas para a inclusão de profissionais com deficiência nas organizações, gerou um dilema: de um lado, a legislação obriga as empresas a contratar profissionais com deficiência, enquanto, por outro lado, essas empresas enfrentam diversos desafios de natureza estrutural, educacional e social, que dificultam efetivar essa inclusão. No meio desse debate, está o indivíduo com deficiência, que, sem culpa pela sua condição, muitas vezes, acaba arcando sozinho com um fardo que deveria ser compartilhado entre o Estado, as empresas e a sociedade (Oliveira; Rodrigues, 2006).

Ressaltamos que as barreiras enfrentadas pelas pessoas surdas no mundo do trabalho estão fortemente relacionadas a atitudes preconceituosas em relação à surdez. Esse preconceito perpetua a segregação e afasta as pessoas com deficiência auditiva, negando-lhes cidadania. Ao tratar da inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, Oliveira (2007) *apud* Custódio (2012) destaca que a sociedade, as empresas e até as pessoas, por vezes, mesmo que sem intenção, podem manifestar algum grau de preconceito. Atualmente, estar empregado não se limita apenas a prover o sustento familiar. O trabalho desempenha papel crucial no reconhecimento social, promovendo relações interpessoais que possibilitam a inclusão na sociedade e um sentimento de pertencimento a um grupo. Esses desejos não são exclusivos das pessoas ouvintes, pois a comunidade surda compartilha desses mesmos anseios, buscando integrar-se na sociedade e ser reconhecida com base em seus próprios méritos (Viana; Irigaray, 2016).

A sociedade historicamente reservou um lugar de preconceito e estigma para aqueles que são diferentes, alimentando a discriminação. Isso resulta em uma exclusão contínua, impedindo que as pessoas com deficiência participem plenamente da sociedade e do mundo do trabalho. Portanto, é necessário combater esses estigmas e promover a inclusão plena dessas pessoas em todos os ambientes em que queiram estar, inclusive, no mundo do trabalho.

Feita esta contextualização, faremos a análise dos dados presentes no Quadro 10, evidenciando o percentual de candidatos por gênero, formação e tipos de trabalho que

têm sido encaminhados pela Associação. Concomitantemente, aprofundaremos os conteúdos das entrevistas realizadas, tendo em vista os impactos da Associação no ingresso da população surda no mundo do trabalho e os desafios a essa população.

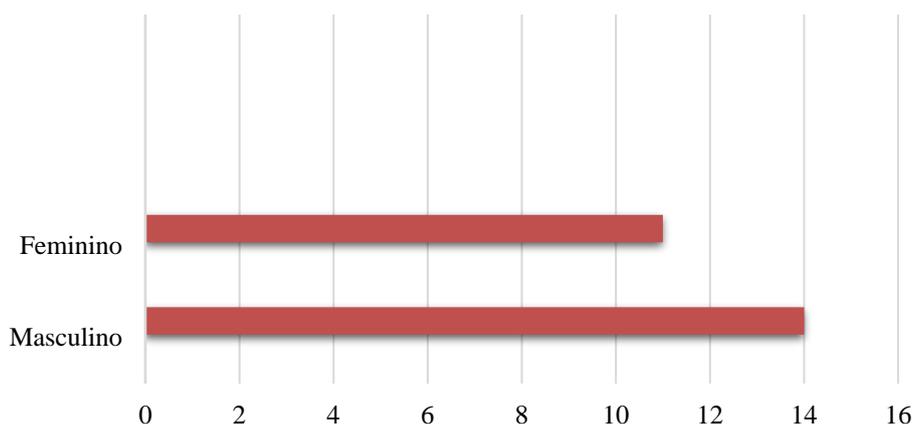
4.2.4.1 *Construindo mosaicos entre currículos de candidatos surdos da ASG e entrevistas realizadas*

Fizemos uma análise dos dados fornecidos pelo Serviço Social da Associação de Surdos de Goiânia com base nos seguintes indicadores: gênero dos candidatos, nível de formação, participação em cursos de informática, preferência por áreas de atuação e empresas parceiras que receberam os currículos. O período de avaliação dos currículos enviados pela ASG abrange o intervalo de 22/02/2021 a 25/05/2023.

Quanto à distribuição dos candidatos por gênero, observou-se que a maioria dos currículos enviados pela ASG pertence ao gênero masculino, totalizando 14, enquanto 11 são do gênero feminino.²² O Gráfico 1 ilustra essa divisão.

Gráfico 1 - Quantidade de currículos por gênero.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela ASG. 2023



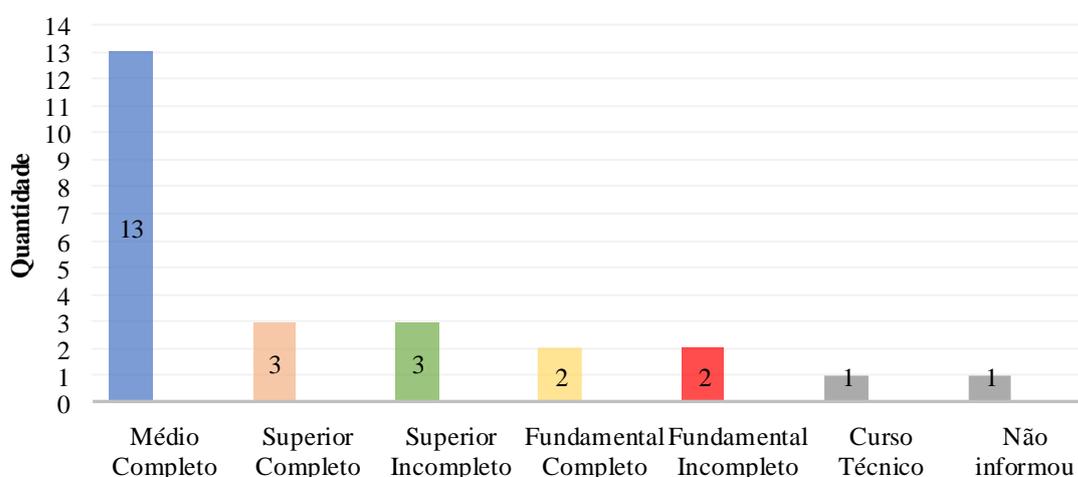
No tocante à formação acadêmica dos candidatos, Gráfico 2, é perceptível que a maioria dos currículos encaminhados corresponde a indivíduos que concluíram o Ensino Médio, totalizando 13 candidatos. Na sequência, encontramos candidatos com Ensino

²² . A respeito da inserção no mercado de trabalho de mulheres surdas, vale a pena conferir o interessante estudo de Borda (2021), que analisou as trajetórias espaciais destas trabalhadoras e o importante papel da Associação de Mulheres Surdas de Goiânia na conquista do trabalho.

Superior Completo (3), Ensino Superior Incompleto (3), Ensino Fundamental Completo (2), Ensino Fundamental Incompleto (2), Curso Técnico (1), além de um currículo em que não foi especificada a escolaridade.

Essa variedade de níveis educacionais dos candidatos reflete a diversidade de perfis presentes na busca por oportunidades de emprego, destacando a importância de oferecer opções inclusivas e acessíveis para pessoas com diferentes graus de formação.

Gráfico 2 - Quantidade de candidatos por escolaridade.



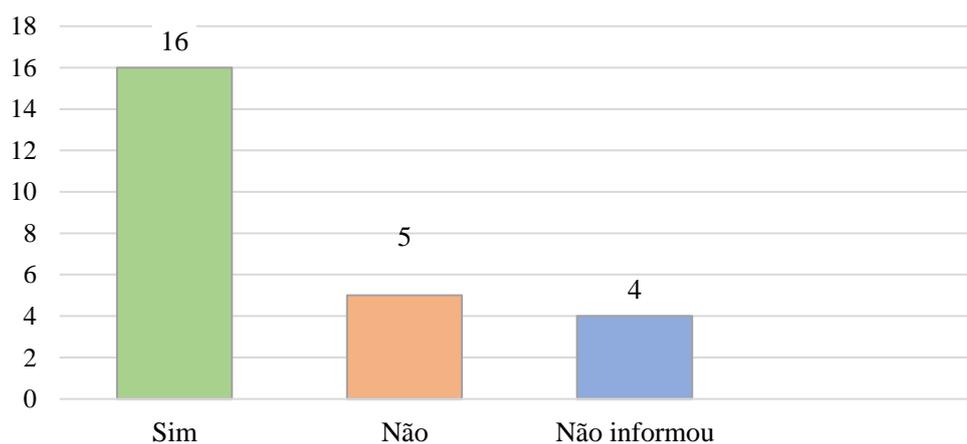
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela ASG (2023).

Não foi possível obter informações relacionadas à faixa etária dos solicitantes, o que dificulta a determinação do momento em que concluíram o Ensino Médio, uma vez que essa informação não consta no levantamento efetuado pelo Serviço Social da ASG. É relevante mencionar que a distorção idade-série é um fator que influencia significativamente na trajetória educacional da população surda, conforme apontado pelo Unicef em 2018. Portanto, a disponibilidade de dados detalhados sobre o nível de escolaridade desse grupo específico contribuiria substancialmente para a análise dos fatores que afetam a entrada da população surda no mundo do trabalho.

No que diz respeito à participação em cursos de Informática, Gráfico 3, a análise dos dados revela que grande maioria dos candidatos tem experiência nesse campo. Um total de 16 pessoas afirmou ter feito o curso de Informática, enquanto cinco indicaram não tê-los feito. Adicionalmente, quatro candidatos não forneceram informações sobre a presença ou ausência de tal curso em seus currículos, conforme apresentado à ASG.

Esta informação evidencia o interesse e o preparo da população surda em relação à tecnologia da informação, uma habilidade essencial em muitos ambientes de trabalho na sociedade contemporânea. No entanto, é fundamental considerar como essa capacitação pode ser mais bem aproveitada e integrada no mundo do trabalho, garantindo oportunidades justas e inclusivas para todos.

Gráfico 3 - Número de candidatos com curso de informática.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela ASG. 2023.

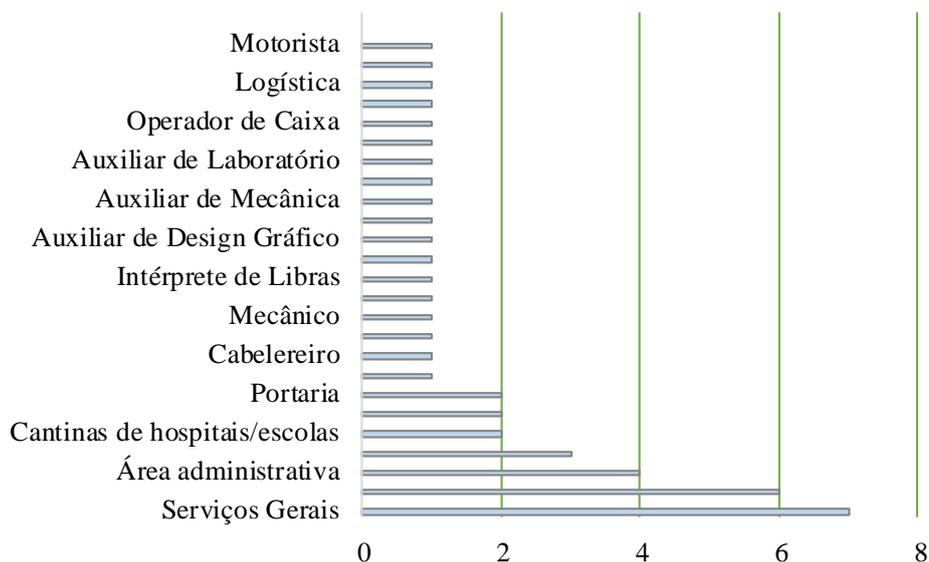
No que diz respeito às funções desejadas pelos candidatos, é importante destacar a diversidade de interesses e aspirações presentes nos currículos analisados. Entre as funções mais frequentemente mencionadas, estão serviços gerais, com sete currículos, seguido por auxiliar administrativo, com 6 currículos, e área administrativa, com quatro currículos. Também merecem destaque as funções de auxiliar de produção, com três currículos, bem como posições relacionadas a trabalhos em cantinas de hospitais/escolas, repositor de estoque e portaria, todas com dois currículos cada. Além disso, algumas funções específicas receberam um currículo cada, conforme evidenciado pelo Gráfico 4.

Essa variedade de interesses demonstra que os candidatos surdos ainda tem tácitas habilidades e competências que podem ser aplicadas em diversas áreas de trabalho. No entanto, vale ressaltar que a concentração significativa de currículos em vagas administrativas e de serviços pode estar relacionada à formação predominante dos candidatos, uma vez que essas vagas normalmente exigem o Ensino Médio como nível mínimo de escolaridade.

É importante que a análise das funções desejadas pelos candidatos seja considerada em conjunto com seus níveis de escolaridade e experiência profissional, para melhor se adequar com as oportunidades de emprego que são disponibilizados, no entanto os resultados indicam que os surdos não têm oportunidade de escolha de vaga de trabalho, infelizmente eles estão se adaptando ao que é oferecido.

Isso pode proporcionar insights valiosos para a criação de programas de capacitação e empregabilidade que atendam às necessidades e interesses específicos desse grupo.

Gráfico 4 - Quantidade de currículos recebidos por função pretendida.



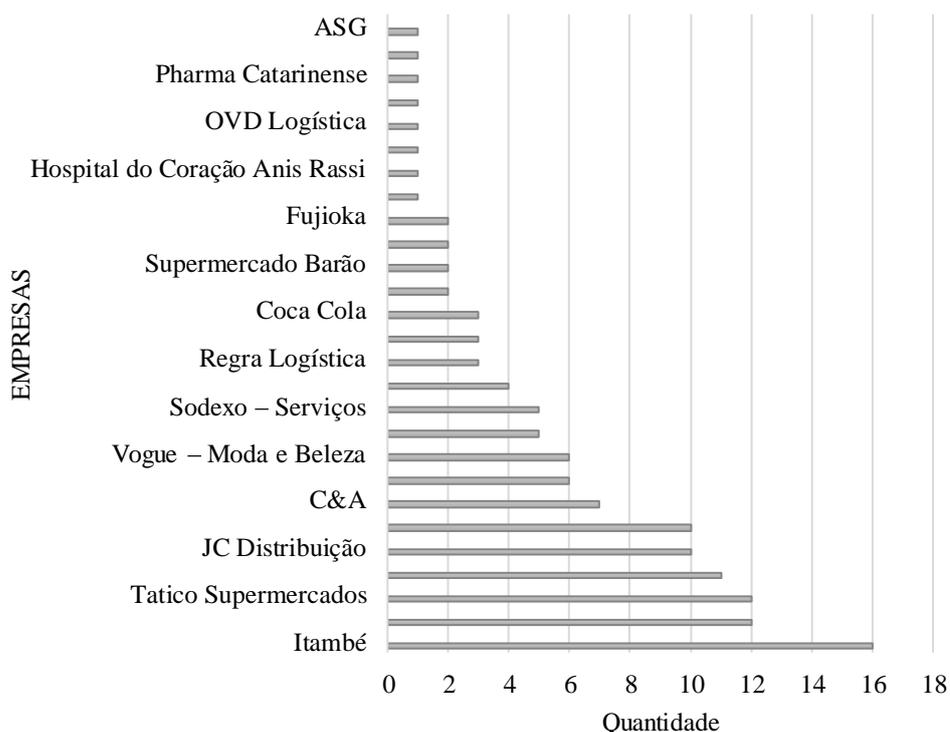
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela ASG (2023).

Por fim, o Gráfico 5 apresenta a distribuição da quantidade de currículos recebidos por empresas localizadas no município de Goiânia. Entre as empresas que se destacam, temos Itambé, que recebeu 16 currículos, seguida por Novo Mundo e Tatico Supermercados, ambas com 12 currículos recebidos. Logo depois, aparecem Assaí Atacadista, que recebeu 11 currículos, e JC Distribuição e Brasil Center Comunicações, com 10 currículos cada uma.

Os dados revelam que, no período de 2021 a 2023, não houve envio de currículos de candidatos surdos para as autarquias dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Esse cenário foi agravado pela pandemia da Covid-19, e as empresas privadas predominaram como destinatárias desses currículos. É importante salientar que os

candidatos enviaram seus currículos para diversas empresas ao longo desses anos, o que dificulta a identificação precisa das vagas preenchidas e das empresas responsáveis pelas contratações, uma vez que o Serviço Social da Associação não fez um acompanhamento sistemático após os encaminhamentos.

Gráfico 5 - Número de currículos recebidos por empresas.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela ASG (2023).

A respeito do contato entre candidatos e empresas, a assistente social faz a seguinte ponderação:

Eu sempre encaminho os currículos para as empresas e as poucas vezes que entro em contato com as empresas para saber se o surdo passou na seleção, se o surdo compareceu, muitas vezes eles terminam não indo àquela seleção devido a algumas dificuldades como pegar um ônibus ou um Uber só. O surdo precisa sempre estar acompanhado, às vezes o acompanhante não pode ir naquele dia e horário determinado e quando vai sozinho geralmente as empresas têm dificuldade com a comunicação do surdo, sendo assim, prefere não contratar (Assistente Social, 2022).

A assistente social, destaca em entrevista que o surdo precisa estar sempre acompanhado para ir a empresa, sendo assim fica evidente que a principal contribuição da ASG na formação do surdo e sua inserção no mercado do trabalho é o ensino bilingue.

De acordo com os dados apresentados, é possível observar que houve um número relativamente baixo de encaminhamentos ao longo de quase três anos, totalizando apenas 25 currículos enviados às empresas. Esses números evidenciam que a Associação tem dificuldades para efetivar a formação e a inserção dos surdos no mundo do trabalho. A instituição não deve se limitar a ser apenas uma agência de emprego, mas também desempenhar um papel ativo na formação profissional dos surdos. Isso inclui a avaliação das habilidades individuais desses sujeitos e a oferta de cursos profissionalizantes com o objetivo de prepará-los adequadamente para serem encaminhados e se manterem no mundo do trabalho.

Do ponto de vista legal, é notável o avanço que o Brasil alcançou na garantia e ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo os surdos. Diversas legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), não apenas reconhecem o direito à educação das pessoas com deficiência, mas também reforçam o princípio da igualdade. A LBI, em seu artigo 27, destaca que a educação é um direito fundamental desses indivíduos e deve ser garantida ao longo de toda a vida, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Isso é um passo importante em direção à inserção no mundo do trabalho, proporcionando oportunidades para que as pessoas com deficiência desenvolvam plenamente seus talentos e habilidades, de acordo com suas características, interesses e necessidades de aprendizado.

Em busca de construir uma educação cada vez mais inclusiva, a Lei 14.191, promulgada em 2021, introduziu a Educação Bilíngue de Surdos na LDBEN (Lei nº 9394/1996). Anteriormente, essa modalidade estava inserida na Educação Especial, mas agora é reconhecida como uma modalidade independente de ensino, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Esse é um passo importante para garantir que os surdos tenham acesso a uma educação de qualidade que os prepare para o mundo do trabalho.

Sob esta perspectiva, Carvalho (2012) ressalta a importância da Libras nos espaços educacionais, tendo em vista contribuir para o crescimento pessoal e intelectual dos surdos, de forma que eles tenham uma vida digna como a da pessoa ouvinte, respeitando sua singularidade e abrindo oportunidades das quais a comunidade surda poderá usufruir no seu cotidiano.

É importante ressaltar que o relato da assistente social revela dois desafios no processo de admissão de pessoas surdas nas empresas conveniadas. O primeiro desafio

diz respeito ao acesso aos locais de trabalho, incluindo as dificuldades de transporte para pessoas que utilizam a Língua de Sinais como meio de comunicação. O segundo desafio está relacionado à falta de preparo das empresas para lidar com a comunicação e admissão de surdos, mesmo quando estão cientes das especificidades dessa comunidade. Esses obstáculos destacam a importância de políticas de inclusão e sensibilização para garantir que as pessoas surdas tenham oportunidades justas no mundo do trabalho.

Bakhtin (2004) observa que a língua é uma atividade essencialmente dialógica, desenvolvendo um papel ativo entre sujeito e contexto social. Sob esta perspectiva, a Libras assume uma grande importância para as pessoas surdas, contribuindo não só para sua socialização, como também para o acesso equânime a serviços e ao mundo do trabalho (Santos, 2020; Xavier; Azevedo, 2021).

Quando questionada sobre as dificuldades que as empresas têm na contratação do surdo, a assistente social compartilhou a seguinte situação:

Me lembro de que um dia desses liguei para uma empresa para saber se havia contratado o surdo encaminhado, acredita que a atendente me perguntou se não tinha como eu encaminhar um surdo que ouvisse um pouco mais? Expliquei a ela que o surdo não ouve, mas comunica por meio da Língua de Sinais, ela disse que desse modo não era possível sua contratação.

Outro dia liguei para outra empresa perguntando: “O fulano de tal esteve aí para a seleção?” A resposta foi: “Sim, mas dispensei ele porque não tinha como comunicar com ele” (Assistente Social, 2022).

O fato de algumas empresas não estarem preparadas para compreender a especificidade comunicativa da população surda e não terem intérpretes qualificados para se comunicar efetivamente com esse grupo demonstra uma lacuna significativa na inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho. Essa percepção é corroborada pela Intérprete de Libras entrevistada, que ressaltou que a maioria das empresas não cumpre adequadamente seu papel de empregabilidade, apesar de ser um direito assegurado por lei para os surdos.

Acredito que a maioria das empresas não cumpre esse papel de empregabilidade mesmo sendo um direito assegurado por lei ao surdo. As empresas, na maioria das vezes, não contratam o surdo devido ao fato de considerarem que a comunicação com os profissionais surdos é muito complicada e devido ao fato de não terem na empresa uma tecnologia assistiva para incluir o surdo (Intérprete de Libras, 2022).

A lei mencionada pela Intérprete é a Lei nº 8.213 de 1991, que, em seu Artigo 93, assegura às Pessoas com Deficiência (PcD) o direito de 2% a 5% das vagas em empresas com mais de 100 funcionários. Além deste dispositivo jurídico, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 / 2015) assegura a colocação competitiva de PcDs no mundo do trabalho, tendo em vista o respeito ao perfil vocacional e os interesses da pessoa deficiente, prioridade no atendimento de pessoas com maior dificuldade de entrada no mundo do trabalho e ainda oferecimento de suportes individualizados que atendam às necessidades desta população, a exemplo de tecnologias assistivas.²³

É relevante destacar que a Lei nº 8.213 foi criada com o propósito de ampliar as oportunidades de acesso ao mundo do trabalho para pessoas com deficiência. Ela se tornou uma espécie de impulso necessário, motivando empresários com mais de cem funcionários a considerar a criação de oportunidades para esse público. No entanto, apesar de a Lei ser, indiscutivelmente, o principal suporte que respalda a busca por novos espaços de trabalho para pessoas com deficiência, na prática, o processo não é tão simples quanto parece.

Para aqueles envolvidos no processo de capacitação e encaminhamento profissional de pessoas surdas, o conjunto de leis voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, incluindo surdos, no mundo do trabalho parece carecer de eficácia e apresenta fragilidades. Esse cenário, sem dúvida, dificulta consideravelmente a integração desses indivíduos no ambiente de trabalho produtivo.

Isso levanta uma discussão importante sobre as concepções que as empresas têm sobre sua função social. Enquanto a legislação estabelece cotas e direitos para a inclusão de pessoas com deficiência, a realidade mostra que muitas empresas ainda não estão prontas para cumprir essas obrigações. Isso não apenas limita as oportunidades para a população surda, mas também perpetua estigmas e preconceitos.

É fundamental que as empresas compreendam que sua função social vai além do lucro e inclui a promoção da igualdade e da inclusão. Isso implica investir em treinamento, tecnologia assistiva e políticas de inclusão que permitam que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

²³ . Tecnologias assistivas são ferramentas criadas para facilitar o dia a dia e promover a acessibilidade de PcDs. No caso da população surda, as principais tecnologias assistivas são: Intérpretes e Tradutores de Libras, notificações por flashes e luzes ao invés de sons, despertadores que vibram a aplicativos que possibilitam a tradução do Português para a Libras (Foggeti, 2022).

Quando questionados sobre suas experiências no mundo do trabalho, dois Ex-estudantes da ASG pontuaram que não houve retorno por parte das empresas em que deixaram currículos:

[...] procurei algumas empresas, e deixei meu currículo, mas infelizmente não tive retorno até hoje (EE1).

Tem muitos surdos sem trabalho porque as empresas não sabem falar com os surdos e preferem não contratá-los (EE2).

Estes ex-estudantes também apontam dificuldades comunicativas quando necessitam sair de casa e acessar determinado serviço:

Quando saio de casa para resolver alguma situação em órgão público, já levo um amigo ou parente que possa interpretar para mim (Ex-estudante 2, 2021).

Quando ocorre essa situação, eu tento me comunicar através do português, que é minha L2, onde escrevo tudo o que quero e a pessoa lê e me responde por escrito também, mas se eu perceber que a pessoa tem facilidade de entender, utilizo mímica (EE1).

Os relatos dos ex-estudantes destacam a importância da comunicação no contexto de saídas para resolver questões, seja no âmbito profissional ou pessoal. As estratégias que utilizam, como levar um amigo ou parente para interpretar ou recorrer à escrita e mímica, refletem os desafios comunicativos que enfrentam quando precisam acessar serviços fora de casa. A inclusão social desses ex-estudantes e de outros membros da comunidade surda é uma questão relevante, especialmente no que diz respeito à educação profissional e tecnológica.

As reflexões sobre a educação profissional e tecnológica partem do princípio de que a educação deve ter como base o trabalho como princípio educativo, visando à formação humana integral e *omnilateral*. Essa abordagem reconhece que o trabalho desempenha papel fundamental na vida do ser humano, não se limitando apenas a ser um meio de subsistência, mas também um fator crucial para seu desenvolvimento e emancipação.

Para Frigotto (1989), existem duas linhas de argumentação. A primeira enfatiza que, nas relações de trabalho em que o sujeito é tratado como capital e o ser humano se torna um mero objeto a ser consumido, explorado e usado, cria-se uma dinâmica educacional negativa, caracterizada pela submissão e alienação, em que a oportunidade de um crescimento integral é negada. Em segundo lugar, Frigotto (1985) preocupa-se com a análise política das condições em que o trabalho e a educação ocorrem na sociedade

capitalista brasileira. Ele enfatiza a importância de compreender como a escola articula os interesses de classe dos trabalhadores e a necessidade de pensar na integração entre ensino e trabalho produtivo, com o trabalho como princípio educativo e a promoção de uma escola politécnica.

Na mesma linha de raciocínio, Saviani (2007) enfatiza que o ser humano não nasce sabendo como se tornar um ser humano; ele precisa aprender a ser homem e a produzir sua própria existência. Nesse sentido, o trabalho se torna um processo educativo em que a formação do homem está intrinsecamente ligada à sua produção. A educação e o trabalho são atividades especificamente humanas, e o ser humano é o único capaz de transformar seu entorno de maneira consciente para seu benefício.

A educação e a formação profissional desempenham papel fundamental na capacitação das pessoas, permitindo-lhes adquirir habilidades e conhecimentos necessários para se integrar à sociedade e ao mundo do trabalho. Portanto, a formação profissional não deve ser apenas um meio de obter emprego, mas também um caminho para a emancipação e o desenvolvimento humano, capacitando as pessoas para participar ativamente na transformação da sociedade e da natureza.

Assim, a comunicação eficaz e a inclusão de pessoas surdas no mundo do trabalho são partes integrantes do processo de formação humana integral e *omnilateral*, que visa a capacitá-las não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ativa e crítica na sociedade. Isso reflete a importância da educação profissional como uma prática emancipadora que contribui para a transformação da sociedade e da natureza, promovendo uma formação crítica, ética e histórica do ser humano.

Os dois ex-estudantes, ao serem questionados sobre a contribuição da ASG no ingresso ao mundo do trabalho, responderam negativamente; o Ex-estudante 2 afirmou que conhece amigos surdos que frequentaram a Associação e estão empregados na atualidade. Os dois Ex-estudantes são unânimes em relação à importância da Associação em sua formação:

A importância da ASG para a comunidade surda é o ensino bilíngue, que promove uma interação entre surdos e ouvintes (EE1).

A Associação dos Surdos de Goiânia (ASG) tem como proposta, adotar o ensino de Libras como primeira língua e o da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua (EE2).

Tais declarações também são corroboradas pelos dois estudantes da Associação:

A ASG é um lugar muito importante, de muita paz, de muitos amigos, onde todos os colegas e professores [se] comunicam comigo, bem diferente das escolas em que já estudei, onde só o professor intérprete falava comigo (E1).

A associação é muito importante tanto em minha vida pessoal quanto profissional, aqui encontro pessoas que me entendem e se comunicam com a minha língua. Conversamos sobre todos os assuntos, aqui é diferente das escolas em que estudei. Aqui estou estudando e aprendendo muitas coisas para me formar e arrumar um trabalho legal (E2).

É importante ressaltar que apesar de a ASG atuar no sentido da inserção da pessoa surda no mundo do trabalho, tal ação não se resume à prática da Associação, conforme ponderado pela diretora da instituição:

A ASG tem muitos braços e um deles é a Escola Bilíngue. A ASG contribui com o surdo em vários aspectos, um deles é a formação no processo da educação. Não temos quantidades que ingressaram no mundo do trabalho, porém nossa contribuição é voltada para o desenvolvimento global, na busca da autonomia com o estudo. Temos hoje vários alunos cursando faculdade na busca do mundo do trabalho (Diretora, 2022).

No que se refere ao ingresso no mundo do trabalho, os dois estudantes têm uma visão diferente dos Ex-estudantes da Associação. Em entrevista, os alunos observam que amigos e conhecidos conseguiram ingressar ao mundo do trabalho após passar pelas cadeiras da ASG:

Não tentei nenhuma vaga de emprego porque meu foco no momento são os estudos, mas meu namorado estudava aqui há 2 anos e foi encaminhado pela assistência social a uma vaga de emprego na empresa Arisco e está trabalhando lá até hoje (E1).

Não tentei nenhuma vaga de emprego, mas conheço muitos amigos que estão ocupando essas vagas de empregos em empresas aqui em Goiânia e em outras cidades (E2).

É importante mencionar que os dois professores entrevistados foram estudantes da Associação. O Professor 1 frequentou a ASG em 2014 e voltou à instituição como professor de História e Letras Libras, atuando na instituição há quatro anos. A Professora 2 frequentou a ASG em 2011 e retornou à Associação como professora de Letras Libras. A respeito da importância da ASG em sua formação profissional, destacam:

As experiências vivenciadas e o contato com a comunidade surda e ouvinte contribuíram bastante na formação acadêmica principalmente na escrita da Língua Portuguesa (P1).

Na ASG tive a oportunidade de fazer vários cursos, além de comunicar com vários surdos, consegui evoluir e com certeza contribui para o meu ingresso no curso superior e no mundo do trabalho (P2).

Apontam também que a Associação exerceu grande papel na inserção de ex-alunos e colegas no mundo do trabalho e em cursos superiores:

[...] Temos hoje quatro ex-alunos da ASG que, assim como eu, hoje estão atuando aqui como professores intérpretes. [Conhece muitos surdos que estão na faculdade cursando Letras, LIBRAS, mestrados e doutorados. Relata que sempre encontra ex-alunos e que estão em diferentes áreas do conhecimento, muitos foram aprovados em concursos públicos e estão trabalhando no mercado do trabalho (P1).

Tenho vários amigos que perpassaram pela ASG e estão trabalhando na educação como professores (P2).

Por fim, quando discutimos os desafios enfrentados pela comunidade surda no mundo do trabalho e na sociedade em geral, os professores destacam que o preconceito e as dificuldades linguísticas atuam como obstáculos que prejudicam o reconhecimento da especificidade dos surdos e o devido respeito que merecem.

É muito difícil. Você não vê vaga de emprego para surdo, a sociedade não conhece e não sabe que o surdo necessita de um intérprete para mediar sua comunicação. [...]. Encontramos barreiras em todos os lugares da sociedade, como no trabalho, na saúde, educação... a maioria das pessoas tenta se comunicar com o surdo por meio da oralidade, outros ignoram e têm até medo. Não há muita interação. Mas o surdo precisa acreditar e ter consciência de que é possível, pois na sociedade todos são iguais, não somos inferiores (P1).

Mesmo diante das conquistas da comunidade surda ao longo dos anos, ainda encontramos barreiras da comunicação em diversos lugares da sociedade (P2).

Os professores ressaltam que, apesar dos avanços conquistados pela comunidade surda no Brasil, ainda persistem diversas barreiras sociais que limitam o pleno exercício da cidadania por parte dessa população. Souza e Alvarenga (2021) destacam que a inclusão é um processo contínuo que requer esforços constantes, e mesmo com a existência de leis que protegem os direitos das pessoas surdas e com deficiência em geral, a verdadeira integração só ocorre quando se respeita plenamente sua especificidade sociocultural e linguística. Somente assim é possível construir uma cidadania ativa e crítica para essa comunidade.

A questão da educação formação/*omnilateral* é um tema que merece uma análise mais aprofundada. A sociedade contemporânea, muitas vezes, está estruturada de forma fragmentada, com uma divisão marcante entre os meios de produção e os tipos de trabalho. Isso resulta em uma separação entre o conhecimento e as profissões, criando

uma distinção entre aqueles que desenvolvem tarefas manuais e aqueles envolvidos em atividades intelectuais.

Acreditar que a educação tenha como objetivo a emancipação humana implica a necessidade de uma visão conexa entre o indivíduo e o mundo do trabalho, conforme a perspectiva de Gramsci, que afirma que não há atividade humana da qual se possa excluir totalmente algum envolvimento intelectual. Não é viável separar o *Homo faber* do *Homo sapiens* (Gramsci, 2012).

Nesse contexto, Antunes (2013) descreve a classe que depende do trabalho como abrangendo uma ampla gama de pessoas, tanto produtivas quanto não produtivas, que não têm meios de produção e, como resultado, são obrigadas a vender sua força de trabalho em troca de salário. Isso inclui não apenas o proletariado industrial e rural, mas também trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, funcionários do setor de serviços, além dos desempregados.

Essa formação abrangente visa a desenvolver todas as dimensões do ser humano, capacitando-o a construir uma existência emancipada e livre das limitações alienantes. Embora possa parecer uma utopia, é fundamental buscar a qualificação da sociedade, promovendo indivíduos emancipados e criativos capazes de impactar positivamente a sociedade em que vivem.

No contexto dos surdos, a educação desempenha um papel fundamental na automudança consciente dos indivíduos surdos, que são chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente, em que a inclusão e a igualdade de oportunidades se tornam pilares essenciais.

Assim como Mészáros (2006) enfatiza a importância da educação na formação de uma ordem social radicalmente diferente, para a comunidade surda, a educação desempenha papel fundamental na construção de uma sociedade que valoriza a diversidade e promove a inclusão de todos os seus membros. Isso envolve não apenas a oferta de educação de qualidade, mas também a conscientização e o engajamento no mundo do trabalho e na sociedade em geral para garantir que os surdos tenham igualdade de oportunidades e possam contribuir plenamente para a criação de uma ordem social mais justa e inclusiva.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 Elaboração do Produto Educacional

O ProfEPT é um programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica oferecido em rede nacional e que faz parte da área de Ensino. No momento, oferta curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. O ProfEPT tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto à produção de conhecimentos como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado (Capes, 2019).

Em conformidade com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a elaboração e a execução do produto educacional são uma exigência para a obtenção do título de mestre em programas de Mestrado Profissional. O Produto Educacional na área de ensino deve resultar da produção de uma pesquisa, mediante uma atividade. Esse produto educativo deve ser aplicado na escola ou em outros espaços de ensino com o objetivo claro de responder a uma pergunta ou problema. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros (Capes, 2019).

5.2 Descrição e execução do Produto Educacional

O Produto Educacional produzido ao longo desta pesquisa consiste em um Guia Prático no formato PDF, apresentando informações sobre Associação de Surdos de Goiânia seu histórico, principais ações desenvolvidas, além de atividades educacionais realizadas, cursos e serviços oferecidos, localização e contatos, sendo voltado à comunidade surda e ouvinte que deseja conhecer a ASG.

Finalmente, na proposta da construção do guia prático, objetivamos provocar reflexões sobre as ações e impactos da ASG na formação do sujeito surdo e sua inserção no mundo do trabalho desde sua criação até os dias atuais.

Assim, para sua elaboração, utilizamos a análise do Estatuto da ASG, bem como o PPP da instituição, da legislação, dos dados coletados dos participantes da pesquisa e, também, do referencial teórico usado para a escrita da dissertação. A exploração e a análise foram necessárias e importantes para a melhor compreensão dos fundamentos

teóricos que sustentaram a temática, assim como a definição do planejamento, a estruturação e a produção do guia. Após a etapa do planejamento, seguiu-se para a estruturação e elaboração.

O produto que está categorizado como (i) material didático e instrucional – material textual GUIA foi estruturado em cinco seções. Na primeira seção, são discutidos o Histórico e a estrutura interna da Associação de Surdos de Goiânia, abarcando o caráter formativo das ações desenvolvidas na ASG. Na segunda, são apresentadas a criação e a consolidação do CEBS - Centro Educacional Bilíngue de Surdos de Goiânia, tendo em vista seu caráter formativo. Na terceira seção, são apresentados os projetos interdisciplinares. Na quarta seção, são analisados os entrelaçamentos entre ASG e o mundo do trabalho e, por fim, na quinta e última seção, são analisadas as ações da ASG e os gráficos dos encaminhamentos dos currículos da comunidade surda goianiense para as empresas, entre os anos de 2021 e 2023.

5.3 Avaliação do Produto Educacional pelos participantes

A validação do PE é um tópico exigido e obrigatório dentro dos programas de Mestrado Profissional (Capes, 2019). Nesse sentido, o Guia Prático sobre as principais ações desenvolvidas pela ASG- Associação de Surdos de Goiânia foi validado pelos docentes da ASG que participaram da pesquisa e pelos alunos matriculados na instituição. A escolha dos docentes deu-se pelo fato de eles atuarem junto aos surdos e terem conhecimento da rotina da instituição pesquisada. Quanto aos alunos, a escolha ocorreu por serem surdos e vivenciarem as ações desenvolvidas tanto na parte educacional quanto cultural. Posto isso, entende-se como os mais indicados para aferir a validade deste produto. Para avaliá-lo, elaborou-se um questionário com o intuito de contribuir com seu aprimoramento. -

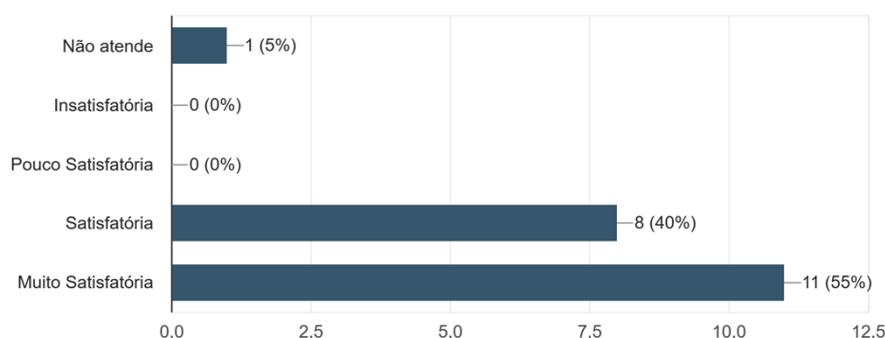
O produto educacional foi compartilhado com os participantes da pesquisa. Para a avaliação, foi aplicado um questionário semiestruturado on-line, por meio do *Google Forms*. Assim, criamos um questionário de avaliação com sete questões, utilizando uma linguagem clara e objetiva. Divulgamos o link do questionário para os participantes da pesquisa via e-mail institucional e via WhatsApp e obtivemos retorno de dezoito participantes.

Esta avaliação aconteceu do dia 15/ 09/2023 a 09/10/2023 do corrente ano. Durante a validação, tivemos diversos desafios. Ao entrar em contato com a gestora da instituição para a validação do produto educacional, ela me relatou que estava de licença maternidade, portanto afastada das atividades e não respondia mais pela instituição, mas me orientou procurar a coordenadora pedagógica. Entrei em contato com ela e solicitei ajuda para apresentar o meu produto educacional, juntamente com o link do questionário para validação. Passado alguns dias sem retorno, entrei em contato via WhatsApp com o presidente, sendo esse surdo, expliquei sobre a validação do produto educacional e pedi ajuda para divulgação dele, deixei claro que se eu tivesse alguma dúvida sobre a validação, poderíamos fazer uma reunião virtual para mais esclarecimentos, infelizmente também não tive retorno. Entrei em contato com os 02 alunos surdos entrevistados e realizei uma reunião virtual, tendo contado com a presença de uma intérprete de Libras da ASG, o qual interpretou a reunião. Deixei claro que não haveria gastos por parte dos participantes, sendo assim, no final, os alunos aceitaram e se comprometeram a apresentar e a divulgar o produto educacional aos colegas de sala e aos que fazem parte da instituição.

Sendo assim, tivemos 20 participantes surdos. O formulário de avaliação do Guia (Apêndice I) teve o objetivo de avaliar se ele atendia às expectativas dos participantes. As questões pretendiam obter informações sobre a avaliação do Guia Prático. Seguem os resultados dos gráficos (Apêndice J) referentes a cada pergunta do formulário de avaliação do site e algumas opiniões emitidas pelos participantes.

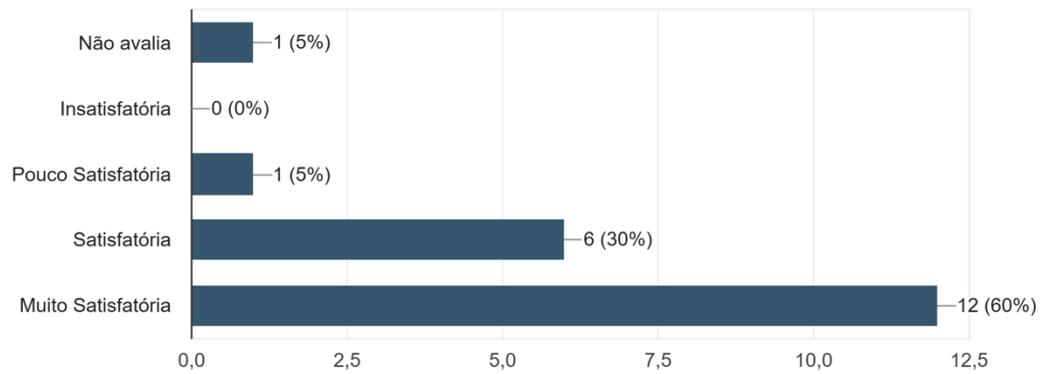
1- Com base na proposta apresentada, você considera que o produto educacional atende seu objetivo, de forma?

20 respostas



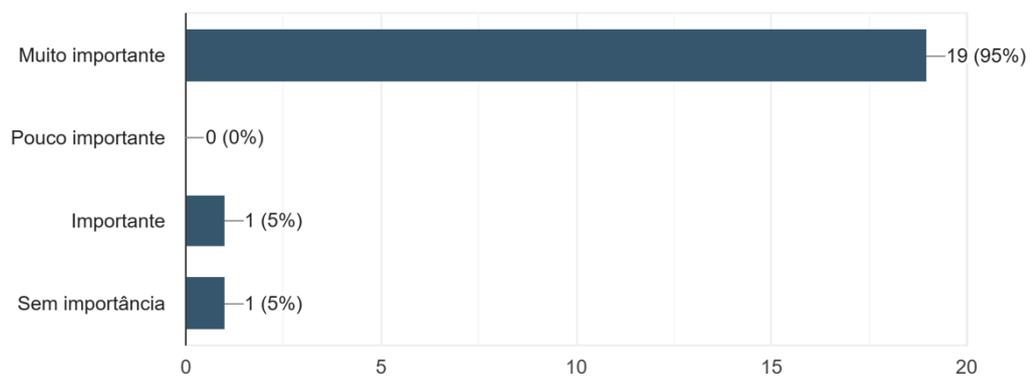
2- Como você avalia a qualidade do produto educacional?

20 respostas



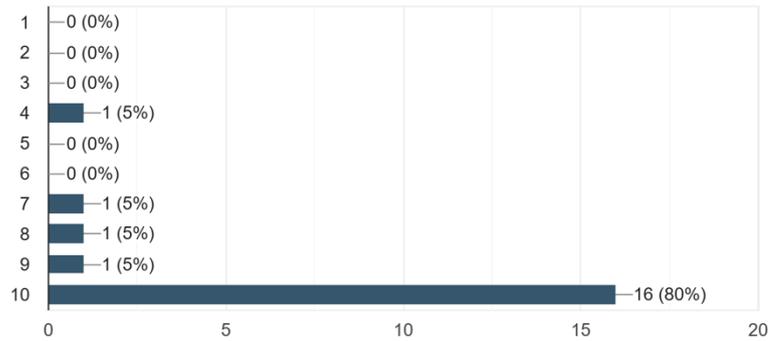
3- Qual a importância do conteúdo apresentado no produto educacional?

20 respostas



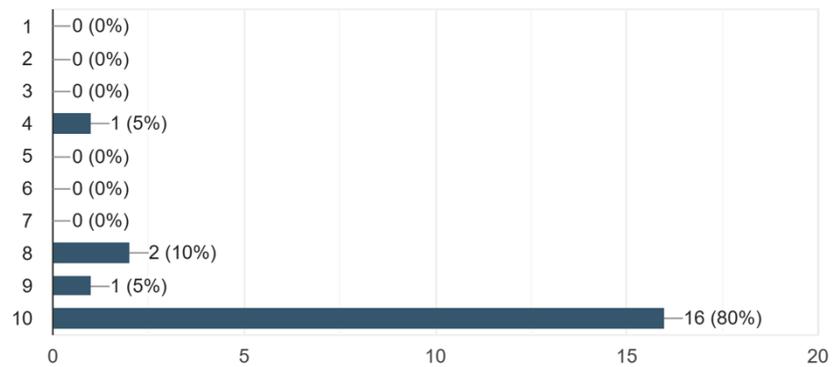
4- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, você avalia que esse produto seja útil para comunidade surda e ouvinte como fer...s e ações coletivas desenvolvidas dentro da ASG?

20 respostas



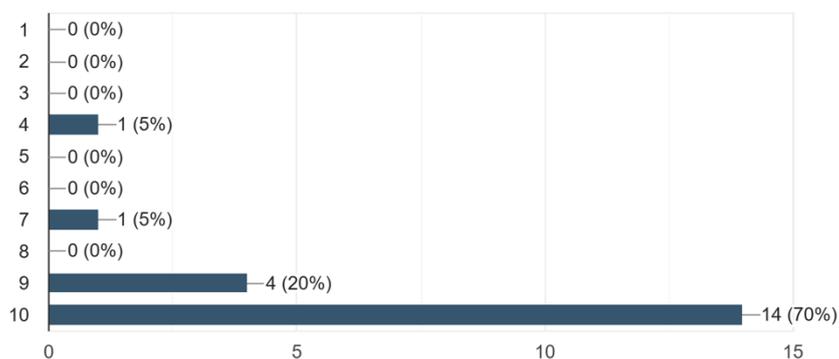
5- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, você avalia que esse produto permite identificar a formação ofertada aos surdos...tribuição para o ingresso no mundo do trabalho ?

20 respostas



6- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, avalie a linguagem do produto educacional, é clara, objetiva e estimula a leitura?

20 respostas



7- Gostaria que deixasse a sua contribuição, para tal, utilize esse espaço para feedback e comentário sobre o produto educacional. O que podemos melhorar ou incluir?

15 respostas

O aperfeiçoamento dos produtos.

Material de grande relevância, seria interessante um vídeo ou vários em Libras para facilitar o acesso dos surdos

Que aja ampla divulgação após a conclusão

O trabalho é de suma importância na sociedade em que estamos vivenciando.

O trabalho apresentado é de suma importância para a sociedade, pois nos faz refletir sobre a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho, e as contribuições que o trabalho desenvolvido pela ASG traz a essas pessoas.

7- Gostaria que deixasse a sua contribuição, para tal, utilize esse espaço para feedback e comentário sobre o produto educacional. O que podemos melhorar ou incluir?

15 respostas

Para o sujeito surdo e ouvinte é muito importante dar uma estudada sobre as informações que este produto oferece a respeito dos cursos de formação que a ASG oferece, pois assim a pessoa que ler este guia terá ciência e saberá se a ASG preenche suas expectativas e necessidades antes mesmo de se matricular.

Normal

Importante comunicar pessoas possíveis

Achei um trabalho incrível. A inclusão dos deficientes auditivos na sociedade: educação ; esportes; trabalho; grupos; familiares é de suma importância. É necessário que se faça entender, que os surdos não são motivos de piadas, e sim, de muito respeito. Parabéns pelo trabalho.

Ficou muito bom seu produto, um material de altíssima utilidade na Inclusão da comunidade surda e falante

7- Gostaria que deixasse a sua contribuição, para tal, utilize esse espaço para feedback e comentário sobre o produto educacional. O que podemos melhorar ou incluir?

15 respostas

Ficou muito bom seu produto, um material de altíssima utilidade na Inclusão da comunidade surda e falante

Poderia incluir mais dinâmicas que permitam aos visitantes vivenciarem a realidade vivida pelos surdos em seu dia a dia no trabalho.

O importante produto educacional para melhorar e qualidade a sua contribuição.

Tudo que colabore com z inclusão das pessoas com deficiência, seja no mercado de trabalho ou em contextos educacionais

O produto proposto demonstra a importância para as pessoas com surdez, além de valorizar, incentivar à autoestima, autonomia, autoconfiança, independência, socialização, rotina, prazer pela vida e afetividade. Mesmo que os desafios sejam grandes, vale a pena a luta pela inclusão em valorização do ser humano, enfatizando as pessoas com surdez.

Parabéns por tornar a vida do próximo mais fácil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procuramos compreender o processo histórico e social que levou à criação e à consolidação da Associação de Surdos de Goiânia, bem como seu impacto na formação dos surdos de sua inserção no mundo do trabalho. É relevante considerar, inicialmente, que compreendemos a surdez sob a perspectiva socioantropológica, respeitando o surdo em sua especificidade, considerando que o acesso e a difusão da Libras são fundamentais para a integração cidadã desta população.

Entre os principais achados desta pesquisa, no que diz respeito às Associações de Surdos no Brasil, apontamos que as lutas pela visibilidade, pelo direito à diversidade e pelo uso da Libras como língua materna estiveram fortemente ligadas à criação e à participação dos surdos nessas instituições. As Associações surgiram da necessidade de a população surda ter espaços próprios para comunicação, troca de experiências, compartilhamento de códigos culturais e comunicação via língua de sinais.

A Associação de Surdos de Goiânia – ASG, objeto de reflexão desta dissertação, nasceu neste contexto, sendo uma instituição relevante para a inclusão, socialização e aprendizado, na qual os estudantes surdos podem se comunicar em Libras, compartilhar experiências e adquirir conhecimentos acadêmicos.

A fim de atender aos objetivos específicos fizemos uma breve revisão do percurso histórico sobre a criação e consolidação da associação além da realização de entrevistas com o intuito de responder a problemática: quais os impactos das ações didático-pedagógicas realizadas pela Associação de Surdos de Goiânia na formação e inserção no mundo do trabalho da comunidade surda em Goiânia?

No que tange as ações voltadas para a questão da formação dos surdos na associação compreendemos que a Educação Bilíngue presente na instituição por meio do Centro de Educação Bilíngue de Surdos de Goiânia (CEBS – Goiânia) é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e acadêmico dos estudantes, permitindo-lhes adquirir conhecimento em uma língua que lhes é acessível e compreensível. Observamos que a Associação tem proposta pedagógica atrelada à Pedagogia Visual, que lança mão de representações gráficas, imagens, diagramas e recursos visuais para abordar conceitos e conteúdos educacionais.

De acordo com o observado ao longo da pesquisa sobretudo no CEBS, ao focar predominantemente na aquisição linguística, deixa de explorar plenamente a interconexão entre o trabalho e a educação *omnilateral*. Essa desconexão pode afetar a preparação dos

surdos para as complexidades do mundo do trabalho atual, que exige uma aproximação mais abrangente e integrada, portanto, seria benéfico para o CEBS considerar a inclusão de elementos que promovam a formação geral e específica dos surdos, de modo a se alinhar melhor com a visão de Gramsci sobre a educação e o trabalho.

Associação oferta cursos de libras, informática, serigrafia, costura e marcenaria, presta serviços sociais e encaminham os currículos dos surdos para as empresas, com efeito, a relevância dessa descoberta passa pelo entendimento de que a Associação divulga que oferece uma série de cursos profissionalizantes, ela possibilita suporte para envio de currículos de candidatos para empresas credenciadas. Tendo como referência os dados disponibilizados pelo Serviço Social da Associação, notamos que grande parte dos candidatos a vagas de trabalho tinham ensino médio completo, identificavam-se com o gênero masculino e buscavam vagas de trabalho, em sua maioria, nas áreas de serviços gerais e na área administrativa.

Conforme observamos, os surdos pleiteantes a vagas de trabalho têm diferentes habilidade e competências, todavia a concentração de currículos em vagas administrativas e de serviços provavelmente está relacionada à formação predominante dos candidatos, na medida em que tais vagas exigem como escolaridade mínima o Ensino Médio completo. Quanto as ações voltadas para a questão da qualificação e encaminhamento profissional da pessoa surda, os cumprimentos destes compromissos são acompanhados do sentimento de “impotência funcional” ou mal sucedidos diante dos desafios enfrentados.

Deste modo, importa perceber que tal realidade esbarra em obstáculos que não lhe permite forjar no sentido de conferir à pessoa surda uma igualdade de oportunidades no acesso a campos tão relevantes da vida social como a educação e o emprego. Dessa forma, as políticas sociais, por meio de ações institucionais, ora se mostraram insuficientes, ora informadas por uma visão muito parcial das transformações necessárias à participação das pessoas surdas na vida social, onde o acesso ao trabalho remunerado assumiria um papel central. Resultante dessas possibilidades que, lamentavelmente, quase sempre ficam por cumprir, encontramos os surdos ainda excluídos, deixando de ser contempladas as condições específicas para o desenvolvimento e expressão das suas capacidades.

Reconhecer a diferença e a potencialidade das pessoas surdas implicaria, pois, abandonar a estranha conspiração entre políticas de integração social e as concepções paternalistas e subalternizastes que circundam aqueles sujeitos. Apesar de a formação

bilíngue ser reconhecida como um recurso importante para a inclusão social e profissional dos estudantes, a pesquisa revelou existência de desafios significativos enfrentados pelos estudantes surdos, a exemplo da falta de acessibilidade em empresas e serviços públicos, a falta de intérpretes de Libras, além da discriminação e do preconceito por parte de empregadores e colegas de trabalho ouvintes. Ademais, os entrevistados relataram dificuldades em encontrar empregos que se adaptassem às suas habilidades e interesses, o que se transforma em um obstáculo na inserção plena desta população no mundo do trabalho.

Fala-se muito das crises existente em todos os setores da vida comunal. Nesse aspecto, os surdos também estão enfrentando o “fantasma” do desemprego, o que os leva, muitas vezes, a trabalharem em empregos temporários ou subempregos. Sensivelmente, nota-se que eles não são excluídos do sistema, são incluídos, anulados e super explorados, recebendo baixos salários ou tratados como auxiliares, estagiários, “pau para toda a obra” de alguma atividade laboral estéril.

Assim, a educação geral e a formação específica precisam estar entrelaçadas, mas ao mesmo tempo problematizadas. A educação como um todo poderia possibilitar uma qualificação ampliada e útil para a sociedade. Já a formação deveria ser a capacitação específica e especializada. Conseqüentemente, a competência seria a articulação desses dois princípios.

Mediante aos achados da pesquisa de acordo com os números de currículos encaminhados as empresas evidenciam que a Associação tem dificuldades para efetivar a formação e a inserção dos surdos no mundo do trabalho. A instituição não deve se limitar a ser apenas uma agência de emprego, mas também desempenhar um papel ativo na formação profissional dos surdos. Isso inclui a avaliação das habilidades individuais desses sujeitos e a oferta de cursos profissionalizantes com o objetivo de prepará-los adequadamente para serem encaminhados e se manterem no mundo do trabalho.

Isso realça que a ASG não cumpre o seu papel de formação emancipatória, ela não pode apenas encaminhar o surdo para uma vaga de trabalho, precisa formar esse surdo para ingressar e permanecer no trabalho.

Deduzimos, pelas análises feitas, haver necessidade de fortalecer políticas públicas e ações afirmativas que incentivem a contratação de pessoas surdas e promovam a inclusão social e profissional dessa população. Embora a ASG ofereça formação e capacitação para os estudantes surdos, parece-nos que não faz uma diferença significativa

no que diz respeito à educação profissional, haja vista que os cursos oferecidos são mecânicos e sem a qualificação necessária para atender exigências de uma formação e postos de trabalho que pressuponham não apenas atividades de execução, mas também de planejamento e elaboração de ações laborais. Salientamos que a ASG efetivamente contribui é com o ensino bilíngue, no mais a instituição atua como mediadora da inserção do surdo no mercado formal de trabalho.

No entanto, é crucial discutir com mais afinco as políticas educacionais do CEBS. Nesse sentido é necessário um esforço conjunto da sociedade, do governo e das empresas para garantir que esses indivíduos tenham as mesmas oportunidades de trabalho e desenvolvimento profissional que os ouvintes. Desta forma, é importante que as empresas e a sociedade em geral reconheçam a importância de criar ambientes inclusivos e acessíveis para pessoas surdas, promovendo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho e na sociedade, de forma geral.

Para efeito desta pesquisa, não foi possível proceder ao levantamento dos encaminhamentos feitos nos anos anteriores, tampouco o monitoramento dos currículos enviados na medida em que o Serviço Social da instituição não dispunha dos presentes dados. Tal lacuna enseja que novas pesquisas sejam conduzidas a respeito do tema, questionando a forma e as condições como as pessoas surdas acessam o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. B. F. de. Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: uma perspectiva histórica e cultural. Obutchénie. **Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 711–734, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/58434>. Acesso em: 17 jan. 2023.

ADAMS, F. W. A percepção de professores de ciências frente aos desafios no processo de ensino e aprendizagem de alunos público-alvo da educação especial. **ACTIO, Curitiba**, v. 5, n. 3, p. 1-23, set./dez. 2020. Disponível em: <http://edubase.sbu.unicamp.br:8080/jspui/handle/EDBASE/3092>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ALPENDRE, E. V. **Concepções sobre surdez e linguagem e o aprendizado em leitura**. Curitiba: PDE, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/417-2.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ALTENHOFEN, C.V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt A.M, v. 3, p. 83-93, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41678200>. Acesso em: 12 out. 2022.

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 261p.

ASG. **Associação de Surdos de Goiânia: Projeto Político Pedagógico**. Goiânia, 2021.

ASG. **Associação de Surdos de Goiânia**. Disponível em: <https://asgoiania.org.br/> Acesso em: 25 set. 2023.

ASSIS, R. A. M. Pesquisa histórica: uma experiência em ato. In: MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. (orgs). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 41-54. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yjxdq>. Acesso em: 01 de jan. 2023.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBOSA, D. E. S. **LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais): e sua importância na formação acadêmica do professor**. 2011. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Pedagogia Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARROS, M. B. **Inclusão e educação profissional: um estudo sobre a acessibilidade no Instituto Federal do Amazonas, campus Maués e sua influência na educação de estudante surdo**. 2016. 76f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

BARROS, J. P.; HORA, M. M. **Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social.** Monografia de Serviço Social UFPE. Recife-PE, 2009. Disponível em: https://www.editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/012_anexos_pessoas_surdas_direitos_politicas_sociais_e_servico_social_barros_hora.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

BATISTA, M.; BORGES, M. do. R.; BRANDÃO, T.; MADER, G.; ALCÂNTARA, MH.; SAMPAIO, D.; SASSAKI, R. **Educação profissional e colocação no trabalho:** uma nova proposta junto à pessoa portadora de deficiência. 2 ed. Brasília. Federação Nacional de APAES, 1998.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

BERNARDELLI, K. C. C. A. **História e Memória do Liceu de Uberlândia, MG – 1928 a 1942.** 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

BOLLER, G.; PERBONI, L.; MACEDO, D. F. S. **Deficiência Auditiva e Surdez.** 2022. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário Uninter, 2022

BORBA, L. **Cartografias existenciais de mulheres com deficiência auditiva e surdas trabalhadoras na cidade de Goiânia (GO).** 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2021. Disponível em: <https://www.btdtd.ueg.br/handle/tede/815>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 16 de ago de 2022.

BRASIL. Decreto n. 5.435, de 15 de outubro de 1873. Aprova o Regulamento que dá nova organização ao Instituto dos Surdos-Mudos. **Coleção das leis do Império do Brasil,** Rio de Janeiro, v. 2, p. 797, 1873.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-republicacaoatualizada-27086-pl.html>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&data=20/12/1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece a Lei de acessibilidade. Brasília, 2000. Disponível em: [BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 2002. Disponível em: \[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm\]\(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm\). Acesso: 24 de mar. de 2022.](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=820205&file_name=LegislacaoCitada+-PL+7932/2010#:~:text=LEI%20No%2010.098%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE,ou%20com%20mobilidade%20reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 24 de set. 2021.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLVII, nº 87, p. 23, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLII, p. 28, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLIX, nº 168, p. 01, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLIX, nº 168, p. 01, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CLII, nº 127, p. 02, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2002. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 de jan. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CLII, nº 250, p. 03, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CLIV, nº 77, p. 02, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 15 de jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLII, p. 17, 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9656&ano=2018&ato=3a6ATWE1keZpWT9ab>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 14.191, de 03 de agosto de 2021**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLII, p. 27, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império José Joaquim Fernandes Torres. **Dossiê**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868. Disponível em: <http://base.aperj.rj.gov.br/index.php/relatorio-do-ministerio-dos-negocios-do-império#:~:text=Relat%C3%B3rio%20da%20reparti%C3%A7%C3%A3o%20dos%20neg%C3%B3cios%20do%20Imp%C3%A9rio%20%281868%29,dos%20Neg%C3%B3cios%20do%20Imp%C3%A9rio%20Jos%C3%A9%20Joaquim%20Fernandes%20Torres>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais.** Sobre princípios, política e prática em educação especial. Conferência Mundial, organizada pelo governo espanhol em colaboração com a Unesco, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 14 out. 2023.

BREGONCI, A. de M. **Estudantes surdos no PROEJA: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos?** 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/6019>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRITO, F. B. de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** 2013. 275f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos.** 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12214>. Acesso em: 20 set. 2022.

CAMPELLO, A. R. e S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos.** 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingüe de Língua de Sinais Brasileira.** Vol II: Sinais de M a Z. São Paulo, Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento Orientador Área 46: Ensino.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CASTRO, R. R. de. A formação profissional do aluno surdo em uma escola técnica de nível médio. **Revista Educação Pública**, 2018. Acesso em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/a-formao-profissional-do-aluno-surdo-em-uma-escola-tcnica-de-nvel-mdio>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CARVALHO, R. P. Q. O surdo e o mercado de trabalho: conquistas e desafios. **Anais do IV Seminário Eniac** 2012. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais/article/download/91/96>. Acesso em: 13 out. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 83-106.

CICCONE, M. Comunicação Total. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CORDEIRO, D. R. C. L. **A Inclusão De Pessoas Com Deficiência Na Rede Regular De Educação Profissional**. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/05f0313d-3935-43e3-b543-18706e0cf562>. Acesso em: 13 dez. 2021.

COSTA, E. da S. **Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)**. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/8658>. Acesso em: 01 dez. 2023.

COSTA, F. R. da.; NOLÊTO, R. G. L. Interface entre Educação Inclusiva e Educação Profissional e Tecnológica: uma Análise da Produção Acadêmica no Período entre 2017-2021. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.20, n.1, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370970258_Interface_entre_Educacao_Inclusiva_e_Educacao_Profissional_e_Tecnologica_uma_Analise_da_Producao_Academica_no_Periodo_entre_2017-2021. Acesso em: 12 set. 2023.

COSTA, E. da S.; SANTOS, E. M. dos; ANDRADE, A. R. dos S. Associação dos Surdos de Itabaiana (ASI/SE): um percurso histórico na busca da inclusão e cidadania. In: **VII Colóquio Internacional**, São Cristóvão, SE, Brasil, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10342/18/17.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CHRISTO, S. V. de; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica. *Revista Estudos e Pesquisas em Educação*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/19079/18292>. Acesso em: 26 set. 2023.

CRISTIANO, Almir. **INES**. Publicado: 27/08/18 Disponível em: Acesso em: 15 jul. de 2023. Disponível em: <https://www.libras.com.br/ines>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CRISTIANO, A. FENEIS. **Libras**, [S.l.]. 19 de março de 2020a. Disponível em: <https://www.libras.com.br/feneis>. Acesso em: 23 de nov. de 2022.

CRISTIANO, A. Federação Mundial de Surdos. **Libras**, [S.l.]. 19 de março de 2020b. Disponível em: <https://www.libras.com.br/federacao-mundial-de-surdos>. Acesso em: 23 de nov. de 2022.

CUSTÓDIO, A. C. C. A inserção d surdo no mercado de trabalho, frente às políticas públicas de inclusão: as duas faces de uma mesma moeda.2012. Disponível em: http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/trabalhos/295_1 . Acesso em: 20 mar. 2021.

DECKER, A. Inclusão: **O Currículo na Formação de Professores**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2006.

Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1911>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DIRETORIA. **Associação de Surdos de Goiânia**. Goiânia. [S.d]. Disponível em: <https://asgoiania.org.br/diretoria/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

ESTATUTO. **Associação de Surdos de Goiânia**. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://asgoiania.org.br/estatuto/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto**. Curso básico Livro do estudante. 8. ed. Rio de Janeiro WalPrint, 2007. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FENEIS. FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS. O que é. **FENEIS**, Belo Horizonte. [S.d]. Disponível em: <https://feneis.org.br/o-que-e/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FERNANDES, D. Avaliação das aprendizagens: refletir, agir e transformar. In: **Futuro Congressos e Eventos** (org.). 3º Congresso Internacional Sobre Avaliação na Educação. Curitiba: Futuro Eventos, 2005. p. 65-78. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5886/1/Avaliac%cc%a7a%cc%83o%20das%20Aprendizagens-%20Refletir%2c%20Agir%20e%20Transformar.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FERNANDES, S. **Educação de surdos**. Editora InterSaberes, Curitiba 2012.

FOGGUETTI, F. Tecnologia assistiva para surdos: o que são e quais são os exemplos? **Hand Talk**. 20 de outubro de 2022. Disponível em: Tecnologia assistiva para surdos: o que são e quais os exemplos? - Hand Talk. Acesso em: 11 nov. 2022.

FONSECA, A. do C.; FLORINDO, G. M. F. Educação Profissional Para Surdos No IFB: Uma Proposta Possível? **Revista Eixo**, v. 1, n. 2, 2012.

FRAZÃO, N. F. **Associação de Surdos de São Paulo**: identidade coletiva e lutas sociais na cidade de São Paulo. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-09112017-133947/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2022.

FRAZÃO, N. F.; LODI, A. C. B. Associação de Surdos de São Paulo e a defesa pelos direitos linguísticos dos surdos. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 32, p. e91/ 1–17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38332>. Acesso em: 17 jan. 2023

FREIRE, P. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: **Ação Cultural para a Liberdade**: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portalsaf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_p_ara_a_Liberdade.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

FREIRE, M. G. F.; VIEIRA, D. D.; SALDANHA, F. A. História Da Educação Para Surdos: Alguns Apontamentos. **Anais... IV CINTEDI – IV Congresso Internacional De Educação Inclusiva E Jornada Chilena Brasileira De Educação Inclusiva**, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/educacao/detalhes/anais-do-iv-cintedi>. Acesso em: 17 jan. 2023.

FREITAS, C. R. de; SILVA, C. C. da. A inclusão de alunos surdos em um Instituto Federal: pontos e contrapontos. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, e021, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n1.e021.id976>. Acesso em: 03 ago. 2022.

FREITAS, C. R. de. **A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?** 137f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/308>. Acesso em: 03 set. 2022.

FRIGOTTO, G. **É falsa a concepção de que o trabalho dignifica o homem**. Comunicado, Belém, p. 4-5, 7 de agosto de 1989.

FRIGOTTO, G. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 175-182, set /dez. 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções de mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57-86. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Sociedade_Rio_de_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

GARCIA, R. R. O. **Qualidade de vida da pessoa surda no ambiente familiar**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/f5cb3de0-17b5-45e0-b729-5091b342c0d9>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, E. M. L. S.; SOUZA, F. F. Pedagogia visual na educação de surdos: análise de recursos visuais inseridos em um LDA. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan-abr. 2020. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10075>. Acesso em: 14 ago. 2021.

GOMES, R. *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de

Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/1885>. Acesso em: 12 set. 2021.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1>. Acesso em: 11 set. 2022.

GRAMSCI, A. **Homens ou máquinas?** In: MONASTA, Attilio. Antonio Gramsci. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2012. (Coleção Educadores). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/31605553/Antonio-Gramsci-Homens-ou-Maquinas>. Acesso em: 01 set. 2021.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**, v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **A organização da cultura. In.: Os intelectuais e a organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GIORDANI, L. F. Encontros e desencontros da língua escrita. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa; FERNANDES, Eulalia. (Orgs.) Letramento, Bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre, RS: Mediação, 2015.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointernacionalista.** São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, A. C. et al. Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis. **Rev. Bras. de Ed. Especial**, Marília, v. 15, n. 1, p. 99-120, janeiro, 2009.

HENRIQUE, T. M. A Inclusão De Alunos Surdos No Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Rio Grande Do Norte – IFRN - Campus Natal Central. **Revista Cadernos de Educação Básica**, 2021. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-INCLUS%C3%83O-DE-ALUNOS-SURDOS-NO-INSTITUTO-FEDERAL-DE-Henrique/3959d376b800c5d693a803b796084da736ede412>. Acesso em: 19 mar. 2023.

HENRIQUE, T. M. Educação de Surdos – aspectos histórico-linguístico-culturais da comunidade surda. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 35, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/35/educacao-de-surdos-r-aspectos-historico-linguistico-culturais-da-comunidade-surda>. Acesso em: 24 set. 2023.

HIRATA, T. C. dos S.; DUTRA, A.; STORTO, L. J. Inclusão De Aluna Surda No Ensino Profissionalizante Em Escola Pública Da Cidade De Londrina. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 205–225, 2013. DOI: 10.14244/19827199499. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/499>. Acesso em: 15 set. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD. Educação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 16 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002#:~:text=T%C3%ADtulo%3A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%202022%20%2F%20IBGE%2C%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho,t%C3%ADtulo%3A%20Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua>. Acesso em: 24 set. 2023.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAVESKI, F. C. G. Concepções acerca da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: um estudo de caso. In: **II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade.** Vitória; Vila Velha, 2005. Disponível em: http://cettrans.com.br/assets/artigoscongresso/Flavia_Cavalcanti_Goncalves_Kaveski.pdf. Acesso em 13 ago. 2021.

KEZIO, G F. L. Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. **Anais. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LETRAS**, 1., 8 a10 de jun.2016, Bacabal (MA). Anais Bacabal (MA): **EDUFMA.** 2016. p. 166-180. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53115>. Acesso em: 14 set. 2021.

LACERDA, C. B. **Intérprete de LIBRAS:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2.ed. São Paulo: P.U., 2013.

LUNARDI, M. L. **Cartografando os estudos surdos: currículo e relações de poder.** In: SKLIAR, C. B. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. Disponível em: https://gepel.furg.br/images/MANACORDA_MARX_E_A_PEDAGOGIA_MODERNA.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap.** São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MARX, Carlos. **Escritos de juventud**. In: MARX, Carlos; ENGELS, Friedrich. Obras fundamentais: 1ª. edición. México - DF: Fondo de Cultura Econômica, 1982.

MEDEIROS, R.; BEZERRA, A. Z. Ensino A Distância Para Alunos Surdos, Possibilidades e Desafios. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, v. 4, n.º. 8, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/1404/1/Artigo%205.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MENEZES, M. R. de O.; COSTA, L. M.; SILVA, G. C. C. da.; FIORI, A. P. S. de M. Inclusão de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica: resultados de uma pesquisa diagnóstica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27007>. Acesso em: 22 jun. 2021.

Mendes, K. A. M. de O. Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/ee524faa-9583-4cef-a0f2-1d69ca5f3da0>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil – São Paulo:Boitempo, 2006.

MINAYO, M. C. S. Introdução. MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). In: Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/gPCmGQCRbdn8qw4M573PJzG/>. Acesso em: 01 set. 2022.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A (Org.). In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 269-279, 2005.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1081409/mod_folder/content/0/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

MOURA, Dante H. “Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração”. **Revista Holos**, Vol. 2, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>, Acesso em: 13 set. 2023.

MUTTÃO, M. D. R; LODI, A. C. B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP, Número Especial, 2018, p. 49-56. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/YTSHs8G4rBGhssBgDqCPkTc/?format=html#>. Acesso em: 24 set. 2023.

NAKAGAWA, H. E. I. **Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve.** 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação), Lisboa (PT), 2012. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8801/1/ulfl128697_tm.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

NEGRELLI, M. E. D; MARCON, S. S. Família e Criança Surda. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.5, n.1, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ciencCuidadSaude/article/view/5146>. Acesso em: 8 out. 2023.

NOBRE, R. S. A educação de surdos e alfabetização em escrita de SINAI. 2015. ABRALIN. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51653>. Acesso em: 01 set. 2023.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História [S. l.]**, v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 11 jul. 2023. Acesso em: 24 maio 2022.

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; SILVA, L. J.; MIMESSI, S. D. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? **Psicol. Esc. Educ.** n. 19, v. 3, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920150193892>. Acesso em: 25 maio 2022.

OLIVEIRA, P. C. S. História da educação de surdos em Goiás: da segunda metade do século XX aos dias atuais. **Anais. 8º Pesquisar.** UNIFAM – Aparecida de Goiânia (GO), 2019. Disponível em: <http://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/07/HIST%C3%93RIA-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-DOS-SURDOS-EM-GOI%C3%81S-da-segunda-metade-do-s%C3%A9culo-XX-aos-dias-atuais.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

OLIVEIRA, S. C. de S. Estágio Curricular Na Educação Profissional E Tecnológica: Alternativas Para Favorecer A Inclusão De Alunos Surdos Do Instituto Federal De Roraima – Campus Novo Paraíso. 118f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Roraima/Campus Boa Vista, 2021. Disponível em: <https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/profept/dissertacoes/estagio-curricular-na-educacao-profissional-e-tecnologica-alternativas-para-favorecer-a-inclusao-de-alunos-surdos-do-instituto-federal-de-roraima-2013-campus-novo-paraiso/view>. Acesso em: 01 ago. 2022.

OLIVEIRA, K. S. RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. **Revista Inter-Ação, Goiânia**, v. 31, n. 2, p. 291–299, 2007. DOI: 10.5216/ia.v31i2.1261. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/1261>. Acesso em: 12 out. 2023.

PAGNUSSAT, R. A Contribuição Social Das Associações De Surdos Para Torná-LoS Sujeito Atuante Na Sociedade. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, [S. l.], v. 3, p. e17592, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/17592>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PETRAGLIA, I. C. (2001). **Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber**. 5. ed. Petrópolis: Vozes.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Ed Dom Quixote, 1993.

PEREIRA, R. de C. **Surdez: aquisição de Linguagem e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

PEREIRA, A. dos S; NASCIMENTO, L. C. R. A inclusão dos alunos surdos e as experiências culturais dos surdos nas escolas. **XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP** – 2021. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2021P18180A35882O2498.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

POKER, RB. Abordagem de ensino da pessoa com surdez. Marília: 2007. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M.; CRUZ, R. R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, R. M. de; MASSUTTI, M. CODAs brasileiros: Libras e Português em zonas de contato. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2007, p. 238- 266. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=9&idart=117>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RANGEL, G. M. M. História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural. 2004. 157. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5148/000510697.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jul. 2022.

REILY, L. O papel da igreja nos primórdios da educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro maio/ ago. v. 12 n.35, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yZVzTvQTddQ9YSb9CVDbyVn/?format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

RIBAS, A. F. P.; MOURA, M. L. S. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 129-138, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/fSdQmSWhQqH7dgScTgx3Qyt/>. Acesso em: 01 out. 2021.

ROCHA, L. R. M. da; RODRIGUES, L; BOTELHO, T. da S. A importância do aprendizado da língua de sinais no seio familiar do surdo. In: VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, de 05 a 07 de novembro de

2013. ISSN 2175-960X. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT07-2013/AT07-031.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

SÁ, N. R. L. de. Cultura, poder e educação de surdos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 272, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/539>. Acesso em: 11 out. 2023.

SACKS, O. Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SANTOS, A. C. dos. Aprendizagem profissional de surdos: superando desafios da comunicação em sala de aula. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Mestrado em Ciências da Linguagem, 2020. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1342/5/Ok_alice_claudina_santos.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

SANTIAGO, S. A. da S. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v.12 n.34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SCHLÜNZEN, E. T. M.; DI BENEDETTO, L. dos S.; Santos, D. A. do N. dos. **História das pessoas surdas**: da exclusão à política educacional brasileira atual, 2013. Acervo UNESP. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65523>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SILVA, S. G. de L. da. Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitora da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 21, n. 2, p. 275-288, Abr.-Jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/SQqJXGjF7X5y68sZWK4jNLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, E. F. da.; CAMPOS, M. F. O Percurso Dos Surdos Na História e a Necessidade Da Libras Para A Inclusão Dos Sujeitos Na Escola. **Anais**. JOIN - III Encontro de Jovens Investigadores - Edição Brasil, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-iii-join---edicao-brasil>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SILVA, B. R. F. da; SOARES, Michelle Beltrão. A inclusão de crianças surdas sob a ótica de professoras da Educação Infantil do município de Camaragibe – PE. 2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2403144/SILVA%3B+SOARES+-+2019.1.pdf/8295efb8-af0f-4a5d-a445-d3f5976a0a76>. Acesso em: 09 out. 2023.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 7-32.

SOUSA, E. M. C. de.; ALVARENGA, E. M. Acessibilidade e inclusão de surdos na Educação Profissional nos Institutos Federais. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.19, n.3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/4478>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SOUZA, J. C. S. de S.; SANTOS, M. C. Libras na educação: limites e possibilidades. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 13, 9 de julho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/13/libras-na-educacao-limites-e-possibilidades>. Acesso em: 10 set. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. **A VISÃO HISTÓRICA DA IN(EX)CLUSÃO DOS SURDOS NAS ESCOLAS**. ETD [online]. 2006, vol.07, n.02, pp.245-254. ISSN 1676-2592. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922006000000023&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 15 set. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado Centro de Ciências da Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91978?show=full>. Acesso em: 15 set. 2023.

STROBEL, K. **História da Educação de Surdos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

TENENTE, L. Entenda o que é projeto de vida, componente obrigatório do novo ensino médio a partir deste ano. **G1**. [S, l], 12 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/12/o-que-e-projeto-de-vida-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2023.

THIESEN, J. da S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/56558612/TRIVINOS-Augusto-Nivaldo-Silva-Introducao-a-pesquisa-em-ciencias-sociais-a-pesquisa-qualitativa-em-educacao-Sao-Paulo-Atlas-1987>. Acesso em: 14 ago. 2022.

UNICEF. **Panorama da Distorção Idade – Série no Brasil**. Unicef, 2018. Disponível em: [Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf](#) (unicef.org). Acesso em: 13 maio 2023.

VIANA, A. S.; IRIGARAY, H. A. R. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 214-232, maio/ago. 2016. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjptNDq6_WBAxWvpJUCHfYfABEQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.unifacs.br%2Findex.php%2Frgb%2Farticle%2Fdownload%2F4169%2F2905&usg=AOvVaw3xmQxknbUseYt8mQsixvyc&opi=89978449. Acesso em: 12 out. 2023.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. 4 ed. Editora Martins Fontes: São Paulo, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

VYGOTSKY, L. S. La conciencia como problema de la psicología del comportamiento. In: VYGOTSKY, Lev S. Obras escogidas, tomo I: El significado histórico de la crisis de la Psicología. Madrid: Machado Grupo de Distribución, 2013. p. 39-59.

XAVIER, N. da S.; AZEVEDO, L. C. de. O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no IFSertãoPE. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.19, n.3, 2021. Disponível: <https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.3.123-138>. Acesso em 20 jun. 2022.

WINDLE, M. A longitudinal study of stress buffering for adolescent problem behaviors. *Developmental Psychology*, v. 28, n. 3, p. 522-530, 1992. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0012-1649.28.3.522>. Acesso em: 10 set. 2022.

WRIGLEY, O. *The politics of deafness*. Washington: Gallaudet University Press. 1996. Disponível em: https://archive.org/details/politicsofdeafne0000wrig_k1h2. Acesso em: 23 jul. 2023.

ZAGO, N. (Org.). *Itinerários de Pesquisa – perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: **DP&A**, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001297779>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ZANONI, I.; SANTOS E. I. dos. Os Reflexos da Comunicação Total na Atual Interação e Comunicação entre Indivíduos Surdos e Ouvintes. **Anais...** XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1069-1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – PRESIDÊNCIA

Prezado(a) presidente, (a) você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “**A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO**”

Meu nome é Wanderleia Maria de Freitas, sou a pesquisadora responsável, professora Pedagoga, efetiva no estado há 23 anos. O texto abaixo apresenta informações necessárias sobre a pesquisa que será desenvolvida. É importante ressaltar que sua participação será de grande relevância para o êxito deste trabalho, entretanto você poderá desistir a qualquer momento sem lhe causar qualquer tipo de prejuízo.

Este documento é um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE); Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Destaco que, pela especificidade da pesquisa, você somente poderá dela participar autorizando o uso de sua imagem e filmagem. Portanto, ao assinar esse TCLE, você estará concordando com o uso de sua imagem e voz e o autorizando. Destaca-se que estas imagens não serão divulgadas nos resultados da pesquisa, e apenas as respostas dos sujeitos serão transcritas.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, WANDERLEIA MARIA DE FREITAS, pelo telefone (62) 985968785 ou pelo e-mail pf.wanderleia@gmail.com. Para sanar dúvidas sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado à Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 5, pelo telefone (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é um colegiado interdisciplinar e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Título, justificativa, objetivos e procedimentos

A presente pesquisa se justifica pelo resgate da história da ASG. Assim, se torna relevante no sentido de “desenterrar as raízes históricas” dessa instituição, registrar os fatos em diferentes épocas e proceder a uma análise da trajetória desde a sua criação e até os dias atuais, enfatizando sua relação com a formação e o ingresso no mundo dos trabalhos dos sujeitos surdos. Para tanto, temos como objetivo compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos.

Você foi convidado a participar da entrevista e da validação de um Guia prático (produto educacional) que será construído pela pesquisadora a partir das informações da sua e de outras entrevistas. Caso aceite o convite, você deverá conceder permissão

para o uso da sua opinião por meio de suas respostas à entrevista, bem como para o uso da sua imagem através da gravação da mesma, por meio de sua assinatura/rubrica em espaço próprio ao final deste documento.

Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes, no entanto, tendo em vista a realização da entrevistas embora, pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, vergonha e dúvidas em relação às respostas e também em relação ao que será aplicado pela pesquisadora no momento real. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o agendamento prévio do dia, horário e local da realização da sua entrevista, assim como o cuidado quanto à sua privacidade e sigilo ao responder à entrevista. A pesquisadora vai buscar proporcionar um ambiente agradável e confortável durante a realização da entrevista. Além de ter o contato prévio com você, por meio de conversas informais, para que você se sinta confortável e tenha confiança na pesquisadora, caso você se sinta cansado ou aborrecido ao responder à entrevista, ela poderá ser remarcada para ser finalizada em um outro momento.

As entrevistas terão questões abertas, não tendo a obrigação de identificação do participante, assegurando o sigilo e a impessoalidade no decorrer da pesquisa, garantindo o seu direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e também o seu direito de desistir da colaboração a qualquer hora, sem quaisquer sanções ou punições.

A pesquisadora se compromete ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa, que só serão realizados após seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam, ou seja, seu nome não será divulgado. Caso você apresente algum problema relacionado à pesquisa, você terá direito de receber assistência (integral e imediata) da pesquisadora responsável.

Caso ocorram sensações desconfortáveis como vergonha, dúvidas, medo de identificação, nestes casos, os cuidados para a privacidade e sigilo serão observados com muito esmero. Nenhuma informação sua que possa identificá-lo será pedida. Apesar disso, eu, como pesquisadora, tomarei todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas para as entrevistas bem como na sua aplicação, visando a minimizar os possíveis danos e desconfortos descritos acima. Nos casos em que ocorra algum dano, a pesquisadora responsável estará apta a auxiliar e direcionar o participante.

Os benefícios são de alcance coletivo, cada participante que contribuir com a pesquisa estará consciente da sua colaboração com o processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), permitindo assim compreender o processo histórico de criação e consolidação da ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Esse resgate trará benefícios também para a comunidade em geral, mas de forma mais específica para a comunidade surda, pela constituição histórica de um espaço que muito contribuiu com o desenvolvimento destes sujeitos. De modo direto, ao aceitar cooperar com o estudo, os participantes estarão colaborando para compreensão do processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e, como consequência, contribuindo para a construção de ações que promovam a permanência e o êxito desses estudantes, contribuindo ainda para a formação integral dos alunos. Essa pesquisa proporcionará aos participantes oportunidade de refletir sobre a configuração da formação dos surdos na ASG e o fato de participar da pesquisa constitui-se como oportunidade para refletir sobre seu papel no projeto coletivo, que é a formação dos estudantes surdos. Ou seja, à medida

que os participantes participam da pesquisa, eles poderão tecer análises e reflexões acerca dos cursos de maneira a (re)pensarem suas práticas e os papéis que desempenham nos cursos desenvolvidos na ASG. Desse modo, os benefícios para os participantes serão também a estimulação da socialização de conhecimentos relativos à história e práticas pedagógicas na ASG, bem como o reconhecimento da sua identidade, reconstrução de suas memórias e histórias e práticas, com ênfase no seu protagonismo como estudante e trabalhador em práticas educativas futuras na ASG.

Forma de acompanhamento e assistência

Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa da pesquisa. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, a pesquisadora tomará as providências cabíveis e, se necessário, você será encaminhada para o centro de saúde mais próximo. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, por intermédio dos meios citados acima. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária, e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem sua permissão.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, tenha algum custo advindo de sua participação na pesquisa, a pesquisadora garante seu ressarcimento. Você terá direito a pleitear indenização, caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, abaixo assinado, após receber a explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Jaraguá, ____ de _____ de 20____

Assinatura do docente participante

Eu, Wanderleia Maria de Freitas, pesquisadora responsável, declaro que vou cumprir com todas as exigências contidas no TCLE

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE (DIRETOR)

Prezado(a) Diretor(a), você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “**A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO**”

Meu nome é Wanderleia Maria de Freitas, sou a pesquisadora responsável, sou professora Pedagoga, efetiva no estado há 23 anos. O texto abaixo apresenta informações necessárias sobre a pesquisa que será desenvolvida. É importante ressaltar que sua participação será de grande relevância para o êxito deste trabalho, entretanto você é livre para participar ou não da pesquisa e ainda poderá desistir a qualquer momento sem lhe causar qualquer tipo de prejuízo. Destaca-se ainda que você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Este documento é chamado de Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado por você e por mim em duas vias, sendo que a primeira ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, WANDERLEIA MARIA DE FREITAS, pelo telefone (62) 985968785 e pelo e-mail pf.wanderleia@gmail.com ou você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado à Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás, Caixa Postal 50, pelo telefone (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é um colegiado interdisciplinar e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Título, Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa se justifica pelo resgate da história da ASG. Assim, se torna relevante no sentido de “desenterrar as raízes históricas” dessa instituição, registrar os fatos em diferentes épocas e proceder a uma análise da trajetória desde sua criação até os dias atuais, enfatizando sua relação com a formação e o ingresso no mundo dos trabalhos dos sujeitos surdos. Para tanto, temos como objetivo compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Você foi convidado a participar da entrevista e da validação de um Guia prático (produto educacional), que será construído pela pesquisadora a partir das informações da sua e de outras entrevistas.

Caso aceite o convite, você deverá conceder permissão para o uso da sua opinião por meio de suas respostas da entrevista, bem como do uso da sua imagem através da gravação da mesma, por meio de sua assinatura/rubrica em espaço próprio ao final deste documento.

Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes, no entanto, tendo em vista a realização das entrevistas, pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, vergonha e dúvidas, em relação às respostas e também, porque será aplicado pela pesquisadora no momento real. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o agendamento prévio do dia, horário e local da realização da sua entrevista, assim como o cuidado quanto à sua privacidade e sigilo ao responder à entrevista. A pesquisadora vai buscar proporcionar um ambiente agradável e confortável durante a realização da entrevista. Além de ter o contato prévio com você, por meio de conversas informais para que você se sinta confortável e tenha confiança na pesquisadora, caso você se sinta cansado ou aborrecido ao responder à entrevista, ela poderá ser remarcada para ser finalizada em um outro momento.

As entrevistas terão questões abertas, não tendo a obrigação de identificação do participante, assegurando o sigilo e a impessoalidade no decorrer da pesquisa, garantindo o seu direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e também o seu direito de desistir da colaboração a qualquer hora e sem quaisquer sanções ou punições.

A pesquisadora se compromete ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam, ou seja, o seu nome não será divulgado. Caso você apresente algum problema relacionado à pesquisa você terá direito de receber assistência (integral e imediata) da pesquisadora responsável.

Caso ocorram sensações desconfortáveis como vergonha, dúvidas, medo de identificação, nestes casos, os cuidados para a privacidade e sigilo serão observados com muito esmero. Nenhuma informação sua que possa identificá-lo será pedida. Apesar disso, eu, como pesquisadora, tomarei todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas para as entrevistas bem como na sua aplicação, visando a minimizar os possíveis danos e desconfortos descritos acima. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora responsável estará apta a auxiliar e direcionar o participante.

Os benefícios são de alcance coletivos, cada participante que contribuir com a pesquisa estará consciente da sua colaboração com o processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), permitindo assim compreender o processo histórico de criação e consolidação da ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Esse resgate trará benefícios também para a comunidade em geral, mas de forma mais específica para a comunidade surda, pela constituição histórica de um espaço que muito contribuiu com o desenvolvimento destes sujeitos. De modo direto, ao aceitarem cooperar com o estudo, os participantes estarão colaborando para compreensão do processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e, como consequência, contribuirá para construção de ações que promovam a permanência e o êxito desses estudantes, contribuindo para a formação integral dos alunos. Essa pesquisa proporcionará aos participantes oportunidade de refletir sobre a configuração da formação dos surdos na ASG e o fato de participar da pesquisa constitui-se como oportunidade para refletir sobre seu papel no projeto coletivo que é a formação dos estudantes surdos. Ou seja, à medida que os participantes participam da pesquisa, eles poderão tecer análises e reflexões acerca dos cursos de modo a (re)pensarem suas práticas e os papéis que desempenham nos cursos desenvolvidos na ASG. Desse modo, os benefícios para os participantes serão também a estimulação da socialização de conhecimentos relativos à história e práticas

pedagógicas na ASG bem como o reconhecimento da sua identidade, reconstrução de suas memórias e histórias e práticas, com ênfase no seu protagonismo como estudante e trabalhador em práticas educativas futuras na ASG.

Forma de acompanhamento e assistência

Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvida. Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa da pesquisa. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, a pesquisadora tomará as providências cabíveis e, se necessário, você será encaminhada para o centro de saúde mais próximo. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, por intermédio dos meios citados acima. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, tenha algum custo advindo de sua participação na pesquisa, a pesquisadora garante seu ressarcimento. Você terá direito a pleitear indenização, caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, abaixo assinado, após receber a explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Jaraguá, ___ de _____ de 20 ____

Assinatura do docente participante

Eu, Wanderleia Maria de Freitas, pesquisadora responsável, declaro que vou cumprir com todas as exigências contidas no TCLE

Jaraguá, ___ de _____ de 20 ____.

Wanderleia Maria de Freitas

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – COORDENAÇÃO

Prezado(a) coordenador, (a) você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: **A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO.**

Meu nome é Wanderleia Maria de Freitas, sou a pesquisadora responsável, sou professora Pedagoga efetiva no estado há 23 anos. O texto abaixo apresenta informações necessárias sobre a pesquisa que será desenvolvida. É importante ressaltar que sua participação será de grande relevância para o êxito deste trabalho, entretanto você é livre para participar ou não da pesquisa e ainda poderá desistir a qualquer momento sem lhe causar qualquer tipo de prejuízo. Destaca-se ainda que você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitar.

Este documento é chamado de Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado por você e por mim em duas vias, sendo que a primeira de ficará sob a guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, WANDERLEIA MARIA DE FREITAS, pelo telefone (62) 985968785, pelo e-mail pf.wanderleia@gmail.com ou você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado à Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50, pelo telefone (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é um colegiado interdisciplinar e independente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Título, justificativa, objetivos e procedimentos

A presente pesquisa se justifica pela realização do resgate da história da ASG. Assim, se torna relevante no sentido de “desenterrar as raízes históricas” dessa instituição, registrar os fatos em diferentes épocas e realizar uma análise da trajetória desde sua criação e até os dias atuais, enfatizando sua relação com a formação e o ingresso no mundo dos trabalhos dos sujeitos surdos. Para tanto, temos como objetivo compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Você foi convidado a participar da entrevista e da validação de de um Guia prático (produto educacional) que será construído pela pesquisadora a partir das informações da sua e de outras entrevistas. Caso aceite o convite você deverá conceder permissão para o uso da sua opinião por meio de suas respostas da entrevista, bem como do uso da sua imagem através da gravação da mesma, por meio de sua assinatura/rubrica em espaço próprio ao final deste documento.

Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes, no entanto, tendo em vista a realização das entrevistas, pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, vergonha e dúvidas, em relação às respostas e também, porque será aplicado pela pesquisadora no momento real. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o agendamento prévio do dia, horário e local da realização da sua entrevista, assim como o cuidado quanto à sua privacidade e sigilo ao responder à entrevista. A pesquisadora vai buscar proporcionar um ambiente agradável e confortável durante a realização da entrevista. Além de ter o contato prévio com você, por meio de conversas informais para que você se sinta confortável e tenha confiança na pesquisadora, caso você se sinta cansado ou aborrecido ao responder a entrevista, ela poderá ser remarcada para ser finalizada em um outro momento.

As entrevistas terão questões abertas, não tendo a obrigação de identificação do participante, assegurando o sigilo e a impessoalidade no decorrer da pesquisa, garantindo seu direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e também o seu direito de desistir da colaboração a qualquer hora, sem quaisquer sanções ou punições.

A pesquisadora se compromete ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam, ou seja, seu nome não será divulgado. Caso você apresente algum problema relacionado à pesquisa, você terá direito de receber assistência (integral e imediata) da pesquisadora responsável.

Caso ocorram sensações desconfortáveis como vergonha, dúvidas, medo de identificação, nestes casos, os cuidados para a privacidade e sigilo serão observados com muito esmero. Nenhuma informação sua que possa identificá-lo será pedida. Apesar disso, eu, como pesquisadora, tomarei todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas para as entrevistas bem como na sua aplicação, visando a minimizar os possíveis danos e desconfortos descritos acima. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora responsável estará apta a auxiliar e direcionar o participante.

Os benefícios são de alcance coletivos, cada participante que contribuir com a pesquisa estará consciente da sua colaboração com o processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), permitindo assim compreender o processo histórico de criação e consolidação da ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Esse resgate trará benefícios também para a comunidade em geral, mas de forma mais específica para a comunidade surda, por meio da constituição histórica de um espaço que muito contribuiu com o desenvolvimento destes sujeitos. De modo direto, ao aceitarem cooperar com o estudo, os participantes estarão colaborando para a compreensão do processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e, como consequência, contribuirão para a construção de ações que promovam a permanência e êxito desses estudantes, contribuindo para a formação integral dos alunos. Essa pesquisa proporcionará aos participantes oportunidade de refletir sobre a configuração da formação dos surdos na ASG e o fato de participar da pesquisa constitui uma oportunidade para refletir sobre seu papel no projeto coletivo, que é a formação dos estudantes surdos. Ou seja, à medida que os participantes participam da pesquisa, eles poderão tecer análises e reflexões acerca dos cursos de modo a (re)pensarem suas práticas e os papéis que desempenham nos cursos desenvolvidos na ASG. Desse modo, os benefícios para os participantes serão também a estimulação da socialização de conhecimentos relativos à história e práticas pedagógicas na ASG, bem como o reconhecimento da sua identidade, reconstrução de suas memórias

e histórias e práticas, com ênfase no seu protagonismo como estudante e trabalhador em práticas educativas futuras na ASG.

Forma de acompanhamento e assistência

Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa da pesquisa. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, a pesquisadora tomará as providências cabíveis e, se necessário, você será encaminhada para o centro de saúde mais próximo. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, por intermédio dos meios citados acima. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária, e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, tenha algum custo advindo de sua participação na pesquisa, a pesquisadora garante seu ressarcimento. Você terá direito a pleitear indenização, caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, abaixo assinado, após receber a explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Jaraguá, ___ de _____ de 20 ____

Assinatura do docente participante

Eu, Wanderleia Maria De Freitas, pesquisadora responsável, declaro que vou cumprir com todas as exigências contidas no TCLE

Jaraguá, ___ de _____ de 20 ____.

Wanderleia Maria de Freitas

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE - ASSISTENTE SOCIAL

Prezado(a) Assistente Social, (a) você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “**A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO**”

Meu nome é Wanderleia Maria de Freitas, sou a pesquisadora responsável, sou professora Pedagoga efetiva no estado há 23 anos. O texto abaixo apresenta informações necessárias sobre a pesquisa que será desenvolvida. É importante ressaltar que a sua participação será de grande relevância para o êxito deste trabalho, entretanto você é livre para participar ou não da pesquisa e ainda poderá desistir a qualquer momento sem lhe causar qualquer tipo de prejuízo. Destaca-se ainda que você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitar.

Este documento é chamado de Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado por você e por mim em duas vias, sendo que a primeira de ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, WANDERLEIA MARIA DE FREITAS, pelo telefone (62) 985968785 e pelo e-mail pf.wanderleia@gmail.com ou você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado à Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50, pelo telefone (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é um colegiado interdisciplinar e independente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Título, justificativa, objetivos e procedimentos

A presente pesquisa se justifica pelo resgate da história da ASG. Assim, se torna relevante no sentido de “desenterrar as raízes históricas” dessa instituição, registrar os fatos em diferentes épocas e realizar uma análise da trajetória desde sua criação e até os dias atuais, enfatizando sua relação com a formação e o ingresso no mundo dos trabalhos dos sujeitos surdos. Para tanto, temos como objetivo compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Você foi convidado a participar da entrevista e da validação de um Guia prático (produto educacional) que será construído pela pesquisadora a partir das informações da sua e de outras entrevistas. Caso aceite o convite, você deverá conceder permissão para o uso da sua opinião por meio de suas respostas da entrevista, bem como do uso da sua imagem através da gravação da mesma, por meio de sua assinatura/rubrica em espaço próprio ao final deste documento.

Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes, no entanto, tendo em vista a realização das entrevistas, pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, vergonha e dúvidas em relação às respostas e também pelo que será aplicado pela pesquisadora no momento real. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o agendamento prévio do dia, horário e local da realização da sua entrevista, assim como o cuidado quanto à sua privacidade e sigilo ao responder à entrevista. A pesquisadora vai buscar proporcionar um ambiente agradável e confortável durante a realização da entrevista. Além de ter o contato prévio com você, por meio de conversas informais para que você se sinta confortável e tenha confiança na pesquisadora, caso você se sinta cansado ou aborrecido ao responder a entrevista, ela poderá ser remarcada para ser finalizada em um outro momento.

As entrevistas terão questões abertas, não tendo a obrigação de identificação do participante, assegurando o sigilo e a impessoalidade no decorrer da pesquisa, garantindo o seu direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e também o seu direito de desistir da colaboração a qualquer hora e sem quaisquer sanções ou punições.

A pesquisadora se compromete ainda a conduzir os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa que só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam, ou seja, o seu nome não será divulgado. Caso você apresente algum problema relacionado à pesquisa, você terá direito de receber assistência (integral e imediata) da pesquisadora responsável.

Caso ocorram sensações desconfortáveis como vergonha, dúvidas, medo de identificação, nestes casos, os cuidados para a privacidade e sigilo serão observados com muito esmero. Nenhuma informação sua que possa identificá-lo será pedida. Apesar disso, eu, como pesquisadora, tomarei todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas para as entrevistas, bem como na sua aplicação, visando a minimizar os possíveis danos e desconfortos descritos acima. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora responsável estará apta a auxiliar e direcionar o participante.

Os benefícios são de alcance coletivo, cada participante que contribuir com a pesquisa estará consciente da sua colaboração com o processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), permitindo assim compreender o processo histórico de criação e consolidação da ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Esse resgate trará benefícios também para a comunidade em geral, mas de forma mais específica para a comunidade surda, por meio da constituição histórica de um espaço que muito contribuiu com o desenvolvimento destes sujeitos. De modo direto, ao aceitarem cooperar com o estudo, os participantes estarão colaborando para a compreensão do processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e, como consequência, contribuirão para construção de ações que promovam a permanência e o êxito desses estudantes, contribuindo para a formação integral dos alunos. Essa pesquisa proporcionará aos participantes oportunidade de refletir sobre a configuração da formação dos surdos na ASG e o fato de participar da pesquisa constitui uma oportunidade para refletir sobre seu papel no projeto coletivo, que é a formação dos estudantes surdos. Ou seja, à medida que os participantes participam da pesquisa, eles poderão tecer análises e reflexões acerca dos cursos de modo a (re)pensarem suas práticas e os papéis que desempenham nos cursos desenvolvidos na ASG. Desse modo, os benefícios para os participantes serão também a estimulação da socialização de conhecimentos relativos à história e práticas pedagógicas na ASG, bem como o reconhecimento da sua identidade, reconstrução de

suas memórias e histórias e práticas, com ênfase no seu protagonismo como estudante e trabalhador em práticas educativas futuras na ASG.

Forma de acompanhamento e assistência

Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa da pesquisa. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, a pesquisadora tomará as providências cabíveis e, se necessário, você será encaminhada para o centro de saúde mais próximo. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, por intermédio dos meios citados acima. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária, e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem sua permissão.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, tenha algum custo advindo de sua participação na pesquisa, a pesquisadora garante seu ressarcimento. Você terá direito a pleitear indenização, caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, abaixo assinado, após receber a explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Jaraguá, ____ de _____ de 20____

Assinatura do docente participante

Eu, Wanderleia Maria De Freitas, pesquisadora responsável, declaro que vou cumprir com todas as exigências contidas no TCLE

Jaraguá, ____ de _____ de 20____.

Wanderleia Maria de Freitas

ANEXO E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – PROFESSORES

Prezado(a) professor, (a) você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **“A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO ”**

Meu nome é Wanderleia Maria de Freitas, sou a pesquisadora responsável, sou professora Pedagoga efetiva no estado há 23 anos. O texto abaixo apresenta informações necessárias sobre a pesquisa que será desenvolvida. É importante ressaltar que a sua participação será de grande relevância para o êxito deste trabalho, entretanto você é livre para participar ou não da pesquisa e ainda poderá desistir a qualquer momento sem lhe causar qualquer tipo de prejuízo. Destaca-se ainda que você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitar.

Este documento é chamado de Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado por você e por mim em duas vias, sendo que a primeira de ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, WANDERLEIA MARIA DE FREITAS, pelo telefone (62) 985968785, pelo e-mail pf.wanderleia@gmail.com ou você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado à Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50, pelo telefone (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é um colegiado interdisciplinar e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Título, justificativa, objetivos e procedimentos

A presente pesquisa se justifica pelo resgate da história da ASG. Assim, se torna relevante no sentido de “desenterrar as raízes históricas” dessa instituição, registrar os fatos em diferentes épocas e realizar uma análise da trajetória desde a sua criação e até os dias atuais, enfatizando sua relação com a formação e o ingresso no mundo dos trabalhos dos sujeitos surdos. Para tanto, temos como objetivo compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Você foi convidado a participar da entrevista e da validação de um Guia prático (produto educacional) que será construído pela pesquisadora a partir das informações da sua e de outras entrevistas. Caso aceite o convite, você deverá conceder permissão para o uso da sua opinião por meio de suas respostas da entrevista, bem como do uso da sua imagem através da gravação da mesma, por meio de sua assinatura/rubrica em espaço próprio ao final deste documento.

Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes, tendo em vista que na realização das entrevistas pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, vergonha e dúvidas, em relação às respostas e também pelo que será aplicado pela pesquisadora no momento real. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o agendamento prévio do dia, horário e local da realização da sua entrevista, assim como o cuidado quanto à sua privacidade e sigilo ao responder à entrevista. A pesquisadora vai buscar proporcionar um ambiente agradável e confortável durante a realização da entrevista. Além de ter o contato prévio com você, por meio de conversas informais para que você se sinta confortável e tenha confiança na pesquisadora, caso você se sinta cansado ou aborrecido ao responder a entrevista, ela poderá ser remarcada para ser finalizada em um outro momento.

As entrevistas terão questões abertas, não tendo a obrigação de identificação do participante, assegurando o sigilo e a impessoalidade no decorrer da pesquisa, garantindo o seu direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e também o seu direito de desistir da colaboração a qualquer hora e sem quaisquer sanções ou punições.

A pesquisadora se compromete ainda a conduzir os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam, ou seja, seu nome não será divulgado. Caso você apresente algum problema relacionado à pesquisa, você terá direito de receber assistência (integral e imediata) da pesquisadora responsável.

Caso ocorram sensações desconfortáveis como vergonha, dúvidas, medo de identificação, nestes casos, os cuidados para a privacidade e sigilo serão observados com muito esmero. Nenhuma informação sua que possa te identificar será pedida. Apesar disso, eu, como pesquisadora, tomarei todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas para as entrevistas bem como na sua aplicação, visando a minimizar os possíveis danos e desconfortos descritos acima. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora responsável estará apta a auxiliar e direcionar o participante.

Os benefícios são de alcance coletivos, cada participante que contribuir com a pesquisa estará consciente da sua colaboração com o processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), permitindo assim compreender o processo histórico de criação e consolidação da ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Esse resgate trará benefícios também para a comunidade em geral, mas de forma mais específica para a comunidade surda, por meio da constituição histórica de um espaço que muito contribuiu com o desenvolvimento destes sujeitos. De modo direto, ao aceitarem cooperar com o estudo, os participantes estarão colaborando para a compreensão do processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e, como consequência, contribuirão para a construção de ações que promovam a permanência e o êxito desses estudantes, contribuindo para a formação integral dos alunos. Essa pesquisa proporcionará aos participantes oportunidade de refletir sobre a configuração da formação dos surdos na ASG e o fato de participar da pesquisa constitui uma oportunidade para refletir sobre seu papel no projeto coletivo, que é a formação dos estudantes surdos. Ou seja, à medida que os participantes participam da pesquisa, eles poderão tecer análises e reflexões acerca dos cursos de modo a (re)pensarem suas práticas e os papéis que desempenham nos cursos desenvolvidos na ASG. Desse modo, os benefícios para os participantes serão também a estimulação da socialização de conhecimentos relativos à história e práticas pedagógicas na ASG, bem como o reconhecimento da sua identidade, reconstrução de

suas memórias e histórias e práticas, com ênfase no seu protagonismo como estudante e trabalhador em práticas educativas futuras na ASG.

Forma de acompanhamento e assistência

Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa da pesquisa. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, a pesquisadora tomará as providências cabíveis e, se necessário, você será encaminhada para o centro de saúde mais próximo. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, por intermédio dos meios citados acima. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária, e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, tenha algum custo advindo de sua participação na pesquisa, a pesquisadora garante o seu ressarcimento. Você terá direito a pleitear indenização, caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, abaixo assinado, após receber a explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Jaraguá, ___ de _____ de 20__

Assinatura do docente participante

Eu, Wanderleia Maria de Freitas, pesquisadora responsável, declaro que vou cumprir com todas as exigências contidas no TCLE

Jaraguá, ___ de _____ de 20__.

Wanderleia Maria de Freitas

ANEXO F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – INTÉRPRETE

Prezado(a) intérprete de libras, você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “**A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO**”

Meu nome é Wanderleia Maria de Freitas, sou a pesquisadora responsável, sou professora Pedagoga efetiva no estado há 23 anos. O texto abaixo apresenta informações necessárias sobre a pesquisa que será desenvolvida. É importante ressaltar que a sua participação será de grande relevância para o êxito deste trabalho, entretanto você é livre para participar ou não da pesquisa e ainda poderá desistir a qualquer momento sem lhe causar qualquer tipo de prejuízo. Destaca-se ainda que você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Este documento é chamado de Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado por você e por mim em duas vias, sendo que a primeira de ficará sob guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, WANDERLEIA MARIA DE FREITAS, pelo telefone (62) 985968785, pelo e-mail pf.wanderleia@gmail.com ou você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado à Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50, pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é um colegiado interdisciplinar e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Título, justificativa, objetivos e procedimentos

A presente pesquisa se justifica pela realização do resgate da história da ASG. Assim, se torna relevante no sentido de “desenterrar as raízes históricas” dessa instituição, registrar os fatos em diferentes épocas e realizar uma análise da trajetória desde a sua criação e até os dias atuais, enfatizando sua relação com a formação e o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Para tanto, temos como objetivo de compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Você foi convidado a participar da entrevista e da validação de um Guia prático (produto educacional) que será construído pela pesquisadora a partir das informações da sua e de outras entrevistas. Caso aceite o convite você deverá conceder permissão para o uso da sua opinião por meio de suas respostas da entrevista, bem como do uso da sua imagem através da gravação da mesma, por meio de sua assinatura/rubrica em espaço próprio ao final deste documento.

Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes, tendo em vista que na realização da entrevistas pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, vergonha e dúvidas, em relação às respostas e também pelo que será aplicado pela pesquisadora no momento real. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o agendamento prévio do dia, horário e local da realização da sua entrevista, assim como o cuidado quanto à sua privacidade e sigilo ao responder a entrevista. A pesquisadora vai buscar proporcionar um ambiente agradável e confortável durante a realização da entrevista. Além de ter o contato prévio com você, por meio de conversas informais para que você se sinta confortável e tenha confiança na pesquisadora, caso você se sinta cansado ou aborrecido ao responder a entrevista, ela poderá ser remarcada para ser finalizada em um outro momento.

As entrevistas terão questões abertas, não tendo a obrigação de identificação do participante, assegurando o sigilo e a impessoalidade no decorrer da pesquisa, garantindo o seu direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e também o seu direito de desistir da colaboração a qualquer hora e sem quaisquer sanções ou punições.

A pesquisadora se compromete ainda a conduzir os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam, ou seja, o seu nome não será divulgado. Caso você apresente algum problema relacionado à pesquisa, você terá direito de receber assistência (integral e imediata) da pesquisadora responsável.

Caso ocorra sensações desconfortáveis como vergonha, dúvidas, medo de identificação, nestes casos, os cuidados para a privacidade e o sigilo serão observados com muito esmero. Nenhuma informação sua que possa te identificar será pedida. Apesar disso, eu, como pesquisadora, tomarei todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas para as entrevistas, bem como na sua aplicação, visando a minimizar os possíveis danos e desconfortos descritos acima. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora responsável estará apta a auxiliar e direcionar o participante.

Os benefícios são de alcance coletivo, cada participante que contribuir com a pesquisa estará consciente da sua colaboração com o processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), permitindo assim compreender o processo histórico de criação e consolidação da ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Esse resgate trará benefícios também para a comunidade em geral, mas de forma mais específica para a comunidade surda, por meio da constituição histórica de um espaço que muito contribuiu com o desenvolvimento destes sujeitos. De modo direto, ao aceitarem cooperar com o estudo, os participantes estarão colaborando para compreensão do processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e, como consequência, contribuirão para construção de ações que promovam a permanência e êxito desses estudantes, contribuindo para a formação integral dos alunos. Essa pesquisa proporcionará aos participantes oportunidade de refletir sobre a configuração da formação dos surdos na ASG e o fato de participar da pesquisa constitui uma oportunidade para refletir sobre seu papel no projeto coletivo, que é a formação dos estudantes surdos. Ou seja, à medida que os participantes participam da pesquisa, eles poderão tecer análises e reflexões acerca dos cursos de modo a (re)pensarem suas práticas e os papéis que desempenham nos cursos desenvolvidos na ASG. Desse modo, os benefícios para os participantes serão também a estimulação da

socialização de conhecimentos relativos à história e práticas pedagógicas na ASG, bem como o reconhecimento da sua identidade, reconstrução de suas memórias e histórias e práticas, com ênfase no seu protagonismo como estudante e trabalhador em práticas educativas futuras na ASG.

Forma de acompanhamento e assistência

Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvida. Aos participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa da pesquisa. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, a pesquisadora tomará as providências cabíveis e se necessário você será encaminhada para o centro e saúde mais próximo. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, por intermédio dos meios citados acima. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária, e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, tenha algum custo advindo de sua participação na pesquisa, a pesquisadora garante o seu ressarcimento. Você terá direito a pleitear indenização, caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, abaixo assinado, após receber a explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Jaraguá, ___ de _____ de 20__

Assinatura do docente participante

Eu, Wanderleia Maria De Freitas, pesquisadora responsável, declaro que vou cumprir com todas as exigências contidas no TCLE

Jaraguá, ___ de _____ de 20__.

Wanderleia Maria de Freitas

ANEXO G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (EX-DISCENTES E DISCENTES ATUAIS)

Prezado(a) Discente, (a)você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “**A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO DO TRABALHO**”

Meu nome é Wanderleia Maria de Freitas, sou a pesquisadora responsável, professora Pedagoga efetiva no estado há 23 anos. O texto abaixo apresenta informações necessárias sobre a pesquisa que será desenvolvida. É importante ressaltar que a sua participação será de grande relevância para o êxito deste trabalho, entretanto você poderá desistir a qualquer momento sem lhe causar qualquer tipo de prejuízo.

Este documento é um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Destaco que pela especificidade da pesquisa, você somente poderá participar da mesma autorizando o uso de sua imagem e filmagem. Portanto, ao assinar esse TCLE, você estará concordando e autorizando o uso de sua imagem e voz. Destaca-se que estas imagens não serão divulgadas nos resultados da pesquisa, apenas as respostas dos sujeitos que serão transcritas.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, WANDERLEIA MARIA DE FREITAS, pelo telefone (62) 985968785 e pelo e-mail pf.wanderleia@gmail.com, Tendo dúvidas sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano, situado à Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50, pelo telefone (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail cep@ifgoiano.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (CEP/IF Goiano) é um colegiado interdisciplinar e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Título, justificativa, objetivos e procedimentos

A presente pesquisa se justifica pelo resgate da história da ASG. Assim, se torna relevante no sentido de “desenterrar as raízes históricas” dessa instituição, registrar os fatos em diferentes épocas e realizar uma análise da trajetória desde a sua criação e até os dias atuais, enfatizando sua relação com a formação e o ingresso no mundo do trabalhos dos sujeitos surdos. Para tanto, temos como objetivo compreender o processo histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos.

Você foi convidado a participar da entrevista e da validação de um Guia prático (produto educacional) que será construído pela pesquisadora a partir das informações da

sua e de outras entrevistas. . Caso aceite o convite, você deverá conceder permissão para o uso da sua opinião por meio de suas respostas da entrevista, bem como do uso da sua imagem através da gravação da mesma, por meio de sua assinatura/rubrica em espaço próprio ao final deste documento.

Desconfortos, riscos e benefícios

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos aos participantes, no entanto, tendo em vista que na realização das entrevistas pode haver algumas situações de desconforto, ansiedades, medo de identificação, vergonha e dúvidas, em relação às respostas e também e pelo que será aplicado pela pesquisadora no momento real. Diante do exposto, serão tomadas medidas para reduzir as situações descritas acima, como o agendamento prévio do dia, horário e local da realização da sua entrevista, assim como o cuidado quanto à sua privacidade e sigilo ao responder a entrevista. A pesquisadora vai buscar proporcionar um ambiente agradável e confortável durante a realização da entrevista. Além de ter o contato prévio com você, por meio de conversas informais para que você se sinta confortável e tenha confiança na pesquisadora, caso você se sinta cansado ou aborrecido ao responder a entrevista, ela poderá ser remarcada para ser finalizada em um outro momento.

As entrevistas terão questões abertas, não tendo a obrigação de identificação do participante, assegurando o sigilo e a impessoalidade no decorrer da pesquisa, garantindo o seu direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e também o seu direito de desistir da colaboração a qualquer hora e sem quaisquer sanções ou punições.

A pesquisadora se compromete ainda a conduzir os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam, ou seja, o seu nome não será divulgado. Caso você apresente algum problema relacionado à pesquisa, você terá direito de receber assistência (integral e imediata) da pesquisadora responsável.

Caso ocorram sensações desconfortáveis como vergonha, dúvidas, medo de identificação, nestes casos, os cuidados para a privacidade e sigilo serão observados com muito esmero. Nenhuma informação sua que possa te identificar será pedida. Apesar disso, eu, como pesquisadora, tomarei todos os cuidados éticos na elaboração das perguntas para as entrevistas bem como na sua aplicação, visando a minimizar os possíveis danos e desconfortos descritos acima. Nos casos em que ocorrer algum dano, a pesquisadora responsável estará apta a auxiliar e direcionar o participante.

Os benefícios são de alcance coletivo, cada participante que contribuir com a pesquisa estará consciente da sua colaboração com o processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG), permitindo assim compreender o processo histórico de criação e consolidação da ASG e sua relação com o ingresso no mundo do trabalho dos sujeitos surdos. Esse resgate trará benefícios também para a comunidade em geral, mas de forma mais específica para a comunidade surda, por meio da constituição histórica de um espaço que muito contribuiu com o desenvolvimento destes sujeitos. De modo direto, ao aceitarem cooperar com o estudo, os participantes estarão colaborando para a compreensão do processo de resgate da constituição histórica da Associação de Surdos de Goiânia (ASG) e, como consequência, contribuirão para construção de ações que promovam a permanência e êxito desses estudantes, contribuindo para a formação integral dos alunos. Essa pesquisa proporcionará aos participantes oportunidade de refletir sobre a configuração da formação dos surdos na ASG e o fato de participar da pesquisa constitui uma oportunidade para refletir sobre seu papel no projeto

coletivo que é a formação dos estudantes surdos. Ou seja, à medida que os participantes participam da pesquisa, eles poderão tecer análises e reflexões acerca dos cursos de modo a (re)pensarem suas práticas e os papéis que desempenham nos cursos desenvolvidos na ASG. Desse modo, os benefícios para os participantes serão também a estimulação da socialização de conhecimentos relativos à história e práticas pedagógicas na ASG, bem como o reconhecimento da sua identidade, reconstrução de suas memórias e histórias e práticas, com ênfase no seu protagonismo como estudante e trabalhador em práticas educativas futuras na ASG.

Forma de acompanhamento e assistência

Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvida. Aos participantes, será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa da pesquisa. Você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas a qualquer momento. Caso você apresente algum problema, a pesquisadora tomará as providências cabíveis e, se necessário, você será encaminhada para o centro de saúde mais próximo. Portanto, você terá assistência total em qualquer etapa da pesquisa.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, por intermédio dos meios citados acima. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária, e a recusa em participar não acarretará nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você, participante, tenha algum custo advindo de sua participação na pesquisa, a pesquisadora garante seu ressarcimento. Você terá direito a pleitear indenização, caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, abaixo assinado, após receber a explicação dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.

Jaraguá, ___ de _____ de 20____

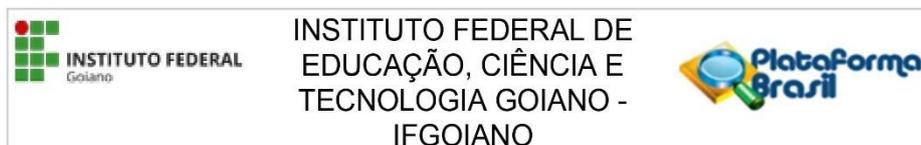
Assinatura do docente participante

Eu, Wanderleia Maria De Freitas, pesquisadora responsável, declaro que vou cumprir com todas as exigências contidas no TCLE

Jaraguá, ___ de _____ de 20____.

Wanderleia Maria de Freitas

ANEXO H - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ASSOCIAÇÃO DE GOIÂNIA (ASG): HISTÓRIA E MEMÓRIA

Pesquisador: WANDERLEIA MARIA DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 58154322.5.0000.0036

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.527.212

Apresentação do Projeto:

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior

Objetivo da Pesquisa:

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Parecer: Sem alteração mediante parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Relata-se: "As entrevistas serão gravadas em áudio com os ouvintes e áudio e vídeo com os alunos surdos e intérpretes. Assim, com os surdos e os intérpretes será necessário o uso de imagem e voz, por meio de filmagem. Portanto, a autorização para o uso da imagem e voz é condição e para que haja a participação desses sujeitos na pesquisa, ou seja se o participante surdo não concordar com a gravação do áudio e vídeo não poderá participar da pesquisa. Nesse sentido, destacamos que no TCLE terá um tópico em que o participante surdo será informado sobre essa condição. É importante ressaltar que o texto do TCLE será traduzido pelo intérprete de libras aos participantes surdos. "

[...]

"O intérprete será devidamente esclarecido da sua função na pesquisa, bem como dos aspectos éticos da pesquisa, de forma a proteger o participante preservando a sua autonomia. Ainda,

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 5.527.212

durante a entrega do TCLE, e da ficha de avaliação do produto educacional, também será necessária a presença do intérprete, que fará a tradução das informações para o surdo e das dúvidas do mesmo para que a pesquisadora possa saná-las. "

[...]

A entrevista acontecerá individualmente de acordo com a disponibilidade de cada sujeitos. Estas serão realizadas na ASG, em ambiente previamente agendado em que os participantes se sintam mais confortáveis, espaço que garanta privacidade, nos dias e horários combinados para a entrevista. Destaca-se que a entrevista com o coordenador, com os professores, alunos e intérpretes atuais não irá ocorrer em horário de aula ou de trabalho dos mesmos de forma a evitar qualquer prejuízo aos sujeitos, será então combinado com estes um horário em que eles estejam na instituição e com horário livre para a realização da entrevista. Com relação aos demais sujeitos será combinado o melhor horário para que eles compareçam na instituição para a realização da entrevista. Será garantido o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa dos motivos e sem quaisquer sanções ou punições."

Parecer: Atende à legislação

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5.2.a) justificativa, objetivos e os procedimentos metodológicos;

Relata-se: "Destaco que pela especificidade da pesquisa, você somente poderá participar da mesma autorizando o uso de sua imagem e voz. Portanto ao assinar esse TCLE você estará concordando e autorizando com o uso de sua imagem e voz. Destaca-se que estas imagens não serão divulgadas nos resultados da pesquisa apenas as respostas dos sujeitos que serão transcritas."

Parecer Atende à legislação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado(a) Pesquisador(a),

O CEP IF Goiás aprova seu protocolo de pesquisa. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira uma notificação na plataforma, anexando o relatório final. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) pesquisador(a),

Endereço: Rua 88, n°280		
Bairro: Setor Sul	CEP: 74.085-010	
UF: GO	Município: GOIANIA	
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600	E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 5.527.212

De acordo com o documento "ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADE DOS CEP DURANTE A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19)", publicado dia 09 de maio de 2020:

"3.2. Em observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2 (Covid19), é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho

3.3. Em virtude disso, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, recomenda-se que os CEP e toda a comunidade científica adotem, para a condução dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, as orientações da Conep, observando, ainda, no que couber, as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)"

Após aprovação da pesquisa, segundo as normativas vigentes, a condução da pesquisa deve estar de acordo com o protocolo aprovado pelo colegiado. Caso ocorra a necessidade de fazer qualquer alteração, deve ser submetida uma emenda com as alterações para nova avaliação ética. Exemplos: alterações metodológicas de coleta de dados, público participante e inserção de pesquisadores entre outras.

A saber:

"O que é uma emenda?

Emenda é toda proposta de modificação ao projeto original, encaminhada ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. As emendas devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, destacando nos documentos enviados os trechos modificados. A emenda será analisada pelas instâncias de sua aprovação final (CEP e/ou CONEP). As modificações propostas pelo pesquisador responsável não podem descaracterizar o estudo originalmente proposto e aprovado pelo Sistema CEP-CONEP. Em geral, modificações substanciais no desenho do estudo, nas hipóteses, na metodologia e nos objetivos primários não podem ser consideradas emendas, devendo o pesquisador responsável submeter novo protocolo de pesquisa para ser analisado pelo Sistema CEP-CONEP." (Manual do usuário - Plataforma Brasil - versão 3.2)

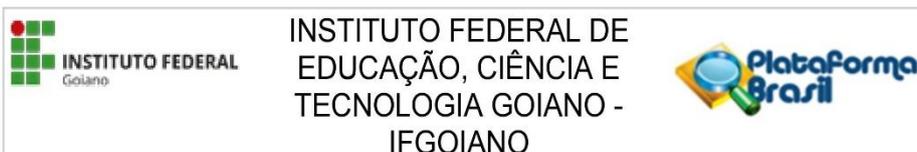
Endereço: Rua 88, nº280	
Bairro: Setor Sul	CEP: 74.085-010
UF: GO	Município: GOIÂNIA
Telefone: (62)3605-3600	Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 5.527.212

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1919235.pdf	12/07/2022 15:12:04		Aceito
Outros	RESPOSTAS_PENDENCIAS.docx	12/07/2022 15:10:32	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_4VERSAO.docx	12/07/2022 14:57:42	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_INTERPRETE.pdf	12/07/2022 14:56:02	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DOCENTES.pdf	12/07/2022 14:55:10	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DISCENTES.pdf	12/07/2022 14:48:07	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_COORDENADOR.pdf	12/07/2022 14:40:02	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	28/06/2022 15:35:58	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	25/05/2022 19:32:15	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Outros	curriculosangelita.pdf	26/04/2022 14:22:44	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Outros	curriculowanderleia.pdf	26/04/2022 14:21:53	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Outros	curriculoluciana.pdf	25/04/2022 18:59:29	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Outros	curriculoerika.pdf	25/04/2022 18:59:06	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	anunciainstituicao.pdf	25/04/2022 18:46:27	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Termo_de_compromisso.pdf	22/04/2022 07:55:50	WANDERLEIA MARIA DE FREITAS	Aceito

Endereço: Rua 88, n°280
 Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3605-3600 Fax: (62)3605-3600 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.527.212

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 14 de Julho de 2022

Assinado por:
Adriane da Silveira Gomes
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, n°280
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3605-3600 **Fax:** (62)3605-3600 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDÊNCIA

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisador: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Nome
- 2- Formação
- 3- Você é surdo de nascença ou adquirido?
- 4- Há quanto tempo está na Presidência?
- 5- Como ocorre a escolha do presidente?
- 6- Como é composto o quadro de funcionários?
- 7- Como foi sua inserção na ASG?
- 8- Fale sobre seu trabalho como presidente e suas atividades diárias:
- 9- ASG tem contribuído com o ingresso do surdo no mundo do trabalho?
- 10- Como ocorreu seu primeiro trabalho?
- 11- O que considera como conquista na sua gestão?
- 12- O que considera como barreira na sua gestão?
- 13- O que poderia ser melhorado na ASG?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DIRETORA

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisadora: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Qual o seu nome?
- 2- Sua idade e formação?
- 3- Como foi sua carreira profissional, tempo em que atuou como professor/coordenador, locais em que trabalhou, disciplinas ministradas?
- 4- Quanto tempo trabalha com a função de gestora na ASG?
- 5- Fale um pouco da sua rotina diária?
- 6 - Como a ASG contribui com a inserção dos surdos no mundo do trabalho?
- 7 - Como é organizado o currículo escolar?
- 8- Como são feitos os planejamentos dos professores? O planejamento é diário, semanal ou quinzenal?
- 9 - Fale um pouco sobre a implantação da Escola Bilíngue
- 10 - Como ocorrem as parcerias na ASG?
- 11 - Existem desafios no trabalho?
- 12 - São oferecidos cursos profissionalizantes para a comunidade surda?
- 13 - Na sua concepção, existem desafios na vida do surdo?
- 14 - Você tem conhecimento de surdos que foram encaminhados pela ASG e estão no mercado do trabalho?
- 15 - Na sua concepção, o trabalho da ASG tem contribuído de forma efetiva para a inserção do surdo no mundo do trabalho?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENAÇÃO

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisadora: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Nome
- 2 - Formação
- 3 – Há quanto tempo trabalha na ASG?
- 4 - Ao longo dos anos, a ASG ofertou cursos para os surdos? Quais?
- 5 - Quais ações formativas formais e não informais os surdos desenvolvem na ASG?
- 6 - Como ocorreu a ampliação da ASG no decorrer dos anos
- 7 - Na sua visão, os surdos que frequentaram ou frequentam a ASG têm mais facilidade para ingressar no mundo do trabalho?
- 8 - Quais as Legislações que amparam a ASG desde sua fundação até os dias atuais?
- 9 - Como é construída a proposta pedagógica?
- 10 - A associação tem uma proposta pedagógica que norteia o trabalho anual e as ações desenvolvidas no decorrer do ano?
- 11 - Atualmente qual é o público-alvo atendido pela Instituição?
- 12 - Todos os professores da ASG têm formação em Libras?
- 13 - Todos os professores são concursados?
- 14 - Quantos alunos estão matriculados na ASG no corrente ano?
- 15 - Gostaria que relatasse um pouco da sua rotina pedagógica.
- 16 - Em sua função, o que considera como desafios ou entraves no trabalho?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista – assistente social

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisador: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 - Qual seu nome completo?
- 2 – Quais são sua formação e função? É servidora efetiva ou contratada?
- 3 - Há quanto tempo exerce essa função?
- 4 - Qual o público que atende na ASG? É um público de classe média ou baixa?
- 5 - Antes de atuar aqui, quais eram suas expectativas? E depois que começou a trabalhar, está de acordo com o esperado?
- 6 - Você acha que todas as pessoas são beneficiadas com as políticas ofertadas nesse local de maneira justa e igualitária?
- 7 - Como Assistente Social dessa instituição, o que você acha que poderia ser mudado para que o atendimento fosse melhor e mais abrangente?
- 8 - Você faz visitas domiciliares?
- 9 - Quais desafios você pode citar em sua prática profissional?
- 10 - Qual foi sua experiência mais forte e impactante?
- 11- Como ocorre o encaminhamento social do surdo para o mercado do trabalho?
- 12 - Na sua concepção, a empresa tem dificuldade em contratar o trabalhador surdo?
- 13 - Na atualidade, fala-se muito em acessibilidade nas empresas. Qual o seu ponto de vista a respeito da acessibilidade nas empresas?
- 14 - Você tem conhecimento de surdos que foram encaminhados pela ASG e estão no mercado de trabalho?
- 15 - Na sua concepção, o trabalho da ASG tem contribuído de forma efetiva para a inserção do surdo no mundo do trabalho?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista – professores

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisadora: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Nome
- 2- Qual sua formação?
- 3- Quanto tempo frequenta a ASG?
- 4- Os ensinamentos adquiridos na ASG contribuíram no ingresso para o mundo do trabalho?
- 5- Há quanto tempo trabalha na ASG?
- 6- Você é concursado ou contratado?
- 7- Como aconteceu sua inserção na ASG?
- 8- Como são feitos seus planejamentos?
- 9- Você é realizado profissionalmente?
- 10- Você conhece alguns surdos que frequentaram a ASG e estão inseridos no mundo do trabalho?
- 11- Como é a interação da família dos surdos com a ASG?
- 12- Como você vê a oportunidade de trabalho para o surdo na sociedade?
- 13- Você encontra desafios no trabalho ou na sociedade?
- 14- Na sua concepção, a sociedade respeita os direitos dos surdos?
- 15- Nossa vida é cheia de história e memória. O que marcou sua vida aqui na ASG?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA – INTÉRPRETE

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisadora: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Roteiro de Entrevista

- 1- Qual o seu nome completo?
- 2- Qual sua formação?
- 3- Há quanto tempo trabalha na ASG como Intérprete de Libras?
- 4- Você é efetivo (a) ou contratado (a)?
- 5- Como você trabalha com o aluno surdo os conteúdos que a Professora de Língua Portuguesa lhe passa?
- 6- Na sua concepção como é a escrita desses alunos?
- 7- Qual a relação que você estabelece entre a Libras e a aquisição da escrita dos alunos surdos?
- 8- Como você vê as oportunidades de trabalho para os surdos na sociedade?
- 9- Em sua concepção, quais os resultados de seu trabalho como intérprete que você considera relevante?
- 10- Como é a comunicação dos professores regentes com os alunos surdos?
- 11- Na sociedade atual se fala muito em inclusão, respeito, igualdade e acessibilidade. Na sua opinião, a sociedade respeita os direitos do surdo?
- 12- Sabemos que temos várias leis e legislação que amparam os direitos dos surdos, inclusive temos a Lei de Cotas, que garante vagas de emprego nas empresas com mais de 100 funcionários. Na sua opinião, as empresas cumprem com o seu papel em relação a essa empregabilidade?
- 13- Historicamente, graças aos movimentos da comunidade surda, o surdo vem rompendo as barreiras do preconceito e ocupando seu espaço na sociedade. Você já presenciou alguma cena de desrespeito ou discriminação em relação aos surdos?
- 14- Sabemos que o surdo tem o mesmo potencial que um ouvinte, o que difere é a comunicação, pois a Língua Materna do surdo é a LIBRAS e a do ouvinte é a Língua Portuguesa. Na sua opinião, as pessoas da sociedade têm conhecimento desse fato?
- 15- Na sua concepção, as políticas públicas e as legislações destinadas à educação dos surdos são efetivamente respeitadas?

APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DISCENTES

Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Pesquisador: Wanderleia Maria de Freitas

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Qual o seu nome, gênero e sua idade?
- 2- Qual é sua escolaridade?
- 3- Há quantos anos você frequenta ou frequentou a Associação de Surdos de Goiânia?
- 4- Quais ações coletivas de que você participa ou participou na associação?
- 5- Qual a importância da associação em sua vida pessoal e profissional?
- 6- Existem ou existiam cursos profissionalizantes?
- 7- Quando você chega a um órgão público, esse órgão tem funcionários qualificados para se comunicar com você (Libras)?
- 8- Você tem alguns amigos surdos que frequentaram a ASG e ingressaram no mundo do trabalho?
- 9- O que marcou sua vida na associação, que jamais será esquecido?
- 10- Na sua opinião, o que poderia ser aperfeiçoado na associação para atender melhor os surdos?
- 10- Historicamente, graças aos movimentos da comunidade surda, o surdo vem rompendo as barreiras do preconceito e ocupando seu espaço na sociedade. Você, como surdo, já se sentiu desrespeitado ou discriminado em algum lugar da sociedade?
- 11- Sabemos que temos várias leis e legislação que amparam os direitos dos surdos. Você já tentou alguma vaga de emprego em alguma empresa?
- 12- Na sociedade atual, fala-se muito em inclusão, respeito, igualdade e acessibilidade. Na sua opinião, a sociedade respeita os direitos do surdo?

APÊNDICE H – PRODUTO EDUCACIONAL

LINK DE ACESSO E AVALIAÇÃO:

https://drive.google.com/file/d/17HfV0e1QfdSzxvOWKq0Zp00_-ek-b-O/view?usp=sharing

https://docs.google.com/forms/d/11Fl_esgEqG4h1OQAZ51iIsp7WocDBPcfgfuUpQtGKTw/edit



PRODUTO EDUCACIONAL

GUIA PRÁTICO SOBRE AS PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASG - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA.

FICHA CATALOGRÁFICA

F866 p Freitas, Wanderleia Maria de.

Percurso Histórico da ASG: um guia prático sobre as principais ações desenvolvidas pela ASG - Associação de Surdos de Goiânia / Wanderleia Maria de Freitas; ilustração e diagramação Érika Suzana Lacerda de Oliveira Fonseca – Ceres:[s.n], 2023.

34 p. il. ; 26 cm.

Obra publicada como Produto Educacional, produzido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional - ProfEPT como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional. Instituto Federal Goiano - IFGoiano, Ceres, 2023.

“Orientação: Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano ”

Surdos - Atuação Profissional 2. Associação de Surdos de Goiânia - História.

I. Título. II. Fonseca, Érika Suzana Lacerda de Oliveira.
CDD 341.2

Ficha elaborada por Lourenildo Targino Pedrosa - CRB 1/2264

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Nível de Ensino a que se destina o produto: Todos os níveis da educação

Área de conhecimento: Gestão

Público-alvo: Comunidade Surda e ouvinte

Categoria deste produto: Materiais textuais

Finalidade: Apresentar informações sobre o histórico da ASG - Associação de Surdos de Goiânia, bem como as atividades realizadas e encaminhamento ao mercado de trabalho, localização e contatos.

Organização do produto: O material está organizado através de informações documentais da Associação.

Disponibilidade: Autoriza-se a reprodução e a divulgação total ou parcial do material desde que seja realizada a devida citação da fonte e não seja utilizado para fins comerciais.

Idioma: Português

Cidade: Ceres

País: Brasil

Ano: 2023

Origem do Produto: Desenvolvido no mestrado profissional e tecnológico no IF Goiano



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva

Olá, colegas leitores!
O Mestrado Profissional, além de agregar e produzir conhecimento, é, também uma oportunidade de aplicar os pressupostos teóricos através das produções por meio de produtos educacionais.



A elaboração deste produto educacional se deu por meio de muitas indagações e pesquisas que ocorreram durante a trajetória do mestrado profissional. O Guia apresenta levantamento de dados sobre os surdos no mercado de trabalho, bem como o papel da Associação de Surdos de Goiânia na inserção destes atores. O guia objetiva fornecer informações pertinentes sobre a Educação Profissional e seus percalços na comunidade surda, trazendo alguns caminhos trilhados e possibilidades profissionais.

Fonte: Imagem do banco de dados do Canva

SUMÁRIO

INTRODU�O.....	06
ASG E SUA HISTÓRIA.....	07
ASG E SUA ESTRUTURA.....	10
ASG E ESPORTE.....	11
ASG - FILIAIS.....	12
A EDUCA�O BILÍNGUE NA ASG.....	13
MISSÃO DA ASG.....	14
A EDUCA�O BILÍNGUE NA ASG/CEBS.....	16
ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO OFERTADO.....	17
PROJETOS INTERDISCIPLINARES.....	18
OS ENTRELACAMENTOS ENTRE A ASG E O MUNDO DO TRABALHO.....	26
CONSIDERA�ES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Este guia prático possui como tema as contribuições da Associação de Surdos de Goiânia – ASG na formação dos sujeitos surdos e sua inserção no mundo do trabalho. Este guia demonstra pesquisa e fundamentou este produto educacional que buscou compreender o processo sócio-histórico de criação e consolidação da Associação de Surdos de Goiânia, bem como sua relação com a formação do surdo e seu ingresso no mundo do trabalho.

A partir de informações claras e pesquisas, foi possível notar a importância da ASG na formação da comunidade surda goianiense, via Educação Bilíngue e seu papel na inserção desta população no mundo do trabalho, através da realização de convênios junto a empresas parceiras. O guia prático é um produto educacional que visa contribuir com a comunidade surda ou as que fazem parte dela no sentido de mitigar possíveis barreiras sociais e linguísticas para a efetiva inclusão do surdo no mundo trabalho, tendo em vista a existência de preconceitos a respeito da Surdez e falta de formação adequada para a contratação de pessoas surdas.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva

ASG E SUA HISTÓRIA

A Associação dos Surdos de Goiânia é uma entidade filantrópica que desenvolve ações e projetos nas áreas da Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer junto à comunidade surda de Goiânia e região metropolitana.

A Associação de Surdos de Goiânia foi criada oficialmente em 1975, contudo a história da educação de surdos da capital inicia-se algumas décadas antes, por volta dos anos 1950. De acordo com Oliveira (2019), a educação dos surdos no estado de Goiás começa na década de 1950, mais precisamente no ano de 1953 quando o Projeto de Lei, nº 926, cria a Associação Pestalozzi de Goiânia - APG¹, para auxiliar as pessoas com deficiência. Todavia, o Instituto foi oficialmente aberto no ano de 1955, sendo a única instituição a atender pessoas com deficiência em Goiânia até a década de 1970 (Oliveira, 2019).

O projeto de criação da Associação de Surdos de Goiânia começou em meados de 1967. Contando com o apoio da Associação de Surdos do Rio de Janeiro - ASRJ, através de seu Estatuto, o Estatuto da ASG foi construído, e, em caráter experimental, começou a funcionar na capital do Estado a partir de 22 de outubro de 1968, promovendo inicialmente a prática de esportes junto à comunidade surda. (Oliveira, 2019).



OBJETIVOS

OBJETIVOS

OBJETIVOS



- Defesa dos interesses e direitos de pessoas surdas e deficientes auditivas;
- Promoção da melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência ao longo de todo seu ciclo de vida;
- Ações de fortalecimento de vínculos familiares de pessoas com deficiência;
- Realização de parcerias junto a entes públicos e privados visando a colação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com destaque para pessoas surdas e deficientes auditivas, além da oferta de serviços de assistência social e de saúde às pessoas deficientes que necessitarem

1] A Associação Pestalozzi de Goiânia – APG é uma instituição filantrópica criada em 1974 com a missão promover ações que contribuam para a inclusão social, cidade e qualidade de vida de pessoas com deficiência no Estado de Goiás (ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GOIÂNIA, 2023).

ASG E SUA HISTÓRIA

Ao longo de seus primeiros anos de existência, a ASG centrou esforços no desenvolvimento de práticas esportivas, ganhando notoriedade perante as Associações de Surdos de todo o Brasil. No que se refere aos contatos junto à comunidade externa, a ASG atraía centenas de pessoas surdas na realização de festas de aniversários, festivais, confraternizações natalinas, além de excursões sociais e esportivas (ASSOCIAÇÃO, 2023).

Frente a demanda por um espaço físico que possibilitasse a plena realização das atividades da ASG, em 1981, uma sala comercial foi alugada no Setor dos Funcionários, em Goiânia. Em 1984, uma nova mudança foi realizada para o Setor Bueno. Somente em 1987, a partir do diálogo realizado junto à Primeira-dama do Estado de Goiás, na época, Dona Lídia Quinam, um espaço compatível com os anseios da Associação foi construído.

Situado na 9ª Avenida do Setor Vila Nova – Goiânia, o Centro de Apoio ao Deficiente Auditivo – CADA, contava com 3 blocos assim distribuídos: um destinado aos surdos, um para os cegos e o outro para os deficientes físicos. Em 1987, a Associação dos Surdos de Goiânia- ASG instalou-se no Centro Apoio ao Deficiente Auditivo – CADA, onde, em parceria com a Promoção Social desenvolveu um trabalho de apoio aos deficientes auditivos de Goiânia (Associação, 2023).

Nesse período, eram ofertados os seguintes cursos: Datilografia, corte e costura, tapeçaria, lapidação, estudo dirigido, terapia de linguagem, serviços médicos, psicológicos, odontológicos, assistência social, Língua Brasileira de Sinais – Libras. Entretanto, uma sede própria continuava a ser um anseio dos membros da ASG. Somente em 1989, por intermédio de um particular. Com o local da futura sede garantido, um projeto arquitetônico foi redigido e, em 1991, um galpão foi construído. Com a sua progressiva ampliação e em convênio com a Secretaria de Estado de Educação (atual SEDUC), foram criados cursos de alfabetização, Ensino Fundamental 1ª fase (1º ao 5º ano), apoio pedagógico, ginástica, iniciação esportiva e curso de Libras.



ASG E SUA HISTÓRIA

A ASG atualmente está localizada na Região Leste de Goiânia. Situa-se à Rua 801, chácaras III, IV, V e IV, bairro Vila Osvaldo Rosa. A instituição faz limite com importantes bairros da região Leste de Goiânia, são eles: Setor Universitário e Setor Leste Vila Nova.



Fonte: Google Maps

ASG E SUA ESTRUTURA

No que tange à sua estrutura interna, a associação é composta por três órgãos administrativos: assembleia geral, conselho fiscal e diretoria. A ASG é chefiada por um presidente escolhido mediante processo democrático (eleição direta). Tal processo é regulamentado e presidido por uma comissão eleitoral nomeada pela diretoria. O mandato efetivo tem duração de 03 (três) anos sendo permitido apenas uma reeleição consecutiva. Em consonância com o estatuto da Associação, a diretoria é composta por 16 membros.

O organograma a seguir mostra a estrutura da Associação e a posição dos membros:

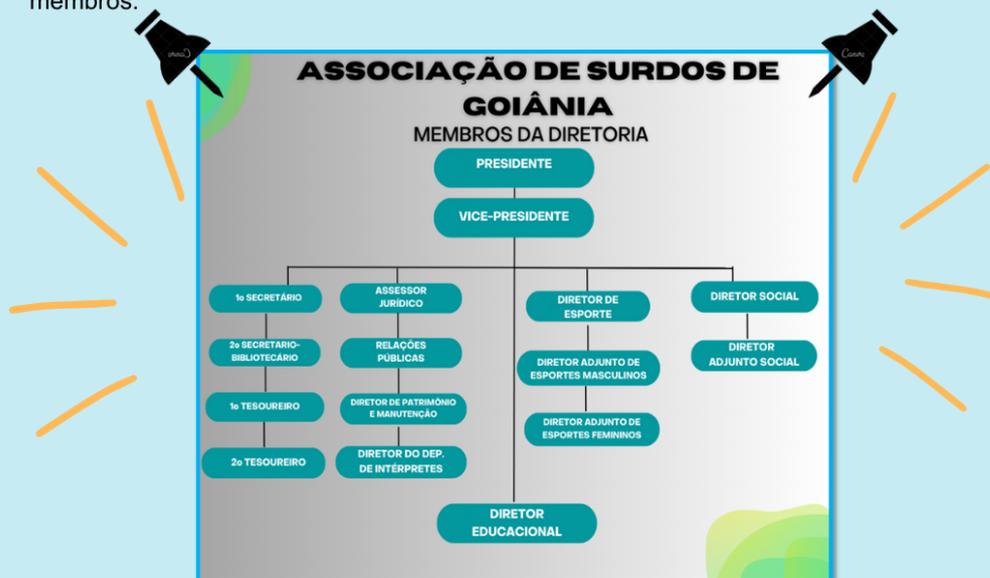


FIGURA 1 – Organograma - Associação de Surdos de Goiânia: membros da diretoria.

CURIOSIDADE

Em seu artigo 6º, inciso 1º, é expresso que a presidência e a vice-presidência devem ser exercidas por pessoas surdas, sócias, em dia com seus direitos e com pelo menos 5 (cinco) anos de exercício junto à Associação (ASSOCIAÇÃO, 2023). Tal norma revela que a Associação é orientada a partir da visão e das necessidades expressas pelas pessoas surdas que dela fazem parte.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva

ASG E ESPORTE

No âmbito esportivo, a Associação é filiada à Federação Goiana de Desportos dos Surdos – FGDS, participando dos eventos por ela promovidos e por competições a nível nacional e internacional, a exemplo da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos – CBDS, da I Olimpíada Brasileira de Surdos em Passo Fundo- RS, em maio de 2002 e nos Jogos Pan Americanos dos Surdos, em Buenos Aires- Argentina, 2003 (Associação, 2023).

ALGUMAS MODALIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS PELOS SURDOS :

Futebol



Volei



Karatê



Judô



Ciclismo



Atletismo



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva

ASG - FILIAIS

Atualmente, a ASG também tem apoiado as pessoas surdas nas cidades do interior do Estado de Goiás. A Associação contribuiu nos processos de fundação de diversas Associações de Surdos, dentre elas destacam-se a Associação de Surdos de Anápolis – ASANA, Associação de Surdos de Rio Verde – ASRV, Associação de Surdos de Itumbiara – ASIT, Associação de Surdos de Trindade – ASTRI e a Associação de Surdos de Minaçu – ASMI.

A Figura abaixo realiza um mapeamento das associações no Estado de Goiás:



Imagem :Geo Geral

É possível notabilizar que ao longo do tempo, a ASG se expandiu, buscando acolher o conjunto de demandas da população surda de Goiânia, e das cidades do interior do Estado de Goiás, democratizando o ensino e contribuindo para a sua formação. Sendo assim, em conformidade com (Frazão, 2017) Associações, são um espaço de grande importância para a formação pessoal e realização da comunicação para os surdos. Diante desse contexto evidencia-se que a ASG é um espaço para a atuação dos surdos na sociedade, pois permite que estes se desenvolvam em diferentes campos para além do profissional.

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA ASG

Em 1992, o Centro Educacional Bilingue de Surdos de Goiânia (CEBS/Goiânia) foi criado na Associação. O CEBS/Goiânia é uma escola e que possui convênio com a Secretária de Estado da Educação de Goiás (SEDUC) e surgiu da necessidade de criar um espaço próprio para oferecer uma educação que atendesse às especificidades de aprendizagem do sujeito surdo, respeitando sua língua e sua identidade, uma vez que o atendimento desse público em Goiânia ocorria em escolas comuns para alunos ouvintes.

Desde a sua criação, o Centro já compreendia o ensino de Libras como fundamental para instrução e comunicação dos surdos, distanciando-se da comunicação total e do oralismo, abordagens presentes na escolarização dos surdos até a década de 1980 (PPP, 2021).



MISSÃO DA ASG



Incentivo do protagonismo dos sujeitos surdos nos debates educativos, culturais e legais em igualdade de condições e oportunidades, respeitando sua singularidade;



Criação de condições linguísticas e educacionais adequadas via Educação Bilíngue, possibilitando assim o acesso ao saber científico, histórico e cultural acumulado;



Difusão da Libras da cultura e da comunidade surda em todos os níveis escolares.



A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA ASG

Inicialmente o CEBS/Goiânia oferecia a alfabetização e as séries iniciais do ensino fundamental nos turnos matutino, vespertino e noturno, ampliando, gradativamente, para as séries subjacentes.

No ano de 2002 tem início a primeira turma da segunda etapa do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para surdos adultos, e que ocorria no período noturno.

Em 2003 tem início a oferta do Ensino Médio, sendo que em 2004, a partir de uma ampliação do convênio entre a ASG e a SEDUC, inicia-se a primeira turma do Ensino Médio, também na modalidade EJA (PPP, 2021). No que diz respeito ao público atendido pelo CEBS/Goiânia, este é formado por crianças e adolescentes do município de Goiânia, cidades goianas e de outras unidades federativas.

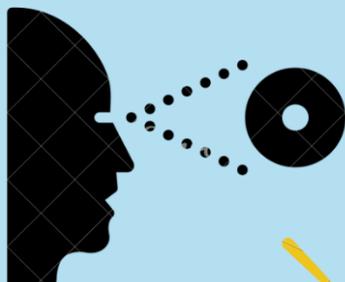
**VOCÊ SABIA QUE O
CEBS/GOIÂNIA SÓ FOI
INAUGURADO APÓS 30
ANOS DE SUA CRIAÇÃO?**

**SIM, FOI
INAUGURADO NO DIA
NACIONAL DO SURDO
EM 26 DE SETEMBRO
DE 2022.**



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA ASG/CEBS



No que tange às metodologias de ensino empregadas no CEBS – Goiânia, destacam-se estratégias pedagógicas e metodológicas ancoradas em suportes visuais. Tais estratégias fazem parte da Pedagogia Visual, que se apresenta como uma proposta que explora todo uma gama de recursos visuais, incluindo a Libras e a cultura surda.



Quadro da Proposta metodológica do CEBS

- 1º. Problematização visual;
- 2º. Contextualização visual;
- 3º. Uso ou produção de material visual (vídeo) adequado na primeira língua (L1) ou com sequências de imagens para apreciação dos estudantes;
- 4º. Interpretação/Discussão sobre conteúdo/tema do material apresentado em Libras;
- 5º. Produção de texto com conceito-chave na segunda língua (L2);
- 6º. Ampliação do vocabulário na L1 e L2 (Produção de Glossário);
- 7º. Exploração do tema em L1 e L2 (atividades, jogos pedagógicos, seminário, debates etc.);
- 8º. Produção de texto em L2 pelos estudantes;
- 9º. Gramática da Libras;
- 10º. Uso ou produção de material visual (vídeo) adequado em L1 ou com sequências de imagem para apreciação dos estudantes;
- 11º. Produção de texto com conceitos-chave em L1;
- 12º. Ampliação do vocabulário em L1 (Produção do Glossário em L1);
- 13º. Produção de texto em L1 pelos alunos;
- 14º. Resolução de problemas;
- 15º. Vivências (contextualização prática de conceitos)
- 16º. Vivências corporais (danças, jogos, mímicas, esportes, ginásticas e outras práticas corporais).

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO CEBS

ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO OFERTADO

Ensino Fundamental I Anos Iniciais

O Ensino Fundamental Anos Iniciais atende alunos surdos a partir de 6 anos, no ensino seriado de 1º ao 5º Ano, no turno matutino, com aulas de segunda a sexta-feira.

CENTRO EDUCACIONAL BILÍNGUE DE SURDOS DE GOIÂNIA

MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL BILÍNGUE DE SURDOS DO 1º AO 5º ANO – 2023												
BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS DE CONHECIMENTO		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
			Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH
		733	Libras	5	200	5	200	5	200	5	200	5
241		Língua Portuguesa	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160
11		Arte	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
55		Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
205		Ciências	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
124		Matemática	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
98		Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
103		História	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
1424		Ensino Religioso	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
TOTAL		25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	

Observações:

Imagem retirada do PPP do CEBS - Matriz Curricular do 1º ao 5º ano.

Ensino Fundamental II Anos Iniciais

O Ensino Fundamental Anos Finais atende alunos surdos no ensino seriado do 6º ao 9º Ano, no turno matutino, com aulas de segunda a sexta-feira.

CENTRO EDUCACIONAL BILÍNGUE DE SURDOS DE GOIÂNIA

MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL BILÍNGUE DE SURDOS DO 6º AO 9º ANO – 2023										
BASE NACIONAL COMUM PARTE DIVERSIFICADA	ÁREAS DE CONHECIMENTO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
			Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH
		733	Libras	5	200	5	200	5	200	5
241		Língua Portuguesa	5	200	5	200	5	200	4	200
11		Arte	2	80	2	80	2	80	2	80
55		Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80
205		Ciências	3	120	3	120	3	120	3	120
124		Matemática	4	160	4	160	4	160	4	160
1418		Cultura Surda	1	40	1	40	1	40	1	40
098		Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80
103		História	2	80	2	80	2	80	2	80
1424		Ensino Religioso	-	-	1	40	-	-	-	-
1180	Estudo Orientado	1	40	-	-	1	40	1	40	
235	Matemática Financeira	1	40	1	40	1	40	1	40	
2231	Novo Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	1	40	
TOTAL		28	1120	28	1120	28	1120	28	1120	

Observações:

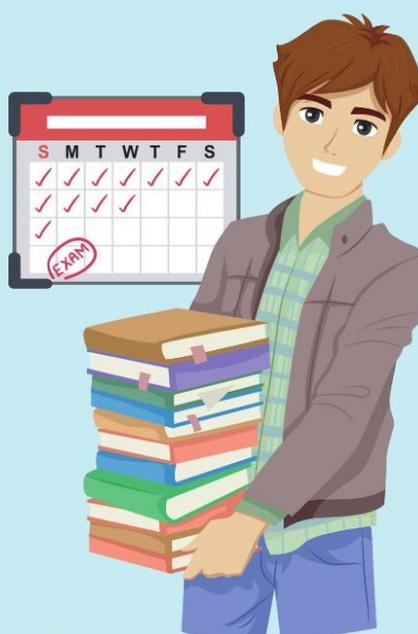
Imagem retirada do PPP do CEBS - Matriz Curricular do 6º ao 9º ano.

ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO OFERTADO

Ensino Médio

Nesta etapa, assume-se também, os pressupostos da abordagem sociointeracionista, articulando o currículo por área de conhecimento com os projetos institucionais elaborados com o coletivo, por meio de temas transversais suscitados a partir da observação das necessidades dos alunos.

-  O Ensino Médio no CEBS visa à ampliação, complexificação do conhecimento e do repertório cultural dos alunos, para a inserção social e a construção do olhar crítico sobre o mundo e sobre as relações vividas.
-  Também são contempladas ações para a compreensão e o acesso dos alunos à etapa acadêmica posterior, incentivando-os e preparando-os para a participação em avaliações de acesso ao Ensino Superior, tais como:
-  ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e outros processos seletivos acadêmicos.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

CENTRO EDUCACIONAL BILÍNGUE DE SURDOS DE GOIÂNIA

MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO BILÍNGUE DE SURDOS DO 1º AO 3º ANO – 2023

ÁREAS DE CONHECIMENTO	Código	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE	
		Aula	CH	Aula	CH	Aula	CH
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	733	3	120	3	120	3	120
	241	3	120	3	120	3	120
	242	1	40	1	40	1	40
	121	1	40	1	40	1	40
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	11	1	40	1	40	1	40
	55	2	80	2	80	2	80
	85	2	80	2	80	2	80
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	176	2	80	2	80	2	80
	15	2	80	2	80	2	80
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	124	3	120	3	120	3	120
	098	2	80	2	80	2	80
ELETIVAS DIRIGIDAS	103	2	80	2	80	2	80
	87	1	40	1	40	—	—
ELETIVAS NÚCLEO LIVRE	183	1	40	1	40	—	—
	173	—	—	—	—	2	80
PROJETO DE VIDA	1418	1	40	1	40	1	40
	1144	1	40	1	40	1	40
TOTAL	442	1	40	1	40	1	40
		30	1200	30	1200	30	1200

Imagem retirada do PPP do CEBS - Matriz Curricular do 1º a 3º série.



PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Além das atividades curriculares, o CEBS – Goiânia também realiza projetos interdisciplinares visando debater temas diversos juntos aos estudantes, com o objetivo de oferecer informações e orientações acerca do mundo do trabalho, a exemplo de:

Prevenção e Enfrentamento ao Bullying

APRESENTAÇÃO

A Escola Centro Educacional Bilingue de Surdos de Goiânia tem um papel fundamental no desenvolvimento global dos estudantes surdos. Um dos principais objetivos da escola é o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem contextualizada dos conteúdos em libras (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Informar e formar estão entre os objetivos explícitos da escola; desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, e isso por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, e valores), fará com que se tornem cidadãos participantes na sociedade em que vivem. No Brasil existe uma legislação específica sobre a violência escolar ou bullying. A Lei nº 13.185 de 6 de novembro de 2015, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). O Art.º 5º descreve que é dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullving). Em parceria com a secretaria de Educação primado pelo seu papel acadêmico e social de promover a cidadania surda o CEBS-GOIÂNIA lança mão do projeto A prevenção e enfrentamento ao Bullying, permitindo que questões abstratas como virtudes maus hábitos, difíceis de serem compreendidos, sejam tratados de forma concreta aumentando suas possibilidades dentro do relacionamento social, oportunizando aos educandos surdos possibilidade de interação direta, troca de experiência com seus pares.

Público -alvo: Alunos matriculado no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Objetivo: Conscientizar os alunos quantos aos problemas que o Bullying causa suas conseqüências a quem sofre e para todos que estão a sua volta. Desenvolver um trabalho de prevenção e enfrentamento, noções de cidadania e auxílio no desenvolvimento de técnicas eficazes de resistência e combate ao Bullying.

Culminância : O encerramento do Projeto - A prevenção e enfrentamento ao Bullying ocorrerá com apresentações dos alunos na quadra da escola e/ou refeitório com a presença da equipe Gestora e estudantes surdos cuja abordagem principal será "Bullying Jamais!".

Avaliação dos resultados: A avaliação dos resultados é feita através do desempenho que os alunos demonstrarem interesse durante a execução do projeto. Ao término do projeto, os trabalhos serão divulgados nos murais da escola.



PROJETOS INTERDISCIPLINARES

História e Cultura afro-brasileira e africana

APRESENTA O

A abordagem da inferioridade, pobreza e subdesenvolvimento generalizado para toda a África sem o crivo do perigo da história única como alerta a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu discurso nos E. U.A (Estados Unidos da América) em defesa da diversidade dos povos da África, foi o motivo principal que nos levou a trabalhar com os alunos da 1^a, 2^o e 3^a séries do ensino médio a problemática dos afrodescendentes no Brasil e a luta nos diversos campos e movimentos negros em defesa do reconhecimento perante o estado e a sociedade como sujeitos de direitos que realmente são, bem como o documentário "O xadrez das cores" dire o de Marco Schiavone no intuito de fazer um gancho com a abordagem da dita autora. A essa temática, juntar  a contribui o das Na es indígenas brasileira no que tange a nossa herança sociocultural. Nesse sentido, abordaremos a síntese do documentário "Falas da Terra" exibido pela Rede Globo em abril de 2021. Para tanto, se faz necessário a apresenta o das Leis 10.639/03 e sua Lei complementar 11645/08, correlacionadas com as políticas de a o afirmativas para negros e índios no Brasil.

Público -alvo: Alunos da 1^a, 2^a e 3^a séries do ensino médio

Objetivo: Esse Projeto foi elaborado com o intuito de proporcionar aos alunos do ensino médio   compreensão e valoriza o da diversidade cultural do continente.

Culminância : Em virtude da ocorrência do "Consciência Negra", que acontece no dia 20 de novembro. A culminância ocorrerá na semana da referida data com apresenta o artísticas, culturais e exposi o de trabalhos.

Avalia o dos resultados: Será observado a participa o, interesse durante todo percurso do projeto.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Valorização do Idoso

APRESENTAÇÃO

A população idosa tem crescido no Brasil e no mundo. Os estudos revelam que a população mundial tende a ter uma crescente expectativa de vida. A diminuição da mortalidade e da fecundidade juntamente com o desenvolvimento tecnológico na área da saúde têm sido apontados como fundamentais neste processo de envelhecimento mundial.

É necessária uma sensibilização da sociedade para que reconheça a velhice como uma etapa da vida que requer a efetivação de direitos sociais específicos a esta fase, bem como a manutenção da autonomia e da cidadania do idoso. O Centro Educacional Bilingue de Surdos de Goiânia, por entender que o respeito e o reconhecimento social no mundo globalizado se baseiam no exercício de papéis representativos para a sociedade, acredita na importância de desenvolver ações que proporcionem aos estudantes a oportunidade de conhecer e respeitar a história de vida dos idosos e seu valor para a sociedade.

Público -alvo: O projeto será desenvolvido com as turmas do ensino médio.

Objetivo: Este projeto apresenta uma proposta de trabalho que vem ao encontro das necessidades de valorização e respeito ao idoso, bem como aproximar pessoas de diferentes idades. A relação entre avós e seus netos constitui um grande elo entre os tempos - passado, presente e futuro - criando oportunidades com a de troca de conhecimentos, dando uma nova dimensão e significado para todas as gerações.

Culminância : O projeto será desenvolvido nos meses de outubro e novembro de 2022, com culminância no dia 12 de novembro de 2022. Ocorrerá com Roda de conversa: relatos dos idosos sobre a sua infância, sua escola, brinquedos e brincadeiras; sobre as diferenças de ser criança hoje e na época deles (momento de resgate da memória).

Avaliação dos resultados: A avaliação será contínua e processual observando o desenvolvimento, interesse e participação de cada estudante durante as atividades realizadas e na apresentação do projeto.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Feira das Profissões

APRESENTAÇÃO

A aproximação do jovem estudante do ensino médio com o saber acerca das diversas informações sobre os cursos ofertados e orientações, mais detalhadas, sobre as opções de carreira profissional, contribui para uma escolha mais adequada ao seu perfil. A Feira das profissões no Centro Educacional Bilingue de Surdos de Goiânia é uma oportunidade de diálogo com os alunos, assegurando informações que favoreçam a identificação de possibilidades e realização de sonhos, esclarecendo suas dúvidas quanto a sua escolha profissional. Esse projeto possibilitará aos alunos realizarem escolhas diante das várias opções do mercado profissional, visando à inserção do aluno de maneira mais qualificada e menos improvisada, favorecendo possibilidades de concretização dos sonhos, na perspectiva de participar mais ativamente da vida social, para a conquista da autonomia financeira e pessoal, construindo assim, sua identidade social. Assim, o evento pretende destacar características relevantes de cada área profissional, oferecendo aos alunos os diversos caminhos profissionais que estes podem optar, tendo por base a reflexão que o caminho da carreira profissional é indissociável do estudo.

Público -alvo: O projeto será organizado de acordo com o número de alunos presentes na escola.

Objetivo: Oferecer orientações e esclarecimentos aos alunos, que possibilitem ampliar o conhecimento e os sonhos em relação ao seu futuro profissional.

Culminância : Projeto Feira das Profissões do Centro Educacional Bilingue de Surdos de Goiânia acontecerá durante o mês de outubro os alunos. Realizará algumas entrevistas com profissionais da área escolhida, utilizará um roteiro com perguntas norteadoras . Na culminância será apresentado o resultado das entrevistas, no encerramento contará com profissional capacitados para realização de oficina ou palestra sobre profissão.

Avaliação dos resultados: Será observado a participação, interesse e participação durante todo processo de preparação e apresentação no dia da Culminância ao final do projeto.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Oficina de Matemática

APRESENTAÇÃO

A aprendizagem por meio de jogos permite que o estudante adquira conhecimentos matemáticos mediante a um processo alternativo aos padrões tradicionais, incorporando características divertidas, que potencializam a discussão de ideias. A aprendizagem matemática ocorre de modo mais significativa quando o aluno se depara com situações que exijam investigação, reflexão e empenho, levando o aluno a construir e desenvolver conceitos e procedimentos matemáticos. Os progressos em relação ao conhecimento de conceitos, são verificados quando os alunos conseguem analisar criticamente e entender o sentido do que aprenderam, num processo em que podem expor e discutir ideias com outras pessoas, negociar significados, organizar conhecimentos e fazer registros. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática (MEC, 1997) apontam como aspecto mais relevante no trabalho com jogos o fato de que provocam desafios genuínos nos alunos, gerando interesse e prazer e, por isso mesmo, devem fazer parte da cultura escolar. Isso faz parte de uma concepção de educação que acredita que as crianças não aprendem pela mera repetição de técnicas e modelos, mas a partir de desafios com os quais se deparam e da organização de meios para superá-los, ou seja, uma educação baseada na problematização (Starepravo, 1999)

Público -alvo: Alunos matriculado nos 6º e 7º Anos.

Objetivo: Desenvolver habilidades de raciocínio, como organização, atenção e concentração par a resolução de problemas, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, criatividade e raciocínio dedutivo.

Culminância : O projeto acontecerá durante todo ano, os jogos serão construídos com os alunos em sala nas aulas de matemática, tornando as prazerosas e significativas. As situações de jogo são consideradas parte das atividades pedagógicas, justamente por serem elementos estimuladores do desenvolvimento. É esse raciocínio, de que os sujeitos aprendem através dos jogos, que nos leva a utilizá-los em sala de aula. Começaremos trabalhando com problemas simples e, pouco a pouco, será apresentado problemas mais complexos, isso fortalece a autoestima e a autoconfiança do aluno. A sala de aula será dividida em equipes, e cada equipe apresentará uma técnica diferente de matemática básica. Cada equipe ficará responsável por um determinado jogo, sendo necessário que cada integrante da equipe conheça todas as regras do jogo.

Avaliação dos resultados: Os alunos serão avaliados por meio do Desenvolvimento de habilidades como raciocínio, organização, atenção e concentração por meio de resolução de problemas.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Proposta de Alfabetização

APRESENTAÇÃO

A literatura infantil é muito importante, ela contribui para o conhecimento, recreação, informação e interação necessária ao ato de ler, podendo assim influenciar de maneira positiva no desenvolvimento social, emocional e cognitivo do aluno. Dessa forma a turma do 5ºano estará conhecendo e apreciando os contos clássicos ampliando o repertório de histórias infantil.

Público -alvo: Os estudantes do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio.

Objetivo: Reconhecer e Ampliar e trabalhar as dificuldades na leitura, na escrita e na oralidade vocabulário oral e escrito, ampliando o conhecimento - Organizar o pensamento lógico e a construção de palavras, frase e pequenos textos; do aluno - Desenvolver o raciocínio através dos jogos, brincadeiras e problemas relacionados à matemática - Trabalhar as operações de adição e subtração, através de materiais concretos, para facilitar a compreensão dos alunos. Conhecer e apreciar um conto clássico, ampliando o repertório de histórias.

Culminância : A "Proposta de Alfabetização" será executado no decorrer do ano letivo. Parte das metodologias aplicadas em sala de aula terá caráter lúdico, para que a aprendizagem possa a ser prazerosa por meio de clima agradável e propício a aquisição e construção de conhecimentos que desenvolverão com:

> Apresentação de textos

> Leitura prévia do texto escrito (L2) - levantamento de vocabulário e conhecimentos prévios;

• Apresentação do texto em Libras (L1) - levantamento de vocabulário e conhecimentos prévios;

Apresentação paralela do texto em L1 e L2;

• Retomada do texto para releitura e debate;

> Produção escrita sobre o tema (após leitura prévia em L2)

Reescrita da produção anterior (após leitura em L1)

Otimização da produção escrita após o momento de leitura paralela em L1 e L2

Avaliação dos resultados: Assiduidade e frequência - Evitar faltar aula ou chegar atrasado (a) porque esta atitude compromete a sua aprendizagem e você perde a explicação do professor, Interesse e participação durante as aulas. Evite conversas paralelas em sala de aula porque prejudica o processo de ensino e aprendizagem tanto de quem está envolvido (a) na conversa, quanto dos (as) demais estudantes que querem prestar atenção na aula; Participar da apresentação no dia da culminância.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Sexualidade/ Relacionamento Abusivo

APRESENTAÇÃO

Em vista a necessidade de conscientização dos alunos do ensino médio, com relação à se-xualidade, pretende-se através desse projeto, conscientizar os mesmos sobre o que é um relacionamento abusivo, bem como tratar formas de auxílio em casos reconhecidos como tal. Com isso, os alunos são possibilitados a se auto avaliarem em relação ao tema, percebendo questões importantes tanto comportamentais quanto de autoestima.

Público -alvo: Alunos do 6º ano Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio.

Objetivo: Despertar no aluno a importância de se conhecer, se respeitar e identificar qualquer relacionamento abusivo que fere sua autoestima.

Culminância : A culminância do Projeto acontecerá entre os meses de fevereiro a novembro na quadra de esporte da escola, nas sala de Libras com apresentação, palestras e vídeos para os demais alunos do 6º ano Ensino Fundamental a 3ª série do EnsinoMédio.

Avaliação dos resultados: Avaliação de natureza qualitativa (observação da participação dos alunos no decorrer da pro-posta).



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE A ASG E O MUNDO DO TRABALHO

A Associação realiza uma série de atividades formativas por meio do CEBS – Goiânia, centrando esforços na escolarização de pessoas surdas ao longo de todo o Ensino Básico. Todavia, a ASG também oferece cursos profissionalizantes voltados ao mundo do trabalho.

O quadro abaixo descreve os cursos oferecidos pela Associação:

CURSO	GRUPO-ALVO	FINALIDADE	DURAÇÃO CERTIFICAÇÃO
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” – Básico anual (nível I ao IV).	Familiares de pessoas surdas, professores, profissionais liberais e comunidade.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação de familiares e comunidade ouvinte .	1 ano com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” – Básico semestral (nível III ao IV).	Familiares de pessoas surdas, professores, profissionais liberais e comunidade.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação de familiares e comunidade ouvinte.	6 meses com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais – “Comunicando com as mãos” - Tradução e Interpretação (nível V).	Professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação profissionais e comunidade ouvinte.	6 meses com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” -Capacitação para Intérprete (nível VI)	Professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação profissionais e comunidade ouvinte.	6 meses com certificação.
Curso de Língua Brasileira de Sinais - “Comunicando com as mãos” -Sinais Internacionais.	Professores, profissionais liberais e comunidade em geral.	Promover a inclusão de pessoas surdas através da capacitação profissionais e comunidade ouvinte.	6 meses com certificação.
Sala de Informática	Estudantes surdos	Viabilizar a inclusão social da pessoa surda através da qualificação em informática.	Sem carga e sem certificação.
Marcenaria – Artesanato em madeira.	Estudantes surdos	Promover a inclusão social da pessoa surda através da educação profissional e do trabalho remunerado .	Sem carga horária e sem certificação.
Serigrafia	Estudantes surdos	Promover a inclusão social da pessoa surda através da educação profissional e do trabalho remunerado.	Sem carga horária e sem certificação
Costura	Estudantes surdos	Promover a inclusão social da pessoa surda através da educação profissional e do trabalho remunerado.	Sem carga horária e sem certificação.

VOCÊ SABIA?

Nossa! Quantos cursos são ofertados na ASG, hein?! Mas esses cursistas após o curso são encaminhados ao mercado de trabalho? Como funciona? Fiquei curiosa!

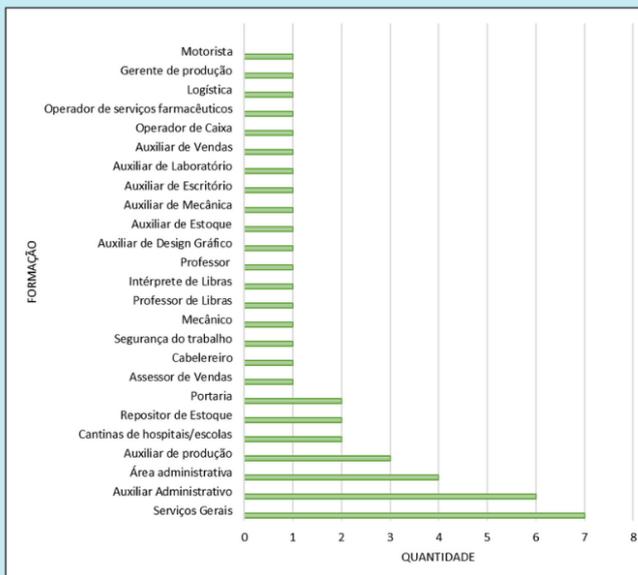
Sim, amiga! De acordo com a ASG muitos dos cursistas têm seus currículos encaminhados às empresas, o que de fato fomenta a inclusão, e destaca a importância da educação profissional na ASG.



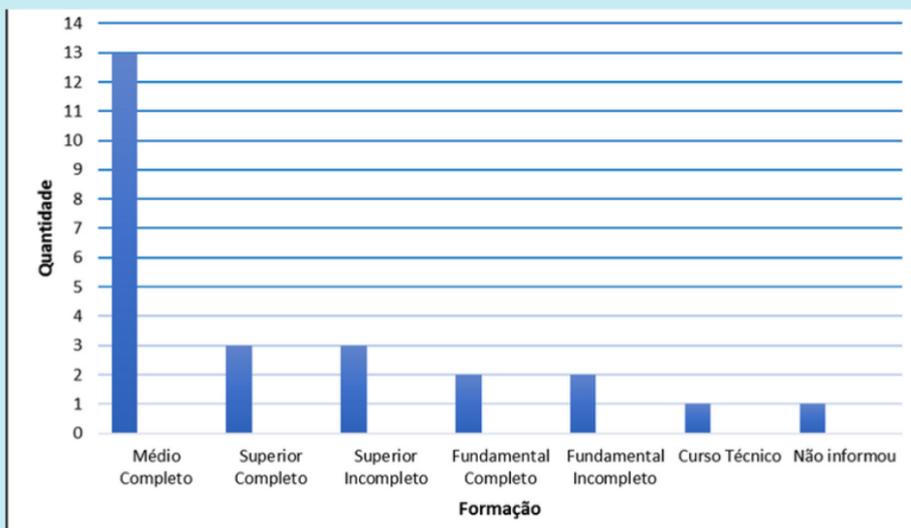
A Lei nº 8.213 de 1991 que em seu Artigo 93 assegura às Pessoas com Deficiência (PcD) o direito de 2% a 5% das vagas em empresas com mais de 100 (cem) funcionários. Além deste dispositivo jurídico, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 / 2015) assegura a colocação competitiva de PcD's no mercado de trabalho, tendo em vista o respeito ao perfil vocacional e interesses da pessoa deficiente, prioridade no atendimento de pessoas com maior dificuldade de entrada no mundo do trabalho e ainda oferecimento de suportes individualizados que atendam às necessidades desta população, a exemplo de tecnologias assistivas.

CURIOSIDADE

Os dados presentes no gráfico ao lado dizem respeito aos encaminhamentos realizados pela ASG de acordo com as funções desempenhadas às empresas ao longo dos anos de 2021 a 2023.

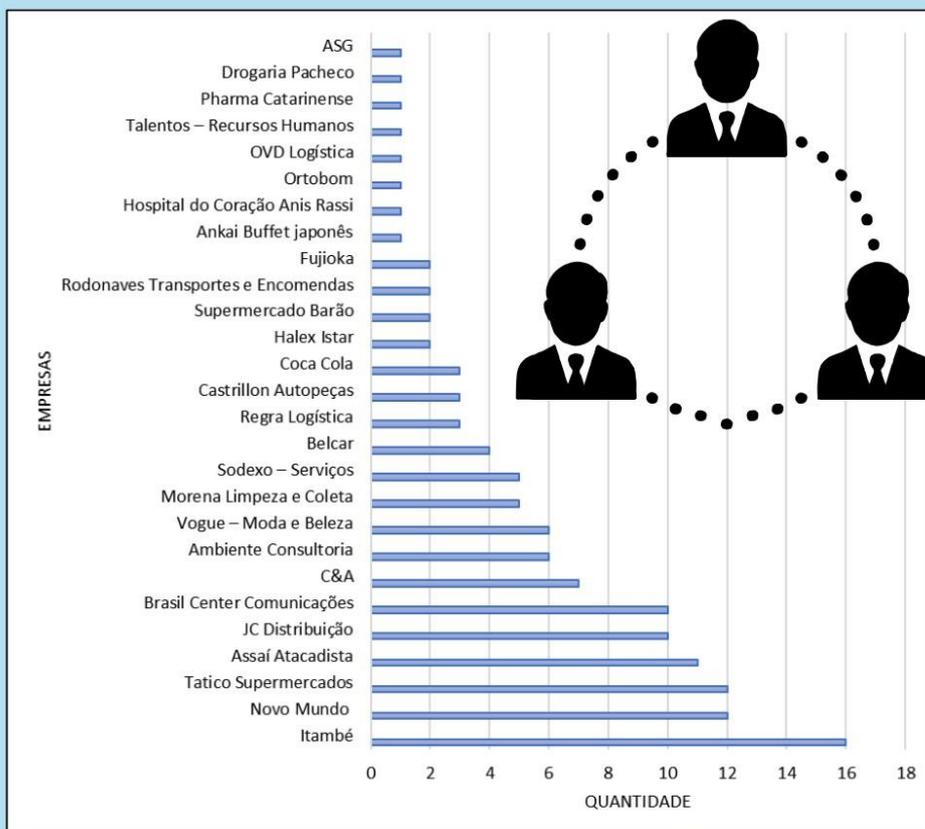


No que tange à escolaridade dos candidatos, é possível notar que a maioria dos currículos enviados são de candidatos que finalizaram o Ensino Médio.



O serviço social da ASG recebe procura por vaga de trabalho, essa procura ocorre por email, whatsapp, ou telefonema onde as empresas entram em contato procurando o trabalhador PCD (Pessoa com Deficiência) e de acordo com os currículos recebidos, assim que a empresa solicita o trabalhador incluindo o surdo, imediatamente seu currículo é enviado, e o surdo é comunicado por meio de mensagens via email e WhatsApp.

EMPRESAS PARCEIRAS



O gráfico acima apresenta a quantidade de currículos recebidos por empresas no município de Goiânia.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS



Legislação	Data	Descrição
Lei nº 10.436	2002	Oficializa a Libras como a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil
Decreto Nº 5.626	2005	Regulamenta a Lei nº 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00
Lei nº 12.319	2011	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILS e dá outras providências
Lei nº 12.711	2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
Decreto nº 7.824	2012	Regulamenta a Lei no 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
Lei nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão – LBI
Lei nº 13.409	2016	Altera a Lei no 12.711/12, para dispor sobre a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
Decreto nº 9.034	2017	Altera o Decreto nº 7.824/12, que regulamenta a Lei nº 12.711/12
Decreto Nº 9.656	2018	Altera o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais
Lei nº 14.191	2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.



O QUADRO ACIMA APRESENTA UM RECORTE CRONOLÓGICO DO PERÍODO DE 2002 A 2021, COM REFERÊNCIA ÀS PRINCIPAIS LEIS VIGENTES QUE TRATAM DE DIREITOS PARA AS PESSOAS SURDAS.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS



**Conquistas dos surdos na ASG desde o
período de sua fundação :**

-  Estatuto Registrado
-  Utilidade Pública Municipal
-  Utilidade Pública Estadual
-  Utilidade Pública Federal
-  Conselho Estadual dos Direitos dos Deficientes
-  Conselho Nacional de Assistência Social
-  Conselho Municipal dos Direitos da Criança
-  Centro Educacional Bilingue de Surdos - Goiânia



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste Guia, procuramos analisar as contribuições da Associação de Surdos de Goiânia – ASG na formação dos sujeitos surdos e suas implicações na inserção desses sujeitos no mundo do trabalho. Partindo do questionamento do impacto das ações da Associação a respeito da formação e empregabilidade da comunidade surda goianiense, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo (Bauer E Gaskell, 2008), exploratório (Gil, 2008) e historiográfico (Almeida Filho, 2016). Utilizamos de levantamento documental, levantamento bibliográfico e entrevistas enquanto técnicas para produção de dados e da análise por triangulação de métodos (Gomes, 2010; Marcondes; Brisola, 2014) enquanto técnica de análise dos dados produzidos.



A Associação dos Surdos de Goiânia é uma entidade filantrópica que desenvolve ações e projetos nas áreas da Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer junto à comunidade surda de Goiânia e região metropolitana. Dentre seus objetivos destacam-se: defesa dos interesses e direitos de pessoas surdas e deficientes auditivas; realização de parcerias junto a entes públicos e privados visando a colação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com destaque para pessoas surdas e deficientes auditivas, além da oferta de serviços de assistência social e de saúde às pessoas deficientes que necessitarem (Associação de surdos de Goiânia, 2023).



Com a criação do Centro Educacional Bilingue de Surdos de Goiânia – CEBS – Goiânia, em 1992, em parceria com a SEDUC – GO, a ASG pôde dar um passo importante no atendimento à comunidade surda goianiense. Através do CEBS – Goiânia, a ASG estabeleceu como Missão transformar a Surdez em um fator de cidadania, incentivando o protagonismo surdo, respeitando sua singularidade; criando condições linguísticas e educacionais adequadas via Educação Bilíngue, difusão da Libras e da cultura e da comunidade surda em todos os níveis escolares e contextos dentro e fora da instituição, além da promoção de ações que busquem a profissionalização do surdo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que refere à importância da Associação de Surdos na formação de estudantes e seus possíveis impactos no ingresso no mundo do trabalho, as entrevistas ofereceram contribuições importantes. Estudantes, ex-estudantes e professores observaram que a Associação foi fundamental na socialização, convivência e aprendizado a partir da Educação Bilíngue, o que demonstra o potencial da Associação para inserção da comunidade surda nas Universidade e posterior inserção no mundo do trabalho.



Fonte: Imagem do banco de dados do Canva.

Por fim, por meio deste GUIA, observamos que apesar dos avanços educacionais e trabalhistas obtidos pela comunidade surda brasileira, um conjunto de barreiras sociais continuam presentes, privando esta população da cidadania plena. Mesmo com o estabelecimento de leis voltadas à defesa dos direitos das pessoas surdas e PcD's em geral, a exemplo do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 / 2015) e a Lei nº 14.191/2021, que estabelece a Educação Bilingue nos centros de ensino, a inclusão deve ser construída cotidianamente, em todos os espaços da sociedade (Souza; Alvarenga, 2021). Ressaltamos que o surdo só pode ser integrado na sociedade caso sua especificidade sociocultural e linguística for efetivamente respeitada, possibilitando assim a construção de uma cidadania ativa e crítica.



REFERÊNCIAS

Fonseca, A. do C.; Florindo, G. M. F. Educação Profissional Para Surdos No IFB: Uma Proposta Possível? Revista Eixo, v. 1, n. 2, 2012.

Frazão, N. F. Associação de Surdos de São Paulo: identidade coletiva e lutas sociais na cidade de São Paulo. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-09112017-133947/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2022.

Oliveira, S. C. de S. Estágio Curricular Na Educação Profissional E Tecnológica: Alternativas Para Favorecer A Inclusão De Alunos Surdos Do Instituto Federal De Roraima – Campus Novo Paraíso. 118f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Roraima/Campus Boa Vista, 2021.

Sousa, E. M. C. de.; Alvarenga, E. M. Acessibilidade e inclusão de surdos na Educação Profissional nos Institutos Federais. Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v.19, n.3, 2021.

Cursos. Associação de Surdos de Goiânia. Goiânia. [S.d]. Disponível em: <https://asgoiania.org.br/cursos/>. Acesso em: 19 de jan. 2023.

Diretoria. Associação de Surdos de Goiânia. Goiânia. [S.d]. Disponível em: <https://asgoiania.org.br/diretoria/>. Acesso em: 19 de jan. 2023.

Estatuto. Associação de Surdos de Goiânia. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://asgoiania.org.br/estatuto/>. Acesso em: 19 de jan. 2023.

Projeto Político Pedagógico. Associação de Surdos de Goiânia. Goiânia, 2021.

PRODUTO EDUCACIONAL

CURRÍCULO



Wanderléia Maria de Freitas

Graduada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás (2002). É especialista em Administração Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira (2004). É especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade de Inhumas (FACMAIS) (2012). É em especialista em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, pela Faculdade de Inhumas (FACMAIS) (2013). Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo (ProfEPT)- IF Goiano campus Ceres (2023). Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá-Goiás desde 1994 e da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) desde 1999. Tem experiência na docência de Matemática na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Inclusiva - como intérprete de LIBRAS - e Coordenação Pedagógica. Atualmente trabalha na rede estadual no Colégio Estadual Manoel Ribeiro de Freitas Machado – Jaraguá -GO, como coordenadora pedagógica, e na rede municipal na Escola Municipal Pequeno Príncipe como professora de apoio.

Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Uberlândia (2003). É especialista em Docência na Educação Superior, Universidade Federal de Uberlândia (2004). Mestre em Educação na Linha de Pesquisa "Saberes e Práticas Educativas" pela Universidade Federal de Uberlândia (2009) e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa " Estado, Políticas e Gestão da Educação" (2016). Atualmente trabalha no Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos, como docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.



Sangelita Miranda Franco Mariano

APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este formulário avaliativo visa a colher informações acerca do seu grau de satisfação, críticas, elogios e sugestões relacionadas ao GUIA PRÁTICO SOBRE AS PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASG – ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GOIÂNIA construído a partir do levantamento da história da ASG.

1- Com base na proposta apresentada, você considera que o produto educacional atende seu objetivo de forma?

Não atende Insatisfatória Pouco Satisfatória Satisfatória Muito Satisfatória

2- Como você avalia a qualidade do produto educacional?

Muito Insatisfatória Insatisfatória Pouco Satisfatória Satisfatória Muito Satisfatória

3- Qual a relevância do conteúdo apresentado no produto educacional?

Muito irrelevante Irrelevante Pouco relevante Relevante Muito relevante

4- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, você avalia que esse produto seja útil para a comunidade surda e ouvinte como ferramenta para conhecer as políticas públicas e as ações coletivas desenvolvidas dentro da ASG?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

5- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, você avalia que esse produto permite identificar a formação ofertada aos surdos e sua contribuição para o ingresso no mundo do trabalho?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, avalie a linguagem do produto educacional, se é clara, objetiva e estimula a leitura?

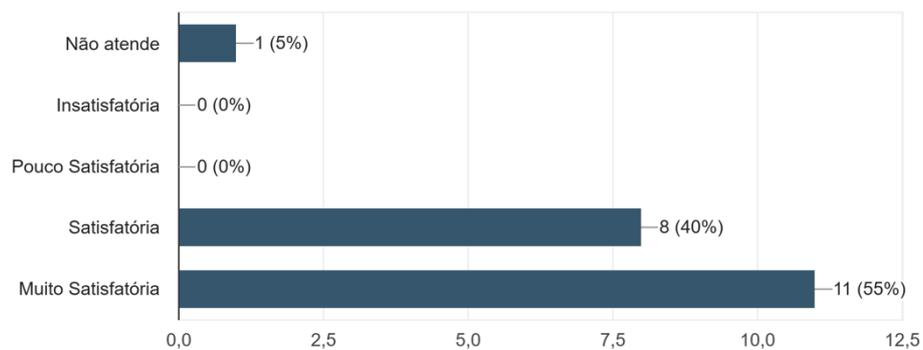
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

7- Gostaria que deixasse sua contribuição, utilizando, para tal, esse espaço para feedback e para comentários sobre o produto educacional. O que podemos melhorar ou incluir?

APÊNDICE J – VALIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

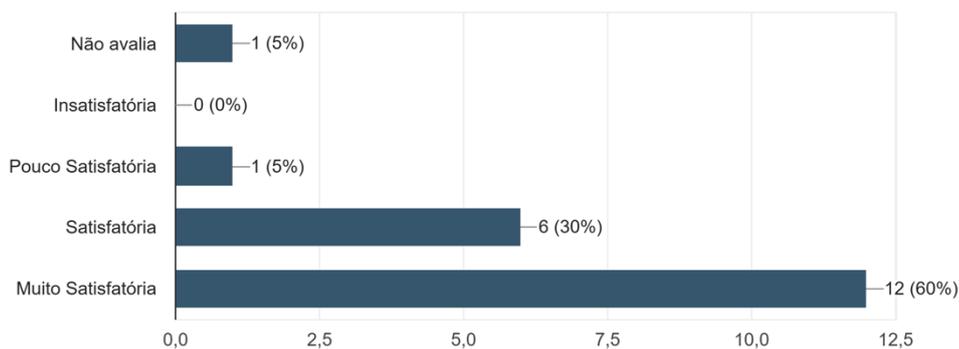
1- Com base na proposta apresentada, você considera que o produto educacional atende seu objetivo, de forma?

20 respostas



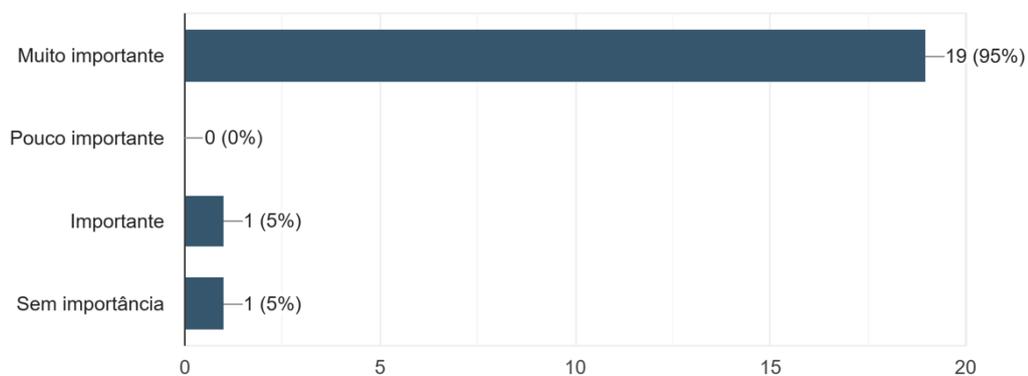
2- Como você avalia a qualidade do produto educacional?

20 respostas



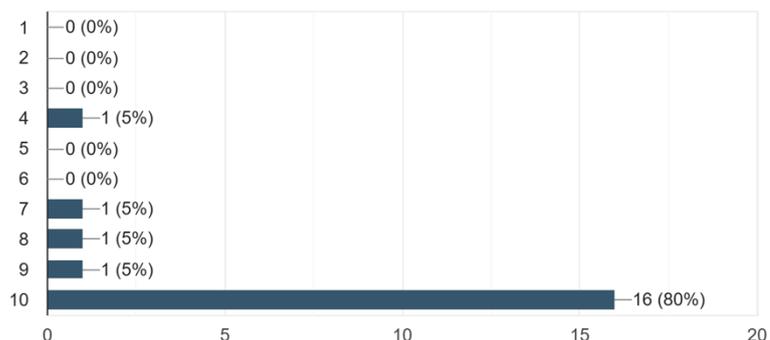
3- Qual a importância do conteúdo apresentado no produto educacional?

20 respostas



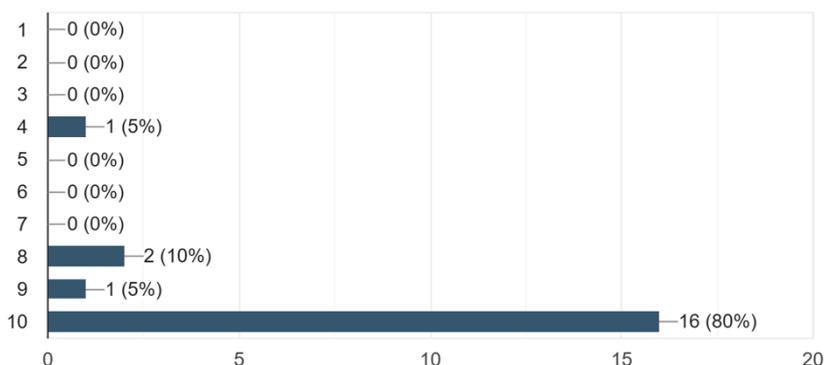
4- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, você avalia que esse produto seja útil para comunidade surda e ouvinte como fer...s e ações coletivas desenvolvidas dentro da ASG?

20 respostas



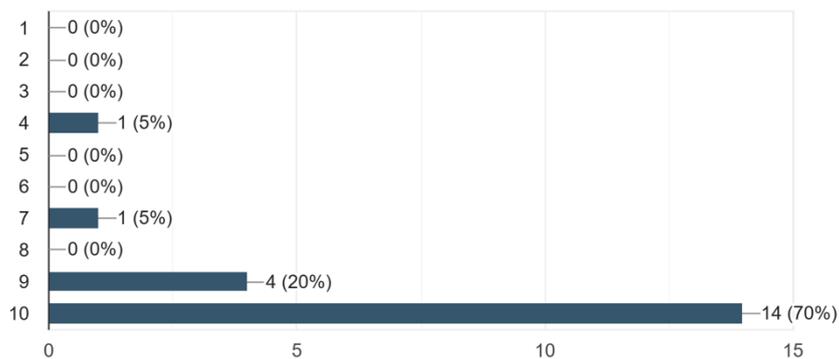
5- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, você avalia que esse produto permite identificar a formação ofertada aos surdos...tribuição para o ingresso no mundo do trabalho ?

20 respostas



6- Em uma escala de 1 a 10, sendo 10 a mais alta e 0 a mais baixa, avalie a linguagem do produto educacional, é clara, objetiva e estimula a leitura?

20 respostas



7- Gostaria que deixasse a sua contribuição, para tal, utilize esse espaço para feedback e comentário sobre o produto educacional. O que podemos melhorar ou incluir?

15 respostas

O aperfeiçoamento dos produtos.

Material de grande relevância, seria interessante um vídeo ou vários em Libras para facilitar o acesso dos surdos

Que aja ampla divulgação após a conclusão

O trabalho e de suma importância na sociedade em que estamos vivenciando.

O trabalho apresentado é de suma importância para a sociedade, pois nos faz refletir sobre a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho, e as contribuições que o trabalho desenvolvido pela ASG traz a essas pessoas.

7- Gostaria que deixasse a sua contribuição, para tal, utilize esse espaço para feedback e comentário sobre o produto educacional. O que podemos melhorar ou incluir?

15 respostas

Para o sujeito surdo e ouvinte é muito importante dar uma estudada sobre as informações que este produto oferece a respeito dos cursos de formação que a ASG oferece, pois assim a pessoa que ler este guia terá ciência e saberá se a ASG preenche suas expectativas e necessidades antes mesmo de se matricular.

Normal

Importante comunicar pessoas possíveis

Achei um trabalho incrível. A inclusão dos deficientes auditivos na sociedade: educação ; esportes; trabalho; grupos; familiares é de suma importância. É necessário que se faça entender, que os surdos não são motivos de piadas, e sim, de muito respeito. Parabéns pelo trabalho.

Ficou muito bom seu produto, um material de altíssima utilidade na Inclusão da comunidade surda e falante

7- Gostaria que deixasse a sua contribuição, para tal, utilize esse espaço para feedback e comentário sobre o produto educacional. O que podemos melhorar ou incluir?

15 respostas

Ficou muito bom seu produto, um material de altíssima utilidade na Inclusão da comunidade surda e falante

Poderia incluir mais dinâmicas que permitam aos visitantes vivenciarem a realidade vivida pelos surdos em seu dia a dia no trabalho.

O importante produto educacional para melhorar e qualidade a sua contribuição.

Tudo que colabore com a inclusão das pessoas com deficiência, seja no mercado de trabalho ou em contextos educacionais

O produto proposto demonstra a importância para as pessoas com surdez, além de valorizar, incentivar à autoestima, autonomia, autoconfiança, independência, socialização, rotina, prazer pela vida e afetividade. Mesmo que os desafios sejam grandes, vale a pena a luta pela inclusão em valorização do ser humano, enfatizando as pessoas com surdez.

Parabéns por tornar a vida do próximo mais fácil.